

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL**

**OPERÁRIOS EM MOVIMENTO: A TRAJETÓRIA DE LUTA DOS
TRABALHADORES DA CEARÁ LIGHT.
(FORTALEZA, 1917 – 1932)**

Eduardo Oliveira Parente

Fortaleza – CE, 2008

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL**

**OPERÁRIOS EM MOVIMENTO: A TRAJETÓRIA DE LUTA DOS
TRABALHADORES DA CEARÁ LIGHT.
(FORTALEZA, 1917 – 1932)**

Eduardo Oliveira Parente

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História Social.
Orientador: Prof. Dr. Frederico de Castro Neves.

Fortaleza – CE, 2008

P252o Eduardo Oliveira Parente

Operários em movimento: a trajetória de luta dos trabalhadores da Ceará Light (Fortaleza, 1917 – 1932) / Eduardo Oliveira Parente. 2008. 205f. ; 30 cm

Orientador: Prof. Dr. Frederico de Castro Neves.

Dissertação (Mestrado) em História Social. Universidade Federal do Ceará. Departamento de História, Fortaleza, 2008.

1.Trabalhadores – Fortaleza(CE) – Atividades Políticas – História 1917 – 1932 2.Movimento Operário – Fortaleza(CE) – História – 1917-1932 3.Sindicalismo – História – Fortaleza(CE) – 1917-1932 I. Neves, Frederico de Castro II. Universidade Federal do Ceará – Mestrado em História Social III. Título

CDD 331.1098131

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO (MESTRADO) EM HISTÓRIA SOCIAL

**OPERÁRIOS EM MOVIMENTO: A TRAJETÓRIA DE LUTA DOS
TRABALHADORES DA CEARÁ LIGHT.
(FORTALEZA, 1917 – 1932)**

Eduardo Oliveira Parente

Esta dissertação foi julgada e aprovada,
em sua forma final, pelo orientador e
demais membros da banca examinadora
composta pelos professores:

Prof. Dr. Frederico de Castro Neves – UFC
(Orientador)

Prof^a. Dr^a. Edilene Toledo – UNIFESP

Prof^a. Dr^a. Adelaide Gonçalves – UFC

Prof. Dr. Franck Ribard – UFC
(Suplente)

Agradecimentos

Em primeiro lugar, à meus pais, aos quais muito devo, agradeço os ensinamentos de vida, o carinho e apoio. Sem o esforço abnegado de ambos, nada teria sido possível.

Agradecimentos especiais vão, também, para a professora Edilene Toledo, primeira orientadora desta pesquisa, que soube, com grande sensibilidade e extrema sabedoria, oferecer direcionamentos precisos, indicações inestimáveis e reflexões densas. Ao mesmo tempo, agradeço o professor Frederico de Castro Neves, que assumiu a orientação quando do afastamento da prof^a Edilene. Seu acompanhamento, sempre sábio, sereno, objetivo e competente, proporcionou as condições necessárias e imprescindíveis para a continuidade da pesquisa, mantendo o mesmo patamar de qualidade nas orientações. Aos dois devem ser creditados os méritos porventura existentes neste trabalho.

Agradeço também ao Prof. Franck Ribard e a Prof.^a Adelaide Gonçalves que, no exame de qualificação, apontaram questões e ofereceram sugestões de extrema relevância para a proposta da pesquisa.

Não poderia esquecer dos grandes amigos Ana Cristina e Raimundo Hélio, cuja amizade inabalável muito me ajudou durante todo o período do mestrado, tanto nas discussões e reflexões historiográficas, oferecendo sempre um auxílio prestativo na leitura cuidadosa das primeiras versões de boa parte do material presente nesta dissertação, quanto na vida pessoal, tornando mais amena e divertida esta fatigante temporada. Aos dois, muito obrigado.

Aos colegas de mestrado, pelas discussões durante as disciplinas, convivência acadêmica e compartilhamento de angústias também dedico sinceros agradecimentos.

Agradeço também à FUNCAP, pela concessão da bolsa de Mestrado. Em um país carente de investimentos na educação, a Funcap segue cumprindo seu papel de, na medida do possível, oferecer uma contribuição para auxiliar a formação de bons profissionais.

Resumo

Esta pesquisa pretende analisar a trajetória de luta e organização dos trabalhadores da companhia inglesa *Ceará Tramway, Light and Power Company*, no período compreendido entre 1917 e 1932. Nosso estudo se propõe averiguar os processos de mobilização e organização adotados por estes operários, focalizando o conteúdo específico de suas demandas, as formas de negociação com os patrões e as estratégias de luta postas em prática. Ao mesmo tempo, analisaremos as opções políticas e ideológicas abraçadas em cada período grevista e como tais experiências contribuíam para a configuração da cultura política dos trabalhadores.

Palavras-chave: movimento operário, associativismo, cultura operária.

Abstract

This paper tries to analyze the fighting and organizational trajectory of the employees of the British company *Ceara Tramway Light and Power Company*, between the years 1917 and 1932. Our study intends to investigate the processes of mobilization and organization adopted by these workers, focusing on the specific contents of their demands, the negotiation practices with their bosses and the fighting strategies they used. At the same time we will analyze the political and ideological options embraced by the workers on the each strike period and how those experiences contributed to the configuration of the political culture of the workers.

Keywords: Worker's movement, associativism, proletarian culture.

Sumário

Introdução	08
Capítulo 01: “O tufão das reivindicações operárias”: trabalho urbano e conflitos sociais	19
1.1) “Firmes na defesa de seus interesses”: um sujeito coletivo em formação (1917, 1919, 1925).....	20
1.2) Bondes, Luz e Força: serviço público, capital estrangeiro e trabalhadores urbanos.....	35
1.3) Um “movimento popular de protesto” contra a Light: a revolta de 1925 em Fortaleza.....	54
Capítulo 02: Greve, Comunismo e Nacionalismo entre os Trabalhadores da Ceará Light em 1929	79
2.1) “Direitos” e “Vantagens”: A Negociação.....	80
2.2) “Abaixo o Imperialismo explorador do nosso sangue”: O Conflito.....	93
2.3) “Desordem nos espíritos... desordem nas ruas”: Comunismo e Nacionalismo.....	112
Capítulo 03: Controle Operário, Sindicalismo e Corporativismo na greve dos trabalhadores da Light em 1932	129
3.1) “Trabalhando para o engrandecimento moral, intelectual e material da classe”: aspectos da cultura associativa dos trabalhadores da Light.....	130
3.2) Invertendo a hierarquia: controle operário, solidariedade e mediação.....	146
3.3) “Dentro da ordem e da justiça”: a dinâmica da greve de 1932 e suas repercussões.....	167
Considerações Finais	194
Fontes	199
Bibliografia	201

Introdução

Em visita ao Sindicato dos Eletricitários (SINDELETRO), tivemos a oportunidade de conhecer um pouco melhor a dinâmica associativa atual, experiência que aguçou ainda mais nossa curiosidade quanto às formas anteriores de organização e luta encetadas pelos trabalhadores. Todavia, lamentavelmente, tal instituição já não dispunha, no momento, de documentos oriundos de períodos pretéritos. Todos perdidos, seja pela repressão da Ditadura Militar, seja pelas mudanças na sede do sindicato, que acabam provocando perdas irreparáveis. Esta ausência de registros escritos, por outro lado, contrastava enormemente com a honra ostentada pela diretoria, funcionários e sócios quanto à longevidade da organização. Mais de 70 anos de existência. Afirmativa ‘comprovada’ pela placa na sala de entrada do prédio. A contagem parte do ano de 1936. Data inaugural, um verdadeiro marco fundador da agremiação, quando os trabalhadores conquistam o reconhecimento oficial para seu sindicato junto ao Ministério do Trabalho, de acordo com a legislação em vigor na época.

Para a memória social deste sindicato – perpetuada por uma publicação dos anos 1980 e ainda disponibilizada por antigos membros da diretoria, hoje afastados, para sócios e visitantes – e de seu grupo operário, o ano de 1936 seria, de fato, a origem da referida associação. A publicação intitulada “*Comemoração [de] meio século de fundação e um século do dia do trabalhador*” pretende ser a síntese da história organizativa e reivindicatória da coletividade, desde este momento inaugural até a redemocratização em meados dos anos 80 do século XX.

No corpo do texto, todavia, podemos ler um trecho bastante sugestivo e instigante:

A história da organização e das lutas dos trabalhadores eletricitários cearenses começou, na realidade, muitos anos antes do reconhecimento oficial de nosso sindicato em 1936. O nosso passado e as nossas lutas se entrelaçam, chegando a confundir-se com a própria história da eletrificação do Ceará...¹

¹ **Comemoração meio século de fundação e um século do dia do trabalhador.** Fortaleza: Sindicato dos Trabalhadores da Energia Termoelétrica no Estado do Ceará, 1986. p. 07.

Embora a referência a um 'passado de luta' que se entrelaçaria com o processo de eletrificação do Ceará seja destacado na supracitada passagem, a memória social do Sindicato, expressa neste texto, não recua além do início dos anos 1930. Em outro trecho, somos informados que “naquele tempo, já atuava há alguns anos a Associação dos Operários e Empregados da Ceará Light, organização que mais tarde se transformou em Sindicato da categoria”.² Tal agremiação teria sido formada “graças ao idealismo e perseverança de alguns companheiros”. Dentre os nomes mencionados, destacam-se “mestre Luiz” - não se sabe o nome completo -, indivíduo benquisto e respeitado pela população e pelos trabalhadores da Light que, apesar de não ser um funcionário da empresa, “percebendo as difíceis condições de trabalho e vida dos companheiros, organizou e fundou a Associação dos Operários e Empregados da Light, tornando-se também o primeiro presidente da Associação”, seguido depois por Manuel dos Santos, “que contou com a indispensável ajuda de mestre Luiz em sua gestão”. O trabalho perseverante de ambos teria despertado “nos empregados da Light uma nova esperança de melhoria nas suas condições de vida e trabalho”.³

Ao lado destes dois 'heróis fundadores', que teriam lançado as sementes da organização dos eletricitários, também figurariam os nomes do fiscal de bondes Moisés de Azevedo e do tenente Severino Sombra, organizador no início dos anos 1930 da Legião Cearense do Trabalho. Prosseguindo na narrativa descobrimos que:

Foi nas vésperas da ditadura do Estado Novo que aqueles corajosos companheiros de então, liderados pelo fiscal de bonde Moisés de Azevedo, conseguiram o reconhecimento oficial do governo e registraram a 14 de maio de 1936, no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio sob o número 20.744, o 'Sindicato dos Operários e Empregados da Ceará Light', se instalando logo depois em um pequeno e modesto imóvel recém adquirido, situado na Av. Boulevard Visconde do Rio Branco nº 2879, bairro do Joaquim Távora (imóvel até hoje pertencente ao Sindicato).⁴

² Idem, p. 09.

³ Idem, p. 10.

⁴ Idem, p. 11.

Assim, organizados em seu sindicato e dispendo de apoio social proveniente de outras instituições, os trabalhadores lighteanos se lançam na “afamada greve de 1937”:

As negociações iniciadas pelo Sindicato chegam a um impasse e ocorrem diversas paralisações, tendo como ponta de lança os companheiros condutores e fiscais de bondes. O Sindicato contava com o apoio constante e participativo da Legião Cearense dos Trabalhadores nas greves e negociações, lideradas pelo tenente Severino Sombra. A legião e o nosso sindicato promoveram a célebre greve dos bondes em 1937. A questão básica versava sobre as péssimas condições de trabalho e baixos salários. O tenente Severino exercendo uma liderança incontestada conduz à paralisação. As adesões vão ocorrendo até que o movimento paralisa todos os bondes. A direção da Light recua e aceita as condições apresentadas pela comissão de negociação e os trabalhadores conseguem assim a sua grande e histórica vitória.⁵

“Grande e histórica vitória”. Ao lado de seu marco fundador e seus heróis pioneiros, uma conquista coletiva, fruto da luta perseverante e firme do conjunto dos trabalhadores, fecha este período da história do Sindicato e dos operários que lhe confere vitalidade. Todavia, devemos destacar a confusão na datação presente na narrativa. Esta “afamada greve”, na realidade, não ocorreu em 1937, mas em 1932, como indicam nossas pesquisas. O ‘erro’, ou falta de precisão na cronologia, provavelmente, deve-se às próprias características da memória individual ou social, que não cabe analisar no presente trabalho.⁶ Vejamos, inclusive, alguns elementos: em 1937, a Legião Cearense do Trabalho é extinta quando da instauração da ditadura do Estado Novo e, por esta época, já não contava com o tenente Severino Sombra como liderança.

Além destes momentos, podemos verificar que, de acordo com esta memória institucional, durante o Estado Novo “os companheiros não perderam seu entusiasmo” e que, ao final da década de 1940, a Light sofreria uma intervenção governamental e seria encampada pela prefeitura de Fortaleza, com apoio do governo federal. Além disto, ganha destaque, como parte do “folclore da Light”, o papel dos patrões ingleses, “conhecidos pelo seu

⁵ Idem, p. 12.

⁶ No caso, também pode ser simplesmente um erro gráfico, pois, na sala de entrada do Sindicato podemos ver uma réplica de bonde (em miniatura) com a inscrição “greve de 1932”, datação condizente com o resultado de nossas pesquisas.

excessivo rigor na disciplina e por sua grande avareza”.⁷ A Light iniciou suas atividades na capital cearense em 1913, detendo a concessão da produção de energia elétrica e transporte público por bondes até 1947. Sua inserção em Fortaleza alterou, em parte, o cotidiano e a feição da cidade, com a instalação das linhas condutoras de energia, assentamento dos trilhos e circulação dos tramways. Para nosso objetivo interessa estudar as condições de trabalho, formas de organização e luta dos trabalhadores diretamente engajados na estrutura da companhia inglesa, entre 1917 e 1932.

*

*

*

Em suas memórias, Otacílio de Azevedo, de certa forma, nos convida a ‘visitar’ uma outra cidade, por assim dizer; uma outra época, mais corretamente falando. Suas reminiscências (bem como as de outros cronistas) desvelam uma cidade com um ritmo de vida intenso, cheia de surpresas e com uma infraestrutura em progressão (se comparada a seu local de origem).

Dentre as variadas experiências da vida do autor, nos interessa uma em particular: sua vivência como operário da companhia inglesa Ceará Light. Referindo-se a tal período, Otacílio de Azevedo escreveu um conjunto de versos, das quais extraímos as seguintes estrofes:

Empreguei-me na Light o longo espaço
de três anos brutais, consecutivos,
as forças diminuindo no cansaço
ante um grupo integral de homens cativos
(...)
Contristava-me a vida de operários
jungidos ao labor de unhas e dentes,
ante a miséria horrenda dos salários
e a revolta final dos impotentes.⁸

A visão que nos é apresentada, sem dúvida, não difere daquelas que conhecemos de outros locais, seja elaborada pelos próprios trabalhadores e divulgada pelas páginas da imprensa (em especial a imprensa operária) ou por

⁷ **Comemoração meio século de fundação e um século do dia do trabalhador.** Op. Cit. p. 11-16.

⁸ AZEVEDO, Otacílio de. **Fortaleza Descalça: reminiscências.** Fortaleza: UFC/Casa de José de Alencar, 1992. p. 90.

parte de cronistas que se interessavam por conhecer e relatar a situação vivida pelos operários das fábricas, oficinas, serviços públicos, etc.

Se ‘cansaço’ e ‘miséria’ são lugares-comuns da condição operária, diretamente relacionadas ao excesso de trabalho (notadamente insalubre) e, inversamente, os escassos recursos materiais obtidos, nem por isso a investigação histórica pode se restringir a relatar esta dimensão da experiência dos trabalhadores. Uma situação de carência geral, provocando uma sensação de desamparo e insegurança, por mais que seja um dado básico de grande significação, não pode ser tomado como tudo o que representa a vida de um trabalhador.

Ao afirmarmos isto, estamos indicando que pretendemos vislumbrar sujeitos dotados de ação, sujeitos ativos, buscando alternativas para contornar, mitigar, superar ou resolver suas difíceis condições de existência; criando espaços de sociabilidade; firmando solidariedades e alianças desenvolvidas no cotidiano de trabalho (e possivelmente fora dele); e forjando e/ou reforçando vínculos identitários de extrema relevância para a gestação de suas ações coletivas, demonstrando que não são tão ‘impotentes’ como poderia supor o cronista.

Como nossa pesquisa almeja demonstrar, existe uma importante e nada desprezível trajetória de luta, protagonizada pelo conjunto dos trabalhadores da Light, que nos interessa conhecer e explicar. Tratam-se de motoneiros e condutores de bonde, fiscais, operários das oficinas e da usina de energia. Pessoas que construíram suas identidades a partir de uma gama de experiências de trabalho, de associação e de mobilização, cuja compreensão pode nos ajudar a perceber um pouco melhor as dificuldades vivenciadas por trabalhadores de outras plagas, em sua luta por reconhecimento público, ampliação da cidadania e melhores condições de vida.

Na ausência de registros produzidos pelos próprios trabalhadores, no Sindicato, em particular, tivemos que adotar uma postura que procurasse sua presença – parafraseando Maria Célia Paoli – “na fala dos outros”.⁹ Assim, verificamos relatórios elaborados por autoridades públicas – Secretários de

⁹ PAOLI, Maria Célia. *Os trabalhadores urbanos na fala dos outros. Tempo, espaço e classe na História Operária Brasileira*. In: LEITE LOPES, José Sérgio. (Coord.) **Cultura e Identidade Operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora**. UFRJ - Museu Nacional: Marco Zero, 1982.

Segurança e Secretários do Interior – cronistas, mensagens presidenciais e, principalmente, uma considerável variedade de periódicos, das mais diversas tendências políticas. Desta massa documental foram emergindo, aos poucos, aspectos da presença destes operários na cena pública e, na medida do possível, um pouco da sua própria “fala”. Delimitamos, portanto, nosso interesse no processo de constituição deste grupo enquanto ator político coletivo, no seu fazer-se e refazer-se, acompanhando esta trajetória e as mudanças na influência ideológica correspondente. Desta forma, nossa pesquisa verifica tanto aspectos sincrônicos quanto diacrônicos desta experiência, embora sua ênfase esteja nesta última.

Nas obras de memorialistas, como Otacílio de Azevedo, Blanchard Girão, Mozart Soriano Aderaldo e Raimundo de Menezes, além de detalhes importantes sobre o cotidiano da cidade, em geral, podemos encontrar referências significativas sobre a inserção e presença da *Ceará Light* na capital cearense, seu papel social e (no caso específico de Otacílio de Azevedo, como já mencionamos) aspectos das relações de trabalho no interior da companhia. Assim sendo, através da mediação subjetiva e, logicamente, seletiva, de tais cronistas, em algumas ocasiões expressando uma crítica nostálgica a períodos anteriores, podemos captar elementos de grande valor para nossa análise.

Ao se organizarem e reivindicarem, os trabalhadores acabam (voluntária e involuntariamente), atraindo a atenção e intervenção do governo e dos órgãos policiais. Através das rápidas e, normalmente, sucintas menções, nas *Mensagens e Relatórios*, aos movimentos dos operários da Light, podemos identificar as motivações dos trabalhadores – e, por conseguinte, as dificuldades vivenciadas cotidianamente no ambiente de trabalho. Ao mesmo tempo, torna-se possível entender o posicionamento governamental quanto à chamada ‘questão social’ e os mecanismos postos em execução pelo governo e pela polícia em relação às greves. Vale ressaltar que tais documentos são *públicos*, no duplo sentido da palavra – não representam informações que só circulariam dentro dos gabinetes, entre poucas pessoas –, foram feitos para serem lidos e divulgados publicamente. Ou seja, tanto o Presidente do Estado quanto o Chefe de Polícia procuravam, através do texto escrito, formulado como uma espécie de prestação de contas acerca da própria atuação, criar

uma imagem positiva de seu trabalho e realçar o próprio êxito e competência no trato de quaisquer questões surgidas.

Como optamos por concentrar nossa atenção nos movimentos coletivos organizados por estes trabalhadores, os periódicos se tornaram fontes imprescindíveis para acompanharmos as formulações e reivindicações dos lighteanos, as negociações com a companhia, os conflitos, as idas e vindas dos movimentos bem como suas repercussões, tanto local, quanto nacionalmente.

Os periódicos variam bastante no que se refere ao posicionamento político-ideológico. Jornais como o *Correio do Ceará* e *O Nordeste*, ambos de orientação católica e conservadora, sendo o primeiro – fundado em março de 1915, no período aqui abordado – propriedade de A.C. Mendes, e o segundo, ligado a Arquidiocese de Fortaleza, tendo iniciado sua circulação em junho de 1922. O *Correio do Ceará* foi um dos mais longevos periódicos a circular no estado e pode ser considerado um dos inauguradores de um jornalismo informativo. O *Nordeste* também teve uma longa duração, adotando uma postura semelhante ao *Correio* – no que se refere à inclusão de vasto noticiário – sendo, porém, mais militantemente católico, o que logicamente se explica por estar ligado a Arquidiocese.

Outros expressavam um posicionamento mais liberal e de “esquerda”, tais como *O Povo*, *Gazeta de Notícias*, *A Razão*, *O Ceará*. Este último, fundado pelo jornalista Júlio Matos Ibiapina, em 1925, renovou a imprensa local ao ampliar o número de páginas (quando antes a maioria circulava com edições restritas), fenômeno copiado pelos demais periódicos. De maior importância ainda seria a franca postura democrática e liberal adotada pelo grupo editor do jornal. Acompanhando o noticiário, viriam colunas como “queixas do povo”, abrindo espaço para reclamações e demandas da população, ou ainda, as pesquisas acerca da situação da classe trabalhadora da capital, demonstrando uma preocupação com os grupos de menor poder aquisitivo. O *Ceará*, todavia, não duraria muito, deixando de circular em 1930. Já *O Povo*, fundado pelo também jornalista Demócrito Rocha, em janeiro de 1928, teria melhor sorte, continuando a circular ainda hoje. A linha preconizada pelo periódico fundamentava-se em uma acirrada crítica ao liberalismo-oligárquico da Primeira República e, no pós-1930, apoiaria a causa da reforma social do país, preconizada pelo governo provisório de Getúlio Vargas.

Outros, como o periódico *Gazeta de Notícias*, que começou a ser publicado em julho de 1927, sendo empastelado logo em seguida, e, depois, voltando a circular, também adotavam uma postura mais democrática e liberal. No período aqui abordado, era propriedade da família Drummond. *A Razão*, por sua vez, definia-se como “independente, político e noticioso”. Temos ainda *A Esquerda*, circulando a partir de janeiro de 1928, de poucas edições, devido à censura e perseguição governamental. Teve como diretor o jornalista Jáder de Carvalho. Já o *Diário do Ceará*, sob a direção e propriedade de Pedro Firmeza, desde setembro de 1920, funcionou como órgão de divulgação do governo estadual até 1930, quando deixou de ser publicado. O *Jornal do Commercio*, por sua vez, surgido em abril de 1924, era porta-voz do Partido Republicano e Conservador, adotando, logicamente, uma postura de “direita”. Também desapareceu em 1930.¹⁰

Alguns periódicos operários também foram utilizados, tais como *Ceará Socialista*, órgão do Partido Socialista Cearense e *Voz do Graphico*, órgão da Associação Graphica do Ceará e *O Legionário*, semanário de divulgação da Legião Cearense do Trabalho.

Segundo argumentou Daniel James¹¹, teria ocorrido o abandono, por parte das novas gerações de pesquisadores, de certos temas clássicos da historiografia do trabalho, que anteriormente formavam o “núcleo” deste campo de pesquisas: desenvolvimento e transformação das organizações operárias e as conexões entre a organização da produção (entendida como relações de trabalho), a formação da classe e as ações coletivas dos trabalhadores. Ainda de acordo com este autor, as novas pesquisas, dedicadas a temas e objetos mais circunscritos, não teriam operado uma síntese da história do trabalho. Decerto podemos duvidar se, de fato, a produção brasileira teria realmente abandonado tais temáticas (creio que não é o caso), mas essa ponderação é pertinente como um alerta para a reflexão. Tais temas, acima elencados, continuam sendo imprescindíveis para uma compreensão adequada da experiência dos trabalhadores.

¹⁰ NOBRE, Geraldo da Silva. **Introdução à História do Jornalismo Cearense**. (edição fac-similar). Fortaleza: NUDOC / Secretaria da Cultura do Estado do Ceará – Arquivo Público do Ceará, 2006.

¹¹ JAMES, Daniel. *O que há de novo, o que há de velho? Os parâmetros emergentes da história do trabalho latino-americana*. In: ARAUJO, Ângela. **Trabalho, Cultura e Cidadania: um balanço da história social brasileira**. São Paulo: Scritta, 1997.

Silvia Petersen¹², por sua vez, sugere que uma possibilidade de renovação, na historiografia do trabalho, estaria na ampliação geográfica, ou seja, pesquisas dedicadas a outros espaços fora do eixo Rio - São Paulo. Esta ‘história regional’, desde que conectada a dinâmica do movimento operário nacionalmente, permitiria um avanço no conhecimento.¹³ Nesta perspectiva podemos inserir os estudos voltados para categorias específicas de trabalhadores (ou estudos de caso como alguns preferem dizer). Vale ressaltar que não se trata de encontrar nos estudos específicos os equivalentes locais dos processos nacionais.

Ao que parece, os estudos na área têm se voltado para certa reavaliação de noções e interpretações até então estabelecidas e aparentemente incontestas, por um lado, e para uma ampliação nas temáticas sobre as condições de vida, cultura e luta dos trabalhadores, por outro. Neste processo destacamos tanto a ênfase na diversidade inerente à classe operária quanto um reexame da operacionalidade de conceitos-chave – como o de classe, por exemplo. Neste domínio, os aspectos teórico-metodológicos ganham destaque. Se a chamada “guinada lingüística” não chegou a se fazer sentir nas pesquisas sobre os trabalhadores, ao menos no Brasil, sua menção já aponta para um problema sério. Emília Viotti¹⁴ sugere que se trata de uma polarização de paradigmas, tendo alguns pesquisadores passado (um tanto acriticamente) de um reducionismo econômico para um reducionismo cultural, eminentemente antidialético. Segundo a autora seria o momento de proceder uma síntese entre ambas as tendências, fazendo justiça a complexidade da experiência humana.

¹² PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. *Cruzando fronteiras: as pesquisas regionais e a história operária brasileira*. In: ARAUJO, Ângela (org.) Op. Cit.

¹³ Para Ângela de Castro Gomes, respondendo as colocações de Daniel James, na historiografia brasileira sobre os trabalhadores, não existia, de fato, “uma síntese”, que teria sido criticada e abandonada por uma literatura recente. Segundo ela, “tivemos uma literatura que foi produzida e, principalmente, que foi lida como uma grande interpretação sobre o movimento operário em todo o Brasil”. A mesma autora ainda argumenta não perceber, ao menos para o caso brasileiro, “uma ausência tão grande e radical de temas que digam respeito à questão das organizações sindicais e políticas dos trabalhadores e também da reflexão sobre o próprio processo de formação da classe trabalhadora e de suas relações com o Estado”. Ver: GOMES, Ângela de Castro. *Temas Clássicos, Temas Novos, Perspectivas Renovadoras*. In: ARAUJO, Ângela. (org.) Op. Cit., p. 142.

¹⁴ COSTA, Emília Viotti da. *Novos Públicos, Novas Políticas, Novas Histórias: do reducionismo econômico ao reducionismo cultural: em busca da dialética*. **Anos 90**. Revista do Programa de Pós-Graduação em História, nº 10, dezembro. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

Tendo em mente tais colocações de cunho teórico e metodológico, nossa pesquisa pretende acompanhar os esforços agremiativos e os momentos de mobilização deste conjunto de trabalhadores (motorneiros, condutores, fiscais, operários das oficinas e da usina de energia), adotando como periodização os anos de 1917 a 1932. A baliza inicial toma como referência a primeira grande greve da categoria. A segunda, por sua vez, se justifica como o momento de uma importante conquista coletiva destes trabalhadores, fato reconhecido contemporânea e posteriormente. Objetivamos acompanhar a experiência destes trabalhadores, portanto, a partir de alguns episódios significativos: as greves. Nestes momentos, as ações dos operários ganham uma visibilidade não alcançada no cotidiano. Ressaltemos que uma greve não mobiliza somente aqueles que dela tomam parte diretamente. Sendo uma relação dinâmica, nos apresenta simultaneamente o patronato, o Estado e os demais membros da sociedade, em ligações múltiplas, forçando a tomada de posição, fazendo aflorar seus comprometimentos e posicionamentos. Assim sendo, ao focalizarmos as ações e motivações dos lighteanos, não podemos perder de vista as numerosas redes de relações estabelecidas com outras categorias operárias e demais classes sociais e instituições.

Basicamente, os movimentos paredistas organizados por estes trabalhadores ocorreram em 1917, 1919, 1925, 1929, 1932. Cada uma destas greves possuía sua dinâmica própria: reivindicações específicas, influências ideológicas particulares, maior ou menor índice de participação, a forma de intervenção da polícia e do Estado, o apoio recebido de outros grupos operários, etc., além das condições do contexto local, nacional e internacional que sem dúvida têm o seu peso.

Desta forma, se, por um lado, optamos por concentrar nossa atenção em um único grupo operário de uma única empresa, por outro, poderemos verificar certa variedade de orientações político-ideológicas em diferentes conjunturas. E, como já dissemos, por tratar-se de um setor estratégico para a vida urbana, a dinâmica reivindicativa destes trabalhadores incidia no movimento operário local e colocava questões debatidas no conjunto do país.

No primeiro capítulo analisamos, inicialmente, as primeiras mobilizações organizadas pelos operários da Ceará Light (1917, 1919 e 1925), que marcam a “aparição” destes operários na cena pública, enquanto sujeito político

coletivo. Atentaremos para suas motivações, para a relação dos trabalhadores com a empresa e o Estado, estabelecendo as conexões entre tais movimentos e as respectivas conjunturas sócio-econômicas bem como seus desdobramentos políticos. Além disso, verificaremos as formas de gestão da força de trabalho, os mecanismos de dominação e a estrutura empresarial-hierárquica da Light. Por fim, nos dedicaremos a explicar uma impressionante revolta popular urbana, contra a Light, em 1925.

No segundo capítulo, analisaremos um novo momento nas formas de organização e mobilização dos operários da Light: a greve de 1929. Em diálogo com o comunismo e tendo um militante bolchevista como liderança, estes trabalhadores estabeleceram formas de reivindicação e negociação diferenciadas daquelas postas em execução anteriormente. Este novo movimento, significativo, em particular, pelos métodos de protesto, que envolviam a tomada do espaço público, demonstraram a habilidade dos trabalhadores para auferir um amplo apoio social que repercutiu em importantes modificações em sua cultura política.

No terceiro capítulo, iniciaremos uma análise da cultura associativa dos trabalhadores lighteanos, conforme nos foi possível verificar através dos estatutos do sindicato da categoria, para, em seguida, nos dedicarmos a estudar e explicar as novas e importantes demandas formuladas pelos operários, agora em diálogo com a Legião Cearense do Trabalho, à companhia. Tais reivindicações contemplavam desde medidas imediatas (readmissão de operários, afastamento de um chefe despótico) até a criação de mecanismos de controle operário sobre as relações de trabalho, implicando a institucionalização do poder operário dentro da empresa, percebida pela companhia como uma inversão da hierarquia. A greve que se seguiu (1932) representou uma mudança nos métodos de protesto e na obtenção de uma intervenção favorável do próprio Ministério do Trabalho. Os significados deste evento, no que concerne à implantação do sindicalismo oficial, à legislação trabalhista e ao papel do Estado, são analisados sobre a ótica dos principais atores envolvidos: trabalhadores, patrões e governo.

Capítulo 1

“O tufão das reivindicações operárias”: trabalho urbano e conflitos sociais.

Concluindo seu período administrativo à frente do governo estadual, o presidente do Estado, João Thomé de Saboya e Silva, como já era de praxe, enviou à Assembléia Legislativa sua *Mensagem*. Como tal, o referido documento abarca, sinteticamente, os mais variados aspectos de interesse público. No item referente à “Ordem Pública”, podemos ler a seguinte passagem:

Nenhum facto de excepcional gravidade veio perturbar a ordem pública no período que este documento abrange.

O tufão das reivindicações operárias não chegou até nós com o cortejo de factos alarmantes verificados em outros paizes e no próprio território nacional. Algumas greves, como a do pessoal da Ceará Tramway e dos homens do mar foram resolvidas satisfactoriamente, dentro de pouco tempo, sem maiores prejuízos para o serviço público. Prova do feitio eminentemente pacífico de nossa gente foi a repulsa à agitação que alguns espíritos irreflectidos tentaram promover entre os infelizes sertanejos que enchiam as ruas desta capital, quando mais intensa a Fome se fazia sentir.¹⁵

Pelo olhar do Presidente do Estado temos, resumidamente, um pouco da diversidade dos movimentos sociais que eclodiram no Ceará nos últimos anos da década de 1910: greves de trabalhadores na Ceará Tramway, Light and Power (1917 e 1919), greve dos “homens do mar”, levas de sertanejos retirantes que “enchiam as ruas” da capital devido às secas (1915 e 1919) e possível ameaça de um levante geral destes últimos, incitada e promovida (supostamente) por “alguns espíritos irreflectidos”. Podemos ainda acrescentar que, neste período e no início dos anos 1920, houve uma ampliação no número de associações operárias (ao mesmo tempo em que circulou uma imprensa animada por um ideário anarquista) e o surgimento de um Partido Socialista que fez publicar o jornal *Ceará Socialista*.

¹⁵ MENSAGEM apresentada à Assembléia Legislativa do Ceará pelo Presidente do Estado Dr. João Thomé de Saboya e Silva em 1920, p. 46.

O crescimento das “reivindicações operárias”, no Ceará, era percebido pelo governante como parte de um conjunto de eventos nacionais e internacionais semelhantes e correlatos, ao mesmo tempo em que deles se distanciaria pela magnitude com que ocorreu, poupando o estado de vivenciar um “cortejo de factos alarmantes”. Decerto, somente por comparação poderíamos minimizar a intensidade dos movimentos sociais do período, ou, como propõe o Presidente, recorrendo a explicações como o caráter “eminentemente pacífico de nossa gente”, expediente impreciso, imponderável e decididamente atemporal, típico de uma mentalidade conservadora que acredita que as classes subalternas só se revoltam se instigadas (ou iludidas) por elementos externos e de idéias subversivas. Somente assim, contraditoriamente, seria possível ao governante iniciar sua explanação afirmando que “Nenhum facto de excepcional gravidade veio perturbar a ordem pública no período que este documento abrange”. Obviamente, trata-se de garantir e reafirmar o próprio êxito no trato da questão social, nas mais diversas formas em que esta se apresenta.

Para este capítulo, pretendemos analisar especificamente o surgimento na cena pública, enquanto sujeito político coletivo, dos trabalhadores da Ceará Light, contextualizando sua ação no processo mais geral de surgimento da “questão social” demandando a atenção do governo e da situação específica vivenciada no Ceará deste período. Inicialmente, tratamos das primeiras greves organizadas por parte destes trabalhadores (1917, 1919 e 1925); em seguida, analisamos a inserção e atuação da companhia inglesa Ceará Tramway, Light and Power em Fortaleza no que se refere à organização do trabalho e aos mecanismos de controle sobre os trabalhadores. Por fim, abordamos aspectos de uma revolta popular urbana, contra a Light, em 1925.

1.1 – “Firmes na defesa de seus interesses”: um sujeito coletivo em formação (1917, 1919, 1925).

Com o advento dos bondes elétricos, em 1913, substituindo os tradicionais bondes movidos à força animal, mudanças substanciais começam a se fazer notar no sistema de transporte público em Fortaleza. Em primeiro lugar, toda a significação e atributo de modernidade conferida à eletricidade;

em segundo, a presença de uma companhia estrangeira que gozava do monopólio de produção desta nova fonte energética e do serviço de tramways e que iria, aos poucos, marcar sua presença no cotidiano da capital; por fim, todo o conjunto de trabalhadores urbanos diretamente engajados nestas novas atividades, nestes novos ofícios, sejam aqueles mais vistos cotidianamente a operar os bondes elétricos e mantendo um contato mais próximo e cotidiano com a população (motorneiros, condutores e fiscais) ou aqueles pouco vistos durante o tempo de trabalho, mas cujo esforço era condição e garantia para o funcionamento adequado dos novos veículos: os operários da usina de energia.

Em 1917, assim como os trabalhadores de várias outras regiões do país, estes operários fizeram sua “aparição” na cena pública. Nesta data, foi organizada a primeira greve da categoria. Na *Mensagem* deste ano, o mesmo João Thomé de Saboya e Silva mencionava a pouca alteração ocorrida na ordem pública, explicando tal situação pela “índole pacífica da população cearense” e pela “vigilância e solicitude das autoridades”. O primeiro argumento se tornaria uma constante, como já nos foi possível verificar. O segundo aponta para o bom trabalho da administração estadual a seu cargo, garantindo a resolução plena e a contento de qualquer problema porventura surgido. Seguindo a leitura pelo documento encontramos rapidamente uma ressalva:

Um facto, entretanto, ocorreu nesta Capital, que, embora sem conseqüências graves, não deixou de produzir certo alarme no espírito público. Refiro-me a greve dos motorneiros e conductores de bondes da Companhia Light and Power, os quaes, allegando trabalho excessivo, penas injustas infligidas pela gerência e diminuição de vencimentos por meios indirectos, desde logo conseguiram a completa paralysação do tráfego, a contar de 8 de março, com sensível prejuízo para o commercio e o público em geral.¹⁶

Muito embora os movimentos operários (greves em particular) não fossem, em hipótese alguma, uma novidade no Ceará, uma paralisação no sistema de transporte urbano da capital era. Antes já haviam ocorrido greves

¹⁶ MENSAGEM apresentada à Assembléia Legislativa do Ceará pelo Presidente do Estado Dr. João Thomé de Saboya e Silva em 1917, p. 44.

dos trabalhadores da estrada de ferro de Baturité, em 1891, 1902 e 1912 e dos catraieiros do porto, em 1904. Todas incidindo em atividades relevantes para uma economia baseada no comércio importador e exportador. Neste momento, com a greve dos trabalhadores do tráfego de bondes, a ação operária atingia um setor de destaque para a vida urbana da capital.

A pauta de reclamações contemplada neste momento (“trabalho excessivo”, “penas injustas”, “diminuição de vencimentos por meios indirectos”) aponta para um interesse, por parte dos trabalhadores, de conseguir maior tempo livre, diminuindo a exaustão de longas horas de trabalho, e reduzir as perdas salariais, especialmente em se tratando de uma conjuntura de aumento do custo de vida, que discutiremos posteriormente. Ainda segundo a narrativa do Presidente do Estado:

Já perdurando essa situação anômala por quatro dias e começando o espírito público a se inquietar, embora confiante nas autoridades que incessantemente agiam para que a ordem pública não soffresse maior alteração, resolvi intervir por meios conciliatórios, conseguindo, auxiliado pelo fiscal da Prefeitura junto á Light e pelo advogado da Companhia, que a Gerência desta accettesse uma proposta por mim apresentada, ficando assim resolvido o melindroso caso.¹⁷

Temos rapidamente algumas informações importantes: a duração da paralisação (quatro dias aproximadamente) e a intervenção governamental mediando um acordo entre patrões e operários. Inicialmente podemos imaginar que a significação e importância de tal greve, coincidindo com movimentos similares em outras regiões do país e do mundo, tenha criado uma situação que tornou imperiosa uma atuação firme da presidência estadual, evitando maior inquietação do “espírito público” com um possível alastramento das greves para outras categorias. No caso, pelas próprias características do documento, não são fornecidos maiores dados sobre os acontecimentos destes dias, pois, em primeiro lugar, o sujeito de destaque na narração é o próprio governante, sua ação esclarecida e decidida, expressa em rápidas passagens como “resolvi intervir”, revelando uma visão voluntarista de seu próprio papel, supostamente pouco condicionada ou exigida pelas injunções do movimento, ou ainda afirmações auto-legitimadoras perante o público, que apesar de já

¹⁷ Idem.

apresentar certa inquietação, estava “confiante nas autoridades”. Simultaneamente, parece não haver dúvida que, antes de agir “por meios conciliatórios”, a atuação foi calcada em garantir “que a ordem pública não soffresse maior alteração”, revelando que estamos tratando de um momento no qual a questão social operária ainda é (e não deixaria de ser durante largo período) um tema relativo à “ordem pública”, tópico em que normalmente serão inseridas as informações sobre os movimentos de trabalhadores.

Com a resolução mediada da greve de 1917, somente em 1919 a população de Fortaleza e as autoridades teriam novamente que lidar com uma paralisação dos trabalhadores do transporte público. Na *Mensagem* deste ano, após os tradicionais elogios à “índole ordeira da população, educada no respeito á lei e na obediência ao poder público” e à “vigilância e solicitude das autoridades”, encontramos uma ressalva: a greve de motorneiros e condutores de tramways:

Sob o fundamento de ter sido negado pelo Gerente da ‘The Ceara Tramway Light and Power, Co. Limited’ o augmento de salários que seus motoristas e conductores lhe haviam pedido, declararam-se elles em greve na tarde de 15 daquelle mez [janeiro], exigindo também com o augmento de salários, a execução dos compromissos assumidos pelo dito Gerente por ocasião da greve levada a effeito em 1917.¹⁸

Torna-se evidente que as mesmas queixas da greve anterior ainda eram vivenciadas pelos trabalhadores, agora associadas a um senso extra de inconformismo diante do ludíbrio da Gerência que não estaria cumprindo com o que foi acordado no movimento anterior, mesmo que tal acordo tenha sido efetuado com a chancela governamental, revelando a pouca efetividade das conquistas operárias na época diante do despotismo patronal, sempre cioso de sua autoridade. Ao mesmo tempo, o agravamento das condições e do custo de vida na conjuntura do final da década de 1910 tornava necessário um acréscimo na pauta de requisições dos trabalhadores, para além da manutenção, sem descontos de qualquer espécie, do que já foi ganho: um

¹⁸ MENSAGEM apresentada à Assembléia Legislativa do Ceará pelo Presidente do Estado Dr. João Thomé de Saboya e Silva em 1919, p. 46.

aumento salarial, visando compensar as perdas sofridas com a carestia, tema constante da vida operária.

No *Relatório* do Chefe de Polícia, José Eduardo Torres Câmara, deste mesmo ano, é mencionado que a paralisação do tráfego de bondes “como era natural, ocasionou prejuízos á população e ao commercio” e acrescentava que haviam sido iniciadas “desde o primeiro momento, as providências ao alcance da polícia, não só com o fim de restabelecer o serviço, como especialmente para evitar alteração da ordem pública e acautelar os bens da Companhia”.¹⁹ O “especialmente”, dito na frase do Chefe de Polícia, é revelador do interesse primeiro movendo as atenções policiais: garantir a ordem pública e proteger a propriedade privada, ambas ameaçadas pela ação operária.

No *Relatório do 1º Delegado da Capital*, em anexo ao acima citado, são destacadas algumas medidas de segurança tomadas pelas forças policiais: “No decurso dessa greve teve a polícia, de promptidão nesta Delegacia, um contingente de 21 praças da força pública; um outro de seis na uzina electrica; outro de dez praças na estação de bonds e um outro de 6 no gazometro”. O mesmo delegado ainda destacava sua avaliação do período de greve e um outro motivo para a paralisação, juntamente com o resultado alcançado pelos grevistas:

Durante a greve, que durou três dias, nenhum facto lamentável se registrou, pois que com a reintegração, nos postos respectivos, de três funcionarios da Companhia, os quaes haviam sido demittidos, e com o augmento efectivo de 10\$ sobre os vencimentos dos paredistas, voltaram estes ao trabalho, na noite de 18 do mesmo mez.

(...)

Terminada a greve, como foi, sem incidente, e voltando os paredistas immediatamente ao trabalho, demonstraram que nada mais desejavam que ver realisadas as suas justas aspirações.²⁰

¹⁹ RELATÓRIO do Chefe de Polícia José Eduardo Torres Câmara, apresentado ao Presidente do Estado João Thomé de Saboya e Silva em 1919. Fortaleza: Typographia Moderna-Carneiro e Cia. 1919, p. 04.

²⁰ RELATÓRIO do 1º Delegado da Capital, em anexo ao RELATÓRIO do Chefe de Polícia José Eduardo Torres Câmara, apresentado ao Presidente do Estado João Thomé de Saboya e Silva em 1919. Fortaleza: Typographia Moderna-Carneiro e Cia. 1919, p. 72.

Novamente uma greve curta (três dias apenas) e com uma solução rápida favorável aos paredistas, demonstrando que estes possuíam um alto poder de negociação e pressão. No caso, também merecem destaque as medidas preventivas da polícia: contingente extra de praças em regime de prontidão, ao mesmo tempo em que garantiam com piquetes as instalações da Ceará Light (usina de energia e estação de bondes) e também do Gasômetro, pertencente à outra companhia inglesa: Ceará Gaz Company, situada defronte à usina da Light, no terceiro plano do Passeio Público.

As duas greves, coincidindo com um grande ascenso dos movimentos sociais em várias outras localidades do país e do exterior, demandaram uma atenção extra do governo estadual e das forças de segurança pública. Simultaneamente às paralisações dos trabalhadores da Light, o Ceará vivenciou outros tantos movimentos que conferiam uma dimensão conturbada a esta conjuntura do final da década de 1910: crescimento do associativismo operário em geral; surgimento de uma imprensa operária animada por um ideário anarquista: *Voz do Graphico*, órgão da Associação Graphica do Ceará e *O Combate*, órgão da Federação dos Trabalhadores do Ceará²¹; formação de um Partido Socialista, também editando uma folha semanalmente, *Ceará Socialista*²²; outras greves em categorias importantes como ferroviários e trabalhadores do porto, e as secas em 1915 e 1919, que contribuía para agudizar localmente uma crise de proporções nacionais e internacionais. No caso, justamente esta crise do final da década ajuda a entender o caráter conturbado do período, bem como as características dos movimentos que eclodiram.

Podemos entender algumas das dificuldades vivenciadas pelas classes trabalhadoras de Fortaleza neste período atentando para as reclamações publicadas pelas páginas dos periódicos. Por exemplo, o jornal *Ceará Socialista*, órgão do Partido Socialista Cearense, ao abordar o tema da “Carestia” afirmava:

Não deve existir no sentimento popular a mais leve sombra de
esperança de melhores dias. A vida no Ceará inteiro vae se tornando

²¹ Ambos os jornais foram apresentados integralmente em: GONÇALVES, Adelaide e SILVA, Jorge. **A Imprensa Libertária do Ceará (1908 – 1922)**. São Paulo: Imaginário, 2000.

²² Apresentado em fac-símile em: GONÇALVES, Adelaide. **Ceará Socialista: anno 1919**. Florianópolis: Insular, 2001.

insustentável. Os exploradores da desgraça alheia cada vez mais apertam a sacola do pobre, aumentando, criminosamente, deshumanamente os preços dos gêneros de primeira necessidade. Hontem, era o monopólio do Kerosene, - a especulação mais ignóbil que enriqueceu, em poucos meses, centenas de commerciantes desalmados, que, em outra terra, estamos certos, teriam o castigo merecido. Ninguém dirá o contrário, pois o Kerosene era vendido a elles, commerciantes, a 25\$000 a caixa e revendido aos consumidores, a 100\$, 120\$, 150\$ e até 180\$000! Muitas famílias tiveram os seus lares ás escuras, durante mezes! Hoje, é o café, a farinha, a carne verde, o feijão o arroz, o assucar, o pão, etc., todos esses gêneros, genuinamente nossos, exclusivamente nossos, os quaes subiram seus preços, alguns a mais de 100% (cem por cento!) O café está a 2\$400 e a 2\$600 o kilo. A farinha que era de 140 reis está a 380 rs o litro. A carne a 1\$400 o kilo. O pão de 100 rs não equivale ao que se vendia a 40 rs, ao passo que a farinha de trigo baixou 50% (cincoenta por cento!).²³

O aumento no custo de vida, que foi se tornando cada vez maior, pressionando as frágeis economias operárias, está na raiz do descontentamento social deste momento e ajuda a explicar o alargamento na pauta das demandas trabalhistas dos lighteanos, que já tivemos oportunidade de averiguar: se em 1917, no início da crise, as reclamações se referiam ao regime de trabalho e aos mecanismos empresariais (multas) que reduziam os ganhos dos operários, em 1919, se incluiria uma solicitação de aumento salarial, que permitisse compensar, de certa forma, o déficit provocado pela carestia, ao mesmo tempo em que havia uma preocupação com colegas demitidos, demonstrando a existência de uma visível solidariedade classista.

O mesmo *Ceará Socialista* afirmava que a situação se tornava ainda mais angustiosa devido à seca, aos poderosos e inescrupulosos commerciantes locais e ao Estado, caracterizado pela inércia:

Neste momento angustioso por que passa a terra da fome e do martyrio, agravada, duplamente, pelos flagellos da secca e da política, neste momento repetimos, é quando a exploração commercial mais se intensifica e a deshumanidade mais aviltante persegue o povo trabalhador de nossa terra: o operariado cearense, o trabalhador cearense, o pequeno funcionario cearense. Todos gemem ao peso de chumbo desse passadio caro e péssimo. Entretanto a Associação Commercial, composta dos maiores capitalistas, dorme a sono solto, refestellada, e nem se lembra sequer de que o povo soffre, devido o trust açambarcador, organizado por esses mesmos elementos que a compõem.

²³ Jornal *Ceará Socialista*, 14 de julho de 1919, p.02.

Dormem também, os poderes constituídos do Estado, porque não estabelecem, como é de direito, um preço nos gêneros de primeira necessidade, compatível com as condições econômicas de um povo miseravelmente pobre.²⁴

A conjugação de tão diversos fatores, agravando a situação de carência das classes trabalhadoras, ajuda a explicar a intensidade dos movimentos sociais, conforme analisaram Foot Hardman e Victor Leonardi:

As grandes greves e lutas operárias no Brasil desse mesmo período significaram, em parte, uma explosão de descontentamento e resistência contra a situação crescente de penúria dos trabalhadores. Em face de uma situação insuportável de exploração do trabalho e de perda constante das condições mínimas de vida, os operários chegaram quase espontaneamente a compreender a necessidade de transformação social, lutando nas fábricas e nas ruas contra a ordem republicana capitalista.²⁵

De forma semelhante analisaria Boris Fausto, em estudo clássico, alargando a visão sobre as características (e transformações) vivenciadas pelo movimento operário, nesta conjuntura de 1917 a 1920. Segundo ele, este período:

se define antes de tudo pela emergência de um movimento social de base operária nos centros urbanos do país. Emergência que, no plano das ações coletivas e da organização se reflete em vários níveis: no maior número de greves da História brasileira, concentrado em poucos anos, até o fim da Segunda Guerra Mundial; na realização de algumas grandes manifestações de massa; no avanço da sindicalização; no surgimento de uma imprensa operária de maior amplitude; na modificação das expectativas na vida cotidiana, onde se desenha a esperança de uma alteração revolucionária do sistema social ou pelo menos a tangível possibilidade de uma vida melhor. A este ascenso da classe operária corresponde uma alteração nas relações entre as classes e grupos sociais. A chamada questão social sai de um quase esquecimento e se torna objeto de debate tanto no nível da sociedade civil como do Estado.²⁶

Neste sentido ganha significação a vaga repressiva ao movimento operário que se seguiu a esta conjuntura, bem como as primeiras tentativas de regular, através de instrumentos legais, o movimento social. A intervenção do

²⁴ Idem.

²⁵ HARDMAN, Francisco Foot. e LEONARDI, Victor. **História da Indústria e do Trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte**. São Paulo: Global, 1982, p. 201.

²⁶ FAUSTO, Boris. **Trabalho Urbano e Conflito Social**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 158 e 159.

Estado – de forma cautelosa e pouco eficiente do ponto de vista das conquistas efetivas para os trabalhadores – representou, todavia, uma mudança perceptível. No caso que estamos analisando, a presença governamental, na greve em 1917, parece ter sido positiva para a obtenção das demandas dos trabalhadores, apesar da burla patronal denunciada em 1919. Ficou, porém, a perspectiva que o Estado (e talvez até a polícia) poderia se tornar, e ser aceito, como mediador em caso de disputas. O governo de João Thomé parece ter iniciado uma postura indicativa de diálogo, expresso, também, quando da fundação do Partido Socialista, recebido cordialmente na sede do governo do Estado. Todavia, diferentemente do tratamento conferido aos movimentos de trabalhadores urbanos eclodidos neste período foi a forma com que este mesmo Presidente se portaria quanto às ações e presença de retirantes em Fortaleza. Conforme analisou Frederico de Castro Neves:

Ao que parece, o governo do Estado quis deixar ao máximo possível por conta das instituições de caridade, ou da caridade individual, o atendimento à população de retirantes. Talvez, (...), o Presidente João Thomé e seus auxiliares estivessem convencidos de que uma excessiva intervenção do Estado no mercado de alimentos e de mão-de-obra pudesse ser mais inconveniente do que mesmo a presença de famintos na capital, e o movimento do mercado, ele mesmo, pudesse fazer retornar a oferta de vagas de trabalho e de preços ao nível considerado normal, apesar das condições especiais de escassez por conta da seca. A caridade, portanto, e não medidas governamentais de intervenção no mercado, seria o instrumento mais correto para relacionar-se com os retirantes definindo esse relacionamento no círculo da esfera privada, das iniciativas individuais ou de grupos de indivíduos, como a Liga das Senhoras Católicas, inserindo a assistência social no âmbito de ação da vida religiosa.²⁷

Mas a diferença não deve ser levada muito longe, pois, se houve uma certa aceitação em atuar como mediador, esta foi ditada pelas necessidades e dinâmica do momento, como já destacamos. Além do mais, a questão operária continuaria sendo rotulada como um tema de “ordem pública” e a postura do governo mantêm-se muito mais fundamentada nos postulados liberais do que em uma postura intervencionista. Mesmo assim, em ambas as greves, como já

²⁷ NEVES, Frederico de Castro. **A Multidão e a História: saques e outras ações de massas no Ceará**. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará; Fortaleza- CE: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000. p.90.

destacamos, os trabalhadores obtiveram significativo êxito, mesmo que momentâneo. Uma nova greve só ocorreria em novembro de 1925.

Nesta data o jornal *O Nordeste* noticiava a “desagradável surpresa” provocada por se “acharem em greve os motorneiros e conductores da Light”, deixando a cidade desprovida do “tráfego de bondes”:

Procuramos saber os motivos desse movimento e apuramos o seguinte. A causa imediata da greve fora a demissão, pelo Gerente da “Light”, dum conductor, de nome José Vicente e do fiscal José Cláudio, por irregularidades apuradas no serviço. José Cláudio conta já, na Light e na antiga Companhia Ferro Carril, mais de 30 annos ao serviço de tracção urbana. Por isso os collegas, num movimento de solidariedade de classe, decidiram não trabalhar enquanto seus companheiros não fossem readmittidos.

Além disso, aproveitando-se da occasião, exigiam o pessoal da “Light”, os 30% de augmento que ella lhes promettera quando elevou o preço das passagens. A Light lhes annunciara, então, 30% de augmento; mas, dizem os seus empregados, esse augmento não ia a 30% reaes, mas ficava em pouco mais de 20.²⁸

O Jornal do Commercio, divulgando detalhes da greve, ressaltava que “a noite, por occasião do recolhimento dos bondes á Estação Central, no Boulevard Visconde Rio Branco, o pessoal do tráfego da ‘The Ceara Tramway Light and Power’, combinou entrar em greve.” Decerto, neste momento de encontro e de circulação de informações, no qual os trabalhadores teriam recebido a notícia da demissão dos dois colegas de trabalho, somando-se a queixa salarial, seria propício para uma rápida “assembléia” informal, deliberando-se pela paralisação. O mesmo periódico prosseguia referindo a origem da insatisfação salarial, que “tinha raízes no movimento popular que se esboçou quando foi do augmento das passagens”, pois nesta ocasião “a gerência da empresa inglesa assumira, para com os seus empregados, o compromisso de augmentar-lhes 30% nos salários, o que, parece, ainda não se verificou completamente”.²⁹ No caso, a referida promessa fora feita, de fato, quando houve a elevação das tarifas nas passagens dos bondes e instituição de tramways com classes diferenciadas (1ª e 2ª). Tais mudanças geraram uma ampla insatisfação social expressa em uma revolta popular entre setembro e outubro de 1925. Para evitar enfrentar, simultaneamente, uma revolta e uma

²⁸ Jornal *O Nordeste*, 16 de novembro de 1925, p.04.

²⁹ Jornal do *Commercio*, 16 de novembro de 1925, p. 04 (Folha da Tarde).

greve dos seus trabalhadores, a Light optou por conceder um aumento salarial. Analisaremos com maiores considerações a referida revolta na terceira parte deste capítulo.

Ainda segundo o *Jornal do Commercio*, sendo “Conhecida a resolução da gerência”, quanto à demissão do fiscal e do condutor, “os murmúrios dos pequenos funcionarios, começaram a ecoar”, sendo que nenhum deles teria se apresentado ao trabalho no dia 15 de outubro: “Estava declarada a greve”, somente “alguns empregados, que desconheciam ainda a marcha dos acontecimentos, apresentaram-se ao trabalho”, fazendo, todavia, “causa commum com seus collegas rebellados, pois se inteiraram perfeitamente do que ocorria”. O periódico concluía afirmando que os grevistas “se tem mantido numa attitude pacífica” e estariam “firmes na defesa de seus interesses”, não sendo registrada “nenhuma perturbação da ordem pública”.³⁰

O *Nordeste* destacava, por sua vez, que no mesmo dia 16 havia sido fechado, à noite, um acordo “entre o gerente da Light e o seu advogado dum lado e, do outro, o presidente da Associação dos Chauffeurs e Motorneiros e respectivo advogado”, no qual a gerência reintegrava os trabalhadores demitidos e aceitava conceder, integralmente, os 30% de aumento salarial reclamado. Todavia, “a maioria dos motorneiros e conductores resolveu não aceitar aquella combinação assentada por seu presidente, João Bonifácio. Satisfazia-se a readmissão. Não a contentava, entretanto, a percentagem de aumento”. Alegavam os trabalhadores que o percentual de elevação prometido pela empresa não seria de 30%, mas de 50%. Diante do prosseguimento da greve foi visível, na estação de bondes, “certo movimento agitado”, comparecendo ao local o “delegado Weyne, o capitão Espinheiro e o advogado dos motorneiros, dr. Aduato Fernandes, que conseguiram fazer os grevistas se retirarem pacificamente para as respectivas casas”.³¹ A Light obteve garantias da polícia que não seriam permitidas quaisquer formas de pressão sobre aqueles que porventura se apresentassem ao trabalho.

No dia seguinte, prosseguiria a greve, “embora em menores proporções”, pois a Light “se valeu de pessoal extranho ao serviço e dos elementos que não adheriram a greve”, conseguindo manter em circulação

³⁰ Idem.

³¹ Jornal O Nordeste, 16 de novembro de 1925, p. 04.

alguns tramways. Ao mesmo tempo, era noticiado que, “em diversos pontos da cidade, elementos grevistas e outros que a elles se incorporaram, tentaram impedir o tráfego dos bondes, praticando depredações e ensaiando vaias”. A ação da polícia não tardaria, seja guarnecendo as propriedades da companhia (“Nos pontos terminais e na Estação, foram collacados patrulhas”); seja efetuando “prisões de civis e de empregados da Light que se mantinham em attitude aggressiva”. São citados os nomes dos seguintes motorneiros e condutores: José Balthazar de Freitas, Manoel Soares da Silva, Antonio Luiz do Nascimento, Cesário Gomes de Oliveira, Oscar Barbosa, João Sena Bastos, Feliz Ferreira Furtado, Antonio Salles Ribeiro e Fernando Gonçalves Barros, “dos quaes a Polícia apprehendeu punhaes e outras armas”.³²

O Nordeste destacava, ainda, que:

Há uma certa agitação nas ruas, estando a polícia em desusada actividade.

Na Praça, à chegada e à saída dos bondes, eram estes recebidos com vaias.

Aqui e ali, viam-se rodas de grevistas, cercados de populares.

Em vários pontos das linhas, teve sciencia a polícia de se estarem formando grupos hostis, decididos a impedir o tráfego de bondes.

Logo foram tomadas as providências para garantir os que quiserem trabalhar e evitar desordens.

A polícia apprehendeu as armas de alguns e vae effectuar a prisão dos mais exaltados.³³

O Jornal do Commercio indicava que somente alguns poucos grevistas estariam ainda firmes, “insuflados que são por indivíduos exploradores da tensão de ânimos creada pela greve”.³⁴ Não são dedicados, contudo, maiores esclarecimentos sobre quem seriam tais ‘insufladores’. *O Nordeste*, ao mesmo tempo, informava que o dr. Mozart Pinto Damasceno, até então, advogado da Associação dos Motorneiros e responsável pelo primeiro acordo entre a Light e os grevistas, teria se demitido de suas funções, por não concordar com o prosseguimento da greve decidido pelos operários. Teria assumido seu lugar o advogado Adauto Fernandes.³⁵ A companhia, todavia, mantinha-se irredutível quanto à nova percentagem de elevação salarial exigida pelos trabalhadores

³² *Jornal do Commercio*, 17 de novembro de 1925, p. 01.

³³ *Jornal O Nordeste*, 17 de novembro de 1925, p. 01.

³⁴ *Jornal do Commercio*, 17 de novembro de 1925, p. 01.

³⁵ *Jornal O Nordeste*, 17 de novembro de 1925, p. 04.

grevistas. Diante do pouco apoio, mesmo entre os demais colegas de trabalho, os grevistas manifestavam o propósito de encerrar o movimento e retornar à companhia. No dia 18, *O Nordeste* anunciava que “voltaram ao trabalho todos os que ainda recalcitravam na sua attitude contra a companhia, restabelecendo-se o tráfego com toda regularidade” e destacava o pedido de apoio feito pelos grevistas, no dia anterior, à Sociedade Deus e Mar:

Tivemos conhecimento de que hontem, durante o dia, o pessoal da “Deus e Mar”, foi solicitado pelos grevistas a dar-lhes a sua solidariedade no movimento contra a “Light”. Tanto a directoria da “Deus e Mar” como os associados rejeitaram, in limine, o seu concurso, allegando estarem solidários com o seu advogado, Dr. Mozart Pinto, o qual como advogado também do pessoal da “Light”, se manifestara contra a parede. Em todo caso, porém, ficou marcada uma reunião plenária da “Deus e Mar”, para a noite, afim de resolver sobre o assumpto.

Na hora em que se realizava essa reunião, compareceu uma commissão de grevistas, a qual scientificou a “Deus e Mar” do seu propósito de voltar ao trabalho, retirando, pois, o pedido de auxílio que lhe fizera. Aliás, a “Deus e Mar”, segundo sabemos, ia dar solução contrária ao pedido.³⁶

Terminava assim a greve de 1925, apresentando, contudo, um saldo positivo, pois tanto os trabalhadores dispensados foram reintegrados, quanto o percentual de 30% de elevação salarial foi pago integralmente. Decerto que, para a maioria dos trabalhadores, estas duas conquistas já seriam suficientes, explicando assim a falta de apoio que aqueles que desejavam prosseguir batalhando uma elevação maior não obtiveram entre os colegas.

Nestes três movimentos analisados, temos um padrão de mobilização e organização que precisa ser destacado: em primeiro lugar, somente os trabalhadores ligados ao tráfego de bondes da Ceará Light participavam. As queixas, propostas e exigências eram, exclusivamente, deste grupo de operários (motorneiros, condutores e fiscais), que se singularizavam pela combatividade. Em segundo lugar, o tempo de greve: quatro dias, aproximadamente, em 1917; três dias, em 1919; quatro dias, em 1925, revelando um elevado poder de pressão, oriundo de sua posição peculiar na vida urbana e, possivelmente, da situação vantajosa da categoria dos motorneiros (guiadores de bondes com habilitação especial para o exercício da

³⁶ Jornal *O Nordeste*, 18 de novembro de 1925, p. 04.

profissão) que não poderiam ser fácil e rapidamente substituídos. Em terceiro lugar, a associação, até este momento, parece desempenhar um papel, se não secundário, ao menos parcial e fragmentário do ponto de vista da organização dos trabalhadores e da direção de seus movimentos grevistas. Conforme vimos, em 1925, a detonação da greve foi decidida informalmente pelos operários na Estação de bondes e não na sede do sindicato. A movimentação dos grevistas, também, não parece ter o sindicato como centro de referência: as menções a pequenos grupos informalmente constituídos (“rodas de grevistas”) apontam para uma auto-organização, independente de qualquer institucionalidade. Não havia, contudo, ações concatenadas, com a exceção do “caráter pacífico” de todas as greves, sendo dadas as devidas ressalvas para a de 1925, na qual alguns “grupos hostis” tentaram, sem êxito, impedir a circulação dos bondes. O acordo feito pelo Presidente da Associação e respectivo advogado foi ignorado por parte dos trabalhadores, que deliberaram permanecer em paralisação. Além do mais, a própria representatividade de uma “Associação dos Motorneiros” precisa ser posta em causa, pois, como a denominação já indica, somente uma restrita parcela dos trabalhadores (justamente os mais qualificados e bem situados) seriam partícipes.

A primeira menção a uma agremiação composta por trabalhadores da Light é justamente esta “Associação de Chauffeurs e Motorneiros” que, como a própria denominação sugere, reunia indivíduos que se identificavam com o ofício desempenhado: a direção de veículos, quer sejam automóveis ou bondes. O periódico *Ceará Socialista*, em sua edição de 17 de agosto de 1919, noticiava a realização de uma sessão solene na sede desta organização operária para inauguração do “Estandarte e Pavilhão-Bandeira”. O jornal noticiava o “comparecimento de grande número de associados, comissões operárias, da imprensa, representações e outras pessoas convidadas”. Depois da sessão “foi oferecido aos presentes profuso copo de cerveja, sendo por essa ocasião erguidos vivas á ‘União’”. Logo em seguida foi “organizado um passeio em automóvel pelo centro da cidade”. A matéria termina ressaltando a bela ornamentação da sede da associação – composta de “flores naturais, folhas de coqueiro e bandeirinhas, bem dispostas, deram um aspecto encantador a festa com que a ‘União dos Chauffeurs e Motorneiros’ solemnizou

a sua sessão extraordinária de domingo ultimo³⁷ – e com a publicação da ata da sessão. Por outro lado, dois anos depois, o jornal *Voz do Graphico*, órgão da Associação Graphica do Ceará, noticiava, em tom de reprovação, a pouca representatividade observável na Associação dos Chauffeurs e Motorneiros: “Por espírito de classe lamentamos o pouco interesse que estes camaradas têm na defesa de seus direitos. Mais amor e menos tibieza, do contrário serão eternamente cativos”.³⁸ Sem dúvida podemos creditar boa parte desta condenação à postura combativa propugnada pelo periódico operário que não necessariamente era compartilhada por outros agrupamentos operários. Todavia é possível que em um momento de refluxo do movimento dos trabalhadores e com as novas condições na experiência de cada categoria que compunha esta associação (chauffeurs e motorneiros) já estivessem latentes as possibilidades de divisão. Esta cisão se efetuará em 1924, com a criação da “Associação dos Chauffeurs” e da “Associação dos Motorneiros”. A permanência da denominação anterior quando da greve em 1925 se deve muito mais ao hábito do que a uma existência real. Mesmo assim, como ficou evidente na análise desta greve, a representatividade desta organização era bastante precária.

Também devemos destacar um grande acúmulo de experiência nestes anos: os trabalhadores aprenderam que podem interferir na forma gerencial da companhia, pleiteando o fim de medidas que reduzem seus ganhos e que o salário recebido não corresponde, tão somente, ao tempo trabalhado, mas ao indispensável para garantir a subsistência, ou seja, que o salário deve ser correspondente ao custo de vida. Aprenderam também que o Estado pode ser um interlocutor válido em suas disputas com os patrões e, que devido a sua inserção particular no ambiente urbano (que lhe confere força), torna imperioso a obtenção de apoio social para além do próprio contingente, atingindo as mais diversas categorias, operários em particular, como verificamos na tentativa frustrada de auferir apoio entre os associados da ‘Deus e Mar’. Também existe toda uma noção de solidariedade classista para com os colegas, definindo quais seriam as razões “justas” ou “injustas” para uma demissão. Tudo isto representa um profundo senso de garantir a própria dignidade e impor limites

³⁷ Jornal Ceará Socialista, 17 de agosto de 1919, p. 01 e 02.

³⁸ Jornal Voz do Graphico, 06 de janeiro de 1921.

ao arbítrio patronal. Esta experiência acumulada seria exemplarmente utilizada e enriquecida em 1929, quando ocorre uma nova greve, animada por um diálogo com o comunismo, provocando mudanças perceptíveis na forma de organização e mobilização.

1.2 – Bondes, Luz e Força: serviço público, capital estrangeiro e trabalhadores urbanos.

Para que possamos compreender adequadamente a experiência de organização e luta dos trabalhadores da Ceará Light, é imprescindível atentarmos para o processo de inserção desta companhia em Fortaleza e sua estrutura hierárquica e organizativa, bem como para os mecanismos de controle postos em prática pela empresa sobre seus operários. A partir desta análise, ficará mais clara a constituição dos processos reivindicatórios e das demandas desta categoria assim como as estratégias de luta encetadas em diferentes momentos.

Essencialmente, a inserção da Ceará Tramway, Light and Power, em 1913, na capital cearense, companhia formada por capitais ingleses, cujos acionistas-proprietários residem em Londres, se liga ao processo mais geral, existente desde o século XIX, de internacionalização da economia capitalista, com maciços investimentos de capitais, por parte das potências imperialistas européias (e seguidamente norte-americanas), nos países do capitalismo periférico, seja da África e Ásia, com a criação de vastos impérios coloniais, seja da América Latina, cuja maior parte era politicamente autônoma, com governos próprios, desde as três primeiras décadas do século. Como argutamente captou Margarida de Souza Neves:

as grandes potências hegemônicas descobrem, nas áreas periféricas – inclusive no Brasil – um mercado lucrativo para aplicações financeiras e passam a investir fortemente ali, onde a mão-de-obra é barata, os direitos sociais estão longe de serem conquistados e a matéria-prima é farta e disponível.³⁹

³⁹ NEVES, Margarida de Sousa. *Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX*. In: FERREIRA, Jorge. e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (orgs). **O Brasil Republicano. Vol. 1. O tempo do liberalismo excludente: da proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 20.

No caso cearense, assim como em várias outras localidades do Brasil, as inversões de capital estrangeiro se fizeram notar desde o início do XIX, e se intensificaram nas últimas décadas do mesmo século, seja pela progressiva instalação de casas comerciais, dedicadas ao comércio importador/ exportador, tanto inglesas⁴⁰, quanto francesas⁴¹, ou através da obtenção, por parte de companhias internacionais, dos direitos de exploração de vários serviços públicos⁴², ou ainda em parcerias (ou empréstimos) na construção de portos e/ou ferrovias. É neste sentido que podemos compreender a instalação da Ceara Light em Fortaleza: ao mesmo tempo parte do processo de crescimento urbano e econômico da capital, com os necessários aparelhamentos em sua infra-estrutura e parte da internacionalização da economia capitalista. Segundo Ary Bezerra Leite:

O serviço de tração elétrica beneficiou a cidade, inicialmente, com as seguintes linhas: Estação (Joaquim Távora), Benfica (Av. João Pessoa), Prainha, Outeiro (Santos Dumont/Aldeota), Fernandes Vieira (Jacarecanga), Mororó, Via-Férrea, Alagadiço (São Gerardo) e Otávio Bonfim. Compreende a frota de veículos: 28 carros de passageiros, quatro vagões abertos e dois destinados a transportes de carne. Passagem de passageiros custava \$100 (cem réis). O quadro de servidores incluía 64 motorneiros (responsável pela direção dos bondes), 64 condutores (cobradores) e 25 fiscais. A orientação administrativa era marcada por severos controles e padrões de disciplina, espelhada na postura dos motorneiros fardados à frente dos bondes da Light.⁴³

Com a instalação da Ceará Light, substituindo a Ferro-Carril dos bondes a tração animal, ocorreu uma expansão nas oportunidades de trabalho, pois passaram a existir mais bondes em circulação, demandando mais motorneiros, condutores, fiscais, operários das oficinas e da usina de energia.

⁴⁰ GIRÃO, Raimundo. *Economia e Comércio*. In: _____. **Geografia Estética de Fortaleza**. Fortaleza: UFC/ Casa de José de Alencar, 1997. p. 101.

⁴¹ TAKEYA, Denise Monteiro. **Europa, França e Ceará: origens do capital estrangeiro no Brasil**. UFRN: Imprensa Universitária, 1995.

⁴² Cujos exemplos mais duradouros são a Ceara Gaz Company, desde 1866 explorando o serviço de iluminação pública à gás carbônico até 1934 e a Ceara Light, explorando o transporte por bondes e produção de energia elétrica para residências, fábricas e jornais, existindo de 1913 até 1947.

⁴³ LEITE, Ary Bezerra. **História da Energia no Ceará**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1996. p. 70.

Então, algumas das questões que devemos fazer são: qual a extensão da malha viária dos tramways? Quantas pessoas, em média, eram atendidas pelo sistema de transporte? Quantos trabalhadores estavam efetivamente engajados na Light? Como estavam distribuídos nas seções e divisões da companhia?

Para esclarecer um pouco podemos recorrer inicialmente para o “*Quadro do movimento da Companhia durante o ano de 1916*”⁴⁴, constante no *Relatório do Secretário dos Negócios do Interior e da Justiça de 1918*, que reproduzimos abaixo.

Quadro do movimento da companhia durante o ano de 1916		
Linhas	Distância Kilometrica	Nº de passageiros
Benfica	2.655	870.212
Estação	2.420	1.128.396
Fernandes Vieira	1.900	397.828
Mororó	1.500	187.667
Via Férrea	1.135	202.771
Alagadiço	5.450	261.335
Matadouro	2.400	629.283
Praça do Coelho	1.090	123.608
Praia	1.600	471.523
Outeiro	2.440	502.772
Prado	?	8.266
Total	22.590	4.753.662

Pela análise dos dados presentes na tabela acima, podemos perceber quais são as regiões da cidade mais densamente povoadas e, portanto, mais lucrativas para a companhia: “Estação” (perfazendo o seguinte trajeto: Praça do Ferreira – Rua Major Facundo – Rua D. Pedro I – Av. Visconde do Rio Branco – Joaquim Távora); “Benfica” (com o trajeto: Praça do Ferreira – Rua Guilherme Rocha – Rua General Sampaio – Av. da Universidade, até a rua Adolfo Herbster); “Outeiro” (Travessa Morada Nova – Floriano Peixoto – travessa Crato – Rua São José – Visconde Sabóia – Av. Santos Dumont, até a rua Silva Paulet). Outros trajetos pretendiam responder às necessidades de deslocamento para pontos bastante específicos, como o da linha “Alagadiço”,

⁴⁴ RELATÓRIO do Secretário dos Negócios do Interior e da Justiça, J. Saboya de Albuquerque, ao Presidente do Estado, João Thomé de Saboya e Silva, 1918.p. 62.

que conduzia à Escola Santa Isabel e à Faculdade de Agronomia, contribuindo, simultaneamente, para a progressiva ocupação daquela parte da cidade.

Nestes casos, podemos afirmar que, ao mesmo tempo que respondia às necessidades concretas da população, a Light contribuiu para o adensamento populacional de certas partes da cidade ao aproximá-las do Centro pelos seus tramways. Isto, como ocorreu no caso de São Paulo e Rio de Janeiro, permitiu que as empresas atuantes em tais cidades participassem ativamente de uma especulação imobiliária bastante rentável, adquirindo terrenos a baixo preço no mercado e depois providenciando uma infra-estrutura básica (transporte público, energia elétrica, etc.) que valorizava bastante as propriedades. No caso de Fortaleza, pela insuficiência de informações a respeito, não podemos afirmar com segurança uma atuação da Ceará Light da mesma forma, não sendo, todavia, despropositada semelhante especulação, para a qual caberiam pesquisas mais detalhadas.

Os bondes – parte mais visível da inserção e presença da Ceará Light em Fortaleza –, se foram, inicialmente, percebidos como um sinal de inovação e progresso, foram também, com o passar do tempo, tidos como um exemplo do atraso da capital cearense, não tanto pela sua existência, mas pela flagrante dificuldade que provocavam para os usuários (superlotação, atrasos, etc.), problemas estes que revertiam de forma negativa, obviamente, para a empresa que lucrava com o serviço; foram, simultaneamente, uma marca poderosa nas reminiscências de muitos que se puseram, tempos depois, como memorialistas da cidade de Fortaleza.

Newton Braga, citado por Ary Bezerra Leite, combina de forma irônica a importância do veículo no cotidiano da população, a dificuldade provocada pelos seus recorrentes atrasos e elementos importantes para pensarmos sobre sua relevância para além de um mecanismo de transporte:

Eu gosto do bonde. O bonde é um grande amigo meu. (...) É um amigo amável e inofensivo que eu tenho. Um amigo comodo, que nunca procura a gente e se dispensa quando se quer.

Meu santo bonde de Santa Calma... Meu bonde imperturbável do meu bairro quieto. (...) Andando devagarzinho para chegar no horário. Parando no desvio para abrir a linha e virar o letreiro. Meu santo bonde de Santa Calma. Amém!

A mesma viagem de bonde é um livro de figuras que já folheamos várias vezes. Mostrando a gente as mesmas caras, nas mesmas ruas. E cada dia a gente descobre um detalhezinho novo. Com a

sensação gostosa de um descobrimento. Assim uma espécie de resumo da terra do Brasil avistada por Cabral.

E as figuras vão desfilando macias ao lado da gente e vêm palavras e conversas para os nossos ouvidos. O último suicídio. O último filme Greta Garbo. O último jogo de foot-ball. O último amor (que é sempre o primeiro). O bonde é um jornal allado...

Tem até os pequenos defeitos deliciosos das boas amizades. Faz-se esperar, as vezes, uma enormidade de tempo. Quasi que a gente chega a detestá-lo. Mas quando aparece vão-se embora os ressentimentos.

O bonde é um modesto professor de philosophia. A gente vae calado, pensando numa porção de cousas razoáveis ou absurdas, ou absurdamente razoáveis ou razoavelmente absurdas. De repente:

- "Faz favor..."

200 réis

O bonde é um modesto professor de philosophia. Ensina que até para pensar é necessário pagar.⁴⁵

Desta forma, os bondes, ao favorecerem o contato entre as pessoas, - e poderíamos acrescentar que seus pontos de embarque e desembarque de passageiros permitiam contatos semelhantes – extrapolavam sua função de transporte servindo unicamente à necessidade do deslocamento geográfico ágil, cumprido de forma deficiente, como destacado. Eram lugares que possibilitavam, mesmo que momentaneamente, o convívio entre pessoas conhecidas e desconhecidas. Eram espaços onde se podia falar das frivolidades e dificuldades do cotidiano, contar mexericos e fofocas da vida alheia, em especial dos poderosos, manter diálogos sobre temas da política parlamentar e se atualizar das questões do momento, cumprindo um papel involuntário de "jornal allado".

De forma semelhante, Blanchard Girão, de maneira nostálgica, chega a sugerir um caráter "democrático" aos bondes, afirmando que estes caracterizavam-se como

o espaço agitado da cidadezinha que começava a ganhar foros metropolitanos. Democrático, recebia em seus amplos bancos de madeira envernizada cidadãos de todas as categorias. Senhores em impecáveis ternos brancos de linho HJ, inglês legítimo e humildes ambulantes com suas cestas ou tabuleiros, mulheres do povo com trouxas e embrulhos pesados. Barulhentos, desarrumados, passageiros e veículos dominavam o cenário nervoso da Capital, a sua Praça do Ferreira, ruas adjacentes e bairros. Os bondes em certos horários viajavam apinhados por dentro e por fora. Porque sempre havia um pedaço mínimo de estribo para alguém colocar

⁴⁵ LEITE, Ary Bezerra. Op. Cit. p. 124 e 125.

uma ponta do pé e agarrar-se ao balaústre e assim seguir viagem arriscadamente...⁴⁶

Por outro lado, é possível localizarmos avaliações menos entusiásticas. Em matéria bastante significativa publicada pelo jornal de orientação católica *O Nordeste*, podemos encontrar a seguinte nota:

Vehiculos servindo ao transporte urbano de todas as classes sociaes, nelles viajam promiscuamente as elegantes damas de nossa culta sociedade ao lado de sujos caipiras que lhes soltam ao rosto baforadas de charutos de vintém e, de quando em vez, sobre o soalho do carro, nauseabundas cusparadas. É uma situação muito desagradável para pessoas educadas e que se cultivam até mesmo as que só conhecem rudimentares preceitos de hygiene.⁴⁷

Mesmo que ambas as citações, de certa maneira, se reforcem mutuamente, é evidente a diferença de tom. A proximidade social, obtida pelo efeito “democratizante” do serviço de transporte público, na visão memorialista, é percebida com reservas ou ásperas críticas por parte do periódico conservador. Sem dúvida, trata-se de diferenças políticas (e no caso, talvez, temporais) bastante claras. De críticas bastante próximas também seriam alvejados os trabalhadores do tráfego de bondes como veremos a seguir.

A presença – e um certo estranhamento – para com os cidadãos ingleses residentes em Fortaleza também seria uma marca nas reminiscências dos cronistas da capital. Raimundo de Menezes, após rememorar a passagem dos bondes à tração animal para os modernos tramways da Ceara Light, que provocaram “grande alvoroço” na cidade, com o comparecimento de grande número de pessoas durante a inauguração, com direito a vários curiosos e entusiastas “que entregava[m] ao condutor cédulas de 5 e 10 réis, e só abandonava[m] o veículo, quando se acabava o dinheiro...”, destaca alguns casos anedóticos sobre a atuação dos engenheiros albiões nas obras de instalação e assentamento dos trilhos e linhas de energia:

Os engenheiros ingleses, encarregados de dirigir os trabalhos em Fortaleza, desconhecendo o nosso ambiente e o nosso idioma, sofreram alguns dissabores. Certa vez, uma turma de trabalhadores abria o mato no então final da linha do Outeiro, procurando levar os

⁴⁶ GIRÃO, BLANCHARD. **O Liceu e o Bonde: na paisagem sentimental da Fortaleza-província**. Fortaleza: Editora ABC, 1997, p.25.

⁴⁷ Jornal *O Nordeste*, 20 de dezembro de 1922, p. 03.

trilhos para mais além, quando, diante de enormes e perigosas moitas de urtigas-cansação, estacaram os serviços, sendo repreendidos pelo técnico britânico, que, para mostrar como se fazia o trabalho, se pos, sem paletó, a arrancá-las, desassombrosamente, a dizer entre os dentes: 'Não pode arranca mão? Vejam como mim faz!' Minutos depois, porém, os braços e as mãos do pobre mister ficaram em petição de miséria, e, em conseqüência, levou um mês inteiro na cama...

Outra vez, o mesmo engenheiro fazia a condução de uns trilhos e gritava em inglês a palavra *push* que significa *empurrar*, não o entendendo, faziam era puxar...⁴⁸

Mesmo que de forma irônica e anedótica, a passagem descrita pelo cronista chama atenção para um aspecto importante: os rígidos padrões disciplinares sobre a força de trabalho introduzidos por engenheiros e técnicos ingleses em quaisquer atividades que estivessem envolvidos. Não seria, em absoluto, diferente a forma administrativa instaurada na Light sobre os operários. Como destacou Michelle Perrot, é extremamente importante verificarmos os vários mecanismos disciplinares constituídos ao longo do tempo, lembrando sempre que não se trata de propor uma evolução em linha reta das estratégias de disciplina, mas perceber que “Os sistemas se sobrepõem e coexistem” e no interior de um mesmo empreendimento poderiam estar abrigadas “formas variadas de organização do trabalho”.⁴⁹ Assim sendo, importa para nossa investigação, em primeiro lugar, pensarmos a distinção funcional básica sobre a qual se funda a companhia Light em Fortaleza: setores internos e externos. No primeiro caso, temos a usina e as oficinas, no segundo, o tráfego. Enquanto o primeiro setor se caracteriza pelo *confinamento*, o segundo se notabiliza e singulariza pela *dispersão*, conferindo aos trabalhadores ocupados nesta área uma *mobilidade espacial* considerável. O que não significa, nem autoriza, falarmos de um abrandamento dos dispositivos disciplinares, como teremos oportunidade de verificar.

Se a usina de energia e as oficinas guardavam uma forma de organização do trabalho mais “clássica”, nos moldes do sistema fabril, todavia, devemos ressaltar uma diferença substancial: na fábrica tradicional, o

⁴⁸ MENEZES, Raimundo de. **Coisas que o tempo levou** (crônicas históricas da Fortaleza Antiga). Fortaleza/São Paulo; HUCITEC, 1977. p. 43 e 44.

⁴⁹ PERROT, Michelle. *As três eras da disciplina industrial na França do século XIX*. In: **Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 55.

parcelamento das tarefas e a introdução de um moderno maquinário⁵⁰ visavam garantir a subordinação da mão-de-obra aos ritmos maquínicos, retirando dos trabalhadores, simultaneamente, o controle sobre o produto final do trabalho e o controle, bem como o conhecimento, do processo de produção, tornando o papel da gerência cada vez mais necessário e indispensável como organizador do conjunto e detentor do poder de prescrever a natureza e intensidade do trabalho. No caso que tratamos, se o parcelamento de tarefas e uma conseqüente hierarquização permanecem como constantes, o mesmo não se pode falar quanto à introdução do maquinário, que não despoja o operário do controle sobre o processo e ritmo de trabalho. A introdução da lenha nas caldeiras, o cuidado com a pressão nas válvulas, a verificação da quantidade exata de energia produzida e sua distribuição pelas linhas condutoras, etc., tudo isto dependia da habilidade dos trabalhadores, sua destreza e conhecimento prático. Não havia um sistema de máquinas determinando velocidade e quantidade. Estas dependiam, totalmente, dos trabalhadores que, portanto, conservavam grande dose de controle sobre o processo de trabalho.

No caso das oficinas, cujos trabalhadores tinham a incumbência de proceder todos os pequenos reparos nos tramways, da mesma forma, não havia um padrão “clássico” de disciplina. Todavia, as dificuldades do trabalho – com a notória insalubridade dos locais da atividade laboral – eram uma constante, conforme destacou, em suas memórias, Otacílio de Azevedo:

Quando me empreguei na ‘Ceara Light Tramways and Power Co. Ltd’, em 1914, como pintor, o serviço era dos mais pesados nas dez longas horas de labuta. Com hidróxido de potássio limpava eu toda a tinta velha dos bondes, usando, depois, uma camada de tinta antiferruginosa que, ao secar, era cuidadosamente lixada. Depois de cuidadoso envernizamento, o veículo permanecia várias horas numa estufa livre do pó. Era um trabalho penoso e demorado no qual eu absorvia todo aquele pó vermelho da tinta básica, que se localizava nos meus brônquios, provocando-me escarros sanguinolentos como os dos tuberculosos.⁵¹

Para os trabalhadores do tráfego, divididos basicamente em três ofícios (motorneiros, condutores e fiscais), além dos possíveis riscos dos acidentes de

⁵⁰ MARGLIN, Stephen. *Origem e funções do parcelamento das tarefas*. In: GORZ, André (org). **Crítica da Divisão do Trabalho**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

⁵¹ AZEVEDO. Otacílio de. **Fortaleza Descalça: reminiscências**. Fortaleza: UFC/ Casa de José de Alencar, 1992. p. 89.

trânsito, devemos acrescentar a importância que existia no relacionamento com o público. Tendo que manter um contato diário com um diversificado conjunto de pessoas e operando um serviço de relevo para a vida urbana, era de se esperar que estes trabalhadores desenvolvessem uma aguda consciência da própria importância social. Esta percepção, a nosso ver, estaria na base da combatividade destes trabalhadores que foram a ponta-de-lança dos movimentos grevistas de 1917, 1919 e 1925, como já analisamos. Ao mesmo tempo, ficaria claro que o êxito de suas demandas dependeria de forma crescente do apoio desta opinião pública. Mas os percalços que envolviam este relacionamento não eram irrisórios e seria necessário um auto-esforço⁵² para sua superação.

Em matéria intitulada “A grosseria dos conductores de bonde”, o jornal *O Nordeste* queixa-se do que considera ser o “tradicional” comportamento destes trabalhadores:

Os conductores, por ocasião da cobrança das passagens, tratam mal os passageiros, respondendo-lhes de maneira grosseira. Mas o que é peor é a falta de respeito com que elles agem para com as senhoras e senhorinhas que viajam nos vehiculos.

Deitam-se – deitam-se é bem o termo – por cima dellas, para receberem o dinheiro de pessoas sentadas no lado oposto, e chegam ao ponto de, muitas vezes, sem a menor cerimônia, apoiarem as mãos sobre as mesmas.⁵³

A análise desta nota jornalística nos permite concluir que incomodava à classe média e elementos da elite que eventualmente se utilizavam do transporte público esta *proximidade social* e certa *liberalidade* no comportamento dos condutores. Ainda assim, parece que o problema se devia muito mais ao contato físico envolvendo mulheres, revelando claramente valores acerca da inviolabilidade do corpo feminino.

Queixa semelhante seria publicada pelo jornal *O Povo* na coluna “Terra de Ninguém”, na qual podemos ler o seguinte:

⁵² A presença desta “opinião pública” teria certo impacto no desenvolvimento da cultura associativa destes trabalhadores, expresso em várias medidas que visavam, explicitamente, garantir a respeitabilidade da categoria perante a sociedade, como analisaremos no tópico 1, do terceiro capítulo.

⁵³ Jornal *O Nordeste*, 30 de outubro de 1926, p. 04.

Na Light há um certo número de motorneiros e conductores que, sem possuírem educação doméstica alguma, se transformam, ainda, as vezes, em verdadeiros mata-mouros!

Temos presenciado nos carros daquela companhia ingleza gestos de tamanha grosseria, praticados por alguns motorneiros ou conductores que revoltam os espíritos dotados de maior calma.

(...)

Si, por acaso, um passageiro por se achar o 'tramway' cheio viaja no estribo do lado opposto ao que faz a cobrança o conductor, toda a lotação de um banco é incommodada, porque aquelle empregado precisa receber o nickel quando poderia mais prático e descontentemente, fazer a colleta de um e doutro lado, sem derrear o corpo até mesmo por cima de senhoras.⁵⁴

Mais uma vez o contato com o corpo feminino é percebido com reservas e críticas. O comportamento dos condutores estaria ferindo valores sociais e revelando a falta de civilidade desta categoria. Em uma carta enviada a redação do jornal *O Ceará*, reclamava-se que um dos "maiores abusos da Light, é sem dúvida, dos conductores mal-educados":

Ainda hontem, numa das mais movimentadas linhas desta capital, como é a do Benfica, um conductor cobrava os passageiros grosseiramente.

Estava elle como uma fera...

Ninguém tinha a devida coragem de dizer nada.

Batia com os nickeis com um terrível ódio, e quando mal os passageiros desciam elle dava o signal para o bonde marchar.⁵⁵

Richard Hoggart sugere, para o caso do proletariado inglês, que a semelhança das condições de vida dos grupos de trabalhadores favoreceram uma certa *intimidade* e consequente *liberalidade* no trato com outras pessoas e que tal fenômeno seria mais evidente entre aqueles trabalhadores que lidavam mais cotidianamente e diretamente com o público como condutores de bonde e empregados do comércio.⁵⁶ Sem pretender extrapolar indevidamente do contexto inglês para a realidade fortalezense creio que podemos considerá-la significativa também para o nosso caso.

⁵⁴ Jornal O Povo, 14 de janeiro de 1928, p. 05.

⁵⁵ Jornal O Ceará, 07 de fevereiro de 1928, p. 09.

⁵⁶ "O 'querida' com que condutores do bonde e do ônibus e os empregados das lojas de bairro se dirigem indiferentemente aos membros de todas as classes é uma expressão empregada de modo automático, mas que continua a ter significado". In: HOGGART, Richard. *Nós e Eles*. In: OLIVEIRA, Paulo Salles (org.). **O Lúdico na Cultura Solidária**. São Paulo: Hucitec, 2001. p. 178.

As queixas contra o vocabulário e os modos dos condutores diziam respeito à educação. Entenda-se aqui não uma educação no sentido de erudição, letramento, indicando passagem pelo ensino formal, embora lhe diga respeito, mas à polidez no comportamento interpessoal. Porém, podemos analisar tais características de outra maneira. Segundo Richard Hoggart:

A linguagem e os modos de falar do proletariado são mais abruptos, mais desprovidos de frases emolientes que os dos outros grupos... O fraseado e o ritmo da linguagem caracteristicamente proletários são desprovidos dos rodeios e cautelas característicos da maneira de falar de outras classes. A linguagem acompanha aqui de perto o ritmo das emoções do momento...⁵⁷

Para esta diferença na linguagem muito contribuiria as próprias condições de trabalho, caracterizadas por constantes barulhos e ruídos que “não são propícias à delicadeza das conversas em voz baixa”.⁵⁸

Ao que tudo indica, a natureza de seu trabalho teria influenciado, entre condutores e motorneiros, formas de relacionamento voltadas para um contato mais liberal com outras pessoas e toda uma maneira de falar menos polida, mais abrupta. Tal proximidade poderia ser um incômodo muito maior para a classe média e setores da elite do que para outros grupos proletários.

Longas jornadas de trabalho, rígida disciplina, multas, insalubridade. Todos estes aspectos, denunciados pelos próprios operários em seus movimentos coletivos e nas lembranças de antigos trabalhadores, formam uma parte importante da experiência concreta vivenciada no exercício da atividade laboral. Sobre estas dificuldades e queixas é que se articulariam, aos poucos, as demandas expostas e publicizadas durante as greves. Todavia, podemos afirmar, seguindo a sugestão de Edward Thompson, que a “experiência da exploração” não diz respeito somente aos baixos salários e precárias condições de trabalho, mas ao cerne do relacionamento patrões/operários e a possível ausência de qualquer forma de reciprocidade nas relações entre os dois lados:

A relação de exploração é mais que a soma de injustiças e antagonismos mútuos. É uma relação que pode ser encontrada em diferentes contextos históricos sob formas distintas, que estão

⁵⁷ Idem. p. 184.

⁵⁸ Idem. p. 185.

relacionadas a formas correspondentes de propriedade e poder estatal.⁵⁹

Qual seria, portanto, a forma específica de exploração e dominação a que estavam submetidos os trabalhadores lighteanos? Elucidando este questionamento, poderemos compreender mais adequadamente a experiência de trabalho e a formação de uma cultura de trabalho entre o grupo. Conforme já dissemos, a Light apresentava um intrincado sistema de divisão do trabalho e qualificação profissional, que dividimos, inicialmente, em dois grandes setores: externos (tráfego e manutenção) e internos (usina e oficinas). É claro que todos estavam interligados, posto que estamos nos referindo a um sistema complexo e concatenado. Em cada uma destas áreas existiam divisões e subdivisões às quais correspondiam diferenças salariais. Podemos observar como exemplo mais significativo o caso do tráfego: na base da escala encontravam-se os condutores de 3ª classe, que podiam ascender a de 2ª, depois de 1ª e daí, mediante a habilitação necessária, poderiam tornar-se motorneiros de 3ª, 2ª e 1ª. Galgando tal ascensão e demonstrando disciplina no trabalho poderiam tornar-se Fiscais, novamente de 3ª, 2ª e 1ª, daí, talvez, para o trabalho de escritório.

Percebemos claramente que tal estrutura pauta-se por uma possibilidade de ascensão profissional. Qual seria o impacto de tal perspectiva na subjetividade dos trabalhadores? A expectativa de mobilidade, profissional e social, inibia a participação em ações coletivas?

Sem dúvida são questões complexas. Mike Savage, ao averiguar as múltiplas dimensões contidas no processo de formação da classe, mencionou a importância da temática da “mobilidade social”, que tanto poderia “propiciar o reforço” quanto “a erosão da estabilidade coletiva”. Segundo este autor, tal temática, mais averiguada por Sociólogos (cujo enfoque priorizava a mobilidade entre diferentes gerações de trabalhadores), estaria marcada por um viés “excessivamente estrutural, limpando-a da ‘experiência’ dos indivíduos”. Neste caso seria imprescindível pensar a questão da mobilidade “dentro de uma mesma geração”, e as conseqüentes expectativas

⁵⁹ THOMPSON, Edward. *Exploração*. In: _____. **A Formação da Classe Operária Inglesa. Vol. II: A maldição de Adão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 28.

proporcionadas pela disponibilidade de certos tipos de “ascensão de carreira”.⁶⁰ Para o nosso caso podemos indicar algumas hipóteses relativamente sólidas. Não parece que a perspectiva de ascensão na carreira tenha, em geral, inibido as ações coletivas reivindicatórias. Provam isto as várias greves ocorridas em 1917, 1919, 1925, 1929, 1932... Contudo é possível que tenha contribuído para separar os trabalhadores de escritório (que já galgaram uma melhor condição e estavam mais próximos à cúpula administrativa da empresa) do conjunto dos demais operários, que já estavam divididos por diferenças funcionais. É provável que os trabalhadores de escritório achassem pouco vantajoso ou seguro arriscar sua posição participando de movimentos que os indisporiam com a Gerência. O mesmo pode ser dito para alguns fiscais do tráfego e operários da usina, sem, entretanto, autorizar qualquer generalização a respeito.

Além disso, apesar das diferenças que já verificamos, todo o conjunto dos trabalhadores tinha uma referência comum, independente das atividades que desempenhassem: todos tinham que se reportar (obedecer, reclamar, negociar...) a técnicos, administradores e engenheiros, vários deles estrangeiros. Os proprietários eram verdadeiros sujeitos-ausentes, praticamente intangíveis. Qualquer solicitação ou reclamação passava por uma rede hierárquica que no plano local tinha como autoridade maior o gerente inglês, E. M. O. Scott.

Pesquisas como a de José Sérgio Leite Lopes, sobre os operários da Companhia de Tecidos paulista (CTP), em Pernambuco, e de Paulo Fontes, sobre a experiência operária na Nitro Química, em São Paulo, apontaram para a constituição de formas de dominação e relacionamento patronal sobre os trabalhadores baseadas em princípios *paternalistas*. Leite Lopes demonstrou como a CTP, de proprietários suecos – os Lundgrens – subordinava seu imenso conjunto de trabalhadores para além da esfera da produção, com o controle da moradia e pela garantia das condições materiais de existência (uma feira administrada) ao mesmo tempo em que promoviam uma série de atividades recreativas. A este conjunto concatenado, ele chamou *Sistema*

⁶⁰ SAVAGE, Mike. *Classe e História do Trabalho*. In: BATALHA, Cláudio. SILVA, Fernando Teixeira da. FORTES, Alexandre. (orgs) **Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado**. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2004. p. 34 -37.

Paulista, como uma forma particular de um modelo mais geral de dominação: o das fábricas com vila operária, sendo que o *Sistema Paulista* se singularizaria justamente pela abrangência desta dominação:

Essa abrangência se manifesta não somente pelo fato da companhia dar acesso ao trabalho e a casa simultaneamente, assim como o acesso a um trabalho complementar que se incorpora nas condições subsidiárias à própria moradia (o roçado, a lenha) e mais ainda por administrar a circulação de bens de primeira necessidade dos trabalhadores através da organização da feira, mas também por controlar a própria constituição do grupo operário, arregimentando, de áreas distantes, famílias de trabalhadores a serem formadas para o trabalho e para regras de convivência da vila operária.⁶¹

Neste caso específico, a interiorização da dominação pelos próprios dominados aponta para o vigor e a legitimidade alcançada pelo patronato e sua administração no meio operário, o que não exclui contradições e conflitos, refinadamente captados e analisados pelo autor.

Já Paulo Fontes⁶² averiguou como a Nitro Química, companhia instalada na periferia de São Paulo, constituiu um discurso e uma prática de dominação também baseados no modelo paternalista, compartilhando, simultaneamente, de elementos presentes na ideologia corporativista e nacional-desenvolvimentista do Estado à época. A companhia buscava alimentar a idéia de que sua existência estava à serviço dos interesses nacionais e que o conjunto (patrões e trabalhadores) formariam uma grande família. Ao mesmo tempo, tais discursos eram articulados à criação de instituições como o Serviço Social (vila operária para os operários mais qualificados, serviço médico e de prevenção de acidentes, clube de esportes e lazer, restaurante, escola) compondo um abrangente aparato assistencial para os trabalhadores nitrosos e suas famílias. A idéia era divulgar a imagem de uma empresa consciente de seu papel social, construtora de um capitalismo humano e progressista, e seu objetivo final seria, logicamente, a reciprocidade (gratidão, de preferência) dos operários, com a inexistência de qualquer forma de ação grevista.

⁶¹ LEITE LOPES, José Sérgio. **A Tecelagem dos Conflitos de Classe na “Cidade das Chaminés”**. São Paulo: Marco Zero, 1988. p. 38.

⁶² FONTES, Paulo. **Trabalhadores e Cidadãos: Nitro Química: a fábrica e as lutas operárias nos anos 50**. São Paulo: Annablume, 1997. (Sobre a montagem desta forma de dominação na Nitro Química ver em especial o Cap. 02.)

Na Ceará Light, ao contrário das experiências pesquisadas pelos autores acima citados, não é perceptível uma forma de dominação alicerçada em relações *paternalistas*. Ao que tudo indica, trata-se de uma relação mais *impessoal e racionalizada* com um considerável afastamento e segregação da maioria dos trabalhadores em relação aos patrões, como já tivemos oportunidade de discutir. Acrescento o termo *racionalizada*, porque a Light primava por uma sofisticada divisão do trabalho e rigor disciplinar “típicos” da administração inglesa, não fosse somente pela lógica *produtivista* da companhia mas também pela importância de tal organização para a própria vida urbana, diretamente influenciada pelo funcionamento dos bondes e pelo fornecimento de luz e força, cuja necessária constância torna imprescindível o bom andamento do trabalho.

Mais uma vez podemos recorrer às lembranças de Otacílio de Azevedo:

Eu disse que o trabalho era penoso e insalubre e o salário vergonhoso. Mas além disso o que mais nos doía era a ausência completa de justiça ou caridade por parte dos donos da Companhia. Certa vez, um dos operários sofreu um acidente: um grande choque o projetou dentro de uma vala e ele quebrou uma perna. Durante algum tempo ele viveu de pequena parte de nossos salários; nós nos cotizávamos e ele recebia agradecido a nossa esmola. Graças a isso não morreu de fome junto com a família. Um dia, ele voltou ao trabalho e ao entrar, mancando um pouco, um dos ingleses em sua fala arrevezada, declarou que ele estava na rua – não queriam ali aleijados. Não havia, àquele tempo, amparo legal ao trabalhador no Brasil.⁶³

Nesta passagem temos exemplarmente definidos os princípios de dominação sobre os lighteanos: além da já conhecida insalubridade e periculosidade dos diversos ambientes de trabalho, percebemos claramente uma ausência de reciprocidade – com a evidente lacuna de qualquer forma de obrigações mútuas – na relação entre a chefia e os trabalhadores, agravada pela inexistência de qualquer amparo legal⁶⁴, provocando uma forte sensação de desamparo e insegurança entre os operários, que só reconhecem uma

⁶³ AZEVEDO, Otacílio. Op Cit. p. 91.

⁶⁴ No caso, a ausência de leis de proteção ao trabalhador não é uma constante para o conjunto do período analisado. À medida que uma legislação, antes mesmo de 1930, vai sendo implementada, os trabalhadores adotam como tática, a luta pelo cumprimento efetivo do que propõe a letra da lei, denunciando, simultaneamente, a burla patronal aos seus direitos legais. Ver, em especial, o Capítulo 02.

alternativa para superar as adversidades: o auxílio mútuo, nascido no espaço concreto da experiência de trabalho e das necessidades dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, a rivalidade em relação aos patrões, e ao constante arbítrio patronal, ganharia cada vez mais consistência, não importando se estes indivíduos vistos no dia-a-dia são somente representantes dos verdadeiros proprietários. Esta rivalidade se tornaria rapidamente uma forte consciência dos interesses antagônicos de ambos os lados, se combinando, aos poucos, com uma certa aversão nacionalista.

Conforme destacou Mike Savage, a sensação de incerteza, a *insegurança estrutural* – enquanto traço distintivo da vida operária – seria o princípio básico sobre o qual os trabalhadores teriam de lidar, constituindo formas variadas para superar as dificuldades:

Essa formulação nos possibilita reconhecer certas pressões estruturais básicas sobre a vida operária, embora também pontue a urgência de examinarmos a enorme variedade de táticas que os trabalhadores podem escolher para cuidar de seus problemas – da luta contra seus empregadores à formação de cooperativas, à demanda de amparo estatal, à tessitura de redes de apoio nas vizinhanças e por aí vai.⁶⁵

Não parece haver muita dúvida sobre os caminhos adotados pelos lightteanos: desde cedo, ao lado de formas variadas de auxílio mútuo, os trabalhadores construíram formas de luta direta contra os patrões, abarcando – como já verificamos – múltiplos aspectos de seu estrito interesse: a contestação dos mecanismos disciplinares, requisição de aumentos salariais e proteção a colegas demitidos. Ao mesmo tempo, como analisaremos nos próximos capítulos, as demandas se tornaram cada vez mais qualitativas e sistemáticas, abarcando os mais variados temas, compondo uma síntese que se propunha a modificar, de forma cada vez mais profunda, as formas de organização do trabalho, chegando a propor uma co-gestão da empresa, ferozmente combatida pela companhia, cujos chefes estavam cientes do aumento do poder operário e ciosos de sua autoridade supostamente inviolável.

⁶⁵ SAVAGE, Mike. Op. Cit. p. 33.

Assim sendo, a Light não logrou o mesmo êxito da CTP em alcançar uma legitimidade entre seus operários. A tentativa mais sistemática de obter um controle sobre seus trabalhadores, para além do tempo de trabalho, parece ter sido a criação, nos últimos anos da década de 1920, de um sistema de *fornecimentos alimentares*, criação semelhante à “feira” analisada por Leite Lopes. Todavia, esta estratégia, rapidamente percebida como prejudicial, contribuiu para acirrar ainda mais as animosidades dos trabalhadores em relação à companhia e alargar o volume de queixas.

Em sua edição de 30 de janeiro de 1928, o jornal *Gazeta de Notícias* publicava, com o título “Uma arapuca na Light”, uma carta denunciando a instituição de um sistema de fornecimentos de gêneros alimentares pela companhia:

Sr. Redactor

O seu apreciado matutino por diversas vezes tem commentado os desmandos da Light, a insupportavel companhia ingleza que nesta cidade conseguiu o contracto do serviço de bonds e tudo consegue dos grandes.

No entanto, parece que a Gazeta ainda não falou a respeito de uma arapuca lá existente que a guisa de fornecimento de gêneros aos empregados, serve simples e unicamente de mamata para dois conhecidos exploradores.

Estes camaradas estão engordando á farta nas costas dos pobres empregados, que, devido aos seus poucos recursos, se vêem obrigados a recorrer a bondade dos célebres fornecedores.

O sr. Scott, em virtude de sua velhice, vae aos poucos entregando todo o serviço da Light aos dois moços que, desse modo, isto é, com a faca e o queijo na mão, põem e dispõem da bolsa e do estômago dos seus subalternos.

O fim desta carta é, simplesmente, para que fique de todos conhecida a catadura dos dois membros que fraternalmente, vão enriquecendo á custa da miséria e da necessidade dos que precisam e que não podem ter a felicidade de ser.

Um ex-fiscal.⁶⁶

Os termos utilizados pelo remetente da carta não deixam dúvidas sobre o cerne do seu ataque: a “insupportavel companhia ingleza”, que “tudo consegue”, estaria armando mais uma “arapuca” para seus trabalhadores, com a criação de um comércio de gêneros de primeira necessidade – operado, mediante concessão da empresa, por dois “conhecidos exploradores”. Este

⁶⁶ Jornal *Gazeta de Notícias*, 30 de janeiro de 1928, p. 02.

empreendimento estaria permitindo “o enriquecimento” destes dois indivíduos “a custa da miséria e da necessidade dos que precisam”.

Esta seria somente a primeira das matérias tratando do assunto. Com o título “A Light em polvorosa”, o jornal *A Esquerda* afirmava que costumeiramente vinham “recebendo denúncias de que na Light havia um fornecimento que desapidadamente explorava os trabalhadores dessa companhia inglesa”. Realizando uma investigação foi possível “constatar a veracidade do que nos affirmavam”:

Vimos mercadorias vendidas a operários por preços quase exorbitantes.

Ainda uma injustiça inqualificável, é o facto que, durante os dias da semana, os operários somente poderem retirar mercadorias, para revende-las com abatimento.

Presenciamos o seguinte: um pobre homem, devido a precisão em que se achava, retirou do fornecimento kilos de assucar, e os revendeu perdendo \$300 em kilo!

Indagamos porque assim procedia, elle nos respondeu em voz calma, mas que mal escondia uma revolta íntima:

- Ora seu moço, estou com necessidade e não me quizeram adiantar dinheiro, e sim mercadorias por tal preço, que as revendi perdendo o que o sr. acaba de ver.

Como se deprehe de há muito, os trabalhadores e empregados da Light vêm soffrendo essa extorsão.

Era intuito nosso clamar providências ao Sr. Scott, mas ‘O Ceará’ acaba de informar ao público que a direcção da Light suspendeu por dois dias 19 fiscaes que tiveram a dignidade de protestar contra taes factos.

(...)

Fala-se que o operariado da Light está disposto a iniciar uma greve, em signal de protesto.⁶⁷

Pelas páginas do jornal *O Ceará* o assunto também receberia um tratamento destacado. Com o título “Reina desgosto entre os operários da ‘Light’”, o periódico publicava, em realce, que “A secção de fornecimentos é apontada como um polvo insaciável” e ainda que “Dezenove fiscaes [foram] suspensos por dois dias”, havendo forte “Ameaça de greve”. As notícias e o estado de ânimo dos operários estariam se tornando cada vez mais tensos, pois “diversos empregados” se prontificaram a denunciar a insatisfação “que reina no seio da classe, em virtude da situação de arrocho imposto á mesma

⁶⁷ Jornal *A Esquerda*, 02 de fevereiro de 1928, p. 01.

pela direcção da companhia”. No momento, as “principaes reclamações” seriam direccionadas contra “a secção de fornecimentos”:

Allegam os reclamantes que o fornecimento é feito de forma extorsiva e que a companhia, sem que nada justifique o seu gesto, demora os pagamentos de salários, a fim de forçar os seus empregados a recorrer ao fornecimento.

Essa situação determinou varias reclamações, sendo o caso commentado pela imprensa.

Em vez de verificar o fundamento das queixas dos seus empregados, a direcção da Light agiu de maneira violenta, suspendendo por dois dias nada menos de 19 fiscaes, aos que attribuiu a autoria das reclamações.

Esse gesto impensado veio agravar cada vez mais a situação, provocando natural attitude de revolta da maioria dos empregados de ‘tramways’.

Homtem falava-se com insistência que era intuito do operariado da ‘Light’ declarar-se em greve, em signal de protesto.⁶⁸

Não haveria, neste ano, nenhuma greve dos operários contra os fornecimentos. Todavia, este tema estaria presente, juntamente com outras demandas, durante a greve de 1929, que analisaremos no segundo capítulo. Seja como for, as queixas dos trabalhadores contra a companhia só fizeram aumentar com a criação deste mecanismo. Nas suas denúncias podemos perceber uma série de elementos significativos, ao mesmo tempo que o fato só ganha maior intelegibilidade se observarmos com mais cuidado as condições de vida do conjunto do operariado à época e as estratégias adotadas por alguns grupos de trabalhadores para solucionar seus problemas de acesso aos gêneros alimentares básicos.

É justamente neste sentido, relacionado ao preço das mercadorias que compunham a dieta básica dos setores operários e a exigüidade dos recursos financeiros, que o tema do comércio de gêneros alimentares adquire uma importância sem igual. Ao mesmo tempo – afora a questão da manutenção do trabalho – como contornar o problema dos atravessadores, monopolistas e especuladores que lucravam bastantes com o comércio de alimentos? Este problema já havia sido denunciado também durante a seca em outros contextos, como já analisamos, dificultando sobremaneira a situação das classes trabalhadoras. Uma solução posta em prática, durante os anos 1920, por algumas associações operárias, foi a criação de “cooperativas de

⁶⁸ Jornal O Ceará, 02 de fevereiro de 1928, p. 02.

consumo”. Tais instituições, diretamente formadas por iniciativa de algumas associações operárias da capital, tinham por função adquirir, em grandes quantidades, gêneros alimentares básicos que compõem a dieta da classe trabalhadora, visando à revenda, a baixo custo, para os próprios operários. A expectativa era contornar o conhecido problema dos atravessadores, especuladores e açambarcadores, aumentando a independência do operariado, ao mesmo tempo em que semelhante expediente apontava para uma forma de auto-gestão: os trabalhadores organizando seu próprio comércio de gêneros alimentícios de forma a suprir satisfatoriamente suas necessidades.

A diferença primordial entre os dois expedientes (os fornecimentos na Light e as cooperativas de consumo) parece referir-se ao custo das mercadorias. Como foi explicitamente denunciado pelos trabalhadores, através da imprensa, o preço exigido pelos gêneros alimentícios superava o valor corrente. Devemos também acrescentar que, no caso das cooperativas, a iniciativa partia dos próprios trabalhadores, através das suas associações. Assim sendo, o controle estava nas mãos dos operários. Na Light, a iniciativa partia da empresa e a administração da “seção de fornecimentos” estava a cargo de dois indivíduos autorizados pela companhia. Visivelmente tratava-se de uma estratégia de dominação. Isto fica ainda mais latente quando verificamos que outros estratagemas eram postos em execução, como o atraso nos pagamentos dos operários, o que os forçava a recorrer aos fornecimentos, ou ainda a suspensão de vários fiscais que se atreveram a denunciar o mecanismo extorsivo posto em prática pela companhia.

1.3 – Um “movimento popular de protesto” contra a Light: a revolta de 1925 em Fortaleza.

Já analisamos o processo de inserção da Ceará Light na capital cearense e um pouco da sua atuação na esfera do transporte urbano, constatando a importância crescente deste serviço para o cotidiano da cidade e as críticas surgidas da deficiência e dos problemas que envolviam a execução regular do tráfego de bondes, único meio de transporte coletivo até quase o final dos anos 1920. Para este tópico pretendemos averiguar mais especificamente um momento de inflexão no relacionamento da companhia

com a população de Fortaleza: a revolta popular, contra a Light, em 1925. Nesta ocasião, as novas medidas postas em execução pela empresa, modificando o sistema de bondes, com a instituição de classes diferenciadas, alteração nos horários e, principalmente, da elevação das tarifas, provocaram ampla insatisfação social. Se as animosidades contra a companhia estrangeira não eram uma novidade, sofreram, contudo, um reforço sem igual. Daí para frente, ao que parece, o estado de ânimo popular penderá sempre contra a Light. Iniciamos com uma narrativa dos acontecimentos dos dias de revolta, buscando identificar os principais sujeitos envolvidos. Logo em seguida mapeamos questões relevantes para uma compreensão adequada da ação coletiva direta adotada pela população.

Como já constatamos, a importância da circulação regular dos tramways pela urbe era mencionada tanto por contemporâneos quanto por memorialistas. Ao mesmo tempo, sua função de transporte público, servindo às mais diversas categorias sociais, não passou despercebida. Ora foi enaltecida, ora foi atacada. O *Nordeste*, por exemplo, alertava para o fato que, nos bondes, viajavam, “promiscuamente”, elementos de “todas as classes”, e complementava: “Sabemos que a Companhia não tem carros de 2ª classe; resignemo-nos, pois, quanto a isso, e esperemos que, um dia, ella possa satisfazer essa condição para servir razoavelmente seus passageiros de escol social”.⁶⁹ De certa forma, a súplica do periódico conservador seria atendida três anos à frente.

Próximo ao final do mês de setembro de 1925, a Ceará Light divulgava, pelas páginas da imprensa local, em um “AVISO AO PÚBLICO”, as mudanças que estaria iniciando brevemente no sistema de transporte da cidade, bem como as razões econômicas e legais que fomentaram tais medidas:

A CEARÁ TRAMWAY LIGHT e POWER COMPANY LIMITED avisa ao respeitável público que, em vista da queda cambial abaixo de 12 dinheiros, há mais de quatro annos, e de conformidade com a cláusula 22 de seu contracto com a Prefeitura Municipal, a qual lhe permite augmentar os seus preços, como já fez com os de luz e força, sempre que se verifique aquella queda durante seis meses consecutivos, se vê obrigada, para fazer face aos prejuízos que lhe resultam dessa situação anormal do câmbio brasileiro, a elevar também os preços das passagens de bonds...

⁶⁹ Jornal O Nordeste, 20 de dezembro de 1922, p. 03.

(...)

Entretanto, já para descongestionar o tráfego de suas linhas, proporcionando, assim, mais conforto e comodidade aos srs. passageiros, já para atender as necessidades da população pobre desta capital, a Companhia instituirá bonds de 2ª classe, que começarão a circular, também, a partir de 28 de setembro, ao preço de \$100 por cada secção...⁷⁰

Os debates sobre o aumento do preço das passagens dos tramways – sua justificativa e legitimidade – haviam sido iniciados no ano anterior, bem como a elevação das tarifas de energia elétrica (amplamente discutidas em 1923). Aproximadamente um ano depois, tais resoluções começavam a ganhar uma implementação prática. Ancorada em dispositivos contratuais e alardeando uma justificativa econômica muito além do seu controle e/ou vontade, a companhia esperava, provavelmente, não encontrar resistências sérias às suas medidas. Ao mesmo tempo, ciente das dificuldades óbvias que isto acarretaria e, talvez, esperando auferir uma imagem positiva perante o público, iniciaria a circulação de bondes de 2ª classe, mantendo a tarifa anterior, ficando, portanto, o aumento limitado aos veículos de 1ª classe.

Na seqüência de seu comunicado aos usuários, seguia uma tabela indicativa dos horários iniciais de cada linha, constando a discriminação específica para cada tipo de veículo. Por exemplo, na linha “Via Férrea” consta o início às 6 horas da manhã, com a circulação simultânea de bondes de 1ª e 2ª; outro bonde às 6 horas e 15 minutos, somente de 1ª classe e outro às 6 horas e 30 minutos, simultâneos de 1ª e 2ª classe; por fim, um às 6 horas e 45 minutos, somente de 1ª classe. Já na linha “Estação”, o início era previsto para as 6 horas e 5 minutos, circulando somente um bonde de 1ª classe; às 6 horas e 15 minutos seria um de 2ª; às 6 horas e 25 minutos e 6 horas e 35 minutos, outros dois bondes, ambos de 1ª, para, por fim, às 6 horas e 45 minutos, circular um de 2ª e às 6 horas e 55 minutos, novamente, um bonde de 1ª classe. Esta mesma seqüência seria repetida de hora em hora. No geral, todas as linhas apresentavam o mesmo princípio: preponderância dos veículos de 1ª classe, com tarifas mais elevadas, em detrimento daqueles de 2ª classe, destinados a “atender as necessidades da população pobre”.

⁷⁰ Jornal do Commercio, 26 de setembro de 1925, p. 04.

Não era difícil perceber os problemas presentes nesta seqüência de horários. *O Nordeste* noticiava a necessidade de “ligeiros reparos” nos horários que “não atendem às necessidades do tráfego intenso desta capital” e citava os casos das linhas “Fernandes Vieira” e “Estação”, cujo “intervallo entre os bondes de 1ª é de 20 minutos, muito longo, pelo menos para a última destas, onde a freqüência é extraordinária”. Da mesma forma conviria também “um reparo sobre a distribuição dos bondes de 2ª, destinados a facilitar os pobres”:

Nas linhas da Estação e do Bemfica, nota-se que os carros de 2ª saem da praça com o intervallo, naquella, de 30 minutos e, nesta, de 40, o que, francamente, é excessivo. Esse horário obrigará os pobres a andarem a pé, salvo a hypothese de poderem pagar o aumento das passagens, Ora, razoável seria augmentar o numero de carros de 2ª, para favorece-los.⁷¹

Se a distância de tempo era considerada longa demais entre os veículos de 1ª classe, o lapso de tempo entre os veículos de 2ª era, sem dúvida, “excessivo”. Para o periódico tratar-se-ia de promover “reparos”, no caso, efetuados de forma “razoável” pela empresa. Para a população pobre da capital, possivelmente, não seriam somente problemas, mas um embuste ou armação da companhia. As opções estavam bem definidas: caminhar para chegar ao destino desejado ou desembolsar mais dinheiro utilizando os bondes de 1ª classe. A população, todavia, adotou uma estratégia diferenciada: entre a resignação e o aumento dos gastos, optou por forçar a companhia a ceder às necessidades e interesses dos usuários. Em destaque, o *Jornal do Commercio* publicava que, “Desde as primeiras horas da manha”, haviam demonstrações de insatisfação, com um “movimento popular de protesto”⁷² contra as mudanças promovidas pela Light. *O Nordeste*, por sua vez, não tinha dúvidas ao afirmar que devido “a deficiência de carros de 2ª, que, em vez de saírem simultaneamente com os de 1ª, se distanciam um do outro, algumas vezes, mais de 20 minutos, as medidas da ‘Light’ desagradaram grande parte da população” e indicava que as primeiras manifestações partiam de “estudantes do Lyceu e de outros collegios” que “em movimento público” criticavam a iniciativa da companhia “invadindo bondes, promovendo vais, etc.”. Todavia, por volta do meio-dia, “já não só estudantes, senão também grande número de

⁷¹ Jornal O Nordeste, 28 de setembro de 1925, p. 01.

⁷² Jornal do Commercio, 28 de setembro de 1925, p. 04.

populares renovou as suas ruidosas manifestações de desagrado contra a Light, estacionando, tumultuariamente, na Praça do Ferreira”.⁷³ O *Jornal do Commercio* afirmava que neste momento “culminou a agitação com o movimento sempre continuo da onda de protestantes”, sendo que “na partida de cada tramway, que sae da Praça do Ferreira, a atordoada é violenta, sendo alguns tomados de assalto”.⁷⁴

De acordo com a imprensa, o Delegado de Polícia, dr. Virgílio Gomes, atuava pessoalmente junto à população na tentativa de evitar maiores alterações da ordem pública. Todavia, “na direcção da praça do Ferreira” dirigia-se uma “patrulha de cavallaria da polícia militar, os quaes, a uma ordem violenta do official que os commandava, tte. João Medeiros Bastos, se movimentaram para espaldeirar o povo”. Segundo o jornal católico tratou-se de “um procedimento insólito, desarrazoado e arbitrário, ordenado, positivamente, e sob responsabilidade” do referido tenente. Esta ação teria servido, unicamente, “para irritar os ânimos, passando todos a exigir, com muita justiça, o castigo do official responsável”. O *Nordeste* arrematava afirmando:

Sem querer dar razão a desordens, que de modo algum se justificam, julgamos que a Light precisa modificar o systema condemnavel que hoje estabelecara.

Para attender aos interesses do público, a providência que se impõe é o trafego simultâneo dos bondes de 1^a e 2^a, para todas as linhas.

Só assim ficarão servidos os caixeiros, operários e outras classes cujos recursos não são tão fartos que deixem margem a uma tão rápida duplicação de despesas.⁷⁵

Apesar de justas e merecedoras de atenção (e solução favorável) as reclamações populares pecavam pelas “desordens” que “de modo algum se justificam”. Se a falha não estava na demanda, encontrava-se, porém, na forma de exigi-la. A ação social direta empreendida por setores da população – que começam a ser melhor definidos, “caixeiros, operários e outras classes” – falhava por seus métodos, rompendo negociações amistosas, possivelmente

⁷³ Jornal O Nordeste, 28 de setembro de 1925, p. 04.

⁷⁴ Jornal do Commercio, 28 de setembro de 1925, p. 04.

⁷⁵ Jornal O Nordeste, 28 de setembro de 1925, p. 04.

endereçadas à companhia e aos poderes públicos e impondo o que podemos considerar uma “negociação coletiva através da arruaça”.⁷⁶

De fato, as ações efetivadas durante o dia 28 de setembro eram bastante claras quanto aos alvos da insatisfação popular e pela opção da força direta como mecanismo de atuação. O *Jornal do Commercio* anunciava que durante todo o dia “registraram-se distúrbios”:

O povo não só invadia os ‘tramways’, como, num gesto de revolta, esbandalhava-os, arrancando cortinas, quebrando balaústres, sinetas, lâmpadas, etc. Diversos dos bondes novos foram grandemente damnificados.

A aglomeração na Praça e nos postos de parada dos bondes era enorme, ouvindo-se, á chegada dos carros, que eram tomados de assalto, tremenda assuada.

O sr. Gerente da Light, mr. E.M.O. Scott, viu-se ameaçado pelo povo, ao entrar no Posto de Bondes, sito á Praça do Ferreira, de lá sahindo sob garantia de um pelotão de cavallaria e praças embalados.

As primeiras horas da tarde, como continuasse o povo em attitude hostil, os bondes foram recolhidos á estação, suspendendo-se o trafego.⁷⁷

O jornal *O Nordeste* referindo-se a elevação das tarifas nos bondes de 1ª classe não tinha dúvidas ao afirmar: “si o preço causou desagrado, o novo horário adoptado para os carros de 100 rs. revoltou a multidão”. Ao final do dia era nomeada, em praça pública, uma comissão para negociar diretamente com o governo do Estado, sendo a principal requisição o tráfego simultâneo de bondes de 1ª e 2ª classe. A referida comissão era composta pelo advogado Alcides Gomes de Mattos, Euclides Themotheo, R. Ribas, Theophilo Cordeiro e Alpheu Aboim, sendo todos recebidos rapidamente pelo Chefe de Estado, desembargador Moreira da Rocha, em companhia de José Mattos Peixoto, Secretário do Interior e advogado da Light. O advogado Gomes de Mattos, “expressando a vontade do povo”, afirmou ao Presidente do Estado que a Light “não podia exigir 200 rs. para os diminutos percursos existentes nesta capital” e que mesmo assim a empresa não estaria cumprindo as normas do contrato, “pois quando ficou deliberado o augmento das passagens para 200 rs. compromettera-se a companhia a collocar reboques nos carros de 1ª classe” o que visivelmente não estava sendo feito e “para enganar o povo” teria posto em

⁷⁶ HOBBSAWM, Eric. *Os Destruidores de Máquinas*. In: _____. **Os Trabalhadores. Estudos sobre a história do operariado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

⁷⁷ *Jornal do Commercio*, 29 de setembro de 1925, p. 04.

circulação bondes velhos “ditos de 2ª classe”, com um “horário de 20 e mesmo 40 minutos” de diferença, “justamente nas horas em que mais se tornavam precisos esses carros”. O mesmo advogado ainda frizou a supressão “dos bonds que partiam da Praça do Ferreira as 5^{1/2}” úteis para àqueles interessados em alcançar o trem para o interior às 6 horas da manhã e concluiu afirmando a ilegalidade do horário que “não fôra aprovado pela Câmara”.

Findando a fala do advogado, referendada pelos demais presentes, o Presidente do Estado expôs seus posicionamentos à comissão. Adjetivando-se como um governante “amigo do povo”, deixava claro, todavia, não admitir “que o povo cometesse depredações”. Disse considerar “justo que se protestasse”, mas desde que fosse “um protesto dentro da lei e com a lei”. No tocante a “representação” garantiu que estudaria o problema e não pouparia esforços para atender as demandas. Voltando à multidão, para dar conta dos resultados obtidos, se pronunciou o doutor Gomes de Mattos, sendo interrompido pelo “protesto do sr. Teixeira Gueiros” afirmando serem “as medidas do governo illusórias”, pois estariam os governantes de conluio com a companhia, propôs ele ainda o prosseguimento das “depredações”. Um grupo, rapidamente, tomou um dos bondes estacionado defronte a Intendência e “reduziram-no a frangalhos. Cortinas, vidros, campainhas, lâmpadas e todos os objetos fáceis de quebrar foram arrebatados”. Diante da ação, o capitão Espinheiro, com autorização superior, iniciou a prisão dos mais exaltados e, frente a revolta dos demais, contrários a esta atitude, deu ordem para seu contingente agir, e os praças “carregaram sobre o povo”. Houve correria e fechamento dos cafés e das casas comércio, restando o saldo de várias “cabeças rachadas, costas contundidas e braços escoriados”: “E o mais movimentado trecho de Fortaleza ficou reduzido ao silêncio”.⁷⁸

Mesmo com a formação de uma comissão, composta por elementos de destaque na vida pública da cidade – um conhecido advogado devotado às causas populares, dois jornalistas de tendência progressista e um experiente líder operário – a opção por um enfrentamento direto foi mantido como tática preferencial de ação, pelo menos por uma parcela dos manifestantes. No caso, a desqualificação desta forma específica de ação coletiva, pelo Chefe de

⁷⁸ Jornal O Nordeste, 29 de setembro de 1925, p. 04.

Estado, já apontava para os mecanismos coercitivos e violentos postos rapidamente em prática, pelas forças de segurança, para debelar o movimento popular. Se na primeira reação policial, qualificada como arbitrária, o governante se defendeu afirmando não ter autorizado semelhante atitude, agora estava certo o pouco compromisso e tolerância do governo em relação a ação espontânea da multidão. Frente à negociação coletiva tumultuosa da população – rompendo com os mecanismos legais e constitucionais de representação e negociação – só haveria uma resposta: o uso imediato das forças policiais. Ao mesmo tempo era perceptível a desconfiança da população quanto a medidas provenientes da Presidência do Estado e era evidente que não existia qualquer coordenação unificada nas manifestações. Os motivos que uniam os diversos e variados sujeitos envolvidos eram os mesmos, quanto à forma de resolver o problema, existiam visões diferenciadas.

A gerência da Light, por sua vez, não estava disposta a se submeter à vontade popular, só aceitando a circulação dos tramways com as tarifas e os horários estabelecidos. A usina e a estação de bondes passaram a ser guardadas por contingentes policiais. A segurança da cidade ficou a cargo do capitão Espinheiro. Só eram visíveis pequenos protestos (vaias) na Praça do Ferreira, na qual concentrava-se o maior número de policiais. E, de acordo com jornal católico, “a polícia está desfazendo os agrupamentos que se formam naquelle logradouro público”.

No dia seguinte, 30 de novembro, a questão ainda não havia recebido uma solução satisfatória. Sobre o assunto, o *Jornal do Commercio* publicava:

O povo não se conforma com o novo horário dos bondes e exigem [que] andem conjuntamente nas linhas carros de 1ª e 2ª classe, já que a companhia inglesa augmentou o preço das passagens para os primeiros, conservando o preço antigo para os últimos que servirão às classes pobres. A Light por sua vez, allega que a deficiência de carros não lhe permite satisfazer a exigência do povo e, por isso, conserva o seu horário.

E o resultado é estar a cidade desde a tarde de ante-hontem sem o tráfego dos bondes, que ainda hoje não circularão.⁷⁹

Ainda neste dia ocorreria um rápido “meeting”, sendo o advogado Gomes de Mattos o único orador. A Phenix Caixeiral, “poderosa agremiação

⁷⁹ Jornal do Commercio, 30 de setembro de 1925, p. 04.

da classe caixeiral de Fortaleza”, em reunião da sua diretoria, deliberou apoiar, “de maneira pacífica”, o atual movimento. Uma comissão desta associação de trabalhadores – contando com os diretores Paes de Castro, Julio Rodrigues, Vicente Roque, Leandro Lyra, Oliveira Moura e José Torres de Melo – se reuniu com o Presidente do Estado, “afim de levar-lhe as reclamações dos caixeiros”. Apesar da “esperança geral” de que uma solução fosse encontrada e os bondes reiniciassem a trafegar, nada foi resolvido “e os que moram nos subúrbios distantes, tiveram que vir a pé para a cidade”. Durante o dia anterior e prosseguindo neste, circulavam pela cidade alguns boletins “exaltados”: “um delles atacava a mr. King, a quem se attribue uma phrase insultuosa ao povo”; o outro era publicado pelo periódico:

A questão dos bondes e qual deverá ser a attitude do povo
 - Com vistas as sr. fiscal da Prefeitura, perante a arrogante Empresa.
 Perante a prefeitura municipal, a Light, companhia inglesa, que no Ceará explora o serviço de tracção electrica, tem convencinado o seguinte contracto:
 ‘A Empresa Inglesa fará circular carros, ao preço de DUZENTOS REIS cada passagens, sob condições de que sejam mais confortáveis que os actuaes, passando estes a figurar como de SEGUNDA, ao preço de CEM REIS’
 No entanto, com arrogante desrespeito as autoridades da terra, a Light fez apenas augmentar os preços dos carros actuaes que pela força do contracto, deveriam figurar como carros de segunda.
 Nesta situação, o povo que é quem paga imposto, só uma attitude deve assumir: Fazer a convenção estabelecida com a prefeitura, isto é, pagar cem reis de passagem, nos actuaes typos de vehiculos, pouco importando que sejam elles pintados com qualquer uma das cores do arco-iris, ou então, se o governo municipal quer sanar o mal, obrigue a Companhia a fazer circular, tanto carros de \$100, quantos forem os de duzentos.⁸⁰

Pela leitura deste boletim, fica evidente um certo conhecimento legal por parte do(s) elaborador(es), e, talvez, mas isto não há como termos certeza, trate-se do advogado Gomes de Mattos, figura atuante durante todo o movimento. Percebemos também um esforço de legitimar a ação popular: se a companhia não esta cumprindo exatamente o que reza a sua convenção com a prefeitura, porque o povo deveria obedecer? E mais: ao povo – “que é quem paga imposto” – é facultado o direito de fazer cumprir a letra contratual: “pagar cem reis de passagem nos actuaes typos de vehiculos”, já que as autoridades

⁸⁰ Jornal O Nordeste, 30 de setembro de 1925, p. 04.

públicas – desrespeitadas pela companhia – não demonstram capacidade – ou vontade – para forçar a companhia por em tráfego bondes de 1ª e 2ª. A referência feita à coloração diferenciada deve-se ao fato de que os veículos eram identificados, simplesmente, pela pintura: “o de segunda classe era prateado e o de primeira classe era pintado de verde”.⁸¹

Diante do impasse, “boatos” começam a ser difundidos pela cidade: falava-se que a Sociedade Deus e Mar iria prestar seu apoio ao movimento e que os motorneiros e condutores de bonde ameaçavam entrar em greve. Como sabemos, tal paralisação não ocorreria neste momento, pois, para evitar um acúmulo de dificuldades, “a Light promete satisfazer os seus justos reclamos de aumento de vencimentos”. As reuniões entre o governo e os representantes da companhia, por sua vez, acenavam com um possível acordo. O Presidente do Estado propunha o restabelecimento do bonde das 5^{1/2} para a via-férrea e que nos horários de maior movimentação – durante o início da manhã, no horário do almoço e ao fim da tarde – houvessem bondes de 1ª e 2ª simultaneamente, sendo autorizado o tráfego alternado nos demais horários. O acordo fechado de “última hora”, no entanto, previa as seguintes medidas: “Pelo horário antigo, recusado pelo povo, havia 26 bondes em tráfego, sendo 11 de 2ª classe e 15 de primeira”, como solução, a companhia faria circular “13 bondes de 2ª e 13 de 1ª”, equiparando, portanto, o número de veículos para cada classe. Previa-se ainda a circulação alternada dos mesmos a partir das 6 horas da manhã, sendo restabelecidos àqueles das 5^{1/2} com destino a estação de trens. As “11 horas e as 17 partirão da Praça do Ferreira, para F. Vieira, Estação, Mororó, Matadouro e Outeiro, bondes de 2ª simultaneamente com os de 1ª”. Para *O Nordeste*, em tom de exortação, “o povo deve aguardar calmamente o resultado dessas modificações”, sendo as mesmas “fruto do interesse e boa vontade que o governo vem demonstrando, nesta questão, em favor da população de Fortaleza”, cabendo a todos “esperar confiantes na acção do poder público”.⁸²

Pelo que fica exposto, o acordo entre o governo e a empresa foi cercado de meias medidas: equiparação dos veículos em ambas as classes (o que

⁸¹ ADERALDO, Mozart Soriano. **História abreviada de Fortaleza e crônicas sobre a cidade amada**. Fortaleza: Edições UFC/ Casa de José de Alencar, 1993. p. 41

⁸² Jornal *O Nordeste*, 30 de setembro de 1925, p. 04.

denuncia, novamente, o caráter tendencioso e fraudulento existente no sistema imposto pela companhia), permissão para o tráfego alternado na maior parte dos horários – contrário a principal exigência popular – com a única concessão de simultaneidade em dois horários de intenso fluxo – ao meio-dia e final da tarde, excluindo o início da manhã – restrito, porém, a algumas linhas e não para o conjunto. Natural, portanto, que as ações governamentais recebessem severas críticas de vários setores. Em resposta as denúncias publicadas pelo jornal *O Ceará* – que devido a ausência das respectivas edições não nos foi possível verificar – saíram em defesa das autoridades públicas tanto *O Nordeste* quanto o *Jornal do Commercio*. O primeiro asseverava que a conduta dos governantes em geral e, em particular, do Secretário do Interior, José Mattos Peixoto, no presente assunto, era totalmente idônea. Este político se estaria portando “com equilíbrio e correção moral”. Além do mais, já teria se afastado da função de advogado da Ceará Light, ficando estas atribuições a cargo do advogado Edgard Arruda, “e apenas continuou, pela confiança do gerente da empresa, a ser consultado por elle em questões de direito”.⁸³

Já o segundo, com o título “O governo e a Light”, asseverava que os redatores de *O Ceará* haviam publicado uma acusação “sobremodo antipathica” ao sr. Presidente do Estado, ao sr. José Mattos Peixoto e ao Prefeito Godofredo Maciel, “no tocante a solução do caso da ‘Light’”. Para o *Jornal do Commercio*, as citadas autoridades haviam, desde o primeiro momento, “ouvindo as partes interessadas”, buscado uma saída conciliatória que “não contrariando interesses evidentes da companhia, com base em contracto escripto, satisfizesse, igualmente, as justas aspirações das diversas classes do povo”. De acordo com este periódico, os deveres contractuais da municipalidade não poderiam ser ignorados e mesmo a justiça do clamor popular não justificavam “cassar direitos” da Light, que, sendo “de estrangeiro ou não, apparece das relações contractuais, em pé de igualdade com qualquer outro contractante”. A matéria prosseguia afirmando:

Desrespeitar qualquer das cláusulas estipuladas em tal documento, por cuja feitura não tem a administração actual qualquer responsabilidade, seria expor a fazenda pública a idemnisações

⁸³ Jornal O Nordeste, 01 de outubro de 1925, p. 01.

inevitáveis, quando a parte lesada entendesse collocar a defesa de seus interesses na esfera do Poder Judiciário.

Não era isto patriótico nem honesto porque feria não só direitos adquiridos, como porque sendo o povo a fonte única do dinheiro público, pela tributação que soffre, a conducta do governo, revogando, por autoridade própria, cláusulas de um contracto de que é apenas parte, accarretaria contra o povo ônus inevitavel.

(...)

Não há, podemos assegurar aos estimados collegas, da parte do governo, ou do seu digno Secretário do Interior, qualquer intuito, fundado em motivos de ordem particular, de contrapor aos interesses dos nossos conterrâneos, qualquer pretensão descabida e illegitima da companhia.

Ao contrário, o caso será, graças ao patriotismo do governo, resolvido de modo mais compatível com o interesse público e salvaguarda do princípio de autoridade, cujo dever primordial é o da manutenção da ordem e segurança pública.⁸⁴

Ambas as matérias partem para uma defesa irrestrita dos atos governamentais e dos dispositivos legais – únicos legítimos – para se solucionar corretamente o dissídio. Para o periódico citado acima, qualquer medida em contrário, mesmo justa, da parte do povo, seria sem fundamento, pois, no final das contas, o prejuízo sempre retornaria a atingir a população. Apesar do tom clarividente e supostamente elucidativo das matérias, a população logo demonstraria compreender a questão de outra forma. Não exporia seu descontentamento pela palavra escrita, mas pelas suas ações, ao mesmo tempo contrariando as expectativas tanto de ambos os jornais – que clamavam pela paciência e resignação – quanto dos governantes, que esperavam que seu acordo findasse as desavenças.

No dia seguinte, 1º de outubro, logo cedo, “começaram a surgir os protestos”. Na Praça do Ferreira ocorriam “arruaças e vaias” e “Os ajuntamentos se foram pouco a pouco augmentando”. Da diversidade de grupos, alguns se destacavam, como aqueles “chefiados pelo dr. Alcides Gomes de Mattos, [que] percorriam a Praça, em manifestações de desagrado”. A ação, rapidamente, “se tornou anormal”, com a decisão de alguns grupos de pedir o fechamento do comércio: “De casa em casa, os populares exigiam o respectivo fechamento. O Commercio e os cafés trancaram suas portas”. Diante das ocorrências foram autorizadas medidas imediatas “com energia e firmeza, embora sem excessos, no sentido de manter a ordem pública e

⁸⁴ Jornal do Commercio, 30 de setembro de 1925, p. 01.

garantir o livre funcionamento do comércio”. Alguns estabelecimentos optaram por reabrir as portas, outros permaneceram fechados. O governo convocou ao Palácio o advogado Alcides Gomes de Mattos “a quem explicou as providências que tomara no sentido de amparar os interesses públicos”, na esperança que o jurista “esclarecesse ao povo essa attitude, fazendo-lhes ver como o novo horário attendia as suas legítimas aspirações”. Ao mesmo tempo foram convocados representantes da Phenix Caixeiral e da Associação dos Merceeiros, falando o Presidente do Estado sobre “as modificações apresentadas e as medidas que tomara em benefício geral”. Tais determinações foram julgadas “razoáveis”, sendo “opinião geral que o governo devia garantir, efficazmente, o funcionamento das casas commerciais, perturbado por arruaças”.⁸⁵

Enquanto isso, nas ruas, os ânimos ficavam tensos. Tentando impedir a depredação dos tramways um disparo – supostamente casual – teria sido efetuado pelos policiais.

O povo tomou-se de pânico, julgando que o disparo tinha sido feito sobre a massa popular. Nessa mesma persuasão, o sr. Firmino Henrique de Oliveira, exaltando-se, portou-se de modo inconveniente, insuflando o povo, pelo que foi convidado a comparecer a delegacia de Polícia, onde permaneceu algumas horas, sendo depois transportado para sua residência em companhia do tenente Montenegro.⁸⁶

Ao mesmo tempo, “um vigoroso grupo de exaltados”, inicialmente liderados pelo advogado Gomes de Mattos, dirigia-se “para os lados da Praia, afim de obter o auxílio da Deus e Mar”. O grupo – não mais contando com a presença do jurista, que, como sabemos, havia sido convocado ao Palácio do Governo – prosseguia no seu intento, sendo interceptados “por um esquadrão de cavallaria”, sob as ordens do capitão Espinheiro. Uma vez “detendo a multidão” o oficial teria pedido calma e “em nome do presidente do Estado e do bem-estar da família de cada um, voltassem para suas casas ou seus trabalhos”. A multidão dispersou-se. O *Nordeste* afirmou ter se tratado de um “pedido cortez do digno official”, o que parece muito pouco provável. Diante do avolumar dos protestos e das constantes ameaças de maiores enfrentamentos

⁸⁵ Jornal O Nordeste, 01 de outubro de 1925, p. 01.

⁸⁶ Jornal do Commercio, 01 de outubro de 1925, p. 04.

da massa popular com as forças policiais, o Liceu – “em virtude da agitação nas ruas e a fim de evitar que os alunos tomem parte da mesma” – e demais estabelecimentos de ensino, cancelaram suas aulas. Outros grupos de populares, por sua vez, tentaram invadir a residência do gerente da Light, Mr. Scott, não logrando êxito. As detenções policiais se avolumavam constantemente, sendo efetuadas prisões dos “mais exaltados”, como, por exemplo, do indivíduo Budião Pereira, que “andava distribuindo boletins” e de outro rapaz não identificado “que andava batendo nos bondes, além de conduzir consigo um revólver”. Ao final do dia, reduziram-se os incidentes. A polícia continuava o “patrulhamento das ruas”. Somente alguns poucos “ajuntamentos” eram notados, promovendo somente “algumas vaias”.⁸⁷

O dia seguinte iniciou relativamente calmo. O *Nordeste* continuava alardeando pelas suas páginas que o acordo estabelecido entre o governo e a companhia atendia completamente aos “reclamos da população”. Sendo assim, “parece que é dever do povo voltar à calma, salvo direito, que incumbe a qualquer um de fazer greve pacífica, não transitando nos bondes de 1ª classe”. Ou seja, ao invés de ações diretas, que não mais se justificariam frente à combinação já concretizada, restaria à população, caso ainda discordasse das medidas, promover represálias à empresa, abstendo-se de utilizar os veículos de 1ª classe. Os membros das diretorias das associações ligadas às atividades comerciais – Centro dos Importadores, Associação Comercial, Associação dos Merceeiros e Phenix Caixeiral – fizeram uma reunião conjunta, resolvendo os presentes “delegar poderes” aos respectivos presidentes “para se entenderem com o presidente do Estado”. Compareceram, portanto, ao Palácio do Governo os srs. José Gentil, presidente da Associação Comercial; João Lopes, do Centro dos Importadores; José Ferreira Leitão, dos Merceeiros; Vicente Roque, da Phenix Caixeiral. As duas primeiras reuniam alguns dos mais poderosos e influentes capitalistas locais, a Associação dos Merceeiros agrupava pequenos proprietários do comércio varejista e a Phenix Caixeiral reunia os trabalhadores do comércio, caixeiros, possuidores de uma longa tradição associativa que remonta ao século XIX, quando foi fundada a referida

⁸⁷ Jornal O Nordeste, 01 de outubro de 1925, p. 01.

agremiação, sendo a única propriamente operária (se aqui entendermos operários como todos os trabalhadores manuais urbanos) deste grupo.

Recebidos pelo Desembargador Moreira da Rocha, ouviram atenciosamente a explanação do Presidente estadual sobre o assunto dos bondes. Por fim, “concordaram os presentes em que o caso estaria inteiramente liquidado e respeitados os interesses collectivos”.

Todavia, em uma reunião “tumultuosa” na Phenix Caixeiral, requerida por “mais de cem sócios”, contando com o comparecimento de “incomputável número” de associados, a situação ganhava uma outra avaliação. Iniciando os trabalhos, o presidente Vicente Roque cedeu a palavra ao sr. Oscar Castello Branco que “pediu calma aos seus consócios e confiança na acção do poder público”. Em seguida falou o sr. Carlos Pinho, “reclamando a defesa dos interesses dos caixeiros, que, ao seu ver, estavam ainda sem resguardo”. No mesmo sentido se pronunciaria, “em linguagem exaltada”, o jovem Mozart Medina. Por fim, o sr. Paes de Castro propôs a constituição de uma comissão para se entender com as autoridades, declarando que “a Phenix não concordava, ainda, com o novo horário e insistia pela sua reclamação de bondes de 2ª simultâneos com os de 1ª”. Foram escolhidos para compor esta comissão os seguintes membros: Paes de Castro, J. Paiva, José Torres de Mello, Amphiphio Guilhom de Oliveira e Raymundo de Freitas Ramos. Nos Merceeiros, por outro lado, “as cousas correram calmas”. A sessão, “com a presença de vultoso número de sócios”⁸⁸, transcorreu sem maiores contestações às medidas do governo.

No dia 03 de outubro, a situação na Phenix Caixeiral começa a se tornar ainda mais complexa. Um grupo de “moços caixeiros” pretendia promover uma “assembléia extraordinária”, cujo objetivo era “votar uma moção de desconfiança ao distinto sócio Vicente Roque, presidente daquela pujante sociedade”. Os motivos para semelhante atitude deviam-se ao fato do presidente Vicente Roque “não haver consultado a classe, em geral, quando se entendera, dias atrás, com o sr. presidente do Estado, ainda na questão da Light”. Cerca de 200 phenixtas se faziam presentes a esta reunião. Vicente Roque, presente à sessão, teria ouvido com “muita atenção e calma absoluta

⁸⁸ Jornal O Nordeste, 02 de outubro de 1925, p. 04.

de espírito” a leitura da moção. Em seguida, se utilizando de “palavras rápidas”, expôs como “se havia portado nas discussões, a respeito do aumento de preço nas passagens de bonds e do novo horário dos ‘tramways’”. Completou sua fala afirmando sua larga experiência de 26 anos como sócio da Phenix. Logo depois tomou a palavra o sr. Carlos Pinho que “em frases ardorosas” criticou o procedimento do presidente da sociedade, pois este “não consultara, antecipadamente, a opinião dos seus colegas”. Na seqüência leu um documento, “assignado por elevado número de caixeiros”, no qual os mesmos “se insurgiam contra o aumento do preço das passagens”. Findando a leitura, o sr. Vicente Roque garantiu que convocaria uma nova reunião para breve. Prosseguiram nos trabalhos os demais presentes, com as falas de Carlos Pinho, Edgard de Alencar e Carlos Barbosa. Nas ruas, os bondes da Light continuavam a trafegar guardados por policiais armados e boletins, “em linhagem inflamada”⁸⁹, eram amplamente distribuídos pela urbe.

O aumento de repressão policial, que não se eximia de utilizar a força quando julgava necessário, contribuiu para o arrefecimento das ações populares. Apesar disso era noticiado que as animosidades contra a Light prosseguiam “sem desânimo”, com a abstenção dos usuários de utilizar os veículos de 1ª classe. O *Nordeste* destacava que esta deveria ter sido “a attitude da população” desde o início. Ao invés de medidas violentas e tumultuosas, uma forma de retaliação pacífica. Todavia, fatos novos na dinâmica dos acontecimentos modificavam os rumos do movimento popular. O mesmo periódico publicava que, durante a madrugada do sábado (dia 03 de outubro) para o domingo, “grupos de exaltados, ou pessoas parcelladamente, entenderam de usar meios violentos”. Em um ato qualificado como “criminoso” e “aberrativo das normas da justiça”, puseram, próximo ao final da linha do Alagadiço, “pequena carga de dinamite, que, à passagem de um bonde de 2ª classe, explodiu, quebrando uma das rodas do mesmo”.⁹⁰ Nenhum passageiro foi ferido. Fica evidente que uma nova forma de ação estava sendo posta em prática: se antes a população demonstrava seu desagrado em um movimento público direto com depredações dos bondes da Light, agora, um grupo imprimia nova dimensão, uma ameaça à propriedade da companhia, ao mesmo tempo

⁸⁹ Jornal O Nordeste, 03 de outubro de 1925, p. 04.

⁹⁰ Jornal O Nordeste, 05 de outubro de 1925, p. 01.

em que arriscava a integridade física dos usuários, o que em hipótese alguma ocorria nas iniciativas anteriores. A mudança se deve, provavelmente, ao avolumar da vigilância policial que tornou muito difícil os protestos diretos e o quebra-quebra promovido pelo povo. Diante desta dificuldade, alguns grupos devem ter optado por uma forma violenta de sabotagem, oculta e clandestina. Todavia, esta mudança de orientação parece ter contribuído – ao contrário do que seus promotores esperavam – para minimizar o ímpeto de revolta da maioria da população.

As suspeitas policiais quanto aos responsáveis pela colocação da dinamite nos trilhos do bonde começaram a recair, logicamente, sobre os autores dos boletins “incendiários” que há vários dias eram distribuídos pela urbe. Ambos os atos eram feitos por indivíduos totalmente desconhecidos, natural, portanto, que fossem percebidos como correlacionados. Rapidamente foram publicadas determinações do Chefe de Polícia aos “proprietários de Tipographias”, lembrando aos mesmos que “não devem ser distribuídos avulsos impressos sem que nelles se declare, para os fins legais, o nome do estabelecimento graphico onde são confeccionados”⁹¹, sendo passível, em caso de desobediência, a apreensão dos exemplares e instauração de processo legal sobre os proprietários e autores. Apertava-se, dessa forma, o cerco sobre os articuladores dos boletins.

Obviamente não podemos aceitar como certo que os autores dos boletins fossem exatamente os mesmos que instalaram o explosivo. Os panfletos eram variados e, portanto, podem ter sido produzidos e confeccionados por pessoas e grupos diferenciados. Por exemplo, *O Nordeste* noticiava que durante toda a segunda-feira, dia 06 de outubro, “circularam vários boletins incentivando a greve pacífica”. Deste conjunto, entretanto, se sobressaía um impresso “que prevenia a população contra futuros attentados nos bondes”: “Nesse papelucho affirmava-se mesmo ser necessário o sangue cearense para consecução da victoria contra a Light”. Este último não trazia as especificações exigidas pelo Chefe de Polícia. Neste caso foram reforçadas as suspeitas policiais, ao mesmo tempo em que nos é permitido afirmar que a autoria dos boletins se devia a grupos variados, que não necessariamente

⁹¹ Jornal do Commercio, 06 de outubro de 1925, p. 01.

compartilhavam dos mesmos métodos de ação. No mesmo dia, na linha da Praia de Iracema, seria encontrado “um enorme petardo, pesando quase um kilograma”. Este explosivo não chegou a ser detonado. As investigações policiais conduziram à Tipographia Popular e ao nome do sr. Clínio Porto, como possível autor do boletim. O inquérito, todavia, não conseguiu provar a conexão entre o suspeito de autoria do boletim e a execução do plano dos explosivos.

Seja como for, o movimento popular perdeu intensidade. As manifestações públicas de protesto perderam energia e escassearam. Mesmo na Phenix Caixeiral, conforme noticiou o *Jornal do Commercio*, em sessão do Conselho Administrativo, foram declarados “nullos todos os actos que ultimamente desprestigiaram o sr. Vicente Roque, presidente da Sociedade, a propósito da questão da Light”, findando o “movimento partidário que reinava no seio da Sociedade”.⁹² Podemos interpretar o “fim” da revolta a partir de dois motivos básicos. Em primeiro lugar, a forte repressão promovida pelas forças de segurança, sob as ordens governamentais, limitou as possibilidades para o prosseguimento das ações diretas empreendidas pela população. Em segundo lugar, o início de ações mais violentas, secretas, que ameaçavam a própria população ultrapassaram os limites morais e legítimos compartilhados pela maioria do povo. Decerto, os envolvidos nas manifestações de rua promovidas durante estes dias julgavam apropriadas as depredações contra os bens da companhia, como mecanismo de pressão e mesmo o enfrentamento com a polícia em alguns casos. Mas arriscar a vida das pessoas que utilizavam os bondes era totalmente inaceitável. Ao romper este limite, os indivíduos que promoveram os atentados perderam apoio social, ao mesmo tempo em que enfraqueceram o conjunto das ações.

Até aqui fizemos uma descrição pormenorizada dos fatos ocorridos durante os dias de revolta, agora devemos esclarecer especificamente as características assumidas por este movimento popular. Se tomarmos como parâmetro as questões propostas por George Rude⁹³ acreditamos ser possível

⁹² *Jornal do Commercio*, 09 de outubro de 1925, p. 02.

⁹³ Segundo este autor, em primeiro lugar é necessário situar o fato no seu devido contexto histórico, efetuando um relato adequado dos acontecimentos reais; identificar quais as formas específicas de ação da multidão; quais eram os alvos preferenciais, o que permite descobrir motivações, finalidades e idéias subjacentes à revolta; verificar a eficiência das forças de repressão; por fim, qual a consequência do fato. RUDÉ, George. **A Multidão e a História**. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

montarmos um quadro interpretativo satisfatório para a compreensão da revolta.

Basicamente, já efetuamos um relato da dinâmica dos acontecimentos, apontando momentos e ações significativas. Quanto à(s) forma(s) específica(s) de ação efetuada pelos amotinados é claramente identificável um certo padrão: atacavam preferencialmente os bondes, que devido a sua limitada mobilidade se tornavam alvos fáceis. Eric Hobsbawm já havia notado esta característica, marcadamente de ordem tecnológica, dos bondes enquanto um alvo primordial:

a experiência demonstra que entre as formas de transporte urbano, os bondes são,(...), extraordinariamente convenientes para os insurretos; em parte porque o aumento de suas tarifas, que tende a afetar todos os pobres simultaneamente, é um precipitador muito natural dos distúrbios e em parte porque estes enormes veículos, quando incendiados ou virados, podem facilmente bloquear ruas e interromper o tráfego.⁹⁴

Os motivos já devem ter se tornado óbvios: era uma forma de demonstrar nitidamente o desagrado em relação às medidas da Light e, ao mesmo tempo, provocar prejuízos econômicos à companhia. Em nenhum momento qualquer pessoa foi ferida pelos amotinados durante as depredações. Quando houve feridos foram decorrentes do enfrentamento com a polícia. A única ameaça real, promovida pela população revoltosa, a um indivíduo específico foi direcionada para o gerente da Light, E.M.O. Scott, o que mais uma vez evidencia a seletividade dos ataques. Não havia dúvida que a companhia estrangeira – seu patrimônio em primeiro lugar e seus administradores em seguida – era o alvo preferencial da multidão. Essa revolta também explicitou o crescente processo de ampliação urbana da capital. O aumento no número de habitantes, em grande medida decorrente das constantes migrações campo-cidade ocasionadas pelas secas, e o simultâneo processo de formação de bairros pobres na periferia da cidade – e o deslocamento da elite do Centro para os novos bairros residenciais elegantes, como Jacarecanga, por exemplo – tornava cada vez mais imprescindível a

⁹⁴ HOBBSAWM, Eric. *Cidades e Insurreições*. In: _____. **Revolucionários: ensaios contemporâneos**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003. p. 222. Ainda este mesmo autor alerta para o fato que a eficácia de um motim ou insurreição depende de três fatores: “a facilidade de mobilizar os pobres, a vulnerabilidade dos centros de autoridade a estes e a facilidade com que podem ser reprimidos”.

utilização do sistema de transporte público. O afastamento dos locais de moradia dos grupos de trabalhadores em relação aos respectivos locais de trabalho demandavam um serviço de transporte regular, eficiente e a baixo custo. Podemos acrescentar ainda a já conhecida insuficiência de recursos dos vários segmentos da classe trabalhadora⁹⁵ que não eram capazes de comportar facilmente uma elevação dos gastos.

Devemos também ressaltar, novamente, que não houve qualquer forma de planejamento da revolta, não havia um sistema de organização unificado determinando métodos e formas de agir. Os grupos envolvidos estavam unidos por um mesmo objetivo e contra um antagonista comum, as formas adotadas para alcançar estes mesmos objetivos podiam variar de grupo para grupo. As expressões usadas corriqueiramente pela imprensa são bastante reveladoras deste aspecto: “agrupamentos” e “ajuntamentos”, o que aponta para a constituição informal de grupos sem que houvesse qualquer tipo de organização prévia. Além disso, as lideranças eram, em sua maioria, fugazes, com a exceção do advogado Gomes de Matos, sobre quem teremos mais a falar. Um líder poderia surgir no momento, no calor dos acontecimentos, estimular e participar de uma determinada ação e não mais tornar a ter um papel de destaque. Vimos alguns destes durante a narrativa: o sr. Teixeira Gueiros, que protestou e considerou ilusórias as promessas e medidas do governo, sendo acompanhado em sua revolta por vários indivíduos, ou ainda o sr. Firmino Henrique de Oliveira, que se revoltou contra o que considerou ser um ato arbitrário dos policiais, e mais o indivíduo Budião Pereira que foi detido enquanto distribuía boletins pela cidade e um jovem – não nomeado – também detido por bater nos bondes e portar um revólver e tantos outros anônimos que deram sua cota de esforço e revolta, compondo esta “multidão” de revoltosos.

Neste sentido, somos inevitavelmente compelidos a tentar esboçar uma identificação desta multidão anônima, a identificar os “rostos na multidão”. Qual seria, de fato, a composição social desta massa de insurretos? O termo “populares”, útil decerto, apesar de suas limitações, é por demais inespecífico. Aos poucos, reunindo fragmentos de informação, – bastante insuficientes, sem dúvida, mas nem por isso desprovidos de valor – podemos montar um

⁹⁵ Para mais informações sobre as condições de vida (ganhos, despesas básicas e moradia) da classe trabalhadora em Fortaleza, ver a primeira parte do Capítulo 02.

panorama deste variado leque de personagens. A imprensa não teve dificuldades ao afirmar que os protestos iniciais partiram de estudantes, em especial alunos do Liceu. Este grupo logo seria engrossado por elementos oriundos de outras procedências: “caixeiros, operários e outras classes”⁹⁶, seriam os mais prejudicados pelas medidas da Light, logo, seriam os prováveis protagonistas da revolta. Em outra ocasião, afirmava-se peremptoriamente: “nas horas em que os empregados do commercio, operários e jornaleiros vão ao trabalho ou dele saem, faltavam completamente os carros de segunda classe”⁹⁷, mais uma vez são melhor definidos os grupos prejudicados e, portanto, os mais propensos à atos de rebeldia e contestação. Neste grupo são inseridos, basicamente, segmentos da classe trabalhadora, para os quais, como já assinalamos, a importância do transporte público era cada vez maior. Sem dúvida, a este núcleo essencial se agregariam, no ritmo dos acontecimentos, elementos oriundos de outras classes. Ao mesmo tempo, como destaca George Rudé, para identificarmos uma multidão, devemos complementar o que foi possível apurar, a partir de relatos de observadores, “com amostragens dos mortos, feridos ou presos em agitações”, lembrando sempre que tais “amostras devem ser tratadas com cuidado, pois quase sempre são bastante pequenas para que possamos tirar delas conclusões gerais”. Cientes desta dificuldade, podemos observar a menção da prisão do phenixta Aécio Hollanda “por se exceder no seu entusiasmo”⁹⁸, sendo liberado após o comparecimento de uma comissão composta pelos srs. Vicente Roque, Leandro Lyra, Oliveira Moura, Torres de Melo e Julio Rodrigues, à delegacia de polícia. Ou ainda, o depoimento à imprensa do também sócio da Phenix, Raymundo Nonato de Freitas, garantindo que quaisquer “excessos cometidos nas ruas desta capital, por ocasião das manifestações populares” não teriam partido do grupo de phenixtas do qual fazia parte, garantindo que os mesmos “não tiveram a intenção de atacar a residência do gerente da Light”, tampouco de usar meios violentos “para obter o fechamento do commercio”.⁹⁹ Apesar do objetivo evidente deste depoimento ser inocentar qualquer integrante da Phenix Caixeiral de participação nestas ações delineadas, acaba por revelar que os

⁹⁶ Jornal O Nordeste, 28 de setembro de 1925, p. 04.

⁹⁷ Jornal O Nordeste, 29 de setembro de 1925, p. 04.

⁹⁸ Jornal do Commercio, 30 de setembro de 1925, p. 04.

⁹⁹ Jornal O Nordeste, 02 de outubro de 1925, p. 04.

mesmos tiveram uma grande e constante participação em várias ações desenvolvidas “nas ruas desta capital”. Além do mais, conforme analisamos, no interior mesmo da Sociedade surgiram divergências de procedimentos, com uma crítica à iniciativa do Presidente da agremiação em seu entendimento com o governo estadual, sem que antes fosse devidamente efetuada uma consulta à classe. Isto significa uma forte tendência democrática no interior da agremiação, que por esta época já era marcada por uma certa burocratização em suas atividades e forte aproximação com os poderes constituídos.¹⁰⁰

Em sua autodefesa, enviada à imprensa, o Presidente da Phenix, Vicente Roque, utiliza como argumentos a situação da própria sociedade para legitimar seus atos, como podemos ver a seguir:

Sociedade subvencionada, gozando de favores dos governos federal e estadual, eu não podia negar o meu concurso ao chefe do Estado nessa triste emergência em que elle se acha forçado a garantir um contracto leonino, aqui firmado em 1911 e legalizado para todos os efeitos.

Os que hoje me condemnam, amanhã me farão justiça, reconhecendo minha boa fé.

Voltando ainda à accusação de politicagem na minha acção como presidente da Phenix, tenho a declarar que entre as paredes daquelle edificio, nem eu nem nenhum dos presidentes daquelle sociedade cogitamos de interesses partidários de qualquer facção. E para prova, eu, como democrata que sou, nunca deixei de tratar como máxima consideração aos próceres de partidos que me são adversos...¹⁰¹

O que se desenha nesta passagem é a reafirmação de um certo padrão de associativismo operário, no qual a aproximação em relação às autoridades e aos poderes públicos é uma forma de garantir a própria respeitabilidade, bem como os recursos necessários às atividades agremiativas. Em nome da manutenção desta teia de relações era absolutamente necessária certa subserviência aos atos e medidas governamentais, ainda mais que, aos olhos tanto da imprensa, do governo ou deste líder operário, era impossível romper um contrato legal com a Light. Como vimos, este argumento já era utilizado como forma de desqualificar as ações tumultuosas e as depredações

¹⁰⁰ Sobre a formação da sociedade Phenix Caixeiral, sua forma de atuação e princípios gerais ver: OLIVEIRA, Francisco de Assis Santos de. **Os Caixeiros no Ceará: trabalho e educação na Revista Phenix, 1891 – 1916**. Fortaleza, 2005. Dissertação de Mestrado em História Social. Universidade Federal do Ceará. (Ver especialmente o 1º capítulo).

¹⁰¹ Jornal O Nordeste, 05 de outubro de 1925, p. 01.

promovidas pela população. O *Nordeste*, por exemplo, afirmava categoricamente: “Não apoiamos as violências que o povo vem fazendo contra a propriedade alheia, tanto mais que os prejuízos causados à Light serão pagos pelo governo”.¹⁰² As atitudes da população – em seu quebra-quebra –, além de atentarem contra a propriedade particular, eram reveladoras da incompreensão quanto às formas “corretas” de negociação, revelando pouca maturidade política. Neste ponto chegamos ao seguinte questionamento: porque a população da capital optou por esta forma específica de ação, pressão e negociação?

Para responder a este questionamento devemos observar os debates de 1924, quando veio a público a proposta da Ceará Light de elevar as tarifas dos bondes e criar veículos com classes distintas. Nesta ocasião, foram chamados para negociar representantes de várias associações da capital: Centro dos Importadores, Associação Comercial, Centro Artístico Cearense e Phenix Caixeiral, conjuntamente aos representantes da Light e do governo estadual e municipal. Sem adentrarmos nos pormenores dos debates, foi ficando evidente, ao longo das negociações, que a postura das agremiações de trabalhadores (Centro Artístico Cearense e Phenix Caixeiral) eram decididamente contrários a qualquer modificação no sistema de transporte, em particular envolvendo elevação das tarifas. Por outro lado, as associações patronais e o governo aceitavam as propostas da companhia inglesa. No decorrer dos encontros, as associações de trabalhadores foram sendo excluídas das reuniões e, portanto, sua opinião sobre o assunto passou a ser ignorada.¹⁰³ A proposta da empresa – respaldada em dispositivos contratuais, como já sabemos – tornou-se vitoriosa nas negociações, não sendo feito, porém, qualquer alarde mais sério quanto ao resultado obtido, nem tampouco, quanto à conduta dos participantes.

Acreditamos, todavia, que a forma em que se desenvolveram as negociações, em 1924, foram importantes para a configuração da negociação coletiva direta empreendida pela população. Como fica evidente, a proposta da Light foi submetida a uma avaliação que, a princípio, contava com a participação de representantes dos trabalhadores. Como tais, estes indivíduos

¹⁰² Jornal O Nordeste, 30 de setembro de 1925, p. 04.

¹⁰³ Jornal O Nordeste, edições de: 16 de janeiro de 1924; 19 de janeiro de 1924; 31 de janeiro de 1924; 01 de fevereiro de 1924; 02 de fevereiro de 1924; 04 de fevereiro de 1924; 15 de março de 1924.

rejeitaram as medidas como francamente prejudiciais aos interesses de caixeiros, operários e jornaleiros. Diante da inflexibilidade destes elementos, os demais grupos os excluíram da mesa de negociações, aprovando a proposta da Light. Perante a população e, em especial, perante os representados das associações excluídas, ficava evidente que não havia espaço real – através dos mecanismos legais e constitucionais de negociação – para suas demandas e interesses. Não havia vontade política dos governantes e da elite local em reconhecê-los como legítimos representantes dos trabalhadores, principais atingidos pelas decisões em discussão. Se não havia, portanto, oportunidade para uma negociação nestes termos, restava uma opção já conhecida da população cidadina de Fortaleza:¹⁰⁴ uma contestação violenta das medidas que os prejudicavam, uma “negociação coletiva através da arruaça”, adotando uma forma de ação direta, como instrumento de pressão.

Devemos destacar também que as formas de luta através de instrumentos legais e as ações diretas de caráter tumultuoso não são excludentes; ao contrário, podem ser implementadas de forma combinada.¹⁰⁵ Exemplo máximo e paradigmático deste tipo de escolha, transitando entre ambas as formas de pressão, foi a postura adotada pelo advogado Gomes de Mattos, liderança reconhecida por parte dos revoltosos. Ao mesmo tempo em que participava de grupos que tentavam efetuar o fechamento das casas comerciais e construir laços com agremiações operárias contra as medidas da Light, por exemplo, atuava como negociador junto ao governo estadual. Ao que parece, o jurista esperava reinserir a temática dos direitos populares na pauta de discussão governamental. Para alcançar este intento, formas de pressão

¹⁰⁴ Afirmamos tratar-se de uma opção já conhecida porque, em outras ocasiões, como em 1912, quando da deposição do oligarca Nogueira Accioli, uma forma semelhante de revolta popular direta foi executada. Esta experiência, sem dúvida, compunha a memória de vários habitantes da capital, como uma forte demonstração (e exemplo) das possibilidades de ação coletiva e da força do povo. Sobre este episódio conferir: ANDRADE, João Mendes de. *A Oligarquia Acciolina e a política dos Governadores*. In: SOUSA, Simone de. **História do Ceará**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994. e SILVA, Antonio Zilmar. **A Oralidade Deitada Sobre o Papel: Homens, Letras e Vozes em Trincheiras. (Movimento armado em Fortaleza, 1911 – 1912)**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica. Dissertação de Mestrado, 2004. PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque: reforma urbana e controle social (1860 – 1930)**. 3ª ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

¹⁰⁵ Edward Thompson, para o caso do movimento luddista, na Inglaterra, argumenta que as formas constitucionais e violentas de atuação podiam (e eram) praticadas de forma intercambiável. Em algumas ocasiões a pressão direta só era exercida quando falhavam os trâmites legais, ou como estratégia para acelerar uma medida jurídica favorável aos trabalhadores. Ver: **A Formação da Classe Operária Inglesa. Vol 3: A Força dos Trabalhadores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 88 – 180.

direta poderiam ser bastante válidas, tanto mais porque o advogado estava ciente das irregularidades presentes nas atitudes da companhia. Ou seja, se o Estado não atuava de forma coerente, defendendo os interesses legítimos da população, era cabível forçar o governo a tomar iniciativa ou, em última instância, o próprio povo, autonomamente, poderia efetuar a justiça.

Por fim, podemos destacar que o objetivo principal das ações sociais empreendidas nestes dias de revolta não obtiveram o resultado esperado pelos seus principais protagonistas. Quando muito foi alcançado um êxito bastante parcial. A Light não revogou nenhuma das suas medidas. Ambos os tipos de veículos, com as respectivas tarifas, continuaram a circular de forma alternada pelas ruas de Fortaleza. Somente nos horários de maior fluxo – ao meio-dia e início da noite – circulariam bondes de 1ª e 2ª classe simultaneamente, conforme acertado com o governo. Não parecem existir muitas dúvidas sobre as razões deste resultado: as forças de repressão, rapidamente, debelaram as ações e movimentos públicos de protesto. Os quebra-quebras foram interrompidos, os mais “exaltados” foram agredidos violentamente ou detidos, a circulação de boletins foi seriamente dificultada. O governo dava mostras de sua exígua tolerância em relação às formas autônomas, diretas e tumultuosas de ação da população. Paralelamente a esta dimensão da repressão, que nunca deve ser minimizada, vimos que a dinâmica dos acontecimentos, com a adoção de uma forma ainda mais violenta de atuação, minou a legitimidade dos protestos, ao mesmo tempo em que ofereceu argumentos extras para um cerco ainda maior das forças policiais sobre o ambiente urbano, tornando praticamente inviável o prosseguimento de qualquer forma mais explícita de protesto. Apesar da vitória – se assim podemos dizer –, a Light teria que lidar, daí pra frente, com um estado de ânimo popular sempre tendendo contra a companhia. Isto ficara explícito nos movimentos grevistas dos lighteanos em 1929 e 1932 que contariam com ampla simpatia e apoio popular, que, em parte, podemos creditar ao resultado deste episódio.

Capítulo 2

Greve, Comunismo e Nacionalismo entre os trabalhadores da Ceará Light em 1929.

Em fim de agosto e início de setembro de 1929, estiveram mais uma vez em greve os trabalhadores da companhia inglesa The Ceara Tramway Light and Power. Esta seria a mais extensa paralisação da categoria até então. Como não poderia ser diferente, durante os vários dias de mobilização este assunto tomou as páginas dos principais jornais da capital, foi objeto de discussão em várias associações operárias, estimulou a solidariedade classista e as disputas políticas entre tendências diferentes e conflitantes (balizadas no caso por um confronto entre o Comunismo e o Anti-Comunismo católico, em especial), forçou a intervenção do Estado nas negociações e evidenciou as dificuldades e limites da ação trabalhista destes operários, bem como sua habilidade em conseguir estabelecer uma ampla teia de apoio social entre os mais diversos grupos de trabalhadores da capital e sujeitos de outras classes.

Assim sendo, no presente capítulo, ao focalizarmos as ações e motivações dos lighteanos, não podemos perder de vista as numerosas redes de relações estabelecidas com outras categorias operárias e demais classes sociais e instituições. Além disso, como neste momento ganhou visibilidade uma influência comunista difusa entre parte dos trabalhadores grevistas, precisamos problematizar os elementos que permitiram tal diálogo e indagar sobre o(s) significado(s) de tais experiências para a cultura política dos operários. Pretendemos também analisar, sucintamente, as diferenças quanto às formas de mobilização deste momento em relação às ações desenvolvidas anteriormente.

Dividimos a presente exposição em três partes. Iniciamos o texto com a análise da negociação estabelecida pelos operários através de sua associação e seu presidente eleito, acompanhando a reação da gerência, cujos argumentos também serão alvo de nossa atenção. Verificamos neste tópico um pouco da cultura política e de trabalho dos lighteanos e, na medida do possível,

pretendemos compreender as dificuldades e necessidades deste grupo, bem como do conjunto da classe trabalhadora de Fortaleza. Em seguida, acompanhamos o desenrolar do conflito, a constituição de uma rede de solidariedade e os debates políticos daí advindos. Conforme demonstramos, as estratégias postas em ação para efetivar esta rede de apoio social foram desde a ampla divulgação de panfletos pela cidade, até a recorrente prática dos meetings (passeatas e comícios) que permitiam aos trabalhadores tomar o espaço urbano. Verificamos também a crescente relevância da imprensa na formação de uma opinião pública favorável ao movimento. Por fim, tentamos estabelecer uma compreensão acerca da aproximação destes trabalhadores ao Comunismo e como este dialoga com um ideário nacionalista, tentando oferecer uma explicação sobre o possível impacto desta experiência para os trabalhadores. Para tanto fez-se imprescindível atentarmos para os elementos ideológicos e táticos da política do Partido Comunista à época e as mudanças conjunturais na experiência destes operários.

2.1 – “Direitos” e “Vantagens”: A Negociação

Em sua edição de 16 de agosto de 1929, o jornal *O Povo* publicava um Memorial¹⁰⁶ elaborado pelos operários organizados na ‘União e Progresso’, associação que se propunha representar os interesses dos trabalhadores da companhia inglesa Ceará Tramway Light and Power, e apresentado à gerência da empresa. O documento, datado de dois dias antes, ia assinado por José Joaquim de Lima, presidente da agremiação, e Humberto Façanha, secretário. José Joaquim de Lima, também conhecido como José Pernambuco, era um destacado militante sindicalista e comunista em Fortaleza, em particular na Sociedade União dos Pedreiros, onde sua presença pôde ser detectada desde 1927¹⁰⁷, pelo menos. Em 1928 este militante seria eleito Presidente da referida agremiação.¹⁰⁸ Na ‘União e Progresso’, tendo sido, também, eleito presidente da associação, podemos imaginar que gozava de grande dose de simpatia e

¹⁰⁶ O mesmo Memorial também estava publicado no Jornal *O Ceará*, 15 de agosto de 1929, págs: 01 e 02.

¹⁰⁷ Jornal *O Nordeste*, 22 de setembro de 1927, p.01.

¹⁰⁸ Jornal *O Ceará*, 30 de novembro de 1928, p. 03. José Joaquim de Lima também era mencionado como membro da diretoria da ‘Sociedade 24 de Junho’. Jornal *O Ceará*, 07 de julho de 1928, p. 05.

legitimidade entre os trabalhadores. O porquê de tal legitimidade é algo que discutiremos no avançar do texto.

Vejamos então, mais detidamente, as demandas e reivindicações constantes no Memorial. O documento afirma inicialmente que “A ‘União e Progresso’ dos empregados da Light, com sede nesta capital á rua 24 de maio n. 90, attendendo as reclamações collectivas, vem, em defesa de seus direitos, representar, perante v.s. do modo porque se segue, esperando atenção”.¹⁰⁹ Rapidamente percebemos três elementos importantes: a sede da associação, localizada no mesmo prédio no qual situava-se o Bloco Operário e Camponês (BOC), instituição criada pelo Partido Comunista, posto então na ilegalidade, e outras organizações operárias¹¹⁰, demonstrando uma contigüidade espacial potencializadora de alianças classistas e demonstrativa da aproximação destes trabalhadores ao comunismo; a ênfase que as reclamações são coletivas e, portanto, o Memorial foi redigido atendendo aos reclamos dos trabalhadores o que nos permite conhecer aspectos das dificuldades e interesses dos mesmos; por fim, uma certa consciência de direitos, ou seja, não se estava pedindo ‘favores’, que implicariam alguma deferência ou gratidão, mas se exigindo ‘justiça’, não dependente da vontade do patrão e não implicando lealdade pessoal.

Basicamente, os temas de maior interesse são agrupados em quatro itens como podemos ver a seguir:

- 1- Os salários que percebem os operários dessa Empresa, segundo o estudo feito por uma comissão competente, (...), provam o desequilíbrio entre a despesa e a receita do operariado;
- 2- As irregularidades verificadas no tráfego prejudicam grandemente os operários;
- 3- São descontados dos minguidos salários dos conductores e motoneiros , os valores dos prejuízos soffridos por essa Empresa, em consequência de estragos verificados nos vehiculos, o que redundam em clamorosa injustiça;
- 4- A obrigatoriedade de fornecimentos exploradores.¹¹¹

Destas dificuldades, se desdobra uma listagem de reivindicações contemplando: aumentos salariais para a totalidade dos quadros operários da

¹⁰⁹ Jornal O Povo, 16 de agosto de 1929, p.06.

¹¹⁰ Dentre as quais a União dos Pedreiros, o que demonstra certa proximidade espacial que facilitaria a atuação (ou talvez tenha sido criada pela atuação) de José Pernambuco.

¹¹¹ Jornal O Povo, 16 de agosto de 1929, p. 06.

companhia, seguindo o princípio de que aqueles com menores salários tenham um índice de elevação maior; aumento do número de trabalhadores do tráfego; melhorias nas condições sanitárias; o não desconto nos salários por estragos nos veículos; a extinção dos fornecimentos alimentares (qualificados como exploradores como vimos acima); o pagamento semanal dos salários; horas extras em dobro e, finalmente, o cumprimento da lei de férias¹¹² e da lei de acidentes de trabalho.¹¹³

Encerrando a parte do Memorial dedicada às necessidades e reivindicações dos operários, seguem os cumprimentos dos elaboradores à gerência e afirmações categóricas quanto à 'justiça' das demandas:

Dada a justiça do que ora pleiteia, a 'União e Progresso' espera contar com as necessária atenções do espírito esclarecido do sr. Gerente da Empresa por se tratar da mais indefectível justiça. Certa de que será atendida dentro do prazo máximo de cinco dias, pela 'União e Progresso' apresentamos a v.s. nossos protestos de elevada estima e alta consideração.¹¹⁴

Por trás da polidez no vocabulário, não existe qualquer sinal de subserviência ou deferência. Trata-se antes de uma interlocução entre iguais. A associação se propõe representar legitimamente os operários, ser ouvida em suas proposições e requisições, chegando a estipular um prazo limite para a resposta dos administradores. Mais uma vez, afirmamos: não estão os trabalhadores solicitando benefícios que dependam da vontade e do arbítrio patronal, mas exigindo o que é de justiça, palavra mencionada duas vezes no mesmo parágrafo.

Mas não se trata de 'convencer' unicamente a gerência por meio de requisições e toda uma pauta de mudanças a serem implementadas. Torna-se importante demonstrar a necessidade de tais direitos e de tais mudanças, em particular no que se refere ao aumento de salários (no caso, é possível que o alvo também seja a opinião pública). Para efeito de justificação da elevação

¹¹² A lei de férias, criada em 1925, previa a concessão de 15 dias de férias anuais remuneradas para os trabalhadores e foi sistematicamente ignorada pelos patrões que argumentavam o caráter indispensável do trabalho dos operários, que, teoricamente, não poderiam ser substituídos durante este tempo, para manter a produtividade.

¹¹³ A lei de acidentes foi criada em 1919, no bojo das discussões nacionais e internacionais sobre a questão operária, e garantia o direito ao salário e ao emprego em casos de acidentes no exercício do trabalho. Também era sistematicamente burlada pelos patrões.

¹¹⁴ Jornal O Povo, 16 de agosto de 1929, p. 06.

salarial acompanha o Memorial dois anexos de despesas gerais de famílias operárias, nos quais estão incluídos gastos com aluguel, alimentação (carne, farinha, feijão, arroz, açúcar, sal, café, leite e – com um grande peso no orçamento – pão), além de lenha, querosene, sabão e fósforos. Conforme esta mencionado no próprio documento: “Não estão incluídas as despesas com vestuário, medicamentos e outras, imprescindíveis”. Somos, portanto, inevitavelmente compelidos a refletir sobre as condições de vida do operariado.

Interessante material para pensarmos sobre a situação das classes trabalhadoras de Fortaleza, em geral, e sobre os operários da Light, em particular, foram os artigos publicados pelo periódico *O Ceará*, durante o ano de 1928, com o sugestivo e impactante título “A Miséria em Fortaleza”, e como chamada “A situação em que vivem as classes desprotegidas da fortuna – Não ganham nem para matar a fome”. Foram 03 matérias com esta chamada, todas publicadas em janeiro, entrevistando um guarda-civil, um condutor de bondes e um funcionário do Estado, nos dias 12, 13 e 14, respectivamente.

Em sua primeira matéria, o jornal afirma ser “mais precária do que se imagina a situação das classes pobres em Fortaleza” e, justamente, objetivando “dar um quadro vivo desse estado de cousas” fariam “meticulosa reportagem a respeito”. O primeiro entrevistado – um guarda civil – teria declarado que “como todos os seus companheiros percebe o saldo de 100\$000 por mês”, sendo descontado, deste valor, todos os meses, “5\$000 para barbearia e farmacia”. Teria ainda acrescentado tratar-se de “uma vida de cachorro”, pois, “O dinheiro é pouco e não chega pra nada”. Sua família – totalizando nove pessoas – passava diariamente, com o “café da manhã, com pão” e somente “comendo de sustança uma vez ao dia, quando hai dinheiro”. Seus gastos incluíam carne “com osso, magra e cheia de pelle”, feijão, farinha, lenha, querosene, café e açúcar. Além disso, havia o aluguel a corroer os poucos recursos. Diante de tal quadro, o miliciano explicava as poucas opções restantes:

Nem todo dia a gente come carne. Quando a cousa ta preta a gente fica devendo na bodega e dá umas ‘facadinhas’ nos graúdos. No mez passado os minino tava tudo nuzinho. Para arranjar roupa para elles fui no jornal ‘O Ceará’ e ‘cavei’ uns cartões para as festas do Natal.¹¹⁵

¹¹⁵ Jornal *O Ceará*, 12 de janeiro de 1928, p. 04.

O segundo entrevistado – um condutor de bondes – foi abordado durante o trabalho. O depoente, de acordo com os redatores, teria pintado “com a simplicidade natural das pessoas de sua classe, a vida de miséria que passa com as 11 pessoas que sustenta”. Este condutor “trabalha 9 horas por dia, sob o sol ou chuva, ganhando por hora de trabalho 450 réis, ou seja, 4\$050 por dia”. Desse salário “tem que pagar aluguel de casa, dar de alimento e vestir a onze pessoas”. A moradia “pela qual paga mensalmente 10\$000 de aluguel é uma desgraçada choupana, onde todos dormem em commum, porque seus commodos não passam de 2 quartos, ligados por uma porta”. Além do aluguel, entra no orçamento, “carne com osso, feijão, farinha, lenha, querosene, pão, café e assucar”. Não estão contabilizados gastos com roupas e remédios, “convindo notar que com as despesas feitas acima o infeliz operário com sua família apenas toma café pela manhã e faz uma refeição parca que serve, somente, para enganar o estômago”:

E um homem que se alimenta dessa forma é forçado a trabalhar 9 horas por dia, queimado pelo sol ou tiritando, com as roupas encharcadas pela chuva.

Quando o infeliz adoecer, sendo forçado a passar 3 ou 4 dias sem trabalhar, a situação de todos os seus agrava-se horrivelmente: a fome negra bate as portas, e o seu único recurso é dar ‘facadas’ e passar ‘calotes’ para não furtar. Ou pede, ou transforma-se num ladrão.¹¹⁶

O terceiro e último entrevistado – um funcionário público –, ao contrário dos anteriores, trata-se de “um elemento da classe media”. A “palestra foi com um official de uma secretaria do Estado”, e “em virtude do cargo que occupa, esse cidadão tem de apresentar-se decentemente trajado na repartição”. Ao contrário dos demais entrevistados não pode “deixar de usar camisa e collarinho”. O orçamento deste funcionário é bem mais diversificado que o do guarda civil e do condutor, incluindo: aluguel, carne, feijão, arroz, farinha, verduras, temperos, banha, pão, café, açúcar, leite, lenha, querosene e luz elétrica, além de sabão e “roupa lavada e engommada”. O respectivo funcionário, todavia, sustentava um total de 12 pessoas:

¹¹⁶ Jornal O Ceará, 13 de janeiro de 1928, p. 07.

Com o orçamento acima esse funcionario público tem só uma refeição por dia, isto mesmo enquanto o bodegueiro, o magarefe, o senhorio e o galego da prestação não aperreiam para receber o atrasado, chamando-o de velhaco.

Quando isso acontece o infeliz diminue a despeza em casa. Tudo fica reduzido a metade. O leite para as creanças não é comprado. A fome surge horripilante.

Emquanto sua esposa e filhos soffrem fome em casa, o empregado público, com o estomago vazio, assiste decentemente vestido na repartição, vendo os seus chefes esbanjarem os dinheiros público com cara gazolina de luxuosos automóveis.¹¹⁷

Não fica muita dúvida sobre a precária condição da maioria dos trabalhadores de Fortaleza – dificuldades que podiam atingir elementos da classe média, conforme o conjunto de matérias do jornal. A preocupação primeira é, invariavelmente, garantir a alimentação para famílias normalmente amplas, como ficou evidente. O espectro da fome – além do sofrimento intrínseco que provoca – acarretaria, ainda, certa perda da dignidade, tornando os trabalhadores dependentes da caridade alheia (‘facadas’), do crédito dos comerciantes, sempre tendentes a escassearem à medida que os antigos débitos não são saudados (‘calote’). Estas seriam as únicas soluções para não roubar, como vaticinou o periódico.

Outra matéria, ainda mais impactante, divulgava simultaneamente, a opinião de um médico sobre a saúde da população, o caso de um boi morto na via pública e que serviu de alimento, durante a noite, para várias pessoas e o falecimento de um “pobre velho”, demitido da Light depois de 33 anos, por inanição. O médico, depois de “examinar e receitar cerca de vinte pessoas pobres”, afirmou que estas pessoas, na sua totalidade, “em vez de drogas, necessitavam de pão”. A confirmação deste grave problema viria com o surpreendente relato do senhor Natanael Cortez, que havia deixado um boi morto na Praça Coração de Jesus durante a noite e às primeiras horas do dia “quando um auto-caminhão aproximava-se do local a fim de recolhar a rez esfolada que havia morrido não se sabe de que terrível mal já não encontrou nada mais a não ser um diminuto resto de vísceras”. A carne do animal morto “havia sido cortada, despedaçada e carregada durante a noite pela gente pobre”. O periódico denunciava que por todos os lados só se via “desolação”, “cansaço”, “abatimento physico e moral desta pobre gente que lucha

¹¹⁷ Jornal O Ceará, 14 de janeiro de 1928, p. 03.

heroicamente contra a carestia”, produzida pelos monopolistas “da carne e do pão, e de outros gêneros de primeira necessidade”. Finalizando a matéria, relatava o caso de “um pai de família”, vitimado por uma “syncope”, sendo dada como causa da morte “inanição”. Depois de 33 anos de trabalho na Light “já velho e curto da vista foi demittido do modesto logar que occupava” na companhia, “uma das mais sangue sugas, mais deshumanas e miseráveis que se alimenta do sangue de nosso povo”:

Há trinta e trez annos que este pobre homem dispendia o melhor de suas energias em proveito deste monstro exótico que vive de enganar, ludibriar, achincalhar e desprezar a população cearense com o apoio de um fiscal do governo e do próprio governo que lhe emprestam mão forte, através das inconscientes bayonetas dos policiaes remunerados pelo povo.

Há trinta e trez annos este modesto servidor do capitalismo ignóbil e desalmado trabalhava dia e noite para dar conta da família.

Agora, morre a fome, morre victimado pela fome, porque os seus ‘generosos’ patrões arrancaram-lhe da bocca o negro pedaço de pão.

Estava velho, quase cego, foi julgado imprestável com um único direito – o de morrer de inanição.

Ante-hontem, o ex empregado da Light poz em pratica o exercício deste ultimo direito – morrendo.

Deixa mulher e filhos na mais negra orphandade.¹¹⁸

Ao analisarmos mais detidamente este conjunto de informações, percebemos que a preocupação primordial é sem dúvida a alimentação, pois, como pode ser verificado no Memorial e nos gastos gerais publicados nas matérias citadas acima, o gasto diário com pão (1\$200), por exemplo, é maior que o valor médio do aluguel (1\$000). Informação indicativa dos hábitos alimentares básicos dos grupos operários de Fortaleza. Possivelmente a questão da moradia só ocupa as preocupações operárias em termos de custo e menos em qualidade, de alguma forma semelhante aos trabalhadores parisienses do século XIX, como analisou Michelle Perrot.¹¹⁹ Interessa muito mais garantir a cidade como espaço para viver e os recursos para o sustento alimentar do que requerer moradias mais espaçosas e confortáveis, que

¹¹⁸ Jornal O Ceará, 25 de abril de 1928, p. 06.

¹¹⁹ “Os operários reivindicam menos o direito à moradia do que o direito à cidade,(...) Por um longo período, a reivindicação operária se refere ao aluguel, não à moradia. Desta-se, fala-se em termos de custo, de peso no orçamento, não de conforto ou espaço.” PERROT, Michelle. *Os operários, a moradia e a cidade no século XIX*. In: **Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. p. 101 e 102.

poderiam implicar um deslocamento do domicílio para muito longe do perímetro central e, portanto, afastado da tradicional teia de relações e sociabilidades dos agrupamentos operários, cujo auxílio mútuo informal representa uma segurança mínima contra as incertezas da vida.

Duas outras matérias publicadas pelo *O Ceará* permitem dimensionar melhor a situação de boa parcela dos trabalhadores de Fortaleza, em especial no tocante a questão da moradia. Segundo o periódico, “percorrendo os arredores de Fortaleza, as chamadas areias, tem-se a mais nítida impressão do estado de misérias em que vivem nossos conterrâneos”, e realizando uma visita aos “bairros da miséria” nos quais uma “numerosa população se estiola em inumeros casebres” seria possível oferecer aos leitores um quadro geral desta penosa situação. É mencionada uma grande variedade de localidades nos arredores do centro da capital, tais como: “Morro do Moinho, Morro do Croatá, Gamelleira, Camberinbas, Alta Mira, Prado Velho, Coqueirinho, Lagoa da Onça”, nos quais “milhares de homens, mulheres e crianças”, vivem em “miseras choupanas, onde predomina a mais absoluta falta de hygiene”. Ressalta ainda o periódico que tais bairros “não são habitados por mendigos, mas por gente que trabalha, por carregadores, vendedores de fructas, lavadeiras, engommadeiras, verdureiras, etc”.¹²⁰ Na matéria seguinte, fazendo uma visita ao Morro do Croatá, (“onde se agita uma população de carregadores, carroceiros, operários, vendeiros, engommadeiras, verdureiras”) os repórteres afirmam terem percorrido uma “villa de choças, ali situada, observando com curiosidade as casinhas de palhas”, sendo recebidos por uma “mulher mal vestida, quase maltrapilha, revelando no seu physico as necessidades por que tem passado na lucta pela vida”. Tratava-se de uma engomadeira, residente em uma das pequenas choças “coberta com poucas palhas” e ainda que “toda a mobília do casebre, que ameaçava cair a qualquer momento, era constituída por dois tamboretas”. Esta mulher teria narrado aos repórteres um pouco da sua vida: falou do marido, que diante das dificuldades, resolveu tentar a sorte embarcando para o “Norte” e nunca mais deu notícias; mencionou os problemas para vender algumas rendas no Mercado, dificultada pela falta de recursos para pagar os impostos; disse ainda

¹²⁰ Jornal *O Ceará*, 02 de dezembro de 1928, p. 09.

que, nos últimos dias, o “almoço e o jantar” tem sido “farinha com rapadura”; por fim acrescentou o medo com a aproximação do inverno, indicando a moradia “quase descoberta” e a falta de dinheiro “para comprar palhas”¹²¹ para a cobertura.

Fica evidente o alto índice de trabalhadores(as) com extremas dificuldades para garantir a própria sobrevivência. As moradias, localizadas nos arredores do centro urbano de Fortaleza, nas “areias”, segundo a expressão utilizada pelo periódico – revelando a inexistência de calçamento e, logicamente, de outros benefícios de infra-estrutura urbana –, denunciam a crescente e irregular ocupação dos subúrbios da capital, em formas de habitação bastante precárias. Conforme destacaram Foot Hardman e Victor Leonardi, mocambos, cortiços, favelas – e poderíamos acrescentar – choças, “foram algumas formas típicas de habitação do proletariado e de outros setores explorados”:

Construções rústicas de madeira, ou outros materiais baratos, localizadas em terrenos íngremes ou alagadiços, em morros ou várzeas inóspitas, essas habitações populares constituíram um espaço típico na vida das massas trabalhadoras.¹²²

Não resta dúvida que era esta, também, a realidade da maioria dos trabalhadores de Fortaleza. Sintomaticamente, no Memorial dos operários da Light, (e nas matérias que citamos anteriormente), inexistiu qualquer menção a gastos com lazer. Obviamente, não seria uma boa justificativa legitimadora de uma elevação salarial e por esta época, podemos afirmar que ainda não havia se desenvolvido, de forma ampla, a prática do lazer comercializado – com a provável exceção dos cinemas. Os divertimentos se faziam muito mais no âmbito do bairro, nos esportes em terrenos baldios, nas festividades realizadas na agremiação operária, etc. Também inexistem menções a gastos com o fornecimento de água e energia elétrica, exceto para o caso do funcionário público. Tal “ausência”, nos demais casos, deve-se, sem dúvida, ao pouco desenvolvimento no serviço de abastecimento aquífero na capital, embora alguns anos antes já houvesse sido concluída a rede de fornecimento que, no

¹²¹ Jornal O Ceará, 05 de dezembro de 1928, p. 01.

¹²² FOOT HARDMAN, Francisco. LEONARDI, Victor. **História da Indústria e do Trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte**. São Paulo: Global, 1982. p. 197.

entanto, só beneficiava uma pequena parcela da população. Os demais, possivelmente, recorriam a expedientes costumeiros como poços, cacimbas e chafarizes públicos. Quanto à energia elétrica, é significativo o fato dos trabalhadores do setor não disporem dos melhoramentos proporcionados por este novo recurso. Conforme pode ser visto na lista de gastos das famílias operárias, entram na conta lenha e querosene, revelando a persistência de uma forma de iluminação interna dos domicílios baseada nos candeeiros e lamparinas e uma forma de cozinhar com o uso do tradicional fogão a lenha.

Retornando aos temas mais estritamente associados ao âmbito do trabalho, percebemos que os operários da Light pleiteiam melhores condições e o fim de medidas disciplinares, como os descontos por materiais danificados e os fornecimentos alimentares, mecanismo de controle que já tivemos oportunidade de discutir no capítulo anterior, percebendo de que forma estava sendo efetuada a implementação deste recurso e como tal iniciativa da companhia foi uma nova fonte de animosidades entre a gerência e os trabalhadores, que rapidamente perceberam tratar-se de mais um dispositivo de controle. E, finalmente, o intercalamento destas demandas específicas com outras de abrangência nacional: a aplicação das leis de férias e acidentes de trabalho, revelador da crescente generalização das reivindicações¹²³, que cada vez mais tem o Estado, de alguma forma, como alvo, tornando a questão social operária um tema cada vez mais presente nas pautas da política institucional.

Podemos concluir que a proposta, em seu sentido amplo, era uma tentativa de humanizar o trabalho e de interferir na forma gerencial-administrativa da Light, pois além das reivindicações mais gerais, apontava a necessidade de aumentar o número de trabalhadores do tráfego e modificar a periodicidade dos pagamentos (áreas de arbítrio patronal), demonstrando um interesse dos operários em garantir um maior controle sobre os ganhos de seu trabalho e sobre o processo produtivo. Todas estas demandas revelam que as experiências acumuladas nos movimentos grevistas anteriores, conforme já apresentamos, foram exemplarmente postas em prática neste novo movimento, de uma forma ainda mais sistemática. Além disso, ao se exigir o pagamento

¹²³ Para Kazumi Munakata, desde a grande onda grevista de 1917 – 1919, a questão operária não mais poderia ser ignorada pelos poderes públicos. Tanto que na década de 1920 seriam iniciados os primeiros ensaios de legislação social e a criação de instituições reguladoras. Ver: MUNAKATA, Kazumi. **A Legislação Trabalhista no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

em dobro nas horas-extras, já se evidencia, por parte dos operários, um aprendizado das “regras do jogo” da lógica capitalista: tempo é dinheiro, demonstrando que se tratava de uma luta “sobre o tempo”, como habilmente conceitualizou Edward Thompson.¹²⁴

Alguns dias após a entrega e publicação do documento, a gerência divulgou sua apreciação e resposta ao mesmo. A argumentação inicia da seguinte forma:

Ilmo sr. Presidente da Sociedade União e Progresso. Na qualidade de gerente de ‘The Ceara Tramway Light e Power Co. Ltd.’ respondo, pelo presente, ao ofício que essa associação me dirigiu, reclamando diversas vantagens para os funcionarios da Companhia, cujos interesses, no Ceará, me estão confiados.

Preliminarmente, devo estranhar que a alludida reclamação me fosse dirigida por intermédio de elementos estranhos ao quadro de empregados da Companhia, como são v.s. e o outro signatário do ofício a que ora respondo.¹²⁵

De imediato, percebemos duas ordens de questões: o que no Memorial dos trabalhadores eram “direitos”, na apreciação patronal são “vantagens”, demonstrando a diversidade de visão política no que tange as condições justas da atividade laboral. Para os operários, os benefícios e às condições mínimas aceitáveis seriam intrínsecos à situação de produtores, enquanto que, para os chefes, seriam fruto da benevolência e do arbítrio patronal e qualquer requisição para além disto seria mera “vantagem”; em segundo lugar, a tentativa de contestar a legitimidade de tais solicitações efetuadas por um intermediário “estranho ao quadro de empregados da companhia”. Neste caso, trata-se de quebrar a interferência da agremiação enquanto instituição representativa dos trabalhadores, mantendo uma relação direta e individualizada entre a chefia e cada trabalhador e, principalmente, eliminar a presença de militantes combativos que poderiam instigar os associados para reclamações mais sistemáticas. Como veremos, esta será a tônica de boa parte dos ataques do periódico *O Nordeste* ao movimento paredista.

No geral, os pedidos de elevação salarial são negados, argumentando-se que os rendimentos da companhia com o tráfego de bondes haviam

¹²⁴ THOMPSON, Edward. *Tempo, Disciplina de Trabalho e Capitalismo Industrial*. In: **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

¹²⁵ Jornal O Nordeste, 29 de agosto de 1929, p. 03.

decrecido com o início da circulação dos auto-ônibus pela cidade desde 1927; as solicitações de melhorias nas condições de trabalho são veementemente contestadas (a gerência alega que as condições são satisfatórias); as multas por materiais danificados são vistas como uma medida disciplinar positiva: “Revela notar que essa medida disciplinar tem produzido bons resultados, pois desde que ella se acha em prática tem decrescido, consideravelmente, o valor dos damnos verificados nos carros e, sobretudo, o dos objectos extraviados”;¹²⁶ quanto aos fornecimentos alimentares, é aceita sua possível extinção, bem como o pagamento semanal dos salários; o pagamento em dobro nas horas extras não é aceito, argumentando-se que a forma de pagamento é perfeitamente justa:

Normalmente os empregados do tráfego trabalham 8 horas diárias, divididas em dois períodos intervallados de 4 horas, cada um. O trabalho desses empregados só excede de 8 horas quando acaso faltam os rendeiros. Neste caso, o empregado não rendido continua o serviço, percebendo o que deixa de ganhar o que devia substituí-lo. É esse o systema da Companhia, perfeitamente razoável, adoptado alias, pela generalidade das empresas de transporte, cuja modificação, pelo Memorial pretendida, não parece aceitável.¹²⁷

A gerência também alega que já esta cumprindo o que determina a lei de acidentes de trabalho. No tocante a lei de férias, argumenta-se que:

Antes de tudo, devo salientar que é matéria controvertida no próprio districto federal a extensão das obrigações creadas pelo decreto n. 4982, de 24 de dezembro de 1925 (lei de férias), ás companhias de transporte, as quaes o alludido decreto não se refere. Em consequência, as companhias ali existentes, bem como as demais que, no paiz, exploram taes serviços, não estão fazendo a applicação daquela lei. Alias a applicação desta depende, entre nós, da fiscalização do Ministério da Agricultura, que ainda não providenciou a respeito.¹²⁸

Sem dúvida a administração da Light tenta se aproveitar da situação ambígua do setor de serviços públicos, como importante para a vida urbana e supostamente diferenciada do restante das atividades produtivas do operariado. Além disso, ao que parece, deixa-se escapar que a lei (talvez por

¹²⁶ Idem.

¹²⁷ Idem.

¹²⁸ Idem.

sua indefinição) pode ser burlada e desrespeitada, uma vez que inexistia fiscalização do órgão competente. Em seu sentido geral, as recusas da gerência deixavam bem claro que o crescimento das reivindicações dos trabalhadores não seriam toleradas e que a organização operária não seria facilmente reconhecida. Elucidativo para pensarmos esta relação é o texto de André Gorz abaixo:

O sentido das novas formas de organização não despótica do trabalho depende, portanto – como o sentido de qualquer reforma – da relação de forças que presidiu a sua introdução. Se instituídas sem entusiasmo, por iniciativa do patrão, para prevenir ou desativar uma resistência operária difusa e atomizada (absenteísmo, indolência, abandono, falhas), elas podem ser rentáveis para o capital e consolidar sua hegemonia, ao menos por um tempo. Em compensação, se novas formas de organização do trabalho são exigidas ou impostas, num momento de luta, pela ação organizada dos operários, elas são combatidas pelo patrão como um poder operário irreconciliável com a autoridade patronal: somente se o poder operário autônomo dos operários for quebrado e restabelecida a autoridade patronal, é que o patrão admitirá conceder mudanças que ele recusava enquanto não podiam ser de sua iniciativa. A ambigüidade da ‘democratização’ do processo de trabalho é, então, a que sofre qualquer reforma: se for instituída, de cima, trata-se, por meio do capital, da recuperação reformista da resistência operária; se for imposta pela base, como resultado de um afrontamento, abre uma brecha no sistema de dominação do capital...¹²⁹

Era imprescindível para a gerência da Light, portanto, eliminar o crescimento das reivindicações trabalhistas de seus operários. Muito mais do que estabelecer um sistema de negociação propriamente dito, era interesse manter um certo princípio de autoridade, definindo claramente os limites que a chefia estaria disposta a aceitar e a partir do qual julgaria as ações dos seus subordinados, determinando – pelo seu próprio ângulo de visão política, obviamente – que medidas seriam exequíveis e quais estariam extrapolando a vontade supostamente inviolável dos patrões.

Diante das negativas da gerência em atender a maioria das reclamações dos lighteanos, uma reunião foi convocada pela diretoria da União e Progresso “a fim de tomar conhecimento do officio que o sr. E.M.O Scott, gerente daquella companhia inglesa, dirigiu áquella sociedade”. A reunião iniciou pouco depois de uma hora da madrugada e foi aberta pelo presidente José

¹²⁹ GORZ, André. *O despotismo de fábrica e suas conseqüências*. In: _____. **Crítica da Divisão do Trabalho**. São Paulo: Martins Fontes, 1989. p. 88.

Joaquim de Lima, que solicitou “a leitura do officio enviado pelo gerente da Light”. O documento “foi amplamente discutido em todas as suas partes e, finda a leitura, os operários deliberaram permanecer em greve pacífica, até que a companhia se resolva attender as reclamações solicitadas”. Somente um operário, entre os presentes, declarou ser contra a greve, “quebrando a unanimidade existente no seio da sociedade.” Discutiu-se também que categorias entrariam em greve. Neste debate, José Pernambuco,

oppondo-se ao pensamento de alguns dos presentes que desejavam a greve total, aventou que isso não seria conveniente, porquanto a falta de energia viria prejudicar as fábricas (e por conseguinte grande parcella do operariado cearense), bem como a circulação dos jornaes.¹³⁰

Por fim, prevaleceu o posicionamento do presidente, ficando a paralisação decretada para os operários do tráfego de bondes e das oficinas, unicamente. Também foi deliberado, como apontamos, que a greve teria um caráter pacífico.

2.2 – “Abaixo o Imperialismo explorador do nosso sangue”: O Conflito.

A greve teve início no mesmo dia, contando com a adesão de pouco mais da metade dos operários do tráfego e das oficinas. A ação da polícia não tardou: o militante “leader” do movimento, José Pernambuco, foi chamado à delegacia para prestar esclarecimentos sobre o caráter da mobilização. A reação da companhia também foi rápida: contratação de fura-greves (vários deles antigos trabalhadores) e “suborno” aos trabalhadores que não aderiram de imediato para prosseguirem trabalhando, a fim de fazer circular o maior número possível de tramways.¹³¹ Um trabalhador (não nomeado), ao ser indagado pelos jornalistas d’*O Povo* os motivos pelos quais não havia aderido à paralisação, respondeu:

Eu não estava avisado de nada. Ouvi falar que a sociedade ia pedir augmento de salário. Hoje, pela manhã, tinha que fazer o primeiro horário. Quando cheguei a estação, é que fui sabedor da greve.

¹³⁰ Jornal O Povo, 20 de agosto de 1929, p. 01.

¹³¹ Jornal A Razão, 21 de agosto de 1929, p. 07.

Neste momento, o chefe me entregou o carro. Estou trabalhando agora de manhã. De tarde não trabalho mais.¹³²

Fica evidente que os esforços associativos e organizativos não abarcavam a maioria dos lighteanos; todavia, este afastamento da vida agremiativa não necessariamente implicaria em desdém ou alheamento da ação coletiva, como fica expresso ao final do depoimento: “Estou trabalhando agora de manhã. De tarde não trabalho mais”.

Se a reação da gerência foi rápida, os primeiros sinais de solidariedade também não tardariam a aparecer: os gráficos dos jornais *A Razão*, *O Ceará*, *O Povo*, *Gazeta de Notícias* e *Correio do Ceará*, bem como o corpo de operários da “Tipografia Aurora”, destinaram 10% de seus salários para auxílio aos paredistas. Ainda ao final do dia, circulou o primeiro boletim (panfleto) da greve, um mecanismo ágil para divulgação de idéias e debate político, assinado pelo auto-intitulado “Comitê de Greve”:

TRABALHADORES CEARENSES!

Os nossos companheiros que trabalham na companhia imperialista The Ceará Tramway, Light and Power Cia., declararam-se hoje em greve pacífica afim de pleitearem reivindicações sobre todos os pontos de vista justas e que muito de perto vos falam também, pois o estado de misérias e opressões que soffremos não comporta o abandono criminoso que vimos votando aos que revoltantemente assaltam as nossas bolsas humildes.

TRABALHADORES UNI-VOS

Pugnae pela victoria dos vossos companheiros da Light!
Hoje por elles amanhã por nós!¹³³

Fica evidente entre os articuladores do movimento a necessidade de obter apoio social, entendido não somente como auxílio material, mas como reconhecimento e legitimidade pública. Para tanto, estimula-se uma identificação comum quanto às condições de vida dos “trabalhadores cearenses” em oposição à “companhia imperialista” que além de explorar seus operários, lucra com o sistema de transporte por bondes, “assaltando” as “bolsas humildes” dos demais. Interpelado pelos redatores do jornal *O Povo* sobre os meios de manutenção da greve, José Pernambuco respondeu que contaria:

¹³² Jornal O Povo, 20 de agosto de 1929, p. 01.

¹³³ Jornal Gazeta de Notícias, 21 de agosto de 1929, p. 01.

- Primeiro de tudo com a nossa força de vontade. Depois, esperamos que o operariado cearense há-de-vir ao encontro dos grevistas, tendo em vista as razões justíssimas de suas reclamações. Trabalharemos, além disso, com todas as nossas forças, pela manutenção da greve, promovendo bandos precatórios e pondo em prática diversas outras medidas.¹³⁴

Os redatores prosseguem indagando se a greve teria um caráter pacífico, ao que o mesmo militante responde: “-Perfeitamente. Foi essa, aliás, a palavra de ordem proferida na sessão de ontem e que eu reafirmei hoje na presença do sr. 1º Delegado”.¹³⁵

O periódico *A Razão* acrescentava que os bondes que estavam circulando contavam “com garantias da polícia que postou um soldado em cada carro” e que tanto a usina quanto as oficinas estariam “guardadas por piquetes” do regimento militar, prosseguindo com uma crítica à atuação dos poderes públicos: “Ao que se sabe, o governo do Estado mantém-se em revoltante indiferentismo deante da situação creada, limitando-se a garantir a circulação dos ‘tramways’”.¹³⁶ Esta seria somente uma das muitas repreensões, feitas pela imprensa, ao papel do governo no trato da questão operária.

As expectativas de apoio aguardadas, pelo líder dos trabalhadores, foram gradativamente se concretizando, conferindo à greve uma força não observável no seu início, e as estratégias pensadas foram sendo postas em prática. Um bando precatório, “promovido pela directoria da ‘União e Progresso’, no qual tomou parte considerável número de operários, inclusive mulheres e crianças” percorreu as ruas do centro da cidade conduzindo “a frente a bandeira do ‘Bloco Operário e Camponez’” e “cantando de vez em quando a ‘Internacional’”¹³⁷, recolhia óbulos para os grevistas e suas famílias. Segundo a *Gazeta de Notícias*, o propósito dos grevistas em manterem-se numa “attitude pacífica” tem lhes trazido “grandes sympathias”. Além disso, visando colaborar com o movimento, passam a sistematicamente publicar extensas listas de contribuições ofertadas, fazendo questão de afirmar que,

¹³⁴ Jornal O Povo, 20 de agosto de 1929, p. 01.

¹³⁵ Idem.

¹³⁶ Jornal A Razão, 21 de agosto de 1929, p. 07.

¹³⁷ Jornal O Ceará, 22 de agosto de 1929, p. 10.

“como dever de solidariedade humana, e com o fim de socorrer ás famílias dos grevistas”, fariam constantes apelos a “generosidade publica”.¹³⁸

Para os redatores do jornal *O Nordeste*, por outro lado, as demonstrações de influência comunista na presente greve representavam um perigo para a sociedade e só poderiam ser o fruto nefasto do liberalismo e tolerância das autoridades.¹³⁹ Tais jornalistas passam a sistematicamente solicitar medidas enérgicas contra os militantes:

O que queremos frizar – e isso apontamos – é o perigo do bolchevismo dissolvente e macabro, para aqui trazido por descontentes, utopistas, sonhadores de cousas más.

Referimo-nos a organização communista do ‘Bloco Operário e Campones’ – com fins revolucionários e dissolventes da sociedade tranqüila dos operários cearenses.

Até o canto da Terceira Internacional vem sendo rito nas reuniões promovidas por José Pernambuco – para quem a polícia deve voltar suas vistas severas, como elemento de desordem e discórdia que vem sendo o mesmo no seio do operariado.

E nessa greve de hoje, diminuta é verdade, está o primeiro producto da tolerância das nossas autoridades para com taes elementos.

Cabe, agora, aos poderes competentes, de accordo com a lei especial, tomar as providências que o caso exige, no referente aos insufladores e elementos de desordem.¹⁴⁰

E ainda, sobre a realização do bando precatório, que já destacamos, o mesmo periódico afirmava:

É de lamentar que os grevistas cuja causa em parte é sympathica ao público deixassem que agitadores indesejáveis patrocinassem a sua causa com prejuízo moral da finalidade do movimento.

Na passeata, tremulava a bandeira do Bloco Campones e viam-se taboetas com dizeres berrantes como ‘Abaixo o Imperialismo explorador do nosso sangue’ e outros.

Alem disso, entoavam cânticos revolucionários como o da Terceira Internacional.¹⁴¹

A gerência da Light, conforme já mencionamos, agiria rapidamente para contornar os efeitos da greve. Conjuntamente a contratação de fura-greves

¹³⁸ Jornal Gazeta de Notícias, 23 de agosto de 1929, p. 07.

¹³⁹ Para uma análise dos discursos anti-comunistas elaborados pelo jornal *O Nordeste* entre a década de 1920 e início da década de 1930, ver: PINTO, José Aloísio Martins. **‘Serventuários das Trevas’: os bolcheviques na imprensa católica. (Fortaleza/CE, 1922 – 1932)**. Fortaleza, 2005. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal do Ceará.

¹⁴⁰ Jornal *O Nordeste*, 20 de agosto de 1929, p. 05.

¹⁴¹ Jornal *O Nordeste*, 21 de agosto de 1929, p. 09.

(vários antigos trabalhadores), oferecia premiações e bônus extras àqueles que não aderissem à parede. Em um boletim distribuído pela cidade, os operários denunciavam a prática da companhia, que entrava em contradição com sua propalada ausência de recursos e condenava aqueles que se deixassem seduzir pelos ganhos ofertados:

Camaradas!

A Light, conhecendo a fraqueza de espírito do nosso povo, afim de que os seus calhambeques trafeguem, não obstante a nossa digna attitude de greve pacífica, vem oferecer aos incautos gratificações de 50\$000, pagamento dobrado as horas de serviços e phantasticas promoções á classes superiores, quando declarou em sua resposta a 'União e Progresso' não estar em condições de augmentar os nossos salários embora fossem justas as nossas reclamações!

Miserável é todo aquelle que por ganância e visando pequenos lucros de momento, verdadeiramente phantasticos, comete o indisivel crime de trahir os seus companheiros de infortúnios, explorados torpemente pela Empreza Estangeira que gananciosamente assalta as nossas bolsas depauperadas e sorve, qual polvo esfaimado, o suor resfriado do faminto operariado cearense!¹⁴²

Ao mesmo tempo, os trabalhadores requisitavam a intervenção policial contra os fura-greves sem habilitação, que haviam sido postos em seu lugar para manter em tráfego os tramways. De acordo com uma nota publicada pelo jornal *A Razão*: “Os grevistas vão dirigir um officio ao sr. Secretário de Polícia e Segurança Pública, pedindo providências no sentido de ser prohibida a permanência em serviço de motorneiros que não possuem carta de habilitação fornecida pela inspetoria de Vehiculos”.¹⁴³

Mesmo com as ácidas e reiteradas críticas do jornal da Arquidiocese, o movimento ganhou ímpeto nos dias que se seguiram. Alguns trabalhadores que não aderiram de imediato foram, aos poucos, engrossando as fileiras de grevistas. Contrariando a deliberação inicial da assembléia realizada na União e Progresso, parte dos trabalhadores da usina aderiram à greve. O número de auxílios ampliou-se enormemente. Vaias eram promovidas pela população aos fura-greves em vários pontos da cidade. O advogado Gomes de Matos pôs seus serviços profissionais à disposição dos grevistas e rapidamente teve de intervir pela liberação dos trabalhadores Joaquim de Oliveira Prata, das

¹⁴² Jornal Gazeta de Notícias, 22 de agosto de 1929, p. 07.

¹⁴³ Jornal A Razão, 22 de agosto de 1929, p. 08.

oficinas, Lourenço do Amaral Barros, condutor e José Balthasar, da usina, que haviam sido chamados à Secretaria de Polícia para prestar esclarecimentos ao chefe de polícia Mozart Catunda.¹⁴⁴ Significativamente, os três indivíduos convocados pelas autoridades revelam que a composição dos grevistas abarcava os principais setores da companhia: tráfego, usina e oficinas. Sobre o desenrolar dos acontecimentos, o jornal *A Razão* comentava que “dia-a-dia alastra-se [a greve] entre os operários da companhia inglesa, o que se evidencia das constantes adesões”.¹⁴⁵

Conforme relatou *O Povo*, ações esparsas em diferentes pontos da urbe demonstravam um nítido apoio popular à greve e uma boa oportunidade para vários grupos expressarem suas próprias insatisfações:

Quando saíram os primeiros bondes, ao passar pela Praça do Ferreira, foram vaiados, havendo grande gritaria.

A polícia compareceu, então, à Praça, tendo o próprio Mozart Catunda, dirigido o serviço.

(...)

Mais tarde, verificaram-se novas assuadas, tendo sido rasgados as cortinas de alguns bondes e quebradas algumas lâmpadas.

Para conter os ânimos, a Secretaria de Polícia postou uma patrulha de guardas na Praça, ficando alguns soldados de fusil no Posto de Bondes.

A cavallaria também percorreu a Praça comandada pelo tenente Aristides Rosal.

No Mercado e na Praia, quando passavam os bondes, os motoneiros e conductores eram vaiados pelos populares, apesar de viajar em cada bonde um soldado de carabina.¹⁴⁶

Neste caso percebemos que não somente os trabalhadores grevistas eram alvos das atenções policiais. Estudantes e populares também eram vigiados ao transitarem pelas ruas e caso demonstrassem simpatias ativas pelo movimento (em especial provocando tumultos ou simplesmente vaias) eram imediatamente detidos. Semelhante ação por parte dos órgãos policiais não passou despercebida e foi severamente repreendida:

A policia esta proibindo a vaia?

Porque?

Não é ella, como o applauso, a modalidade mais eloqüente e positiva de manifestação popular?

¹⁴⁴ Jornal *O Povo*, 23 de agosto de 1929, p. 01.

¹⁴⁵ Jornal *A Razão*, 23 de agosto de 1929, p. 02.

¹⁴⁶ Jornal *O Povo*, 23 de agosto de 1929, p. 01.

Sem jornaes nem tribunaes, é pelo applauso e pela vaia que o povo traduz os seus sentimentos de agrado e desagrado.
 Prohibi-lo desses direitos ou regalias é violenta-lo é cercear-lhe a liberdade.
 Bernardes, que foi um déspota, respeitou o direito da vaia.
 Respeitou e supportou-lhes os efeitos.
 Porque, então, esse excesso de zelo da polícia citadina, effectuando prisões de quem vaia os bondes da Light?
 Se ao menos fossem manifestações de desagrado á pessoa do sr. Scott, ainda se comprehendia essa solicitude.
 Mais contra os bondes!¹⁴⁷

Logicamente, esta grande pressão social não “vaiava”, tão somente, “os bondes”, mas todo o conjunto de fura-greves que mantinham em tráfego, embora de forma deficiente, alguns tramways. Diante desta onda de críticas, *A Razão* destacava que “o pessoal novo, adquirido pela ‘Light’ já se acha desgostoso e ameaça, também, abandonar o serviço”.¹⁴⁸

Com o título “O proletariado nacional e os exploradores estrangeiros”, o jornal *O Ceará* busca fincar posicionamentos claros sobre a atual greve, suas características, o posicionamento ideal das autoridades contraposto à sua ação concreta, o papel da imprensa católica contrária ao movimento e a conclusão a ser tirada de tais acontecimentos. Inicia afirmando que o “proletariado universal está sendo arrastado pelas classes dirigentes às medidas extremas dos movimentos revolucionários”. Isto porque as autoridades ainda não conformaram a sua “conducta com as aspirações do século”. Posto que, “Nas situações em que o trabalho é legalmente livre a pressão dos governantes sobre o operariado é uma monstruosidade que nada justifica”. Os assalariados já teriam contra si “sua própria miséria, que reduz sua capacidade de resistência contra os exploradores” alargando “as probabilidades de vitórias destes”. As autoridades parecem esquecer “que é na atividade dos humildes que repousa a grandeza das nações” e aliam-se ao “capitalismo para dificultar os movimentos das massas espoliadas”. Todas estas idéias estariam presentes na greve da Light, cujos operários “dentro da lei, como dentro da moral mais rigorosa, expuseram suas reclamações” não atendidas pela gerência, que visaria assegurar “os lucros da empresa”. Aos operários restou a greve pacífica. Quanto aos administradores e autoridades públicas: “O fiscal da Light

¹⁴⁷ Jornal O Ceará, 24 de agosto de 1929, p. 02 e 12.

¹⁴⁸ Jornal A Razão, 23 de agosto de 1929, p. 02.

mamtem-se em silêncio”, a Inspetoria de Veículos “permite, com grande perigo para a população, que indivíduos quaesquer se improvizem em chauffeurs dos bondes da Light”. Já o jornal católico “inverte a verdade dos factos e denuncia o chefe do movimento grevista,..., como elemento pernicioso”. Daí se conclui que o governo “colloca-se ao lado de estrangeiros, que não cumprem seu contracto, contra trabalhadores nacionaes”. Mesmo com a possibilidade de vitória dos patrões, seria algo passageiro: “A hora da justiça social soará breve e tanto mais rapidamente quanto maiores e mais revoltantes forem as violências dos poderosos do momento”.¹⁴⁹

O que parecia ser desanimador, inicialmente, logo se converteria no mais puro entusiasmo, com a balança pendendo para o lado dos trabalhadores. Em outra interessante matéria com o sugestivo título “O Ceará não é colônia inglesa”, novamente o periódico *O Ceará* tenta estabelecer uma leitura sobre o que considera a “marcha ascensional” da greve e esboça idéias políticas bastante significativas para nossa análise, com uma evidente mudança de tom: de um texto mais carregado de lamentos como o anterior para um tomado de otimismo. Inicia afirmando que a greve “trouxe às classes pobres lições que bem aproveitadas pelos seus líderes, lhes poderão ser de grande utilidade nos movimentos futuros”; um grupo de operários, “depois de levar aos agentes do capitalismo as suas justas reclamações”, teria sido obrigado a abandonar o trabalho, devido à recusa da gerência em aceitar as mesmas, esperando “que os directores da Empresa, sob esta pressão, attendessem ao seu justo pedido”. Todavia, “acostumados a contar com a connivencia dos poderes públicos na exploração do trabalhador nacional, os representantes do capitalismo estrangeiro” teriam ignorado as demandas proletárias e “pelo suborno, conseguiram quase normalisar o serviço de bondes”. Desprovidos de recursos materiais e com pouco apoio moral, esperava-se que os grevistas voltassem rapidamente ao trabalho: “Os paredistas haviam sido substituídos; o serviço continuava quase normal; o público não estava sendo prejudicado. Falleciam todos os elementos de successo”. No entanto, este desânimo inicial contribuiu para o fortalecimento da greve. Para tanto, “a coacção moral da população, exercida pela imprensa”, seria um elemento decisivo, combinando,

¹⁴⁹ Jornal O Ceará, 21 de agosto de 1929, p. 01.

contraditoriamente, a necessidade de prejudicar os usuários com a ausência dos tramways e auferir apoio social: “A opinião pública (...) condeou-se da miséria a que uma poderosa companhia estrangeira arrastava indefesas famílias operárias e abraçou com *sympathia* a sua causa”. O suborno, posto em prática pela companhia, teria revelado a falácia dos argumentos da gerência para não atender as reivindicações dos trabalhadores e garantido a transformação da simpatia popular em apoio real: “A attitude da Light, abusando da miséria do nosso povo, transformou a actual questão em um caso de dignidade nacional”. A matéria termina conclamando todos a prosseguirem o combate contra “o explorador estrangeiro”, dentro “do terreno da lei”.¹⁵⁰

Em franco tom de apoio, estímulo e otimismo, a *Gazeta de Notícias* afirmava:

Não há duvida nenhuma de que o povo está quase totalmente ao lado dos grevistas que se mantêm numa attitude muito *sympathica* em represália a attitude *antipathica* do súdito inglez que avarentamente dirige a empresa dos tramways desta capital.¹⁵¹

Coerente com sua proposta inicial de auxiliar os trabalhadores, o mesmo periódico publica importantes matérias defendendo vivamente o dever da solidariedade. No texto “Unamo-nos destemerosos e resolutos”, afirmam a valorosa impressão provocada pela “situação em que se encontram os modestos trabalhadores da Light, (...) fatigados de suportarem as exigências e as iniquidades dos gestores da prestigiosa e prestigiada companhia inglesa” e a altivez dos mesmos que “num gesto dignificante e sobretudo humano, se declararam em greve”. Especialmente em se tratando da realidade brasileira, “de mais deficiente legislação operária”, cujas poucas conquistas existentes “tem sido burladas e inobedecidas com revoltante cinismo”. Na atual greve encetada pelos lighteanos, se achariam “em jogo a obstinação criminosa de argentarios estrangeiros e a miséria de três centenas de nossos irmãos”. E prosseguem afirmando que no movimento pacífico ora organizado “não é só o sentimento de nacionalismo que nos impõe o dever de evitar que se estorçam em necessidades humildes trabalhistas, mas o exercício da caridade”.¹⁵² Em outra edição, com a matéria “Dever de Eugenia Social”, afirma-se que a greve

¹⁵⁰ Jornal O Ceará, 23 de agosto de 1929, p.01.

¹⁵¹ Jornal Gazeta de Notícias, 24 de agosto de 1929, p. 03.

¹⁵² Jornal Gazeta de Notícias, 24 de agosto de 1929, p. 03.

na Light foi provocada “por um capricho inqualificável de seus dirigentes” e que raro seria encontrar um habitante de Fortaleza que não dedicasse palavras de estímulo “para as victimas da ganância desmedida dos plutocratas ingleses”; segue argumentando que a construção desta ampla solidariedade deveu-se também ao “apello da imprensa indígena”, funcionando como “um verdadeiro despertar de consciências (...) um provocador de vibrações adormecidas”, catalisando tais vibrações para os trabalhadores que “não propugnaram a reforma radical da misérrima situação a que foram atirados, porém pedem que lhes sejam atenuados os horrores quotidianamente experimentados”. O texto finaliza indicando que “Um auxilio aos paredistas é mais do que um obulo: é um dever de eugenia social”.¹⁵³

Sem dúvida, o apoio obtido pelos grevistas foi bastante expressivo, materializado nas numerosas doações ofertadas desde o primeiro momento (como os gráficos e tipógrafos). Podemos destacar também o apoio da Phenix Caixeiral, com a mais vultosa contribuição, e diversas outras associações e sujeitos: a União dos Chauffeurs, a Sociedade Socorro Mútuo, a Associação Artística Beneficente, o Centro Artístico Cearense, a União dos Ferroviários Cearenses, a Sociedade dos Trabalhadores Ambulantes, os operários da fábrica de tecidos Progresso e da fábrica Aliança, a empresa de ônibus Vera Cruz, diversas padarias, vários operários individualmente e diversos anônimos. Acresçamos ainda o apoio dos acadêmicos de Direito reunidos no Centro Clóvis Bevilaqua. O apoio da referida agremiação estudantil só foi obtido mediante de um acalorado debate, no qual se confrontaram grupos com visões distintas. A assembléia convocada pelo vice-presidente do Centro, acadêmico Ernani Gomes, na ausência do Presidente (Plácido Castelo), contou com 29 presentes. A proposta inicial era prestar solidariedade moral e material aos grevistas. Alguns dos presentes, encabeçados pelo estudante Boanerges Luz (da União dos Moços Católicos – UMC), que abordou “considerações sobre a greve, considerando-a nociva pela ingerência do comunismo no seu seio”¹⁵⁴, se posicionaram contra o apoio moral.¹⁵⁵ Após a votação, 23 dos presentes de

¹⁵³ Jornal Gazeta de Notícias, 25 de agosto de 1929, p. 03.

¹⁵⁴ Jornal O Nordeste, 24 de agosto de 1929, p. 01. e Jornal O Povo, 24 de agosto de 1929, p. 08.

¹⁵⁵ Àqueles que votaram contra o apoio moral a greve, propondo unicamente um auxilio material, foram os estudantes João Carvalhedo, Nagibe Mello, Moacyr Sobreira, Boanerges

posicionaram pelo apoio incondicional aos paredistas, sugerindo a realização de mais um bando precatório.¹⁵⁶ Sintomaticamente, das grandes organizações locais de trabalhadores, as únicas que não demonstraram um decidido apoio ao movimento foram os Círculos Operários. O *Ceará*, por exemplo, afirmava: “os grevistas tem recebido apoio de sympathia de todas as classes operárias, exceptuando apenas as dirigidas por padres, gente systematicamente inimiga dos pobres e humildes”. Sem dúvida o movimento circulista¹⁵⁷ – de fato coordenado por membros da hierarquia eclesiástica – compartilhava reservas e críticas ao comunismo, semelhante àquelas expostas pel’ *O Nordeste*.

Como que coroando esta ascensão, ocorreria “A impressionante reunião na Phenix Caixeiral”, marcando, segundo o jornal *O Ceará*, “a mais brilhante etapa desse movimento que tem por fim transformar em realidade as justas reivindicações de algumas centenas de cearenses explorados por meia dúzia de argentários estrangeiros”.¹⁵⁸ Tal reunião objetivava discutir os rumos do movimento e suas estratégias de ação. Fizeram-se presentes várias associações operárias da capital e do interior, e diversos oradores se pronunciaram. Podemos destacar a fala de Oscar Barbosa (da Phenix) que “teceu um hymno de louvor ao patriotismo dos cearenses, concitando-os a apoiarem a greve”, ou ainda a fala do advogado Gomes de Matos que propôs “um entendimento entre os grevistas e o sr. Matos Peixoto, affirmando que o chefe do Estado tem o dever de intervir no assunto”.¹⁵⁹ Também se pronunciou “a senhorinha Alayde Carvalho, directora do conselho da Phenix”, comprometendo-se a “trabalhar pela victoria da greve e, em seu brilhante discurso, terminou atacando o desprezo do governo”.¹⁶⁰

Interessante observarmos que a estratégia formulada pelo advogado passa por aceitar (talvez fosse melhor dizer exigir) o Estado como mediador nas relações entre patrões e operários. Sabemos que atores sociais como

Luz e José Sobreira. O acadêmico Raymundo Guimarães foi o único a se colocar totalmente contra os grevistas.

¹⁵⁶ Jornal *O Povo*, 24 de agosto de 1929, p. 08.

¹⁵⁷ Sobre o circulismo e sua proposta de organização dos trabalhadores nos moldes preconizados pela doutrina do catolicismo social, conferir: SANTOS, Jovelina. **Os Círculos Operários no Ceará: “instruindo, educando, orientando, moralizando”.**(1915 – 1963). Fortaleza, 2004. Dissertação de Mestrado em História Social, UFC.

¹⁵⁸ Jornal *O Ceará*, 24 de agosto de 1929, p.12.

¹⁵⁹ *Idem*, p. 12.

¹⁶⁰ *Idem*, p. 12.

jornalistas, políticos e advogados desempenharam papéis importantes na configuração de uma prática operária e de um sindicalismo voltados para uma política de pressões junto aos instrumentos legais e institucionais, visando à obtenção de reformas sociais. Para o nosso caso, parece ser possível afirmar que esta interlocução foi bem aceita como tática possível. Além disso, como fica expresso na fala do primeiro orador, as idéias se misturam com certa noção de nacionalismo.

Não resta dúvida que o movimento, pelo grande impacto que obteve, já havia se tornado tema constante nos diálogos populares e nas pautas das associações operárias. Como exemplo, citamos o caso do Centro Artístico Cearense, antiga agremiação operária da capital que, em uma de suas assembléias gerais, entre outros assuntos “de interesse interno”, aproveitaram o momento e abriram “uma subscrição em benefício dos seus colegas da Light, que se mantém em greve pacífica”.¹⁶¹ Podemos imaginar que debates semelhantes ocorreram em várias outras associações de trabalhadores.

As críticas à ação – ou falta de ação, segundo alguns – por parte dos poderes públicos, ia, aos poucos, surtindo efeito. No dia 24 de agosto, o *Diário do Ceará* – órgão do governo estadual – dava respostas a tais críticas. Afirmava que “ao contrário do que noticiaram alguns jornaes”, o Presidente do Estado não havia se desinteressado pelo atual caso; tanto é assim que teria dado ordens ao Secretário de Segurança para tomar todas as providências necessárias e estava “acompanhando o assumpto com atenção”, sendo possível, inclusive, vir a “intervir conciliatoriamente, no sentido de encontrar uma solução igualmente satisfactoria a ambas as partes e aos interesses da população”.¹⁶² É curioso observarmos que aquilo que o governante considera “demonstrar interesse” pelo assunto nada mais é do que acionar os meios policiais. Somente depois ocorreria uma possível intervenção “conciliatória”.

No domingo, dia 25 de agosto, ocorreria outra grande demonstração de apoio aos grevistas: um ‘mitingue’ defronte a redação do jornal *O Ceará*. Se pronunciaram neste evento o advogado Gomes de Matos “traçando a marcha vitoriosa da greve e elogiando a solidariedade do povo para com os grevistas”, o jovem estudante de direito Assis Filho, cujas “palavras entusiasticas, de

¹⁶¹ Jornal A Razão, 28 de agosto de 1929, p. 02.

¹⁶² Jornal Diário do Ceará, 24 de agosto de 1929, p. 08.

momento a momento, recebiam os applausos da assistência”, seguido de José Pernambuco, que “traçou um histórico da actual campanha contra a Light e referiu-se a acção do proletariado brasileiro” “... e terminou declarando confiar na victoria da greve pacífica”. Logo depois se pronunciou o “intelligente operário Laffite Barreto”, que “obteve entusiasticos applausos da multidão” com um inflamado discurso, afirmando que o êxito da greve devia-se tanto ao “apoio de todas as classes trabalhadoras do Ceará” quanto a “solidariedade dessa formidável força que é a imprensa”, acrescentando que não se referia “a um jornaleco que existe lá para o lado da praça do Ferreira”, mas aos “jornaes independentes desta terra, que estão sempre com o povo, nos momentos mais difficeis de sua vida.” Falou na seqüência o acadêmico Clodoveu Cavalcante, hipotecando novamente o auxílio dos estudantes de direito aos paredistas e reafirmando a “solidariedade de O CEARÁ para com a causa dos grevistas”. Findando o comício, “a compacta multidão que era calculada em duas mil pessoas, dissolveu-se na melhor ordem, sempre vivendo os grevistas”.¹⁶³ O meeting contou com a presença do Secretário de Segurança Pública, sr. Mozart Catunda, e outras autoridades especificamente convidadas para garantir (e conferir) o caráter ordeiro, respeitoso e pacífico do movimento.

De forma eloqüente e bastante crítica, *O Nordeste* afirmava tratar-se de uma grande “marcha da agitação popular”:

Dirigindo o movimento, numa actividade de exhibição compenetrada, estava um dos chefes do bolchevismo entre nós. [A referência é a Laffite Barreto Brasil].

Em torno d'elle, que marchava de um grupo para o outro e a todos distribuía a palavra oracular de Lenine, moviam-se os satellites do systema revolucionário de Moscou nesta heróica cidade de Nossa Senhora da Assumpção de Fortaleza.

O homem já vermelho berrante, rubro como as suas idéas, bebidas a largos sorvos no cálice superabundante da Tcheca, tinha um aspecto de Stalin nacional.

Dahi, numa breve palestra com distincto engenheiro pernambucano, actualmente entre nós, emquanto hontem assistíamos a marcha da agitação popular, na Praça do Ferreira, termos d'elle ouvido esta verdade: - o governo não pode, licitamente, consentir que essa situação se resolva por si mesmo.¹⁶⁴

¹⁶³ Jornal O Ceará, 25 de agosto de 1929, ps. 01 e 02.

¹⁶⁴ Jornal O Nordeste, 26 de agosto de 1929, p. 01.

Neste texto, carregado de rancor e com leves ironias marcadas por certo desdém – como na referência a José Pernambuco como “engenheiro pernambucano”, em alusão a seu ofício de pedreiro – percebemos o temor da disseminação do ideário bolchevique em Fortaleza.

Todavia, a ação que contribuiria para a paralisação definitiva dos últimos tramways que ainda circulavam partiu de “gentis senhorinhas” que, “em automóvel, percorreram as principais ruas desta capital, vivendo ao movimento grevista”:

Assim estas gentis senhorinhas penetravam nos bondes e conseguiram retirar dos mesmos os motorneiros. Isso acontecia por entre vivas dos presentes. O entusiasmo estava no auge e a victoria dos paredistas era, desde então, uma realidade.
(...)
Os carros do sr. Scott não mais percorriam as ruas de Fortaleza. A greve era geral.¹⁶⁵

Esta ação seria elogiada como “o bello gesto da mulher cearense”, sempre “heróica e abnegada” caminhando “na vanguarda dos movimentos civicos”, que, em nome “dos humilhados da Light”, “explorados pela inconciencia gananciosa de estrangeiros famintos de oiro”¹⁶⁶, teriam desfechado o golpe decisivo na questão, paralisando os poucos tramways que ainda circulavam pela urbe. *O Nordeste* acrescentava que “perante a delicada e original reacção offerecida pelas senhorinhas, não houve motorneiro que resistisse. E os bondes tiveram de ser abandonados”.¹⁶⁷

No dia seguinte, teria lugar o bando precatório realizado por iniciativa dos acadêmicos do Centro Clovis Bevilacqua:

Tendo a frente numerosos alumnos da Faculdade, seguidos de considerável massa de grevistas e grande quantidade de curiosos, o bando precatório partiu do prédio em que funciona a Academia, atravessando as principais artérias desta capital. As bandeiras em que se recolhiam os esportulos offerecidos pelo commercio e pelo povo eram conduzidas por acadêmicos e senhorinhas pertencentes às famílias dos grevistas.¹⁶⁸

¹⁶⁵ Jornal O Ceará, 27 de agosto de 1929, p. 01.

¹⁶⁶ Idem, p. 02.

¹⁶⁷ Jornal O Nordeste, 26 de agosto de 1929, p. 02.

¹⁶⁸ Jornal O Povo, 26 de agosto de 1929, p. 02.

Durante o percurso, falaram o acadêmico Carlos Ramos e o operário Lauro Reginaldo, de uma sacada do Majestic; o estudante Nagibe Mello, na Praça Capistrano de Abreu; o bacharelado Mario Peixoto, na ‘Pensão Rendal’; o acadêmico Carlos Demetrio e novamente Laffite Barreto Brasil, defronte à União e Progresso; o acadêmico Clodoveu Cavalcante e Lauro Reginaldo na redação d’*O Ceará*; e, por fim, na redação do jornal *O Povo*, onde discursou o jornalista Demócrito Rocha, afirmando que diariamente seu periódico “tem publicado abundante noticiário sobre os acontecimentos ligados á justa reivindicação pleiteada pelos operários da Light”, ressaltando que os fatos vem apreciados “com sympathia pela causa grevista” e garantindo que as “columnas do *O Povo* estão abertas ao operariado, aos líderes dos movimentos proletários”.¹⁶⁹ Novamente, os jornais são pontos privilegiados de passagem e paragem na trajetória dos grevistas.

Com o avanço do movimento e o avolumar dos auxílios, a maré parecia favorecer aos trabalhadores paredistas. Com entusiasmo, era noticiado pelo jornal *O Povo* que:

A greve dos empregados da Light, ao contrário do que se vaticinava nos primeiros dias, continua sem solução..., estando os grevistas cada vez mais empenhados pela victoria da sua causa.

Na manhã de hontem, diminuto foi o número de bondes que circulou pela cidade, paralizandose por completo o tráfego, ás primeiras horas da tarde.

E hoje continuou o mesmo estado de coisas, não apparecendo um só bonde em andamento.

O commercio e a população em geral tem accorrido de bom grado ao apelo dos paredistas, auxiliando-os com novos e generosos donativos.¹⁷⁰

Até então, tudo parecia indicar a vitória do movimento grevista. A intervenção do Presidente do Estado, “compreendendo as suas responsabilidades”, e se posicionando como “intermediário no conflicto do capital e do trabalho”¹⁷¹, parecia acenar com maiores probabilidades para uma solução rápida e favorável aos trabalhadores. A negociação foi feita diretamente com “o líder operário José Joaquim de Lima”. O acordo não seria

¹⁶⁹ Idem.

¹⁷⁰ Idem, p. 02.

¹⁷¹ Jornal *O Ceará*, 27 de agosto de 1929, p.01.

firmado de imediato, uma vez que “Pernambuco respondeu que precisava consultar os trabalhadores”.¹⁷²

Seriam efetuados outros encontros entre o Presidente do Estado e o representante dos trabalhadores, firmando acordos de redução das tabelas de elevação salarial. Estes acordos eram fechados após Pernambuco verificar o desejo dos operários. Todavia, as negociações com a companhia não avançavam. Os acionistas, em Londres, mantiveram-se irredutíveis. Afirmavam que só estudariam a questão com o retorno imediato dos grevistas ao trabalho. Decerto que este afastamento espacial da área de conflito favorecia os proprietários, permitindo-os protelarem ao máximo qualquer deliberação.

Ao mesmo tempo, o governo estadual começava a sofrer pressões oriundas de outros setores da sociedade. Em matéria intitulada “As associações conservadoras e a acção das autoridades”, o jornal *O Nordeste* afirma que as classes conservadoras da capital já estariam sentindo “os efeitos funestos do envenenamento das classes operárias pela mentalidade bolchevista”. Neste sentido, comissões autorizadas do Centro dos Exportadores, Centro dos Importadores e Associação Comercial, teriam solicitado medidas que freassem a propaganda comunista pelas ruas da cidade e que fosse restabelecido, o quanto antes, o tráfego de bondes. O jornal católico congratula-se pelo que considera ser “a reacção dos elementos de ordem contra as ameaças dos desordeiros contumazes”.¹⁷³

Respondendo ao que se dizia acerca de suas atitudes, o governo, através das páginas do *Diário do Ceará*, afirmava estar “a altura das suas responsabilidades”, intermediando, com os líderes grevistas e os representantes da companhia, uma solução. Respondendo ao jornal *O Nordeste*, que manifestava críticas a atuação parcimoniosa e pouco enérgica do governo, retrucava que desde o início “o governo cercou de garantias o material e pessoal da companhia”, não permitindo depredações, e complementava:

Há, entretanto, um aspecto da questão que justamente pode inspirar receios a ‘O Nordeste’, como as classes conservadoras. É simultaneamente com a greve, a propaganda que possa haver de

¹⁷² Jornal O Povo, 26 de agosto de 1929, p. 02.

¹⁷³ Jornal O Nordeste, 27 de agosto de 1929, p. 01.

idéias subversivas a ordem social e ao regimem republicano actual. Podemos informar que o governo não esta, nem nunca esteve, esquecido do seu dever de vigilância social, traçado pelas leis que no nosso paiz regem tal assumpto. Está claro que a polícia não há de tornar públicas suas investigações, nem annunciar de antemão as providências de prevenção e repressão que vem adoptando e que adoptará num serviço tão complexo e delicado quanto o de vigilância social. Tranqüilizem-se, porém, quantos porventura estejam receiosos da propaganda dissolvente e subversiva que o governo, dentro da lei, está a altura das suas responsabilidades e dos seus deveres.¹⁷⁴

Em tom de réplica às acusações do jornal católico, a *Gazeta de Notícias* afirmou que os agrupamentos comunistas existentes na cidade “formam um núcleo tão insignificante, que não teriam a necessidade de insuflar os nossos infortunados conterrâneos a propugnarem o augmento de pão” e acrescentam:

Devido ao terrorismo com que se tem procurado denegrir os pacíficos intuitos dos grevistas, se há retardado a decisão definitiva dessa pendência em que esta em jogo o bem estar de centenas de cearenses, se há procurado arrastar o governo a tomar providências incabíveis e violentas.

Mais nobres e mais puros intuitos não se podem exigir dos que revelados pelos trabalhadores da Light.

É a lucta do esfomeado e do desnudo em busca do pão e do conforto.¹⁷⁵

Não precisamos, todavia, concordar com cada afirmação defendida pelo jornal, principalmente sobre a insignificância dos militantes comunistas locais, mas suas conclusões lançam luz sobre o caso ao afirmar que, em primeiro lugar, estariam as necessidades concretas dos trabalhadores a determinar suas ações e que a sistemática demonização do ideário e da atuação dos militantes criava dificuldades aos trabalhadores, principalmente ao impulsionar o governo para medidas mais enérgicas.

Os trabalhadores, mais uma vez, tentavam conseguir uma intervenção policial favorável aos seus interesses, o que dificilmente obtinham. Segundo publicou o periódico *A Razão*, a sociedade União e Progresso resolveu enviar ao Secretário de Polícia e Segurança Pública um novo ofício protestando “contra a attitude dos funcionarios da Light de nomes João Nazário, José de Paula e Francisco Barros” e do sub-delegado de polícia do bairro Otávio

¹⁷⁴ Jornal Diário do Ceará, 27 de agosto de 1929, p. 08

¹⁷⁵ Jornal Gazeta de Notícias, 29 de agosto de 1929, p. 03.

Bomfim, “sr. Luiz carioca”, “que por meio de ameaças tentaram fazer com que voltassem ao serviço”¹⁷⁶ vários trabalhadores.

Com a recusa da diretoria da Light, em Londres, em atender os reclamos dos trabalhadores, as exigências da Prefeitura para o retorno da circulação dos tramways¹⁷⁷ e as pressões dos grupos conservadores contra a presença comunista na greve, foi sendo minada a sustentação do movimento. Segundo *O Povo*, o momento requereria “muita ponderação e muita intelligencia da parte dos líderes operários que orientam a greve”, não sendo recomendável qualquer atitude mais brusca que poderia atrair “medidas extremas da polícia” e, em um tom menos eufórico do que o de suas matéria até então, afirmava:

A lucta do trabalho contra o capital é sempre difficil e penosa, visto como este tem sempre, a seu favor, o amparo das leis fabricadas sem a collaboração do operariado, ao passo que aquelle, ao reagir, encontra, de um lado, a irreductibilidade dos argentários e do outro a ‘pata de cavallo’ com que, no Brasil, os governos procuram resolver a questão social.¹⁷⁸

As acusações do jornal *O Nordeste* e a reação das associações patronais não ficariam sem resposta e uma das formas para rebater tais críticas foi através do humor. Em uma pequena nota intitulada “A greve vista por um motorista poeta”, extraímos as seguintes estrofes:

E novas greves scismando
O jornal do Arcebispado
Traz o carolismo rezando
Num desespero lascado!

De modo que a folha pia
Por detraz dos bastidores
Traz a si a burguesia
Do ‘Centro dos Importadores’

E clama para a União
‘Temos cá mouro na costa’
‘É chegada a occasião’
‘De fazer o bicho em posta’

¹⁷⁶ Jornal A Razão, 29 de agosto de 1929, p. 07.

¹⁷⁷ A Secretaria de Segurança Pública, em nota divulgada pela imprensa, afirma o propósito de garantir os “bens de propriedade daquela empresa” (A Light) bem como “os respectivos funcionarios, quer do serviço interno, quer do serviço externo”, impedindo qualquer tipo de “coacção ou constrangimento” contra aqueles que desejassem trabalhar. Além disso, afirma que reprimiria com energia “a pratica de motins, tumultos e assuadas nas vias públicas”. Jornal *O Povo*, 28 de agosto de 1929, p. 02.

¹⁷⁸ Jornal *O Povo*, 28 de agosto de 1929, p. 02.

'O bolchevismo é um facto'
 Continua o tal jornal
 Cabographa um aparato
 Pra Capital Federal...

E falla desbriadamente
 Em perigo de ordem pública
 Que faz corar toda gente
 Até a anêmica República!¹⁷⁹

Guardados pela polícia e guiados por alguns poucos trabalhadores que não aderiram à greve, os bondes voltaram a circular poucos dias depois. Alguns ex-funcionários foram recolocados em serviço para maximizar o tráfego, inclusive alguns destes oriundos da força pública do Estado, especialmente liberados para assumirem postos na companhia. Acompanhando o desenrolar dos acontecimentos, a *Gazeta de Notícias* registrou:

Os bondes, com os seus dois policiais armados de carabina na plataforma dianteira e outros tantos, com o mesmo armamento, na plataforma trazeira, apresentavam um aspecto belicoso que contrastava com a attitude serena e pacífica dos grevistas e do público.

(...)

O nosso povo, que é invencível, divertiu-se hontem com allusões pilhéricas aos bondes armados, que uns chamavam de tanks, outros de fortalezas ambulantes.

E de forma bastante esclarecedora captou a difícil situação em que estavam os operários grevistas:

Agora com alguns bondes na rua, garantidos pela polícia, empallidece a estrella dos grevistas.

A companhia esta em condições de esperar uma semana, duas ou três, até que possa preencher com pessoal novo os quadros desfalcados pela greve. A população supportará, sem externar queixas, a provisória deficiência dos transportes urbanos.

E os grevistas podem esperar?

Alguns dias mais, graças aos generosos auxílios que o povo tem dado. São recursos alleatorios com a crescente probabilidade de diminuição.

Chegaram, pois, os grevistas a uma posição insustentável.¹⁸⁰

¹⁷⁹ Jornal O Ceará, 29 de agosto de 1929, p. 10.

¹⁸⁰ Jornal Gazeta de Notícias, 30 de agosto de 1929, p. 03.

Sem mais condições de prosseguir a paralisação, a greve foi sendo esvaziada progressivamente. Os trabalhadores foram pouco a pouco retornando ao trabalho com a única garantia, firmada pela gerência ao governo, de não promover represálias. Contudo, toda a plataforma de reivindicações, constantes no Memorial, foi ignorada. Alguns optaram por não retornar ao trabalho na Light e pediram demissão: “Todos os grevistas voltaram espontaneamente ao trabalho com exceção de 25, sendo 18 conductores e motorneiros e o restante pessoal das officinas, que pediram demissão dos logares que ocupavam”.¹⁸¹ Os jornais *O Povo* e *Gazeta de Notícias* destacaram o caso de José Alves Cabral, condutor de 1ª classe e já há 14 anos trabalhando na Light e do também condutor de 1ª classe, Lourenço Amaral (12 anos de trabalho na companhia). Este último teria alegado, como motivo de sua atitude, “o grande número de extorsões da companhia, com mil exigências, sempre com enorme prejuízo dos respectivos empregados, que agora, mais do que nunca, em face da ‘gorada’ greve, tem de sofrer diante do sr. Scott”.¹⁸² Ao fracasso do movimento seguiria uma desestruturação associativa, só superada no início dos anos 1930 sob novas bases, como veremos no capítulo seguinte.

2.3 – “Desordem nos espíritos... desordem nas ruas”: Comunismo e Nacionalismo.

A não obtenção, pelos trabalhadores, de toda sua pauta de reivindicações não deve obscurecer toda a riqueza de relações tecidas no calor do conflito e todo o aprendizado político advindo desta experiência. Será então para estas questões que nos voltaremos agora de forma mais detida. Primeiramente, indagamos sobre as motivações de aproximação de parte dos trabalhadores da Light ao Comunismo e o seu significado para a cultura política operária. Seqüencialmente, pretendemos verificar o possível impacto desta experiência de organização e mobilização, como um todo, para estes operários.

¹⁸¹ Jornal O Nordeste, 03 de setembro de 1929, p. 01.

¹⁸² Jornal Gazeta de Notícias, 05 de setembro de 1929, p. 10. e Jornal O Povo, 04 de setembro de 1929, ps. 02 e 03.

Ainda não é possível afirmarmos com segurança o momento de aproximação dos lighteanos ao Comunismo. O desencadear da greve, obviamente, é o episódio que demonstra e evidencia de forma mais eloqüente este diálogo. Ao que sabemos, já funcionava há certo tempo o Centro Beneficente dos Trabalhadores da Light, que, em 1927, sofreria algum tipo de modificação, passando a chamar-se Sociedade União e Progresso. É possível que tal modificação já se deva à influência comunista. Vale mencionar que por esta época alguns militantes já despontavam como articuladores da propaganda bolchevista no Ceará, dentre os quais o já mencionado José Pernambuco.¹⁸³ Este militante, já em 1928 era mencionado como membro eleito da diretoria da referida agremiação.¹⁸⁴ Em outra ocasião, um novo informe, dirigido aos associados e ao periódico *O Ceará* era publicado, convidando todos para solenidade de comemoração de um ano da associação:

Devendo realizar-se no dia 30 do corrente, ás 19 horas, na sede social, sita á praça coração de Jesus n.21, a commemoração do 1º aniversário da ‘Sociedade União e Progresso’, tenho a satisfação de convidar-vos a abrilhantar a alludida solemnidade, pelo que em nome da mesma sociedade confesso-me, antecipadamente, agradecido. – ‘Coragem, Amor e Trabalho’, - Humberto Façanha de Almeida 1º Secretário.¹⁸⁵

Fica evidente que o ano de 1927 (dia 30 do mês de novembro) era reconhecido como a data inaugural da associação operária, ao mesmo tempo em que percebemos um esforço do seu grupo dirigente para compor uma espécie de calendário celebrativo, parte importante de uma cultura

¹⁸³ “No ano de 1927 o sindicalista José Joaquim de Lima, conhecido como Joaquim Pernambuco, foi ao Rio de Janeiro a fim de participar do congresso da Confederação Geral do Trabalho – entidade concebida pelo PCB – de onde voltaria com a missão de organizar em Fortaleza o Bloco Operário e Camponês e a seção cearense do Partido Comunista. Participaram ainda desta empreitada José Borges da Silva, Antonio de Oliveira, Luis Gomes, Lúcio Sotero, João Francisco de Mendonça, Antônio Marcos Marrocos, Paulino de Moraes, Clóvis Barroso e Lafite Barreto.” In: RIBEIRO, Francisco Moreira. **O PCB no Ceará: ascensão e declínio, 1922 – 1947**. Fortaleza: Edições UFC/Stylus, 1989. p. 33.

¹⁸⁴ Segundo nota publicada pela imprensa, a pedido da Sociedade União e Progresso, constam os seguintes elementos: “Presidente: José Motta; Vice-presidente: José Joaquim dos Santos; 1º Secretário: Humberto Façanha d’Almeida; 2º Secretário: Francisco Rodrigues de Lima; 1º Tesoureiro: Mario Leão; 2º Tesoureiro: Antonio Rodrigues Furtado; Directores: Domingos Epiphany de Carvalho, Luiz Cardoso, José Joaquim de Lima, Raimundo Furtado de Mendonça, Januário Martins de Souza e Francisco Ferreira Lima; Comissão Fiscal: João Bonifácio de Oliveira Ramos, Edilberto Façanha de Brito. Advogado: Eurico Arruda.” *Jornal O Ceará*, 29 de janeiro de 1928, p. 10.

¹⁸⁵ *Jornal O Ceará*, 27 de novembro de 1928, p. 06.

associativa.¹⁸⁶ Percebemos também que ao contrário das acusações da companhia ao militante José Pernambuco – como elemento estranho à classe – este vinha, há bastante tempo, desenvolvendo um trabalho de base entre os trabalhadores, embora não fosse um funcionário da Light. Sem dúvida, José Pernambuco foi galgando, aos poucos, liderança entre o grupo, ascendendo nos cargos à medida que seu prestígio aumentava. As razões disto apresentaremos à frente.

Segundo os redatores d’*O Nordeste*, a presente greve da Light já seria uma clara evidência da ação prévia destes militantes “arautos do comunismo”, que estariam passando “do campo da propaganda ao da organização”. Com um evidente tom quase ‘profético’ em suas acusações, afirmam que “Bem sabíamos que a desordem nos espíritos acarretaria, cedo ou tarde, a desordem nas ruas”.¹⁸⁷

Para o jornal católico, tudo não passaria de uma trama cuidadosamente arquitetada “pelos líderes dos soviets” visando “a destruição dos sentimentos de honestidade das classes populares”. Os verdadeiros objetivos (políticos) dos bolchevistas, todavia, estariam ocultos. Para a realização destes misteriosos intentos, “O operário, na sua ingênua boa fé, vai sendo preparado, por meio da pretendida defesa dos seus interesses”.¹⁸⁸ Em outra edição, afirma-se ainda mais enfaticamente que “Os agentes do comunismo com sua matreirice costumeira, vêm, desde certo tempo, activamente explorando a ingenuidade dos nossos humildes compatriotas, envenenando-lhes perversamente as idéas”. Tratar-se-ia, tão somente, de aproveitar o momento político, delicado em virtude “da campanha da sucessão presidencial da República”, promovendo “a agitação das classes”. No caso, a situação dos trabalhadores da Light seria “a melhor para servir aos manejos de segunda intenção”.¹⁸⁹

Mas quais seriam estes ‘misteriosos intentos’ e porque a situação dos lighteanos era a mais favorável para sua concretização? Na continuidade do texto editorial, são elencados três motivos básicos para a deflagração da greve especificamente na Ceara Light:

¹⁸⁶ Discutiremos no tópico 1 do 3º Capítulo aspectos da cultura associativa dos trabalhadores da Light. Como veremos, esta pequena nota – quando relacionada aos Estatutos publicados em 1932 – é reveladora de certas continuidades na tradição organizativa do grupo.

¹⁸⁷ Jornal *O Nordeste*, 28 de agosto de 1929, p. 01.

¹⁸⁸ *Idem*.

¹⁸⁹ Jornal *O Nordeste*, 29 de agosto de 1929, p. 01.

Primeiro – os empregados têm, realmente, diárias diminutas e ninguém poderia negar a justiça das reclamações feitas.
 Segundo – a companhia é estrangeira e era fácil explorar o sentimento de nativismo contra o capitalismo inglês.
 Terceiro – o presidente do Estado, tendo sido, longos anos, o advogado da empresa, seria apontado protector dos algozes dos nossos patrícios e se encontraria em dificuldade para cumprir o seu dever, sem se impopularizar.¹⁹⁰

Desta feita, a ação grevista não passaria de uma manobra friamente preparada pelos “agitadores comunistas” visando fins eleitorais. Em última instância, as justas reclamações do operariado seriam simples embustes, uma fachada para encobrir estes intentos mais profundos, e como tal até os menores detalhes foram pensados previamente: estimular o sentimento de nativismo contra o imperialismo inglês e a situação paradoxal do Presidente do Estado.¹⁹¹ Neste caso, os trabalhadores simplesmente serviram “a uma exploração de natureza tão grave, feita por agitadores conhecidos”.¹⁹² Foram antes vetores das ações de outros do que propriamente sujeitos.

Sem dúvida esta seria, por fim, a mensagem primordial e essencial do referido periódico: os militantes comunistas não estão interessados em defender os interesses do operariado, mas instrumentalizá-los, tão somente para alcançar seus objetivos políticos, promovendo a dissolução social. Estes mesmos operários, devido a sua ingenuidade, facilmente se deixariam dominar pelo ideário bolchevista. A greve, portanto, seria uma “lição dolorosa”, deixando, porém, o feliz aprendizado de que “a simples aproximação desses elementos dissolventes do internacionalismo moscovita constitue um verdadeiro azar para as conquistas, mesmo as mais lícitas, do operariado”.¹⁹³

Destarte, podemos acompanhar todo o processo de desqualificação do ideário e da tática comunista elaborado pelos redatores do jornal *O Nordeste*. Em primeiro lugar, os militantes são considerados “mentores do convulsionismo”¹⁹⁴, “instrumentos de dissolução”, “doutrinadores (...) mal

¹⁹⁰ Idem.

¹⁹¹ A aproximação de figuras proeminentes da política parlamentar à Ceará Light não era infundada. O Presidente do Estado, José Matos Peixoto, havia sido advogado da Light. Martins Rodrigues, líder do governo na Assembléia Legislativa e colaborador na edição do jornal *O Nordeste*, era o atual advogado da companhia.

¹⁹² *Jornal O Nordeste*, 29 de agosto de 1929, p. 01.

¹⁹³ *Jornal O Nordeste*, 31 de agosto de 1929, p. 01.

¹⁹⁴ *Jornal O Nordeste*, 22 de agosto de 1929, p. 05.

intencionados”¹⁹⁵, “agitadores profissionais”, “elementos incompatíveis com a paz social”, dotados de uma “palavreado sonoro e sofisticado”¹⁹⁶, embebidos de toda “phraseologia moscovita”, portadores de “planos demolidores”, típicos de sua “insania nihilista”.¹⁹⁷ Em particular, os ataques são desfechados à José Pernambuco que não passaria de uma “agitador”, promovendo o “incitamento rubro”¹⁹⁸ das massas: “Esse camarada, que não sabemos de onde veio, tomou entre nós a iniciativa de debelar as classes. É um instrumento de desordem no seio dos nossos trabalhadores”. Graças a ele seria perceptível “o tom bolchevista das proclamações dos funcionarios da Light” e o “caracter suspeito à literatura dos seus boletins”.¹⁹⁹

No caso, a presente “conjuração demolidora dos profissionais da anarquia”, espalhando uma “doutrina deletéria e venenosa”²⁰⁰, teria como ponto máximo de divulgação o jornal *O Ceará*, mencionado como “folha comunista local”, “órgão bolchevista”²⁰¹, “folha atea”, “imprensa a soldo de Moscou”²⁰², “gazeta bolchevista”²⁰³, “órgão condenado” ou simplesmente, “jornal dissolvente”.²⁰⁴ Na realidade, não se tratava de um periódico comunista, mas que abria espaço para os discursos e argumentos dos militantes, devido à postura de esquerda e democrático-liberal do editor Matos Ibiapina.

Tentando contrabalançar os argumentos acusatórios do jornal católico, os redatores do periódico *A Razão* tentaram relativizar (ou simplesmente ignorar) que houvesse qualquer sinal de comunismo na greve dos lighteanos. Afirmaram que somente por “má vontade” se poderia afirmar a presença bolchevista, ressaltando que “o publico de Fortaleza tem observado a attitude inflexível, mas ordeira e serena dos grevistas, que nenhum intuito têm de subverter a ordem pública”. Prosseguem indicando que se trata, antes, do “direito de protesto” dos trabalhadores, “que não devem continuar a ser explorados pela poderosa Companhia inglesa”. Os articulistas concluem

¹⁹⁵ Jornal O Nordeste, 23 de agosto de 1929, p. 01.

¹⁹⁶ Jornal O Nordeste, 24 de agosto de 1929, p. 01.

¹⁹⁷ Idem.

¹⁹⁸ Jornal O Nordeste, 20 de agosto de 1929, p. 05.

¹⁹⁹ Jornal O Nordeste, 22 de agosto de 1929, p. 04.

²⁰⁰ Jornal O Nordeste, 28 de agosto de 1929, p. 01.

²⁰¹ Jornal O Nordeste, 27 de agosto de 1929, p. 03.

²⁰² Jornal O Nordeste, 28 de agosto de 1929, p. 01.

²⁰³ Jornal O Nordeste, 29 de agosto de 1929, p. 01.

²⁰⁴ Jornal O Nordeste, 30 de agosto de 1929, p. 01.

assegurando que, se os jornalistas d'*O Nordeste*, “melhor reflectirem sobre o caso” mudarão sensivelmente seu posicionamento “e darão seu apoio à nobre causa que levou os humildes auxiliares da ‘Light’ ao movimento que estão empenhados”.²⁰⁵

Na realidade, não são muito convincentes os argumentos tecidos pelos jornalistas, apesar da evidente positividade que denotam à greve. No caso, ao que parece, os articulistas se deixaram envolver em parte do universo ideológico d'*O Nordeste*, ao associar que o movimento seria sereno e ordeiro, logo, não poderia ser comunista. Como se necessariamente todas as ações propostas e influenciadas pelos militantes comunistas tivessem, naturalmente, características subversivas da “ordem pública”. A influência comunista era real e evidente. Negar isto, como forma de “inocentar” os trabalhadores, termina por utilizar, embora por motivos diferenciados, o mesmo arcabouço político conservador, demonizando a atuação dos militantes e denotando certa incapacidade e imaturidade política dos grupos operários.

Assim sendo, não podemos pensar os trabalhadores como “ingênuos” frente às propostas dos militantes e à propaganda bolchevista, supostamente divulgada pela imprensa, (como alardeava *O Nordeste*), mas necessitamos compreender as razões desta aproximação e também não devemos aceitar tão facilmente as acusações anticomunistas impingidas à ação dos grupos militantes (que de uma forma ou de outra podem ser detectadas inclusive na historiografia). Interessa-nos saber, portanto, que tipo de prática sindical e que tipo de idéias eram propostas pelos militantes comunistas (isto equivale a indagar qual a estratégia de ação do PC, para o Brasil, no período) e de que forma tais projetos poderiam atrair os trabalhadores da Light.

Mesmo correndo o risco de reducionismo, podemos indicar como sendo os seguintes elementos a base do pensamento comunista no período abordado, embora possam ser generalizadas para momentos posteriores: a importância do Partido como a vanguarda do operariado e a conseqüente relevância conferida à participação eleitoral; a estratégia de aliança dos trabalhadores urbanos com a massa camponesa para a execução do projeto revolucionário (daí o BOC – Bloco Operário e Camponês); a interpretação da

²⁰⁵ Jornal A Razão, 25 de agosto de 1929, p. 09.

realidade brasileira como feudal e dominada pelos imperialismos inglês e americano.²⁰⁶ Conjuntamente e para além destas considerações, devidamente pertinentes, é possível localizar certas avaliações da atuação dos grupos comunistas como distanciada da situação concreta vivida pelos trabalhadores, tanto pela ênfase na dimensão político-partidária, sacrificando demandas e questões mais imediatas, quanto por uma leitura distorcida e mecanicista da situação brasileira, fruto da subserviência (do PC) às deliberações emanadas pela Internacional Comunista (IC)²⁰⁷, por esta época, um instrumento do governo soviético de consolidação do regime.²⁰⁸

Sem querer negar que, de fato, a análise do PCB é caudatária de uma lógica mecanicista e etapista de revolução e que sua interpretação do Brasil, por conseguinte, apresenta equívocos, acreditamos, todavia, que a atuação concreta dos militantes não sacrificava (pelo menos não sempre) as necessidades e demandas imediatas dos trabalhadores em nome de uma articulação eleitoral, supostamente percebida como mais relevante. Ressaltemos inclusive que a natureza e atuação dos Partidos Comunistas nacionais não podem ser entendidas como simples marionetes movidas por Moscou via Internacional.²⁰⁹ Esta é justamente a visão dos grupos conservadores, que justificam desta forma suas represálias violentas contra grupos “mal-ambientados” e de idéias “exóticas”, incompatíveis com o meio,

²⁰⁶ Parte destas idéias estavam sistematizadas na obra ‘Agrarismo e Industrialismo’ de Otávio Brandão (militante comunista), redigida em 1924 e publicada em 1926, sob o pseudônimo de Fritz Mayer. Fragmentos do texto original (com suas principais teses) podem ser vistos na coletânea organizada por Michael Hall e Paulo Sérgio Pinheiro. **A Classe Operária no Brasil, Documentos. Vol. 1: O Movimento Operário.** São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1979. As idéias desta obra iriam influenciar as teses dos congressos comunistas no restante da década de 1920 e em períodos posteriores, apesar das críticas feitas por membros do próprio partido. Ver: DULLES, John Foster. **Anarquistas e Comunistas no Brasil. 1900-1935.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

²⁰⁷ Para a historiografia local esta avaliação pode ser encontrada em RIBEIRO, Francisco Moreira. **O PCB no Ceará: ascensão e declínio, 1922 – 1947.** Fortaleza: Edições UFC/Stylus, 1989.

²⁰⁸ Para uma visão geral do contexto da época e uma análise da transformação do PC Soviético e da Internacional Comunista sob o Stalinismo ver: HOBBSAWM, Eric. *A Revolução Mundial.* In: **Era dos Extremos. O Breve século XX, 1914 – 1991.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995. pp. 75 a 84.

²⁰⁹ ANDERSON, Perry. *La historia de los partidos comunistas.* In: SAMUEL, Raphael. **História Popular e Teoria Socialista.** Barcelona: Crítica/ Grijalbo, 1984. Para este autor, uma análise adequada deveria levar em conta, a trajetória interna dos grupos militantes e a correlação de forças específica de cada país, tanto quanto a influência da Internacional Comunista, lembrando que, diferentemente dos países que formavam o bloco soviético, os Partidos Comunistas não dispunham de instrumentos de coerção sobre as bases operárias e, mesmo para os membros do Partido, a única represália possível, em caso de incompatibilidade, era a expulsão.

despolitizando, portanto, a ação dos trabalhadores. Seguindo um pouco a sugestão de Hélio da Costa, embora esteja referindo-se a um período posterior ao aqui analisado, podemos pensar em “dois PCs”: àquele da cúpula dirigente, mais afinados com as propostas emanadas pela Internacional Comunista e dedicado às lutas mais amplas contra o latifúndio e o imperialismo, e àquele das bases militantes, com experiências sindicais anteriores, mais abertos e mais atentos a um diálogo com os trabalhadores e, conseqüentemente, menos dispostos a sacrificar suas necessidades e demandas políticas e econômicas imediatas em nome de uma articulação eleitoral.²¹⁰ Devemos também ter em mente o que Eric Hobsbawm chamou de *têmpera*²¹¹ do bolchevismo: um ativismo marcado por extrema força de vontade na execução de metas e tarefas, associado a uma lealdade praticamente incondicional à causa da emancipação dos trabalhadores e construção do socialismo, ao Partido e à Internacional Comunista. Tal determinação conferiria, até mesmo a grupos muito pequenos, uma força desproporcional, em relação ao seu número, posto que se poderia contar com uma dedicação incomum por parte dos militantes.

No caso cearense, algumas pesquisas vêm esclarecendo melhor a atuação comunista, desde o trabalho pioneiro de Francisco Ribeiro, como as pesquisas de Carlos Augusto dos Santos sobre a militância em Camocim.²¹² Ou ainda a publicação em fac-símile do jornal *O Trabalhador Graphico*, editado em 1930 por Laffite Barreto Brasil e que já tivemos oportunidade de mencionar no decorrer do texto como ativo apoiador da greve, ao lado de José Joaquim de Lima. Outras pesquisas poderiam ser feitas mapeando a atuação de outros militantes comunistas no Ceará.

Como vimos, José Pernambuco, em todos os momentos de deliberação, optou por ouvir, em assembléia, a opinião dos trabalhadores. Em momento algum agiu, negociou ou fechou acordos sem que a decisão última coubesse, exclusivamente, aos trabalhadores, principais interessados na questão. Além

²¹⁰ COSTA, Hélio da. *Trabalhadores, Sindicatos e suas lutas em São Paulo (1943 – 1953)*. In: FORTES, Alexandre, NEGRO, Antonio Luigi, SILVA, Fernando Teixeira, FONTES, Paulo. COSTA, Hélio da. **Na Luta por Direitos: estudos recentes em História Social do Trabalho**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999. p.102.

²¹¹ HOBBSAWM, Eric. *Problemas da História do Comunismo*. In: _____. **Revolucionários: ensaios contemporâneos**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

²¹² SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos. **Cidade Vermelha: a militância comunista nos espaços do trabalho. Camocim-CE (1927 – 1950)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000.

disso, as próprias solicitações e reclamações constantes no Memorial diziam respeito a demandas e necessidades concretas dos operários. Muito possivelmente este empenho em ouvir as queixas daqueles que trabalham, em tentar compreender seus interesses, conferir aos mesmos uma sistematização que viabilizasse a exposição pública destas demandas, conferiu ao militante legitimidade como porta voz do sindicato e dos operários. Acresçamos ainda o esforço em se pôr na linha de frente para batalhar por estas demandas, apesar dos conhecidos riscos provenientes da repressão, deve ter pesado como fonte de respaldo.

Conforme analisou Jorge Ferreira, existia, no interior do Partido, certa ênfase para que os militantes, que atuavam junto ao proletariado, elaborassem formas de luta “concretas”, evitando atividades “gerais e abstratas”:

Pequenas conquistas no cotidiano da fábrica, por exemplo, davam autoconfiança aos trabalhadores e prestígio aos comunistas. As conquistas ‘concretas’, mesmo que pequenas, eram mais significativas do que as grandes bandeiras de luta irrealizáveis. O secretário da célula deveria realizar as reuniões em ambiente de entusiasmo e otimismo, evitando lamentos e os informes abstratos e demorados. Outra maneira de atuar era estudar a situação dos operários em seu raio de ação, tirar conclusões claras e precisas, e, a partir daí, traçar um plano de fácil execução e que fosse compreendido por todos. Mais ainda, o secretário deveria interpretar a insatisfação na fábrica e traduzi-la em manifestações ‘concretas’, além de denunciar e desmascarar traidores e espões. A audácia,..., era a maior qualidade do dirigente de célula. Por medo de cometer erros, o militante não deveria mostrar-se acanhado, incorrendo na passividade. O erro se corrigia com a autocrítica, mas para a passividade não haveria remédio. Todas as inúmeras atividades, contudo, deveriam ser promovidas sem pronunciar, uma vez sequer, a palavra *comunismo* para qualquer operário fora do movimento.²¹³

Mas não somente esta dimensão da prática sindical comunista pode ser percebida como interessante. Outras propostas e idéias, muito possivelmente, viabilizaram um diálogo frutífero. Em particular, a estratégia de um “sindicalismo por indústria”, que aglutinasse em uma única organização as várias categorias, os vários ofícios que compunham a estrutura funcional da Light, fez grande sentido em um momento de mudanças conjunturais perceptíveis. Até este momento (1929), conforme já verificamos, as

²¹³ FERREIRA, Jorge. **Prisioneiros do Mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)**. Niterói: EdUFF; Rio de Janeiro: MAUAD, 2002. p. 93.

mobilizações eram antes setoriais do que ampliadas. Participaram dos movimentos grevistas anteriores somente aqueles trabalhadores ligados ao tráfego (motorneiros, condutores e fiscais). Operários da usina e das oficinas estavam afastados deste grupo mais combativo, reproduzindo no plano político-sindical a estrutura organizacional da companhia: setores externos (tráfego e manutenção) e internos (usina e oficinas).

Como os rendimentos da Ceará Light eram obtidos principalmente pelo sistema de transporte urbano, uma vez que ainda era pouco disseminado o uso da energia elétrica como força motriz em fábricas ou como iluminação para residências e menos ainda para a iluminação pública, por esta época monopolizada pela Ceará Gás Company, os trabalhadores do tráfego detinham uma maior força de barganha. Com o advento dos auto-ônibus na segunda metade dos anos 20, fazendo concorrência aos tramways da Light, decaí a lucratividade auferida com os bondes. Ao mesmo tempo, as negociações com o poder público apontam para a extinção do contrato com a Ceará Gás, o que daria a Light uma importante fonte de renda (algo que concretizou-se nos anos 30). Além disso, depois de quase duas décadas atuando na capital cearense, a Light teve tempo para preparar um maior número de profissionais aptos ao serviço de tração urbana. Este contingente poderia funcionar como uma força de trabalho reserva em caso de necessidade. Por estas mudanças ficava evidente o decréscimo do poder de negociação e pressão de motorneiros, condutores e fiscais. Era necessária uma adequação às novas circunstâncias. Somente uma frente mais ampla poderia permitir uma maior área de manobra para os trabalhadores. Neste momento, os comunistas pareciam ter a resposta para esta necessidade: o “sindicalismo por indústria”, que agregasse os vários ofícios em uma única organização, suplantando formas associativas mais antigas. Mais uma vez, o Memorial, ao pleitear elevações salariais para a totalidade dos quadros operários, demonstrava esta estratégia de união para o progresso (lembramos o nome da associação neste momento). Aliás, esta parece ser uma outra conquista importante. Anteriormente, em outras greves, como já demonstramos, a agremiação existente não possuía um papel de destaque. Neste novo movimento, a associação era o centro aglutinador e coordenador da mobilização. Lá foi decidida a decretação da greve, eram feitas reuniões para decidir seus rumos e estratégias, funcionava como centro

distribuidor dos donativos que eram ofertados. Em resumo, de um papel marginal e pouco reconhecido, o sindicato foi convertido em um órgão verdadeiramente representativo e atuante.

Associado a estes elementos de ordem tática, o próprio ideário (e discurso) comunista parece ter surtido efeito, desde que operasse uma conexão com o pensamento nacionalista, viabilizando o diálogo entre o projeto político dos militantes e os anseios dos trabalhadores e que, durante a greve, formulasse um discurso que atingisse as sensibilidades de outras categorias operárias e fosse eficaz para a obtenção de apoio da opinião pública como um todo. Para os lighteanos, o ‘Imperialismo’ tão veementemente criticado e combatido pelos comunistas e que figurava como alvo preferencial, não aparecia como uma abstração, como algo distante e pouco perceptível. Ao contrário, era vivido no cotidiano. Neste caso, teríamos tanto um antagonismo classista quanto nacionalista.

Analisando os boletins distribuídos pela cidade (descontadas as características ‘vanguardistas’ imprimidas nos mesmos pelos militantes) e as matérias publicadas por alguns jornais, em especial *O Ceará*, podemos constatar a construção de uma espécie de nacionalismo antipatronal, que foi o elo entre a cultura do trabalho dos lighteanos, o projeto comunista e o restante da sociedade.

Inventariando rapidamente as menções feitas à companhia, à gerência e aos próprios trabalhadores (uma espécie de auto-representação) podemos inferir a imagem da empresa e dos chefes segundo o olhar operário.²¹⁴ A Ceará Light, “companhia inglesa”²¹⁵, agente do “imperialismo estrangeiro”, seria um “polvo imperialista”²¹⁶ que há “quase duas décadas crava os seus tentáculos de polvo insaciado no organismo cearense”.²¹⁷ Em outros momentos, trata-se de uma “argenteria empreza” de propriedade de ambiciosos “capitalistas albiões”.²¹⁸ Fala-se ainda da “gananciosa companhia inglesa”²¹⁹ dirigida

²¹⁴ Poucas análises se dedicaram especificamente em analisar as formas pelas quais os trabalhadores ‘viam’ seus patrões. A principal indicação para a importância desta problemática que conhecemos é: PERROT, Michelle. *O olhar do Outro: os patrões franceses vistos pelos operários (1880 – 1914)*. In: Op. Cit.

²¹⁵ Jornal Gazeta de Notícias, 24 de agosto de 1929, p. 03.

²¹⁶ Jornal O Ceará, 22 de agosto de 1929, p. 10.

²¹⁷ Jornal Gazeta de Notícias, 24 de agosto de 1929, p. 03.

²¹⁸ Jornal Gazeta de Notícias, 29 de agosto de 1929, p. 03.

²¹⁹ Jornal O Ceará, 24 de agosto de 1929, p. 12.

localmente por um “representante do imperialismo inglês”, com todas as características da conhecida “prepotência inglesa”. Este indivíduo – obviamente trata-se do gerente E.M.O. Scott – ora é um “grande abutre”, um “caixeiro representante da libra”²²⁰, ora um “estrangeiro ganancioso”, cuja grande qualidade seria possuir um “argentarismo insaciável”²²¹ e ainda por cima, “vive gozando todas as delícias de uma vida nababesca” às custas do trabalho dos lighteanos. Por fim, os ingleses, quer sejam os administradores locais ou os proprietários em Londres, seriam sujeitos “Sedentos de oiro, ávidos de libras, aventos e esfomeados”.²²² A luta dos trabalhadores, desta forma, poderia se configurar em uma luta contra o próprio imperialismo. As frases expostas pela cidade são também um indicador deste mecanismo de apelo: “Abaixo o Imperialismo explorador do nosso sangue”²²³ (em um cartaz utilizado durante um bando precatório), “Cearenses! Um auxílio para os Brasileiros perseguidos pelo Inglês”²²⁴ (frase inscrita em um barril colocado na Praça do Ferreira para a coleta de donativos).

Também era importante demarcar claramente a diferença entre o bom operário nativo e os ambiciosos ingleses. Em um destes panfletos distribuídos pela cidade, fica evidente a construção desta dicotomia:

O imperialismo inglês é forte e tem libras, mas o operariado brasileiro é consciente, altivo e sabe lutar pela força da coezão.

O imperialismo inglês tem libras e tropas mercenárias, mas o operariado brasileiro tem braços fortes para produzir e deixar de produzir quando bem entender.

As tropas mercenárias do Imperialismo Inglês lutarão pela libra, mas nós lutaremos pela nossa honra, pelos nossos ideaes, pelo pão de nossos filhos.

O agiotismo Imperialista é uma pequena minoria, nós os trabalhadores somos a grande maioria, e contamos com o apoio do operariado universal, porque a causa dos oprimidos em qualquer paiz é uma só.

A lucta do Imperialismo é inspirada pela ganância; a nossa é inspirada pelo dever.

O imperialismo é a rapina, a mentira, o orgulho, o prazer e a ambição; o operariado é o roubado, a verdade crua, o espesinhado, o soffredor e apenas quer viver.²²⁵

²²⁰ Idem, p. 01.

²²¹ Idem, p. 02.

²²² Idem, p. 12.

²²³ Jornal O Nordeste, 21 de agosto de 1929, p. 09.

²²⁴ Jornal O Nordeste, 23 de agosto de 1929, p. 01.

²²⁵ Jornal O Ceará, 29 de agosto de 1929, p. 02.

Tais imagens reproduzem de forma amplificada aspectos comuns dos estereótipos aplicados corriqueiramente aos ingleses, percebidos como meticulosos, ambiciosos e avarentos. Semelhante representação, como já mencionamos na introdução, ainda povoa o imaginário do Sindicato, conforme expresso na sua 'história oficial'. Não se trata de meros artifícios de retórica desprovidos de conteúdo, cujo único objetivo seria fomentar as antipatias populares à empresa. Todo o discurso anti-imperialista não era um embuste proposto pelos militantes para estimular o nacionalismo da população. Fazia parte intrínseca das estratégias do Partido que propugnava a execução de uma revolução agrária e anti-imperialista como requisito prévio para, posteriormente, realizar-se a autêntica revolução socialista. Destruir o grande latifúndio feudal e a dominação estrangeira era prioridade. Este ideário seria, em grande medida, a tônica do PC durante largo período, com poucas variações.

No tocante ao impacto desta experiência para a cultura política dos trabalhadores, podemos organizar nossa reflexão em alguns pontos: a necessidade de reconhecimento público, a importância da imprensa e daquilo que podemos chamar de uma militância panfletária e a formação de uma idéia de direitos associada à condição operária e garantidos por lei (um princípio de cultura do direito).

Vimos que as ações desenvolvidas durante a greve, para além do objetivo imediato de angariar donativos materiais, procuravam apoio moral e legitimidade pública. Os trabalhadores procuravam fazer-se vistos pela cidade, tomavam as ruas não mais como cotidianamente, na atividade laboral, mas como sujeitos políticos, em seus meetings e bandos precatórios, demonstrando a justeza de suas reivindicações em prol de seus direitos. Vivendo cotidianamente atrelados as suas atividades, os operários, durante o período da greve, transformaram completamente a sua rotina. Agora eram sujeitos que reivindicavam nas manifestações, nos comícios, nas passeatas, etc. O tempo não era mais aquele regulado pela execução de tarefas determinadas pelos patrões. Era o tempo da greve, possuidor de outra dinâmica. E uma greve como esta, esperamos tê-lo demonstrado, chama para si todas as atenções e afeta o cotidiano da cidade, rompendo, mesmo que provisoriamente, as barreiras corporativas através dos atos de solidariedade.

Vale ressaltar que a busca por reconhecimento público é extremamente importante para qualquer grupo operário, mas para aqueles ligados aos serviços públicos é uma questão primordial. A forma como a sociedade percebe e entende a greve pode ser determinante para seu possível êxito ou não. É claro que não estamos postulando que um amplo apoio social seja garantia de vitória, pois este próprio caso desmentiria tal hipótese.

A imprensa e os panfletos (formas sem dúvida anteriores de expressão da classe trabalhadora) contribuíram para demarcar e definir mais claramente “os trabalhadores” e seus antagonistas, “os capitalistas estrangeiros” (neste caso específico). Assim sendo, a imprensa, em particular, se firma como essencial na constituição do apoio necessário ao movimento. Conforme vimos, em suas perambulações pelo espaço urbano, os trabalhadores tinham nos jornais um ponto preferencial de paragem e debate, demonstrando que reconheciam não somente o apoio destes órgãos, mas também sua relevância para a força e possível êxito do movimento. Da mesma forma, havia certa reciprocidade dos órgãos de imprensa à causa defendida pelos operários. Quanto a esta militância panfletária, foi uma forma ágil para expor as demandas, os posicionamentos e as discordâncias dos trabalhadores, demonstrando um acesso eficaz a meios gráficos, possivelmente, graças ao apoio dos trabalhadores do setor e, em particular, à Laffite Barreto Brasil, operário gráfico por ofício e militante comunista apoiador da greve.

Por fim, acredito que tal experiência foi importante para o delineamento da idéia de que existem direitos expressos e garantidos por lei, para os operários e que sua aplicação depende da luta dos próprios trabalhadores.²²⁶ Esta cultura do direito, em nossa compreensão, opõe-se a uma cultura do favor. Lutar por um direito não implica qualquer forma de deferência ante os patrões. Além do mais, é significativo percebermos a importância das leis de proteção ao trabalho já nos anos 1920 e os enfrentamentos por sua execução, ao mesmo tempo em que a questão social operária torna-se um tema que passa a interessar a toda a nação e requerer uma nova forma de

²²⁶ Novamente segundo Munakata, os comunistas tiveram um papel importante no desenvolvimento de formas de luta que apelavam para a ação do Estado (uma vez que a dimensão político-eleitoral fazia parte de sua ação) e requeriam a aplicação concreta das poucas leis de proteção ao trabalhador existente, contribuindo, a nosso ver, para a solidificação de uma cultura de direitos legalmente instituídos. MUNAKATA, Kazumi. Op. Cit.

relacionamento face ao Estado. Devemos, portanto, considerar também que, neste embate, fica evidente a crítica à ação dos poderes públicos. É cada vez menos possível a rejeição, por parte do Estado, de intervir nos confrontos entre o capital e o trabalho. Esta intervenção, todavia, não pode pautar-se unicamente na salvaguarda dos interesses patronais. Tem que se revestir de intermediário entre as partes, habilitar-se como árbitro nos dissídios, agir como um interlocutor válido para a resolução dos conflitos, buscar o reconhecido tanto dos proprietários quanto dos trabalhadores. Conforme verificamos, esta demanda partia das mais variadas frentes. Os trabalhadores – representados por José Joaquim de Lima – não recusaram a mediação do Presidente do Estado quando este, devido às constantes pressões, se posicionou como negociador entre os interesses em litígio. Para esta forma de agir, muito contribuiu a experiência prévia dos operários que haviam vivenciado outros momentos nos quais o Estado tomou semelhante atitude, quanto a proposta comunista não era refratária à política institucional, como o eram outros grupos como anarquistas e sindicalistas revolucionários²²⁷, por exemplo.

Por parte do advogado Gomes de Matos, a presença do Estado como regulador das desavenças entre operários e patrões era mais que aceita: era exigida. Tratava-se de garantir um mínimo de reforma social que abrandasse a pobreza dos mais humildes e lhes reconhecesse direitos básicos. O Estado deveria agir como distribuidor da riqueza nacional, promovendo uma melhor justiça social. Era, ao mesmo tempo, uma proposta de superação da postura liberal da República brasileira que recusava esta forma de atuação e só reconhecia relações entre indivíduos e não entre as classes, sujeitos coletivos. Neste sentido, o referido advogado não era uma voz isolada. Fazia coro com tantos outros grupos que, sistematicamente, preconizavam a mudança do Estado nacional, que deveria de uma vez por todas dirigir os destinos do país,

²²⁷ Sobre as várias tendências políticas que disputavam a adesão do operariado durante a Primeira República ver: BATALHA, Cláudio. *Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva*. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.) **O Brasil Republicano. Vol. 1. O tempo do liberalismo excludente: da proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Especificamente sobre o Sindicalismo Revolucionário e o Anarquismo (ambos defensores da ação direta, livre de mediações e contrários a participação operária na política parlamentar) ver: TOLEDO, Edilene. **Travessias Revolucionárias: idéias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890-1945)**. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2004.

tornar-se mais intervencionista e atentar para os interesses da coletividade em nome do bem comum.

De maneira semelhante, todos os periódicos até aqui referidos, cada qual a seu modo, reclamaram a interferência dos poderes públicos. *O Povo* referiu-se às dificuldades da luta do trabalho contra o capital, pois esse contaria com “leis fabricadas sem a colaboração do operariado”, enquanto àqueles, além de sua costumeira intransigência, teriam auxílio das “patas de cavallo”, forma pela qual, no Brasil, “os governos procuram resolver a questão social”.²²⁸ Como já é sabido, o jornalista Demócrito Rocha, fundador-proprietário d’*O Povo*, era francamente contrário a república liberal-oligárquica e preconizava o combate a mesma como linha do seu periódico.

Já *O Nordeste*, ao propugnar a intervenção do Estado, não tem dúvidas ao criticar o liberalismo da constituição e do governo, como já demonstramos. Requisitaram a aplicação de medidas repressoras contra os comunistas. Afirmaram que “O governo tem, portanto, a obrigação de se colocar á altura dos acontecimentos” e alardearam a crescente “anulação da autoridade”, promovida pelos militantes que comandavam a greve como “um sarcasmo atirada a face do governo”.²²⁹ Seguindo o mesmo raciocínio, em aberto tom de ameaça, chegam a firmar que os governantes

Em vez do espirito liberalista da Constituição, invocado pelos malfetores para a livre pratica do mal, tenham em vista os agentes da manutenção da tranquilidade no seio da família cearense a máxima do socialista Barthou: - os governos só se dissolvem quando se deixam dissolver...²³⁰

A *Gazeta de Notícias*, ao mesmo tempo, não escondia sua preferência por uma ação mais ativa por parte do Estado. Porém, sua atuação deveria ser menos repressora e mais protetora do operariado, funcionando antes como um juiz dos conflitos:

Os governos não devem intervir nas questões sociaes unicamente para fazer respeitar o princípio de autoridade ou assegurar os direitos

²²⁸ Jornal *O Povo*, 28 de agosto de 1929, p. 02.

²²⁹ Jornal *O Nordeste*, 26 de agosto de 1929, p. 01.

²³⁰ Jornal *O Nordeste*, 28 de agosto de 1929, p. 01.

dos capitalistas: cabe interferir também como mediador entre as partes divergentes, ou seja, entre os argentários e os proletários.²³¹

Vinda de onde fosse a crítica ao papel do Estado – que deveria ser mais democrático para uns e autoritário para outros – já se anunciava a necessidade de constituir uma nova forma de atuação governamental no trato da questão social. Um relacionamento que não se pautasse unicamente na repressão, mas que conseguisse auferir legitimidade entre os próprios trabalhadores. Uma nova forma de Estado, que fosse capaz de garantir as reformas sociais de interesse para o operariado e salvaguardasse a propriedade privada, promovendo o desenvolvimento nacional e a distribuição da riqueza. Obviamente, mediar conflitos tão intensos e projetos tão variados não seria uma tarefa fácil. Aos poucos, já era possível perceber, nos anos 1920, fragmentos de uma atuação indicativa de tal deslocamento dos postulados liberais (como a criação das primeiras leis e instituições de fiscalização) sobre a pressão do movimento operário e de outros setores da sociedade. Esta tendência se acentuaria ainda mais no pós-1930, com a criação do Ministério do Trabalho, novos órgãos incumbidos de processar as demandas dos trabalhadores, leis de proteção ao trabalho e o reconhecimento (tutelado) dos sindicatos como instituições representativas do operariado, aliado a todo um projeto corporativista e nacionalista, que não deixou de possuir suas próprias contradições e fomentar – contrariamente aos interesses dos seus idealizadores – novos enfrentamentos entre o trabalho e o capital, como veremos no capítulo seguinte.

²³¹ Jornal Gazeta de Notícias, 26 de agosto de 1929, p. 01.

Capítulo 3

Controle Operário, Sindicalismo e Corporativismo na greve dos trabalhadores da Light em 1932.

Não ia tão distante a experiência grevista de 1929 quando os trabalhadores da Ceará Light empreenderam uma nova paralisação. Em um novo contexto, dialogando com outros princípios políticos e ideológicos, mas nem por isso desprezando completamente todo o aprendizado anterior, a greve de 1932 marcaria de forma indelével e emblemática, pelas suas repercussões e resultados, a memória social da categoria. Em sintonia com a Legião Cearense do Trabalho e, em particular, com o líder Severino Sombra, a greve seria decretada, uma pauta de negociações e reivindicações bastante avançada tentaria estabelecer uma maior influência operária sobre a organização do trabalho, constituindo o que podemos considerar como um controle operário. Ao mesmo tempo, este movimento demandaria a atenção da Interventoria Federal no Ceará e do próprio Ministério do Trabalho, colocando na ordem do dia a temática dos direitos sociais dos trabalhadores e da capacidade governamental para mediar as difíceis e complexas lutas entre patrões e operários. A greve ainda poria em questão a tão propalada idéia da “colaboração de classes”, definida como princípio básico tanto pelo movimento legionário, quanto pelo governo Vargas.

No primeiro tópico deste capítulo, analisamos a formação do Sindicato dos Operários e Trabalhadores da Light e o início de sua atuação enquanto grêmio representativo dos trabalhadores lighteanos, destacando, também, as mudanças na orientação política que fundamentava as ações dos trabalhadores. É nosso interesse averiguar, simultaneamente – através de uma análise dos estatutos – aspectos da cultura associativa deste grupo operário. No tópico seguinte, nos dedicamos a analisar o intenso debate e as negociações estabelecidas entre o referido sindicato, a companhia Ceará Light e a Legião Cearense do Trabalho. Nesta parte, tentamos dimensionar e

explicar o teor das novas reivindicações. Na última parte, efetuamos uma descrição dos acontecimentos da greve de 1932, dos seus encaminhamentos e resultados, para podermos propor uma interpretação geral acerca dos seus significados e desdobramentos na cultura política dos operários e na constituição do corporativismo estatal.

3.1. – “Trabalhando para o engrandecimento moral, intelectual e material da classe”: aspectos da cultura associativa dos trabalhadores da Light.

O fim da greve em 1929 não significou o término da combatividade dos trabalhadores lighteanos. Significou somente um declínio, por dois anos, na organização. A antiga “Sociedade União e Progresso” havia deixado de existir. Em 1931, aproveitando o estímulo do Governo Provisório de Getúlio Vargas e do seu recém-criado Ministério do Trabalho Indústria e Comércio (o chamado Ministério da Revolução), os operários empreenderam um esforço de reorganização. A nova associação, intitulada “Sindicato dos Operários e Trabalhadores da Light”, vinha preencher este espaço, o que não significa afirmar que havia um total hiato entre as duas formas agremiativas. Ao mesmo tempo, também não podemos falar de uma plena continuidade. Se haviam semelhanças, existiam também diferenças.

Para melhor aquilatarmos o conteúdo destas dimensões, podemos efetuar uma análise pormenorizada dos Estatutos do referido Sindicato, publicados no início de 1932, pelas páginas do jornal *O Povo*. Esta análise nos permitirá vislumbrar aspectos da cultura associativa do grupo e, ao mesmo tempo, um pouco das suas necessidades e interesses.

Todavia, uma breve reflexão sobre este tipo de abordagem se faz necessária. Inicialmente poderia-se pensar que adotar uma análise dos estatutos de uma determinada agremiação pouco revelaria sobre as características dos trabalhadores que a compõem, uma vez que os elementos presentes na letra estatutária responderiam muito mais a exigências burocráticas (em especial neste período pós-1930, com a possibilidade de oficialização governamental) e seriam o resultado de simples formalidades, por vezes monótona, com a constante repetição de princípios e normas bastante comuns. Acreditamos, todavia, que uma análise dos estatutos redigidos pelas

associações possa, pelo contrário, ser bastante reveladora. Nas palavras de Cláudio Batalha:

Os estatutos, por mais burocráticos e redigidos seguindo uma fórmula pré-estabelecida que sejam, costumam conter algumas informações fundamentais sobre a associação e, no caso de sindicatos e associações mutualistas de ofício, sobre a categoria que representam.²³²

Assim sendo, poderemos prosseguir nossa reflexão e adentrar, tanto quanto possível, na cultura associativa deste grupo operário. Utilizamos aqui o conceito de *cultura associativa* no sentido proposto, também, por Cláudio Batalha, que observou que tal termo, além do sentido mais corriqueiro do “hábito de associar-se”, fenômeno comum entre os trabalhadores, possui um sentido mais específico: “o de cultura das associações”, entendido não somente como “peças de teatro, conferências, música”, mas – e isto é o que mais nos interessa no momento – “as celebrações, os costumes, as normas que regiam as associações operárias”, ou seja, “as propostas e práticas culturais das organizações operárias, a visão de mundo expressa nos discursos, bem como os rituais que regem a vida das associações”.²³³

Logicamente, esta cultura associativa é parte de uma cultura operária mais ampla e é influenciada pelas tendências políticas que disputam a adesão do operariado sem poder, contudo, ser reduzida a qualquer proposta programática de qualquer uma delas.

O estatuto do sindicato dos lighteanos encontra-se dividido em 43 artigos distribuídos em 8 (oito) capítulos. No seu primeiro capítulo (artigo nº 01) podemos ler o seguinte:

O ‘Sindicato de Operários e Trabalhadores da Light’, fundado em 23 de novembro de 1931, nesta cidade de Fortaleza, capital do Estado do Ceará, filiado à Legião Cearense do Trabalho, é uma sociedade beneficente, com ilimitado número de sócios sem distinção de nacionalidade, credos políticos ou religiosos.²³⁴

²³² BATALHA, Cláudio. *Vida Associativa: por uma nova abordagem da história institucional nos estudos do movimento operário*. In: **Anos 90**. Porto Alegre, nº 08, 1997. p. 96.

²³³ BATALHA, Cláudio. *Cultura Associativa no Rio de Janeiro da Primeira República*. In: _____, SILVA, Fernando Teixeira da. FORTES, Alexandre. (orgs) **Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004. p. 96 – 99.

²³⁴ Jornal O Povo, 08 de janeiro de 1932, p. 08 e 09. Quando não indicado de outra forma, as menções ao estatuto se referem a esta edição.

Apesar da autodenominação de “Sindicato”, a natureza da agremiação é afirmada enquanto “beneficente”. Ao mesmo tempo, logo de início, é ratificado o compromisso e atrelamento desta associação à Legião Cearense do Trabalho, por fim, é definida a ausência de limites quantitativos para o ingresso na entidade – respeitados, obviamente, os critérios definidos no próprio estatuto, como veremos ao longo do texto – bem como o interesse de afastar distinções ligadas a “nacionalidade, credos políticos ou religiosos”, que poderiam provocar a erosão da solidariedade coletiva entre os trabalhadores e criar animosidades internas.

Decerto que este dispositivo era, ao mesmo tempo, resultado das determinações governamentais que preconizavam, na lei de sindicalização de 1931, que um sindicato, para ser reconhecido, deveria afastar possíveis diferenciações nacionais, religiosas ou políticas, mas, simultaneamente, era um interesse já presente na experiência do movimento operário, que visava garantir que a identidade de ‘trabalhador’ prevalecesse sobre outras identificações.

No caso, no segundo artigo ficaria definido que o sindicato não comportaria estratificações internas, com a conseqüente criação de uma variedade de sócios (honorários, beneméritos, etc.). No seu parágrafo único ficam também definidos as fronteiras de recrutamento de sócios:

Art. 2 – O Sindicato de Operários e Trabalhadores da Light terá uma única classe de sócios – EFECTIVOS.

§ Único – Serão considerados sócios efectivos do Sindicato, operários e trabalhadores da Light, desde a idade de 18 anos até a que venha empregando sua atividade no serviço da Light.

Ficam assim definidos os critérios básicos de constituição do sindicato: sua natureza (beneficente), o interesse em preservar a identificação de ‘operário’, seu alvo (os trabalhadores da Light, com limite inicial de idade, mas sem limite final). Mas exatamente quais são as finalidades específicas desta associação, que tipo de atividades beneficentes eram oferecidas e qual o significado destas práticas para o cotidiano operário neste contexto?

No terceiro artigo, em seis itens, são definidos os “fins da sociedade”:

Art. 3 – São fins desta sociedade:

- a) Proteger e defender seus associados trabalhando para o engrandecimento moral, intelectual e material da classe.
- b) Prestar defesa ou assistência jurídica gratuita aos seus associados nos casos de processo crime, prisão, perseguição injusta ou abuso de qualquer autoridade, bem assim ampará-lo em suas justas pretensões.
- c) Empregar todos os esforços ao seu alcance para resolver quaisquer divergências ou contestações relativas ao trabalho, não somente entre patrões e operários, bem como destes entre si.
- d) Propugnar e levar a efeito a regulamentação do trabalho, melhorando suas condições, quer sob o ponto de vista econômico, quer sob o ponto de vista social.
- e) Promover ativa e contínua campanha contra o álcool e vícios, que tanto concorrem para o depauperamento físico, como para o rebaixamento moral dos trabalhadores.
- f) Providenciar afim de que nos casos de acidente no trabalho gozem os seus associados as vantagens da lei sobre acidentes.

Denso de significados, estas finalidades tornam explícito que o caráter do referido sindicato não permite enquadrá-lo, tão somente, no interior de um objetivo beneficente (que, é claro, não deve ser minimizado). Seguindo a apreciação proposta por Alexandre Fortes, que se dedicou a analisar o sindicalismo entre os anos 1930 e 1940, era possível identificar quatro áreas de atuação, a saber: “reivindicação, beneficência, ‘colocação’ no mercado de trabalho e identidade coletiva”:

O primeiro aspecto está ligado à luta em torno do resgate, criação, implementação e generalização de direitos, como forma de exercício e alargamento dos limites da cidadania operária. No segundo, situamos os mecanismos coletivos de amparo frente à doença, à velhice, ao desemprego e à própria morte. O terceiro liga-se às várias formas de intervenção coletiva dos trabalhadores no mercado de trabalho (...). O último aspecto vincula-se ao desenvolvimento de valores e princípios que articulam o próprio modo como os trabalhadores se autodefiniam enquanto grupo social, em sua relação com o restante da sociedade (como por exemplo: unidade, classismo e busca de ‘intelectualização do proletariado’).²³⁵

Tendo em mente estes diferentes aspectos podemos averiguar mais apuradamente os elementos dispostos nos estatutos. Fica evidente um esforço

²³⁵ FORTES, Alexandre. *Revendo a legalização dos sindicatos: metalúrgicos de Porto Alegre (1931 – 1945)*. In: FORTES, Alexandre, NEGRO, Antonio Luigi. SILVA, Fernando Teixeira, FONTES, Paulo. COSTA, Hélio da. **Na Luta por Direitos: estudos recentes em História Social do Trabalho**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999. p. 23.

para definir que a dimensão reivindicativa é parte fundamental dos fins da associação, como fica claro, por exemplo, no último item, que traz novamente à tona uma demanda já formulada anteriormente, quando da greve de 1929: a aplicação da lei de acidentes. Isto revela que não se trata exclusivamente de atividades beneficentes, que serão analisadas logo à frente. A intervenção coletiva no mercado de trabalho, fica claro no item 'c' e, especialmente, no item 'd', com a proposta de batalhar por uma regulamentação do trabalho²³⁶, melhorando suas condições tanto do ponto de vista econômico quanto social. Ao mesmo tempo, fica evidente o interesse de dirimir as divergências porventura surgidas no seio da classe, bem como suas divergências em relação aos patrões. No aspecto "identidade coletiva", já verificamos o interesse em preservar a identidade de 'operário' frente a outras possíveis identificações. Agora se torna ainda mais manifesto algumas formas em que isto se dará: através de assistência jurídica, sempre que necessário, e pela promoção de campanhas contra o consumo de bebidas alcoólicas e outros vícios "que tanto concorrem para o depauperamento físico, como para o rebaixamento moral dos trabalhadores". Em outras passagens encontraremos, novamente, menções a possíveis problemas oriundos do excesso no consumo de álcool e as medidas previstas para os sócios que incorrerem neste tipo de problema. Retornaremos a este aspecto no decorrer do texto.

Desta forma, ficam definidos os princípios gerais de inserção e atuação institucional do sindicato, contidos no seu primeiro item ("Proteger e defender seus associados trabalhando para o engrandecimento moral, intelectual e material da classe"). Esta 'proteção e defesa' seria feita em vários níveis: assistência jurídica, intermediação em casos de conflito intra e interclasse, regulamentação do trabalho, oferecendo maior segurança ao operariado, ampliação e efetividade dos direitos legais aos trabalhadores e prescrições de padrões dignos de comportamento.

Agora podemos nos voltar para as características das atividades beneficentes. No seu 5º capítulo, intitulado "Da Beneficência", podemos ler o seguinte:

²³⁶ Esta reivindicação seria formulada especificamente na greve deste mesmo ano e será analisada detalhadamente no segundo tópico deste capítulo.

Da Beneficência

Art. 24 – Quando o sócio se achar impossibilitado de trabalhar por motivo de moléstia será socorrido com uma diária de 2\$000, durante trinta dias seguidos, 1\$500 em outros trinta dias e 1\$000 até o seu restabelecimento ou falecimento.

Parágrafo 1 – Dos auxílios acima mencionados será descontada a contribuição de sua mensalidade.

Parágrafo 2 – os sócios só terão direito ao que trata o presente artigo e demais direitos sociais conferidos por estes estatutos, quando contarem mais de 15 dias de efetividade.

Art. 25 – No caso de morte de qualquer associado no gozo de seus direitos providenciara a Sociedade no sentido de lhe ser feito o enterro, entrando para esse fim, com a quantia de 130\$000 se o falecido foi beneficiado e 150\$000 se não recebeu nenhum benefício.

Art. 26 – Além do que fica estabelecido no artigo 25 acima citado a sociedade dará um pecúlio a família do sócio falecido, na importância dos sócios quites com os cofres sociais.

Parágrafo Unico – Quando o benefício for designado a família, entender-se-a a mulher e filhos, e na falta dos mesmos os pais, e nos destes aos irmãos de preferência as irmãs solteiras e os menores de 16 anos.

Art. 27 – O socorro de que fala o art. 24 será pago semanalmente.

Art. 28 – O Associado quando enfermo deverá comunicar a Diretoria imediatamente afim de que esta nomeie uma comissão para fazer as necessárias sindicâncias.

As propostas de beneficência não se diferenciam de um padrão corriqueiro entre os mais diversos tipos de associação. As preocupações dos trabalhadores continuam bastante atreladas com o próprio sustento (e o de sua família) diante da impossibilidade de trabalhar, seja por acidentes, seja por moléstias. Para o primeiro caso, como já constatamos, demandava-se a aplicação efetiva do que determinava a lei de acidentes; para o segundo, existia o auxílio beneficente pago pelo sindicato. Ao mesmo tempo, existe uma forte preocupação com a manutenção dos familiares em caso de falecimento do trabalhador (ai se insere o pecúlio) e de garantir um sepultamento digno para o operário. Estas dimensões revelam valores sociais e afetivos bastante sólidos e enraizados entre os grupos de trabalhadores. A prática beneficente e do auxílio mútuo já fazia parte intrínseca da cultura operária.

Estudo clássico e fundamental sobre o tema das associações mutualistas foi a pesquisa de Tânia Regina de Luca, “O Sonho do Futuro Assegurado”, na qual definiu-se que era possível perceber certas características comuns entre os diversos tipos de mutuais:

O elo de união entre as sociedades de socorros mútuos residia no caráter previdenciário das mesmas. Quase que unanimemente elas tomavam a si a incumbência de cuidar da saúde dos sócios, garantir seu sustento quando impossibilitados de trabalhar, zelar pela família daqueles que faleciam, encarregar-se do funeral dos membros. Propunham-se ainda a assistir juridicamente os sócios e prestar seu auxílio aos que fossem presos. Preocupavam-se com a educação dos sócios e de seus filhos, e possibilitavam oportunidades de lazer patrocinando festas, bailes e piqueniques.²³⁷

Neste sentido, ainda segundo esta autora, seria possível distinguir mutualismo e sindicalismo. Em primeiro lugar, estaria o fato de que as mutuais não são exclusivamente operárias, sendo comum encontrar membros de diversas classes. Várias se organizavam por etnias, credos religiosos ou bairros, impondo restrições ao ingresso de novos sócios a partir destes critérios. Assim sendo, a idéia do mutualismo não comportaria o princípio de confronto entre capital e trabalho, presente no sindicalismo: “O seu objetivo era remediar a situação dos trabalhadores inaptos para o processo produtivo, sem maiores preocupações em relação à estrutura social vigente”.²³⁸

Cabe, portanto, afirmarmos uma vez mais que, embora se defina como uma sociedade beneficente, a agremiação constituída pelos lighteanos adotava uma postura sindical, combinando elementos da prática do mutualismo com a perspectiva de relacionamento (e enfrentamento, se for o caso) com os patrões. Embora a distinção proposta por Tânia de Luca seja bastante útil, não acreditamos, todavia, que possa ou deva ser levada ao extremo. Como já assinalou Edward Thompson, na “estrutura celular rudimentar das sociedades de auxílio mútuo com seu caráter eminentemente prático, podemos observar diversos traços que se reproduziram em organizações mais sofisticadas como os sindicatos” e a prática beneficente institucionalizada pode ser entendida como uma “cristalização de um caráter de reciprocidade fortemente difundido nos densos e concretos pormenores das relações pessoais dos trabalhadores, tanto em suas casas quanto no trabalho”.²³⁹ Além do mais, a auto-afirmação enquanto beneficente ou mutualista, aplicada às associações, poderia

²³⁷ LUCA, Tânia Regina de. **O Sonho do Futuro Assegurado**. São Paulo: Contexto; Brasília, DF: CNPq, 1990. p. 24.

²³⁸ Idem, p. 10.

²³⁹ THOMPSON, Edward. *Comunidade*. In: _____. **A Formação da Classe Operária Inglesa, vol. 02: A Maldição de Adão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 316.

funcionar como uma “cobertura para a atividade sindical”.²⁴⁰ Era interesse, entre os operários, não se definirem abertamente pelo confronto, evitando, desta forma, represálias violentas das forças policiais.

Para cuidar do funcionamento interno do sindicato, previa-se (Capítulo IV, artigo 12) a existência de uma diretoria composta dos seguintes cargos: um presidente e um vice-presidente, 1º e 2º secretários, um tesoureiro e um adjunto, seis diretores e respectivos suplentes e um conselho fiscal de três membros. Estabelecia, ainda, que a diretoria teria reuniões regulares, aos domingos, às 19 horas, possuindo uma série de incumbências:

- a) Cumprir e fazer cumprir os presentes Estatutos e bem assim as resoluções que forem estabelecidas por assembleas ordinárias e extraordinárias.
- b) Apresentar trimestralmente um balancete da receita e despesa e no fim de cada ano social um relatório geral do todo o movimento associativo e financeiro da Sociedade.
- c) Resolver sobre qualquer medida de caráter urgente e no interesse de classe, da Sociedade, ou de qualquer associado;
- d) Providenciar sobre queixas ou reclamações que receber dos associados, resolvendo-as ou levando ao conhecimento da Assembleia Geral quando o caso exigir.
- e) Convidar e contratar advogado de sua inteira confiança para consultar jurídico da Sociedade, e bem assim um médico, para o tratamento dos sócios fixando os respectivos honorários.
- f) Chamar as contas o Tesoureiro sempre que julgar necessário, podendo suspender-lo de suas funções quando provada esteja alguma irregularidade que prejudique os cofres sociais.
- g) Admitir e eliminar sócios de acordo com o que dispõe estes Estatutos.

Pelos estatutos (artigo 14) ficava definido que todos os cargos seriam reelegíveis e exercidos gratuitamente. Todavia, estavam, os membros da diretoria, isentos de contribuir com os cofres da sociedade, podendo, mesmo assim, usufruir os benefícios prescritos.

As atribuições específicas de cada cargo também eram minuciosamente descritas. Ao presidente cabia “cumprir e fazer cumprir” a letra estatutária, fiscalizando “o movimento interno e externo da sociedade”. Cabia a ele, também, nomear um orador oficial que poderia pertencer, ou não, à classe; elaborar um relatório anual do movimento social; convocar assembleias gerais

²⁴⁰ Idem. p. 312.

ordinárias e extraordinárias, dirigindo as discussões, mantendo a ordem e suspender a reunião caso se tornem tumultuadas; autorizar pagamentos; nomear comissões para o serviço interno bem como para representar a associação “em qualquer ato ou solenidade”. Ao vice-presidente cabia, logicamente, substituir o presidente sempre que necessário e auxiliá-lo nas tarefas acima.

Ao 1º e 2º secretários competia: lavrar as atas das reuniões – podendo substituir o presidente e o vice em caso de necessidade –, redigir a correspondência, prestar esclarecimentos sempre que for solicitado pelos sócios e requisitar materiais para o funcionamento interno da agremiação. Ao tesoureiro – cargo de extrema importância – cabia promover a arrecadação das mensalidades, mantendo precisa contabilidade sobre as entradas e saídas de recursos; apresentar, trimestralmente, um balancete geral acompanhado de relatório; fornecer à diretoria uma listagem de sócios quites e em atraso com as mensalidades, não podendo efetuar qualquer gasto e/ou pagamento sem autorização da diretoria. Devia, ao mesmo tempo, proceder um “arrolamento de todos os móveis e utensílios da sociedade”. O adjunto deveria substituir o tesoureiro “em suas faltas e impedimentos”.

Aos diretores – e seus suplentes – competia “comparecer a todas as reuniões da Sociedade, discutir e legislar assuntos de interesse sociais”. Os fiscais deveriam zelar pela observância “das deliberações emanadas pela Diretoria bem assim quanto ao regime de trabalho nos departamentos de serviço”. Competia-lhes, também, fiscalizar de forma eficiente “a conduta dos seus companheiros, trabalhando para que entre os mesmos reine a mais completa harmonia”, cientificando a diretoria “todas as ocorrências que se derem no serviço”.

Todos os cargos seriam, como mencionamos, elegíveis. Para as eleições previa-se o seguinte protocolo: em assembléia geral, o presidente convidaria dois sócios para serem escrutinadores, sendo efetuada uma chamada a partir de uma lista de sócios quites (providenciada pela tesouraria). Daí, feita a contagem, o resultado seria proclamado pelo presidente. Para as assembléias previa-se o seguinte: “Art. 29 – As Assembleas Gerais serão ordinárias, extraordinárias e solenes”. As reuniões “ordinárias” seriam realizadas somente duas vezes por ano: “sendo a 1ª no 1º domingo de

dezembro para eleição da nova Diretoria e a 2ª no 1º Domingo de Janeiro para posse da mesma”. As reuniões “extraordinárias” seriam feitas tantas vezes quantas fossem necessárias. As assembleias solenes seriam no dia do aniversário do sindicato (definido em 16 de outubro) e outra data julgada conveniente. Uma assembleia deveria ser convocada com 48 horas de antecedência e só poderia funcionar com um mínimo de 60 sócios em primeira convocação e com o número que comparecesse em segunda.

Fica evidente uma atenção rigorosa ao protocolo e certa burocratização do funcionamento interno do sindicato. As reuniões ordinárias seriam somente para eleição e posse da diretoria, ficando o restante do movimento social a cargo da mesma. A diretoria se torna diferenciada do restante dos operários, enquanto corpo administrativo, liderança e representante da agremiação. O controle dos seus atos, entretanto, poderia ser feito por assembleias extraordinárias e, seja como for, cabia aos trabalhadores, coletivamente, definir os rumos da associação. As assembleias possuíam o poder deliberativo máximo em todas as questões, mesmo em casos de discordância quanto às ações de membros da diretoria – um forte indício de uma prática democrática. Ao mesmo tempo, existia certa vigilância da sociedade – através dos fiscais – sobre o comportamento dos associados. Somos agora compelidos para uma análise das condições de admissão, direitos e deveres dos sócios.

Pelas normas previstas, definia-se que para ser aceito como sócio do sindicato, além de pertencer à Light, o trabalhador deveria possuir “idoneidade moral”, não sofrer de “moléstia contagiosa ou defeito físico que o impossibilite de trabalhar” e não esteja envolvido “em processo criminal ou já tenha sido condenado por crime infamante ou já tenha sido expulso de outra sociedade por atos deshonestos ou imorais”. A segunda prescrição almejava evitar o ingresso de sócios que fossem representar um gasto imediato para os cofres sociais, especialmente em se tratando de um período inicial, no qual o sindicato, provavelmente, ainda não dispunha de suficientes recursos financeiros. Os outros dois apontam para o interesse em garantir a respeitabilidade da agremiação, mediante a boa conduta dos sócios. A proposta de um novo sócio deveria ser feita por escrito, endereçada à diretoria e assinada por um sócio no usufruto dos direitos sociais. A proposta deveria conter: nome, naturalidade, profissão específica, residência e a quantia de

8\$000, sendo 5\$000 de jóia e 3\$000 de mensalidade. O candidato só poderia ser aceito na reunião seguinte àquela em que tiver feito o pedido de admissão, “depois da sindicância feita pela respectiva comissão”. Mesmo sendo o pedido negado, cabia recurso à assembléia geral. Sendo aceito, existia um ritual de ingresso, válido, também, quando de eleições, “envolvendo um compromisso solene de cumprir e fazer cumprir” os estatutos.

Uma vez quite com as mensalidades, os sócios poderiam desfrutar de todos os direitos previstos, tais como: votar e ser votado para os cargos administrativos (estando excluído aquele que não soubesse ler e escrever), discutir e propor medidas, fazer reclamações verbalmente ou por escrito, requerer informações de qualquer espécie e participar dos auxílios. As obrigações também eram bem definidas: pagar regularmente as mensalidades; dedicar-se à sociedade, “desempenhando com dedicação e interesse os cargos ou comissões para que forem indicados e promovendo ativa propaganda e a união coletiva entre os associados”; comparecer as reuniões “mantendo-se com ordem e respeito” as decisões manifestadas; abster-se de excessos alcoólicos e recomendar “a mesma abstenção no meio social”; cumprir as disposições dos estatutos bem como as decisões da diretoria e das assembléias.

Ao sócio que não demonstrasse um comportamento condizente, eram estipuladas algumas “penalidades”: suspensão (temporária) dos direitos sociais ou – em casos mais graves – perda completa dos direitos. Eram passíveis de punição: desrespeito aos membros da diretoria, perturbação da ordem durante as reuniões do sindicato, comparecimento às sessões em estado de embriaguez, falsa denúncia ou acusação injusta contra algum companheiro, extravio de objetos do sindicato ou condenação “por crime de homicídio premeditado, roubo outros de caráter infamante e bem assim o de embriaguez habitual”. Os estatutos asseguram o pleno direito de defesa, mecanismo importante para a concepção operária de justiça.

É sintomática a preocupação com os excessos do consumo alcoólico e com a constante vigilância de um bom comportamento. Tais medidas, dispostas demoradamente e de forma repetida nos estatutos constituem um tema de real interesse para os trabalhadores. Como analisamos no 1º capítulo, a inserção destes operários no ambiente urbano, lidando diariamente com o

público e operando um serviço de relevo para o cotidiano da cidade, tornou bastante aguçado o interesse de auferir apoio social nos momentos de mobilização, principalmente. Entretanto, era necessário extrapolar estas ocasiões específicas e excepcionais. Uma boa imagem deveria ser construída e obtida diariamente. Conforme demonstrou Richard Hoggart, era comum e vigorosamente manifesto, entre os agrupamentos operários, uma forte insistência “na manutenção da própria dignidade”, mesclada com certa noção de “independência”. A estas duas idéias “dignidade” e “independência”, seguiria uma outra, de extrema relevância, “respeitabilidade”. Tais noções se manifestariam, entre o proletariado, de diversas maneiras: no orgulho do trabalho, na constituição de mecanismos e instituições de auxílio mútuo – evitando a degradação de depender dos outros ou de cair na mendicância – ou ainda em certa “integridade moral”²⁴¹, sendo adotados severos padrões de comportamento.

Este último sentido, a adoção de rígidos padrões comportamentais, decerto varia de grupo para grupo. Contudo, é lícito afirmar que recomendar certa abstenção nos excessos alcoólicos faz parte de tais prescrições. A proposta não é a completa rejeição ao consumo de bebidas – que pode ser considerada bastante natural – mas rejeitar os abusos que redundariam na degradação do trabalhador (com a conseqüente perda da “dignidade”), na ruína de sua família, já penalizada pela exigüidade de recursos e no possível descrédito da associação à qual o trabalhador estaria ligado.

O sindicato – bem como outras formas de organização dos trabalhadores – existe como uma materialização institucional de alguns destes valores. Edward Thompson não tinha dúvidas ao afirmar que as comunidades da classe trabalhadora se formaram a partir de um “empenho consciente dos próprios trabalhadores”, sendo comum certa “ênfase sobre a autodisciplina”, visível, particularmente, na “atenção meticulosa com o comportamento e etiqueta institucional” e que seria possível “encontrar uma evidência do sólido desenvolvimento do caráter de reciprocidade”, entre os trabalhadores, “na força e no orgulho cerimonial dos sindicatos e das associações de ofício”.²⁴²

²⁴¹ HOGGART, Richard. *Nós e Eles*. In: OLIVEIRA, Paulo Salles (org.). **O Lúdico na Cultura Solidária**. São Paulo: Hucitec, 2001. p. 176; 190 e 191.

²⁴² THOMPSON, Edward. *Comunidade*. In: Op. Cit. p. 310 e 318.

Para garantir sua existência e os recursos financeiros para a prestação dos auxílios, existia uma forte preocupação com o pagamento regular das mensalidades – lembremos que neste momento ainda não se cogita seriamente e nem está no horizonte, mesmo do governo, mecanismos como o imposto sindical ou alguma espécie de contribuição compulsória. Não é a toa que, nas “Disposições Gerais” dos estatutos, encontram-se dispositivos especiais para garantir uma boa receita, tais como aquele no artigo 33: “O associado que por qualquer motivo deixar de ser empregado da Light, não perderá os seus direitos de sócio enquanto satisfizer os compromissos sociais, salvo se se tornar suspeito ou prejudicial ao progresso da sociedade”. O critério para ingresso na sociedade era ser operário da Light, mas mesmo a exclusão do quadro funcional da companhia não estabelecia, necessariamente, uma exclusão do quadro sindical. Esta era, sem dúvida, uma forma de garantir o maior volume possível de recursos econômicos.

Outros pontos relevantes são aqueles em que se determinam as cores do estandarte do sindicato e a divisa presente no mesmo: “Art. 35 – Ficam fixadas as cores encarnadas e azul do estandarte da Sociedade com a legenda ‘Coragem, Amor e Trabalho’”. O lema que deveria constar no estandarte já nos é familiar. Citamos, no 2º capítulo, uma correspondência da ‘Sociedade União e Progresso’ convidando representantes do jornal *O Ceará*, para uma solenidade em que se comemoraria o aniversário deste grêmio operário. Esta divisa – ‘Coragem, Amor e Trabalho’ – constava no final do ofício emitido pela secretaria da União e Progresso. Este fato, em primeiro lugar, chama nossa atenção imediata para as continuidades existentes entre ambas as associações – que representam e organizam a mesma categoria – nos permitindo afirmar que os padrões associativos até aqui descritos podem, muito bem, ter mantido elementos já dispostos anteriormente, como este lema.

Segundo Eric Hobsbawm, os novos movimentos operários desenvolveram “um conjunto de equipamento ritual bastante elaborado”, incluindo, por exemplo, “formalidades de iniciação, de reunião e de procedimento”, em várias ocasiões herdadas de instituições anteriores e readaptadas para novas circunstâncias. Os movimentos de trabalhadores poderiam abarcar, ao mesmo tempo, “rituais de apresentação pública”, “convenções habituais” e uma “grande parafernália ritual”, das quais os mais

notórios seriam as bandeiras ou estandartes, enquanto símbolos do sindicato e dos trabalhadores, que poderiam, ou não, conter algum lema específico. Lembra ainda este autor que tais rituais poderiam surgir de forma espontânea e que, além das bandeiras, a “ritualização do procedimento nas reuniões”²⁴³ seria um grande demonstrativo da difusão de tais práticas entre o operariado.

Normalmente, as cores dos estandartes costumam conter significados mais ou menos explícitos. Neste caso, o vermelho (encarnado), cor internacional do socialismo, apontaria para uma postura de esquerda que poderíamos creditar à influência comunista analisada anteriormente, embora a insuficiência de fontes não nos permita afirmar isto com segurança, pois seu uso poderia ser anterior. A combinação com o azul torna seu significado ainda mais opaco. A divisa “Coragem, Amor e Trabalho”, aponta para uma valorização do seu papel na sociedade: o valor do trabalho, como fonte da riqueza. O termo ‘coragem’ liga-se a combatividade (incitada e presente) entre estes trabalhadores, que apesar das dificuldades e mudanças na orientação ideológica mantinham um alto grau de coesão e disposição de luta; o termo ‘amor’, além das prováveis conexões com a solidariedade de classe e do sentido de unidade, pode representar uma influência do pensamento e tradição cristã, como sugere Richard Hoggart.²⁴⁴

Seja como for, todo o protocolo e a “ritualização do procedimento” – como definiu Eric Hobsbawm – pode ser um elemento importante da cultura associativa destes trabalhadores, mas, como alerta este mesmo historiador, não devemos exagerar, pois boa parte das convenções tinha um caráter bem mais utilitário e prático, como simples fórmulas para aprovar decisões e administrar uma organização, do que propriamente ritualístico. Ao mesmo tempo, descontados os exageros nestes quesitos de cunho ‘administrativo’, vimos valores efetivos de solidariedade, auxílio mútuo, identidade classista, reivindicação, dignidade e padrões comportamentais (prescritos) de enorme significado, revelando partes de uma cultura operária mais ampla.

Resta ainda, para análise, a mudança na orientação político-ideológica entre estes trabalhadores. O afastamento em relação ao comunismo e uma

²⁴³ HOBBSAWM, Eric. *A transformação dos rituais do operariado*. In: _____. **Mundos do Trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. p. 105 – 111.

²⁴⁴ HOGGART, Richard. *Nós e Eles*. In: Op. Cit. p. 178.

aproximação ao legionarismo não é um fenômeno cuja explicação se deva a um único fator, mas a uma série de elementos concatenados. Já vimos que o atrelamento do sindicato à Legião Cearense do Trabalho estava explícito logo no início dos estatutos. No artigo 40 esta ligação era reforçada: “Art. 40 – Terá força de lei para esta Sociedade as deliberações emanadas pelo conselho deliberativo da Legião Cearense do Trabalho”. Como se operou tal mudança?

A greve de 1929 foi um grande marco da presença e atuação comunista na capital cearense. Todavia, apesar do imenso esforço posto em execução pelos militantes diretamente envolvidos neste movimento, o êxito alcançado não foi satisfatório, fato reconhecido inclusive pelos trabalhadores. Isto não significa que a presença dos comunistas tenha findado a partir de então. Era notória sua atuação em várias outras categorias e a produção de jornais operários²⁴⁵, em 1930, particularmente, dão a medida da real infiltração bolchevista entre vários grupos – inclusive alguns militantes são conhecidos nossos, como Laffite Barreto Brasil, editor do jornal *O Trabalhador Graphico*, e José Pernambuco, ainda presente na associação dos pedreiros. Todavia, a pressão policial sobre os grupos comunistas estava sendo intensificada. Desde 1931, pelo menos, houve um esforço de desarticular ao máximo as ações empreendidas pelos bolchevistas. A chamada “Passeata da Fome”, idealizada pelo PCB para 1931, não chegou a realizar-se, as investigações e diligências policiais pela capital e pelo interior tentaram esquadrihar os núcleos de militantes, prisões foram efetuadas e 16 operários foram deportados.²⁴⁶

A repressão ao comunismo se tornou mais eficiente, daí a opção, nesta época, por uma estratégia mais clandestina, na qual se realizavam ‘comícios

²⁴⁵ “Nos anos 1930, multiplicam-se os jornais operários, muitas vezes animados pelos mesmos grupos redatores. Circulam no período Voz Proletária, cuja primeira edição circula no Primeiro de Maio de 1930, sob a direção de Lauro Reginaldo, militante comunista; O Edificador, órgão da União dos Pedreiros, dirigido por José Pernambuco, com a primeira edição também alusiva ao Primeiro de Maio, O Lábaro, órgão defensor dos interesses das empregadas domésticas, editado por Mario do Carmo e Lydiá Alves, tratando com destaque da organização da mulher trabalhadora; O Têxtil, órgão do Sindicato dos Operários Têxteis, dirigido por Paulino Moraes; Voz do Alfaiate, órgão da União dos Alfaiates, sob a direção de Z. Azevedo; O Jovem Proletário, sob a direção do Socorro Proletário; O Operário, de Camocim, órgão de defesa do proletariado e do povo em geral, editado por Francisco Theodoro Rodrigues, entre outros prováveis títulos de corte comunista que faziam a propaganda associativa e defendiam as teses correntes do Bloco Operário e Camponês no Ceará”, In: GONÇALVES, Adelaide. e BRUNO, Allyson. **O Trabalhador Graphico (edição fac-similar)**. Fortaleza: Editora da UFC, 2002. p. 44.

²⁴⁶ SOUSA, Simone de. *Da ‘Revolução de 30’ ao Estado Novo*. In: _____. **Uma Nova História do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. p. 300.

relâmpagos' pelos arrabaldes e uma distribuição de panfletos e boletins, evitando qualquer confronto com as forças de repressão ou ainda qualquer manifestação mais pública. Neste sentido ganha melhor significação o afastamento dos trabalhadores da Light em relação ao comunismo e sua opção por uma aproximação ao legionarismo. O fracasso em 1929, apesar de todo o aprendizado que analisamos, deve ter pesado bastante nesta opção. A obtenção de melhorias concretas não havia sido bem sucedida. Era ocasião de se tentar outra estratégia. Uma aliança com a LCT parecia promissora, principalmente diante das dificuldades de manifestação pública dos comunistas. Além de buscarem soluções para suas necessidades cotidianas, os trabalhadores procuravam a distinção social que o pertencimento a uma organização séria e reconhecida poderia trazer. A Legião dispunha de força, respeitabilidade e organização necessárias para lançar publicamente as demandas operárias. Diga-se também que batalhar pelas necessidades e interesses dos trabalhadores fazia parte do programa legionário, não sendo possível considerar como meros embustes demagógicos para atrair o operariado. A LCT incluía em seu programa um discurso de valorização do trabalho, defesa de direitos básicos ao operariado, destacando a importância do sindicato na formação do trabalhador legionário, e propondo uma sociedade de feições corporativistas, fundamentada nos ensinamentos cristãos.²⁴⁷

Não parece despropositado afirmar que a conexão com a tradição católica também tenha funcionado como fator de atração. Em solene festividade para inauguração da sede social do Sindicato dos Trabalhadores da Light, “no Boulevard Joaquim Távora”, além de uma “significativa homenagem ao chefe da ‘Legião’”, com a colocação de seu “retrato no salão de honra”, ocorreu a “enthronização do quadro do Sagrado Coração de Jesus”, em cerimônia realizada pelo Padre Geminiano Bezerra. Este fato evidencia um elemento comum que poderia operar como mais um elo de ligação. Nesta mesma festividade, seria mencionado pelo orador oficial do sindicato, legionário Eduardo Carvalho, “a situação dos trabalhadores da Light, que vem

²⁴⁷ As idéias expostas sobre a LCT, ao longo deste capítulo, se fundamentam em: CORDEIRO JR. Raimundo Barroso. *A Legião Cearense do Trabalho*. In: SOUSA, Simone de. **Uma Nova História do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. E do mesmo autor: **A Legião do Trabalho: política e imaginário no integralismo cearense. (1931 – 1937)**. Fortaleza, 1992. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Universidade Federal do Ceará.

sendo vítimas de perseguições por parte dos chefes de serviços daquela companhia”.²⁴⁸

Já eram perceptíveis as desavenças entre a companhia e a nova organização sindical dos trabalhadores. Mesmo sem grande conhecimento do público, debates já estavam se desenvolvendo entre os trabalhadores e a empresa. Em fevereiro, *O Nordeste* destacava uma reunião extraordinária no Sindicato para discussão de temas urgentes.²⁴⁹ Em março, eram correntes os boatos de greve, sem que ainda se soubesse os motivos para tanto.²⁵⁰ Logo tudo ficaria mais claro. Esta nova greve seria a prova de fogo do sindicato e da Legião. Neste evento, denso de significados e repercussões, ficariam melhor delineadas as razões de aproximação dos trabalhadores à LCT, bem como o impacto que tal experiência teria na cultura política dos trabalhadores.

3.2 – Invertendo a hierarquia: controle operário, solidariedade e mediação.

As 24 horas de sexta-feira parou o movimento da ‘The Ceará Tramway Light and Power Co. Ltd.’
Os operários de força e luz manifestaram-se em greve pacífica.
São os fatos conhecidos.²⁵¹

Assim o jornal *O Nordeste* iniciava seu noticiário sobre a mais nova greve dos trabalhadores da Light. Uma mistura de relativa surpresa – relativa porque os boatos de greve já eram bastante comuns na cidade vários dias antes – e desinformação sobre os detalhes do atual movimento, suas motivações, em particular. A paralisação, iniciada na passagem da sexta-feira para o sábado (dia 26 de março), deixou a cidade desprovida do fornecimento de energia elétrica. Fábricas não funcionaram, os jornais não circularam, as residências ficaram às escuras.

O Correio do Ceará, em seu vasto noticiário de primeira página, com o título “Um movimento grevista em Fortaleza”, procurava fornecer aos leitores informações mais substanciais sobre a greve, esclarecendo um pouco melhor as motivações do presente movimento:

²⁴⁸ Jornal *O Nordeste*, 25 de janeiro de 1932, p. 05.

²⁴⁹ Jornal *O Nordeste*, 10 de fevereiro de 1932, p. 09.

²⁵⁰ Jornal *O Nordeste*, 21 de março de 1932, p. 01.

²⁵¹ Jornal *O Nordeste*, 27 de março de 1932, p. 01.

Há muitos dias circulavam rumores de descontentamento no seio do operariado da Ceará Tramway Light and Power, que faz o serviço de luz e força nesta capital.

Organizara-se o Sindicato dos Trabalhadores da Light e as relações entre estes e a gerência da companhia nunca foram mui cordiaes.

As reclamações dos operários visavam sempre, de preferência, o sr. José de Paula, chefe do tráfego da companhia inglesa, e chegou a ser feito pelo Sindicato um memorial à Gerência da companhia pedindo a substituição daquelle, no que não foi attendido.²⁵²

Aos poucos, as notícias vão compondo um panorama melhor definido sobre as demandas e reclamações dos lighteanos. Todavia, os devidos esclarecimentos seriam fornecidos pelo Tenente Severino Sombra, líder da Legião Cearense do Trabalho, em uma reunião coletiva à imprensa, especialmente convocada.

A convite do chefe da 'Legião', tenente Severino Sombra, estiveram, sabbado pela manhã em sua residência, os representantes desta folha, do 'Correio do Ceará' e do 'Diário do Norte', aos quaes fez minuciosa descripção dos factos, fornecendo-lhes as cópias do officio enviado ao sr. Gerente da companhia; o decreto baixado pelo Tribunal Legionário e o memorial em que foram consubstanciadas as reivindicações operarias,(...)

Aos jornalistas o chefe da 'Legião' expôs a ogerisa que desde a formação do Sindicato tem para com este a gerência da Light, narrando, então, como exemplo dessa attitude, o seguinte facto: um empregado fora apanhado em falta lesiva dos interesses da companhia, na arrecadação de passes nos bondes. Demittido, apesar de reconhecer a sua deslealdade, o Sindicato, por se tratar de primeiro caso, conseguiu a sua readmissão. Reincidiu, porém, e dessa vez o Sindicato expulsou-o do seu seio, já o tendo exonerado a companhia. Entretanto, desde que esta teve conhecimento da expulsão do mesmo, da sociedade, readmittiu-o no seu serviço!

Disse, mais, que, levando ao gerente o contracto colectivo – garantia dos direitos dos operários, assegurada em todos os grandes centros mundiaes, principalmente na Europa – aquelle recebeu-o descortêsmente, recebendo revide a altura.

Expôs mais que o Tribunal Legionário procedeu a inquérito sobre factos de perseguição aos operários, depondo dezesseis testemunhas, cujos nomes não achou de bom alvitre levar ao conhecimento da gerência, para evitar revides, como fatalmente succederia.

E mostrou-nos o volume dos respectivos autos.

Em vista, porém, de a 'Light' não acceitar os resultados desse inquérito, propôs-lhe o Tribunal a constituição de uma commissão de inquérito, constituída de figuras de inteira responsabilidade, para apurar os factos, com o que a gerência não concordou também.²⁵³

²⁵² Jornal Correio do Ceará, 26 e 27 de março de 1932, p. 01. (edição unificada).

²⁵³ Jornal O Nordeste, 27 de março de 1932, p. 01.

Diante das dificuldades presentes nas negociações – recheadas de acusações do Sindicato e da Legião ao comportamento intransigente e descortês dos administradores da Light – seria decretada a paralisação, rapidamente exitosa em todos os setores da companhia (tráfego, usina e oficinas), demonstrando um eficiente sistema de comunicação, ao mesmo tempo, um alto grau de coesão diante das questões em discussão e o reconhecimento de fato da liderança do tenente Severino Sombra.

As referidas animosidades entre a gerência da companhia (diretamente associadas ao nome do sr. José de Paula, chefe do tráfego) e o Sindicato, bem como o inquérito promovido pelo Tribunal Legionário e a troca de ofícios (em particular, os Memoriais elaborados pelo Sindicato e pela LCT) entre estas três instituições foram, até este momento, restritas aos interessados, sem maior divulgação. Com a decretação da greve, porém, tornava-se público, através da imprensa, o conteúdo integral dos referidos documentos, nos permitindo dimensionar melhor o teor das desavenças e a nova pauta de requisições feitas pelos trabalhadores (liderados pela Legião) à companhia.

As negociações tiveram início diretamente entre o Sindicato e a administração da Light. O Memorial dirigido à pessoa do gerente interino J.H. Russell, ia assinado pelo Presidente do Sindicato, Luiz Rodrigues, sendo o documento datado de 20 de fevereiro de 1932. A exposição inicia da seguinte forma:

Illmo. sr. J. H. Russell, d. d. gerente interino de The Ceara Tramway Light Power Co. Ltd.

Nesta

O abaixo assignado, na qualidade que é de presidente do Syndicato dos Operários e Trabalhadores da Light, dando execução ao que ficou deliberado em concorridíssima assemblea geral do mesmo syndicato, recentemente effectuada, a que estiveram presentes para mais de cento e cinquenta associados, vem attenciosamente, perante s. s., expor o que se segue:

Preliminarmente:

A arregimentação de todos os trabalhadores dessa Companhia em torno de um Syndicato, organização de defesa e amparo mútuo, com o vir ao encontro dos próprios desejos do Governo da República, corresponde, em sua efficiencia, a um aparelho destinado a mediar, proveitosamente, pelos meios aconselhados de direito, o pacífico entendimento, para que reine a melhor harmonia entre operários e dirigentes que representam a Empresa.

E fiel a esse desiderato, este Syndicato se tem esforçado em manter tanto quanto possível o mais cordial ambiente de relações com essa

digna Gerência, e saberá sempre, no terreno elevado em que se colloca, empregar, até esgotar todos os recursos pacíficos de direito, na satisfactoria solução dos casos que porventura advierem entre os mesmos empregados que representa e a direcção da Empresa, dado que é do máximo interesse de uns como de outros conservarem-se nesse mútuo entendimento, para evitarem-se os percalços de algum grave impasse, resultante de divergências profundas dos interesses que cada parte tem o vital dever de acautelar.²⁵⁴

Uma verdadeira exposição de princípios pode ser percebida facilmente pela leitura destes parágrafos. Preliminarmente, o autor do documento, perfeitamente identificado, procura fincar a legitimidade de sua exposição, baseando-se no fato de que esta se apóia no mais puro desejo dos trabalhadores, representados pelo Sindicato, que “em concorridíssima assembléa geral”, teriam formulado, coletivamente, as demandas ora expostas. Na seqüência, não se expõe imediatamente quais seriam as reclamações, mas é visível uma tentativa de garantir a legitimidade da própria organização operária, cuja finalidade – “a defesa e o amparo mútuo” –, tem sua existência garantida pelos “desejos do Governo da República”.

O Sindicato, afirma sempre tentar manter “tanto quanto possível o mais cordial ambiente de relações com essa digna Gerência”, sendo que seria interesse de ambos os lados “conservarem-se nesse mútuo entendimento, para evitarem-se os percalços de algum grave impasse”.

Nesse emaranhado de termos, fica explícito que os trabalhadores esperam o reconhecimento da associação por parte da empresa, uma vez que o governo nacional garante não somente o direito de associação, mas também a legitimidade das organizações operárias. Evidentemente, os trabalhadores estão utilizando o aparato legal criado pelo governo provisório como instrumento de luta para garantir seus próprios interesses. Neste intento, cabe, simultaneamente, uma assimilação nada ingênua dos dispositivos legais contidos no texto da lei. Como sabemos, a lei de sindicalização de 1931 previa a existência de associações separadas de “empregados e empregadores”, prevendo a colaboração de classe como alternativa ao conflito, mediante a regulamentação e intervenção arbitral dos órgãos governamentais sempre que

²⁵⁴ Os Memoriais e Ofícios, citados ao longo deste tópico, foram reproduzidos no Jornal Correio do Ceará, 26 e 27 de março de 1932, págs. 01, 02 e 07.

for necessário. Como podemos perceber, os operários garantem o interesse em manter boas relações e um ambiente cordial com a gerência da Light, negociando sempre nos termos da lei, visando a colaboração ao invés do conflito, embora fique exposto a consciência sobre as “divergências profundas dos interesses que cada parte tem o vital dever de acautelar”. Significativamente, o termo “percalços”, contido na frase citada mais acima, e esta última referência (quanto a possíveis “divergências profundas”) pode revelar, de certa forma, uma disposição para a luta, para medidas mais drásticas, como a opção pela greve. Soa, portanto, como uma espécie de ameaça. A ‘colaboração’ patronal seria, neste sentido, capaz de garantir a manutenção da harmonia, caso contrário, os trabalhadores não se esquivavam de utilizar métodos de pressão mais efetivos.

Feita a exposição sobre a legalidade e representação efetiva do Sindicato segue o conteúdo específico das reclamações:

Pelo exposto:

Não é justo que assim honestamente sentindo a consciência nítida de seus direitos, tanto como as de suas obrigações, de um lado os humildes servidores, e de outro a direção da Companhia, neste Estado, haja intermediando nas relações de ambos quem, por mal compreendido espírito de subalternidade, ou por deformação voluntária que se não explica, todos os esforços emprega para, cavilosamente, provocar constantes e injustificados vexames aos primeiros, sem que todavia, nenhuma vantagem aufera á segunda, antes colhendo evidente prejuízo, sendo imediato, pelo menos remotamente provável, resultante da justa indignação acumulada na mente de quem se vê nonadas inexperadamente, atrozmente, tratado.

A desavença é definida como tendo um sujeito bem definido: o chefe do tráfego, intermediário hierárquico entre os trabalhadores e a chefia da Light. Neste sentido, os operários, “sentindo a consciência nítida de seus direitos”, vêm denunciar as manobras postas em prática pelo referido indivíduo, cujas ações parecem antes prejudicar do que beneficiar a companhia, que se torna alvo da “justa indignação acumulada na mente” dos trabalhadores. A princípio não se acusa abertamente a empresa de conivência com as animosidades e perseguições promovidas pelo chefe do tráfego contra os operários. Na seqüência do documento:

Nestas condições

Fazendo-me intérprete do sentimento unânime de descontentamento que lavra no seio da laboriosa e numerosa classe, venho formular este appello, perante v.s., no sentido de ser afastado da chefia do trafego o sr. José Paulo, contra quem tem a allegar os seguintes itens:

Primeiro: longe de exercer, como seria de seu estricto dever, as funções de representante da Companhia, no movimento, perante os incumbidos deste, referido funcçionario introduziu no serviço um regime de franco, incontestado personalismo, aproveitando-se de seu cargo para proteger abertamente os que sejam de seu agrado, enquanto sem a menor consideração de justiça, desenvolve o máximo rigor contra aquelles de quem não estima, no momento de fazer os detalhes do serviço.

Segundo: referido chefe ainda procura exercer uma verdadeira marcação visando exclusivamente todos aquelles que sabe pertencerem a esta sociedade da classe, constituindo-se incompreensivelmente, uma exceção, felizmente, mas que urge remover, a bem do entendimento cordial da massa dos empregados da Light com a sua Gerência, em v.s. dignamente representada.

Terceiro: além disso, ainda o mesmo sr. José Paulo procura exercer uma pressão antypathica e inqualificável contra quem quer que saiba intencionado de approximar-se desta organização de classe, fazendo propósito, alias vãmente, de aniquilar, dissolver e fragmentar o Sindicato, sem conceber que, com isto, é o primeiro a atirar a cisania no meio dos trabalhadores, indispondo-os formalmente com a gerência, pela apparência que dá aos seus actos de estar tão somente executando ordens superiores, e de que possui franco prestígio por parte desta mesma gerência.

Em conclusão,

Os operários e trabalhadores dessa Companhia, formando a quase unanimidade da classe, esperam de v.s. o único passo que se impõe nas actuaes circunstâncias, que é ser dispensado da chefia do trafego o referido sr. José Paulo, que bem poderia ser aproveitado noutras funções, nas quaes não tenha o goso de cometter outras tantas irregularidades de natureza das que já apontamos.

E assim confiam todos, o que levo ao conhecimento de v.s. afim das providências justas e eqüitativas não se fazerem tardar.

As denúncias não deixam muita margem para dúvidas sobre o cerne do ataque e dos motivos de discórdia “que lavra no seio da laboriosa e numerosa classe”. O senhor José Paulo (ou José de Paula, como aparece em outros momentos) estaria extrapolando suas funções, instituindo um sistema de favoritismo e personalismo. Suas investidas e perseguições teriam como alvo preferencial os trabalhadores sindicalizados, efetuando “uma pressão antypathica e inqualificável contra quem quer que saiba intencionado de approximar-se desta organização de classe”, com o intento, de acordo com o Memorial, de “aniquilar, dissolver e fragmentar o Sindicato”. Prossegue o

documento afirmando que tais ações são postas em prática, pelo referido sujeito, com a alegação “de estar tão somente executando ordens superiores, e de que possui franco prestígio por parte desta mesma gerência”. Fica mais uma vez evidente que não se acusa abertamente a companhia de compactuar com as ações do sr. José de Paula, sendo possível prosseguir na solicitação de afastamento do mesmo para manutenção de um ambiente de cordialidade e colaboração, visando o bem comum de patrões e operários.

Esta era a requisição fundamental do memorial elaborado pelo Sindicato a partir das queixas imediatas dos trabalhadores. A resposta da Light não tardaria. Datado do dia 23 de fevereiro de 1932, um ofício da Gerência é entregue à associação.

Illmo. Snrs. Directores do “Syndicato dos Operários e Trabalhadores da Light”

Nesta.

Assignado pelo Snr. Presidente dessa sociedade, esta Gerência acaba de receber um memorial, em que, ao depois de assignalar-se o desejo de sempre ser mantido, pelos meios de direito, um ambiente de harmonia e cordialidade entre esta Empresa e os seus subordinados, se formula o pedido de afastamento do Snr. José Paula da chefia dos serviços do tráfego.

Acreditamos sincero esse empenho do Syndicato em prol das boas relações que devem existir entre esta Companhia e os seus subordinados – empenho de que também participa a Companhia, conforme o tem demonstrado em vários casos já resolvidos amistosamente – julga-se a Empresa no direito de estranhar o requerimento do Syndicato lhe formula e que importa, por certo, numa inversão das normas regulares da hierarchia funccional.

Mantendo os mesmos argumentos retóricos presentes no Memorial do Sindicato, quanto à “harmonia e cordialidade” entre a companhia e seus “subordinados” (termo nada ingênuo), a administração deixa claro seu estranhamento quanto à requisição elaborada pela associação operária, que significaria “numa inversão das normas regulares da hierarquia funcional”. Esta expressão revela algo que já vimos em outros episódios grevistas: a franca resistência da Light em ceder às demandas dos trabalhadores, ciosa de manter sua autoridade. Neste sentido, o documento prossegue:

Nos limites do razoável, a pretensão do Syndicato só se legitimaria, se contra o funcionário em causa fossem logo apontados factos concretos, indicativos de accentuada injustiça ou indifarsavel

espírito de perseguição a determinadas pessoas do serviço a seu cargo.

Nessa hypothese, esta Companhia não teria dúvida em mandar syndicar os factos assim argüidos, para applicar, se verdadeiros, a pena que merecesse o funcçionario faltoso, pois esta tem sido sempre a sua norma de conducta em casos análogos.

Mas o memorial em foco se limita a vagas acusações ao Snr. José Paula, taxando-o de parcial, vingativo e hostil ao Sindicato no exercício de suas funcções; quando esta Gerência, pelo menos até hoje, não tem motivos para suspeitar da regularidade da sua actuação no cargo que lhe foi confiado.

Dessarte, e continuando a merecer a sua confiança é bem de ver que contra elle nada pode fazer esta Empresa, que, no entanto, como sempre tem procedido, esta prompta a verificar e punir, de accordo com as regras disciplinares, as faltas realmente commettidas por qualquer de seus servidores.

A medida pleiteada pelo Sindicato é formalmente afastada de execução pela gerência, argumentando a insuficiência de provas contra o referido funcionario, que continua a merecer a confiança da empresa. Diante da negativa, a questão rapidamente seria encabeçada pela Legião Cearense do Trabalho, à qual o Sindicato dos Trabalhadores da Light estava filiado desde sua fundação, como já sabemos. Em officio datado de 10 de março de 1932, assinado pelo Secretário Geral da Legião, Ubirajara Índio do Ceará, era exposta essa nova situação:

Illmo. sr. Gerente da "The Ceara Tramway Light and Power Company Ltd."

De ordem do Chefe, communico-vos que a chefia da Legião Cearense do Trabalho tomou a si o "caso" referente ao afastamento do serviço do tráfego, do sr. José Paula, pelo que vos dirijo o presente officio, em que deixamos ver a attitude que tomamos e tomaremos.

Nas linhas que se seguem estaria contido um ataque frontal a administração da Light, tanto pela sua recusa em atender a demanda dos trabalhadores quanto pelos argumentos utilizados para tanto, ao mesmo tempo em que era exposta uma vibrante defesa dos operários, em suas aspirações de possuírem maior influência sobre o funcionamento das relações de trabalho:

Presentes o officio enviado a essa Companhia pelo Sindicato dos Operários e Trabalhadores da Light e a resposta que v.s. deu ao mesmo, resulta claro, antes de tudo, a diferença dos ânimos e diversidade de espíritos entre esses dois documentos. A linguagem clara, sincera, franca do operário opprimido destaca-se fortemente da palavra sinuosa, sedição, carregada de preconceitos tirânicos e

traductora de uma mentalidade desambientada, do patrão estrangeiro.

O caso em si é este: os operários de uma Empresa, em sua quase totalidade, reunidos numa Sociedade, accusam um chefe de serviço de injusto, perseguidor e imbuído de um espírito hostil á Associação? Qual a attitude do patrão?

Estaremos no tempo em que o patrão era absoluto? Em que sua vontade, boa ou má, esmagava as liberdades? Ou estamos numa época em que os soffrimentos levantaram o operariado para as suas justas reivindicações? Em que os espíritos honestos, patriotas, humanos e sensatos procuram justamente encontrar as fórmulas de conciliação entre o Capital-Dinheiro e o Capital-Trabalho para a collaboração absolutamente necessária á vida, á ordem e á paz social, livrando assim o trabalhador da exploração do seu soffrimento pelos agentes das doutrinas subversivas e defendendo, ao mesmo tempo, o sagrado direito de propriedade das arremetidas dos que sem uma idea sadia para nortear suas justas reivindicações lançar-se-iam inevitavelmente sobre esse direito, esmagando-o terrivelmente?

Em um estilo retórico bastante habilidoso, transformando perguntas em afirmações e acusações simultaneamente, a Legião expunha seus próprios preceitos de atuação enquanto se posicionava diante do atual “caso”: a crítica ao poder supostamente incontestado e inviolável do patrão, acrescidos do fato de se tratar de um “patrão estrangeiro” cuja palavra “sinuosa, sedição, carregada de preconceitos tirânicos e traductora de uma mentalidade desambientada”, se distanciaria da “linguagem clara, sincera, franca do operário oprimido”; a necessidade de se encontrar “fórmulas de conciliação” entre o trabalho e o capital, absolutamente imprescindíveis “para a collaboração absolutamente necessária á vida, á ordem e á paz social”, que livrariam o trabalhador “da exploração do seu soffrimento pelos agentes das doutrinas subversivas”, defendendo, simultaneamente, “o sagrado direito de propriedade”.

Por maior que seja a sua mediocridade intellectual ou a subserviência aos honorários que percebe, nenhum espírito poderia deixar de concordar com as grandes afirmações implícitas nestas perguntas.

Então, porque negar-se o patrão a ouvir aos seus operários e invocar, ridicularmente, uma pretensa “inversão da hierarchia funcional” – expressão bacharelescamente definidora de uma mentalidade liberal burgueza assentada sobre a idea decrépita da preponderância tirânica do capital sobre o trabalho?

Se há realmente o espírito de collaboração que deve existir entre o Capital e o Trabalho, necessária á salvação da ordem e da pátria, porque a vontade do segundo manifestar-se é inverter a hierarchia funcional?

A verdadeira ordem não é a desordem econômica e a falsa hierarquia introduzidas pelo liberalismo. Até quando o egoísmo de patrões ignorantes colaborara com a ânsia destruidora do Comunismo para o esmagamento da família e da sociedade? Até quando um patrão estrangeiro poderá fingir esquecer que em sua pátria, que não quer ser destruída, as relações entre patrões e operários, ambos organizados, regulam-se por ajustes, contractos collectivos, comissões de conciliação e arbitragem e poderá tentar estabelecer em nossa terra os métodos que há dezenas de annos foram de lá expulsos e que nós aqui não podemos aceitar mais?

“Inversão da hierarquia funcional”, expressão simplesmente bacharelesca, revelaria, de acordo com a Legião, o apego patronal aos princípios liberais que assegurariam a preponderância do capital sobre o trabalho. Esta expressão ainda revelaria a completa indisposição da administração da Light em manter um canal aberto de negociação e colaboração, termo chave neste aspecto. A palavra dos trabalhadores, pela ótica patronal, só estaria efetivamente “colaborando” se não intervisse no funcionamento da companhia, definido pela gerência, única habilitada para determinar acertadamente as normas e o regulamento interno. Mais uma vez, tratar-se-ia do princípio liberal de que os acordos entre patrões e trabalhadores só devem ser efetivados entre indivíduos, não entre grupos, ou seja, não a partir dos operários coletivamente organizados. A recusa dos patrões em negociar, tendo por base novos termos de relacionamento, abriria espaço para “a ânsia destruidora do Comunismo”. Assim sendo, podemos considerar que existiam diferentes interpretações para a idéia de “colaboração de classes”, diversos sentidos, definidos a partir dos interesses em disputa. Se, para os patrões, “colaboração” significava maior subserviência dos trabalhadores às suas determinações, para estes significava o direito de proferirem, em igualdade de condições, suas opiniões, necessidades, interesses e demandas. Mais ainda, se existia uma real vontade patronal em “colaborar”, as reclamações operárias seriam ouvidas e atendidas, para assegurar a constante harmonia entre as duas classes. Na seqüência, o ofício da Legião aponta a saída possível para a resolução do impasse e, frente o argumento da gerência de que não houve qualquer fato concreto para as denúncias contra o sr. José de Paula, acrescenta o teor específico de algumas acusações direcionadas ao chefe do tráfego:

Em justiça, o patrão a quem chega uma denúncia firmada pela Sociedade que representa a quasi totalidade de seus operários deve imediatamente entrar em entendimento com essa Sociedade para a abertura de um inquérito por pessoas de confiança de ambas as partes, afim de ser apurada a verdade.

A honestidade impõe esta attitude. Alias, foi ella apontada pelo chefe da Legião a um dos advogados dessa Companhia para a solução do caso. A Legião não quer prejudicar a denúncia dando antecipadamente razão ao Sindicato. Exige, porém, em nome da justiça e da verdade, que se proceda ao inquérito averiguador do valor da denúncia.

Os “factos concretos” terão o seu lugar no inquérito. Factos concretos já foram colhidos em inquérito particular na séde do Sindicato, mas não cabe ao patrão decidir sobre elles, e sim, á pessoa escolhida pelos representantes do Capital e do Trabalho, de commum accordo.

Preferiu o Sindicato não constrangir moralmente o accusado tornando públicas as accusações que os operários lhe fazem. Mas já que os factos concretos são a coberta em que se escondem a má vontade e a incompreensão, damos abaixo, resumidamente, alguns dos apurados no depoimento feito em sua sede.

“Transação commercial fraudulenta com os operários em outubro de 1930.

Gratificação exigida a um pobre operário para conseguir que o mesmo voltasse ao serviço.

Desconto indébito de peças de bonde que já haviam sido devolvidas. Demissões injustificáveis de vários operários cujos nomes só figurariam no inquérito.

Applicação de penalidades flagrantemente em desacordo com a proporção da falta.

Impedir ao Chefe da Empreza de ouvir as reclamações e justificativas dos operários despedindo-os com ameaças e recados inverídicos, etc, etc.”

Em poucos dias apesar das poucas horas de folga dos operários, poude o Sindicato ouvir 16 depoimentos, todos elles corroborados por testemunhas. Esses depoimentos só serão entregues ao futuro encarregado do inquérito. Maiores detalhes não nos convém absolutamente avançar.

Aguardamos a resposta da Companhia, certos de que ella só poderá ser uma honesta proposta para a escolha, de commum accordo, do encarregado do inquérito e de que dentro de nosso programma iremos até o fim na defeza justa do operariado.

Apesar de longas, as passagens citadas até aqui são necessárias para que possamos formular uma compreensão adequada acerca do debate que se processava entre o Sindicato operário, a gerência da Light e a Legião Cearense do Trabalho. Com a intervenção da LCT as negociações começam a ser direcionadas para um novo patamar, com um alargamento da pauta de requisições. As demandas foram entregues pessoalmente pelo tenente Severino Sombra ao gerente interino da Light, J.H. Russell – encontro

caracterizado por animosidades mútuas, como posteriormente relatou à imprensa o próprio tenente Severino Sombra, como citamos anteriormente. A pauta previa especificamente, a feitura de um “Contracto Collectivo” entre a Ceará Light e o Sindicato dos Trabalhadores:

A Legião Cearense do Trabalho propõe a conclusão de um ‘Contracto Collectivo’ entre a Companhia e o Sindicato filiado, sobre as seguintes bases:

1) Revisão dos salários; 2) Regulamentação do trabalho; 3) Reconhecimento do regime de conciliação e arbitragem da Legião; 4) Designação de uma comissão mixta para levar a efeito o constante do 1º e 2º itens; 5) Impossibilidade de expulsão da Companhia ou suspensão por mais de dez (10) dias de qualquer membro do Sindicato, durante o período anterior à assignatura do contracto, sem o consentimento expresso da Legião; 6) Nomeação pelo Governo do Estado de uma autoridade, aceita pelas duas partes, para presidir a comissão mixta referida no 4º item.

Severino Sombra
Chefe da Legião.

Além do Sindicato operário, uma nova força social ameaçava o poder e o arbítrio da companhia sobre os trabalhadores: a Legião Cearense do Trabalho, organização de prestígio no meio local, aglutinadora de várias outras associações. Uma análise dos seis pontos contidos no documento, entregue pelo líder da Legião em pessoa à gerência da Light, permite verificar a real ampliação das reivindicações. Aumento salarial, regulamentação do trabalho, reconhecimento do sistema de arbitragem da LCT, impossibilidade de demissão ou suspensão de trabalhadores sem autorização da Legião enquanto não for concluído o acordo, formação de uma comissão composta por representantes dos patrões e dos trabalhadores para feitura do contrato coletivo, grupo este presidido por um indivíduo nomeado pelo poder público. Mais do que reivindicações, parecia que agora os trabalhadores pretendiam ditar regras à companhia e participar diretamente da elaboração do regulamento interno da empresa. Neste sentido, o tom da negociação começava a se tornar mais áspero. Ao mesmo tempo, a demissão de três trabalhadores contribuiria para incendiar ainda mais as animosidades entre a companhia e os operários, tornando cada vez mais tensa a situação e mais provável uma radicalização nas ações.

Assim, não é nenhuma surpresa que a gerência interina da Light – diante desta nova situação – tentasse ganhar tempo. Em ofício datado de 21 de março de 1932, era exposta a réplica da Light às demandas formuladas pela Legião e pelo Sindicato:

Illmo. Sr. tenente Severino Sombra, d.d. Chefe da Legião Cearense do Trabalho.

Accuso recebida a sua carta de 19 do corrente mez.

Esta companhia, sob a minha gerência interina, esta prestes a voltar à administração de seu gerente effectivo, sr. E.M.O. Scott, que, procedente da Inglaterra, deverá chegar nesta capital a 24 ou 25 do corrente, pelo vapor 'Denis' da Booth Line.

Como o memorial a que se refere v.s. trata do assumpto que pela relevância de sua natureza, não podia ter solução definitiva; julguei prudente aguardar a chegada do sr. Scott para que ele próprio resolvesse o caso debatido no mesmo memorial, dentro da esfera, sem dúvida maior, de seus poderes de gerente effectivo.

E é esta a disposição que ainda me anima, porque a única compatível com a temporariedade de minhas funções prestes a findarem e porque não me parece desarrazoado esperar-se mais três ou quatro dias pelo verdadeiro chefe da Companhia neste Estado, debaixo de cuja gestão teriam de terminar quaesquer providências acaso adoptadas para solução do caso.

Attenciosamente

J.H. Russell

Gerente Interino.

Argumentando a provisoriedade de seu cargo e, por conseguinte, a limitação de seus poderes e possíveis deliberações, o gerente Russell propõe aguardar mais alguns dias pela chegada do gerente efetivo, E.M.O. Scott, único habilitado e provido de autoridade suficiente para fechar acordos, especialmente se tratando de um tema de grande relevância. Desta forma, a administração da Light tenta ganhar tempo para estudar melhor a questão.

A Legião não entenderia o caso da mesma maneira e, considerando ilusórias quaisquer esperanças de que o presente assunto tivesse um tratamento mais justo por parte do gerente Scott, resolveu decretar, para as primeiras horas do sábado, dia 26 de março, o início de uma greve geral na companhia Light. Desde o dia 22 de março já estavam prontos – e sendo entregues à companhia – dois importantes e significativos documentos: o decreto do “Tribunal Legionário de Conciliação a Arbitragem”, expondo os fundamentos que legitimariam a decretação da presente greve e um Memorial

– agora melhor detalhado – de reivindicações, que seriam as condições necessárias para findar a paralisação.

O primeiro documento expressa da seguinte maneira as motivações que tornaram imperioso e inevitável a decretação da greve:

'O TRIBUNAL LEGIONÁRIO DE CONCILIAÇÃO E ARBITRAGEM'

Considerando que a exposição feita pelo Chefe da Legião, do estado actual dos operários do Sindicato de Operários e Trabalhadores da Light e do fracasso das medidas de justiça propostas pela Legião, não deixa margem para nenhuma outra tentativa conciliatória;

Considerando que as reivindicações pleiteadas pelo Sindicato revestem-se de um cunho accentuadamente razoável e justo;

Considerando que para obtenção dessas reivindicações, o Sindicato, primeiramente, e após, a Chefia da Legião, improficuamente, envidaram os maiores esforços junto a Gerência da Companhia e ao advogado desta;

Considerando que com a próxima chegada do sr. E.M.O. Scott, a esta capital, não terão melhor acolhimento os interesses do Sindicato, dado que são por demais conhecidas as normas de direcção desse sr. no seu longo período de gerência;

Considerando que a situação dos trabalhadores da Light é verdadeiramente insustentável, vivendo como vivem sob o jugo arbitrário, feito de violências quotidianas, de certos chefes de serviço, e sem lograrem atenção para suas queixas e direitos espesinhados;

Considerando que é inacreditável que uma Empresa que mantém tantos serviços e dirige tantos operários não possua um regulamento de trabalho, isso dando lugar ao impulso violento de arbítrios pessoas;

Considerando que esgotados os recursos de mediação conciliatória, urgem sejam tentadas meios mais enérgicos;

Considerando que uma vez terminada por motivos justos e em carácter ordeiro a greve se legitima dentro do programma Legionário e de todas as doutrinas sociaes sadias, inclusive a doutrina christã;

Resolve, de accordo com a letra e do art. 8 do programma legionário, decretar a greve para os sócios do 'Sindicato dos Operários e trabalhadores da Light' até que sejam satisfeitas as reivindicações indicadas no memorial annexo. A Chefia dirigirá a greve declarando-a no momento opportuno e tomando todas as providências para sua manutenção, caracter pacífico e efficiência.

Fortaleza, 22 de março de 1932

Jeovah Motta – Vice-Presidente em exercício; Pedro Lindolpho Saraiva – Juiz; Edgard Pinho – Juiz; Raymundo Mello Falcão – Juiz; Guilherme Custódio Cunha – Juiz.

Recheada de “considerandos”, a explanação citada acima apresenta vários elementos de relevância para a compreensão deste novo movimento grevista. Em primeiro lugar, a decretação da greve, autorizada pelo 'Tribunal Legionário' e posta nas mãos da chefia da LCT para definição de seu início e condução. O protocolo necessário para que fosse autorizada a execução deste

movimento grevista, ao que parece, seguiu os princípios de funcionamento da Legião Cearense do Trabalho. Sabemos que em sua estrutura organizativa, a LCT comportava uma chefia, um secretariado auxiliar e um conselho, composto por dois representantes de cada associação confederada. Este conselho tinha, entre outras incumbências, escolher os cinco juízes que fariam parte do Tribunal Legionário de Conciliação e Arbitragem.

A aprovação da greve – considerada como último recurso, só utilizada quando falhavam todos os demais expedientes de negociação amistosa e colaboração – só poderia ser efetivamente posta em execução mediante aprovação dos juízes. Assim, são facilmente compreensíveis os termos presentes no ofício supracitado: a exposição, pelo Chefe da Legião, das sucessivas tentativas, do Sindicato, primeiramente, e logo em seguida, da própria Legião, de se chegar amistosamente a um acordo com a companhia, sem obter qualquer resultado prático, se fazendo imprescindível utilizar métodos mais enérgicos. Em segundo lugar, verificamos que a justificativa defende o fato de que as reivindicações são amplamente justas e, portanto, legítimas, apoiando-se na idéia de que o despotismo patronal é totalmente inaceitável, da mesma forma que é inaceitável uma companhia com tantos operários não possuir um regulamento de trabalho, peça chave para salvaguardar os interesses dos trabalhadores e reduzir o arbítrio pessoal das chefias. Curiosamente, a pessoa de mister Scott é considerada como de reconhecida intransigência, quando se trata de assuntos demandados pelos trabalhadores. Como sabemos, tal postura não era, para os contemporâneos em especial, nenhum segredo. A gerência da Light já dera mostras, em outros tantos episódios, que dificilmente cederia a qualquer requisição feita pelos seus trabalhadores, principalmente se estas implicassem um alargamento do poder operário sobre as relações de trabalho.

Por fim, diante do esgotamento dos meios pacíficos de negociação, da intransigência da empresa e da plena justiça das reivindicações, a greve – legitimada dentro do programa legionário, das mais avançadas doutrinas sociais e até mesmo da doutrina cristã – é autorizada, com o argumento extra de que, se for mantida em caráter ordeiro, serviria como uma forte demonstração do êxito do pensamento e da estratégia legionária para o conjunto do movimento operário e frente a sociedade como um todo. Ou seja,

uma vitória, na presente disputa, não seria somente uma conquista para os trabalhadores lighteanos, mas também uma vitória da própria Legião e do seu projeto social.

Na seqüência, estava anexado o segundo documento, um Memorial, onde estavam melhor detalhadas e explicadas as reivindicações formuladas inicialmente, acrescidas da ampliação que já tivemos oportunidade de mencionar. Os dois primeiros pontos retomam o tema inicial em discussão (o afastamento do sr. José de Paula da chefia do tráfego) e requisitavam a readmissão de três operários demitidos durante o andamento dos diálogos:

MEMORIAL

Reivindicações formuladas pelo Tribunal Legionário de Conciliação e Arbitragem e que servirão de base ao accordo necessário para cessação da greve:

- 1º) Volta immediata dos operários João Luis, José Gomes e Antonio Fernandes, ao serviço, em seus respectivos logares;
- 2º) Substituição immediata do sr. José Paula na chefia do serviço do trafego;

Os dois pontos seguintes retomam, de forma esmiuçada, o tema do contrato coletivo de trabalho e da confecção de um regulamento interno, contemplando, inclusive, um aumento salarial para o conjunto dos operários:

3º) Conclusão de um “Contracto Collectivo” em que sejam incluídas as seguintes cláusulas principaes:

- a) Revisão dos salários, não podendo nenhum delles ter um augmento inferior a 20% do seu actual valor e sendo extinctas as desproporções injustificáveis entre os operários da mesma categoria;
- b) Regulamentação escripta do trabalho em todos os departamentos da Companhia, definindo claramente os processos de escala para o serviço, de promoção de categorias, de horas de trabalho durante o dia e a noite, os serviços próprios de cada operário, os deveres e direitos dos trabalhadores, chefes de serviço, contra-mestres e patrões, modos de pagamento e tudo o que for necessário á boa marcha do serviço e á extincção do arbítrio pessoal;
- c) Organização de uma “Commissão Mixta Permanente de Arbitragem” compostas de dois representantes da Companhia, dois do Syndicato e de um quinto desempatador – escolhido, de commum accordo pelos quatro, entre pessoas idôneas que não tenham ligações com as duas partes; essa Commissão será o único poder competente para suspender, rebaixar, expulsar ou inflingir qualquer pena de character definitivo aos operários; a essa Commissão ainda serão levadas todas as questões surgidas no trabalho e todas as reclamações da Companhia e do Syndicato;
- d) Nomeação por parte do Syndicato de tantos fiscaes de trabalho quantos forem os serviços da Companhia, fiscaes esses

- encarregados de zelar pelo cumprimento da regulamentação, entender-se com os respectivos chefes nos pequenos incidentes e levar à Comissão de Arbitragem os que não tiver podido solucionar;
- f) Designação imediata, por ambas as partes, de uma comissão de sete membros, cuja escolha será feita pelo mesmo processo indicado para a constituição de Comissão de Arbitragem, para elaborar a regulamentação do trabalho, fazer revisão dos salários e tomar todas as medidas necessárias para a volta ao trabalho, acatando as bases aqui estabelecidas; a revisão dos salários deve ser feita dentro de quinze dias e a regulamentação do trabalho dentro de trinta, a contar da cessação da greve;
- g) A comissão de arbitragem deverá entrar em funcionamento imediato; as providências necessárias serão tomadas para que os representantes do Sindicato nas comissões acima alludidas possam, moral e materialmente, desimcumbir-se de sua missão;
- h) Todos os operários da Companhia terão direito á passagem gratuita nos bondes, na ida e volta do serviço;
- i) Os representantes do Sindicato só poderão ser legionários indicados pelo Tribunal e os da companhia só poderão ser empregados effectivos, todos porém, dispondo de assessores technicos sem direito a voto;
- j) Reconhecimento do Sindicato de Operários e Trabalhadores da Light como representante official dos operários da companhia para todos os effeitos econômicos, sociaes, moraes e jurídicos, levando em consideração a sua condição de filiada a Legião Cearense do Trabalho;
- k) Desconto nas folhas de pagamento das mensalidades dos sócios do Sindicato;
- l) A Comissão de Arbitragem regulará o serviço de admissão de novos operários de modo a influírem sobre o mesmo as forças do capital e do trabalho, ressaltando assim os interesses da gerência e do Sindicato;
- m) Todo operário admittido fica automaticamente sujeito as normas do contracto colectivo;
- 4º) São delegados competentes para assignar o Contracto Collectivo o secretário geral da Legião, o Presidente do Sindicato, e um dos juizes do Tribunal Legionário.

Fortaleza, 22 de março de 1932.
Ubirajara Índio do Ceará
Secretário Geral.

Optamos por reproduzir integralmente esta parte do memorial – apesar de longa – por acreditarmos que fracioná-lo dificultaria a compreensão acerca da grande inovação que estava sendo pleiteada e sua significação neste novo contexto, que discutiremos em seguida.

No seu primeiro ponto, é requisitada uma elevação salarial para todo o quadro de trabalhadores, um tipo de demanda que já fazia parte da experiência destes trabalhadores desde 1929, quando são suplantadas as diferenças baseadas nas divisões funcionais da companhia e os operários adotam uma

forma de luta conjunta, ultrapassando os particularismos e construindo uma forma de ação coletiva mais ampla, única condizente e satisfatória para enfrentar o poderio da Light. O segundo ponto, a regulamentação do trabalho, não tem outra finalidade senão a “extinção do arbítrio pessoal”; para tanto, seria necessário definir de forma clara todas as regras necessárias para o funcionamento interno, tais como: escala de trabalho, os deveres e direitos de cada operário, chefes, contramestres e patrões, as regras para promoção de categorias (como já analisamos, a expectativa de ascensão de carreira fazia parte da subjetividade dos trabalhadores) e as formas de pagamento, uma demanda também já formulada anteriormente, quando se pleiteava o pagamento semanal, o que permitiria aos trabalhadores um maior controle sobre seus ganhos e reduziria a possibilidade de atrasos injustificáveis.

Podemos considerar que o regulamento seria um instrumento básico para introduzir um princípio regulador sobre o arbítrio e o despotismo patronal. Este dispositivo poderia por fim ao personalismo e a um sistema de favoritismo, tornando claras as regras, que ficam menos sujeitas a mudanças constantes e dependentes do bel-prazer das chefias e da própria gerência. Uma mediação que regularia de forma mais eqüitativa – pelo menos em teoria – as relações entre patrões e trabalhadores no âmbito das questões do dia-a-dia. No presente caso, a elaboração do regulamento de trabalho seria feita por uma comissão de sete membros, composta por representantes dos patrões e dos trabalhadores, de acordo com o que prevê o item “f” do memorial.

Esta comissão (provisória), para elaboração do regulamento, daria lugar, o quanto antes, a uma “Comissão Mixta Permanente de Arbitragem”, medida de largo alcance e vasta importância no presente contexto. Conforme exigido no documento, esta comissão deveria ser formada por cinco pessoas, duas indicadas pela companhia e duas pelos operários e um quinto desempataador. Este novo organismo deveria se tornar a instância máxima no relacionamento entre patrões e trabalhadores, dispondo de autoridade para resolver quaisquer pendências e/ou desavenças no ambiente de trabalho, sendo o “único poder competente para suspender, rebaixar, expulsar ou inflingir qualquer pena de carácter definitivo aos operários”. Visivelmente, esta medida implicava uma espécie de co-gestão das relações de trabalho. Se antes, o poder patronal era o único a ditar normas e regras, agora estas seriam elaboradas conjuntamente

com os trabalhadores e uma instituição, que, a princípio, prevê a plena equivalência entre as duas classes, seria o órgão deliberativo supremo no trato dos dissídios: “a esta Comissão ainda serão levadas todas as questões surgidas no trabalho e todas as reclamações da Companhia e do Sindicato”. Com a efetivação desta comissão permanente de arbitragem, a companhia seria forçada a dividir seu poder com os trabalhadores. Não mais poderia, unilateralmente, decidir sobre o destino de cada um dos seus operários. Agora, a opinião, a palavra, o posicionamento e o interesse dos trabalhadores teriam vez e força, respaldados por uma instituição cuja participação – em igualdade de condições – estaria assegurada. Era previsto, ainda, que esta comissão poderia participar diretamente da escolha de novos trabalhadores, assegurando a influência simultânea, sobre os mesmos, das “forças do capital e do trabalho”. Esta medida visava, entre outros possíveis objetivos, garantir que a gerência não promovesse a admissão de indivíduos propositalmente refratários ao sindicato e as novas medidas de co-gestão das relações de trabalho, que minariam a sustentação do presente contrato coletivo. Aliás, como esclarece o item “m”, todos os operários admitidos ficariam automaticamente incluídos nas normas do contrato coletivo.

Complementando a plena intervenção dos trabalhadores nas esferas administrativas da empresa, o memorial previa ainda a nomeação, pelo Sindicato, “de tantos fiscaes de trabalho quantos forem os serviços da Companhia”. Fechava-se, assim, o circuito que garantiria o controle dos operários sobre as várias instâncias da companhia. Se a comissão permanente teria o poder deliberativo máximo, junto à administração da Light, os fiscais seriam os olhos e ouvidos do sindicato, presentes em cada seção, em cada departamento que estava dividida a estrutura organizacional da empresa. Estes fiscais ficariam encarregados “de zelar pelo cumprimento da regulamentação, entender-se com os respectivos chefes nos pequenos incidentes e levar à Comissão de Arbitragem os que não tiver podido solucionar”. Eles representavam, portanto, uma presença do sindicato no interior da companhia e no cotidiano de trabalho, ao mesmo tempo em que seriam um elo rápido e fácil de comunicação dos trabalhadores com o sindicato e a comissão, tornando mais ágil a solução de pequenos problemas e garantindo o pleno cumprimento dos direitos dos operários.

Podemos, portanto, considerar o conjunto destas medidas como uma tentativa de implementar um *controle operário*. Segundo Fernando Teixeira, é usual encontrarmos o referido conceito utilizado de duas formas, perfeitamente cambiáveis entre si: em primeiro lugar, significaria “a luta dos trabalhadores no processo produtivo com a finalidade de obter ampla margem de comando da organização do trabalho”. Tais lutas objetivariam, por exemplo, “resistir a estratégias de controle empresarial dos locais de trabalho, consideradas arbitrárias, despóticas e contrárias à dignidade de operários que se identificavam como produtores de riquezas”.

Paralelamente a esta definição, propõe o autor que, além “dos aspectos estritamente relacionados ao processo produtivo”, o conceito seja utilizado “de um ponto de vista mais amplo”, compreendendo como uma forma de “controle de suas próprias vidas”. Assim sendo, tratar-se-ia “de um conceito que abarca um conjunto de lutas multifacetadas e com variados fins, abarcando melhores condições de vida e trabalho”, englobando “lutas por segurança no emprego, diminuição da jornada de trabalho, aumentos salariais e controle do mercado de trabalho”. Esclarece ainda o autor que tais ações “são travadas tanto no âmbito do processo produtivo quanto na sua relação com grupos e instituições locais e nacionais, vinculando-se, assim, a eventos políticos em âmbito regional e federal”. Desta forma, este conjunto de ações não teriam como objetivo “apenas expressar a condição social dos trabalhadores, mas também obter reconhecimento público, exprimindo os limites de seu pertencimento e de sua exclusão no interior da sociedade”.²⁵⁵

Ao longo deste trabalho temos analisado diversos momentos nos quais as demandas propostas pelos trabalhadores tinham como alvo estabelecer um *controle operário*, entendido da forma acima descrita. As lutas para extinguir multas ou outros mecanismos (como os fornecimentos, por exemplo) que reduziam os ganhos dos operários, greves de solidariedade para apoiar colegas demitidos, para pleitear melhorias nos ambientes de trabalho, exigir elevações salariais, modificarem as formas de pagamento, determinar a aplicação concreta de direitos constitucionais aos trabalhadores ou, ainda, para exigir o afastamento de chefes despóticos e perseguidores, etc., tudo isto é,

²⁵⁵ SILVA, Fernando Teixeira da. **Operários sem Patrões: os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003. p. 25 e 26.

claramente, uma trajetória de luta que objetiva constituir uma maior influência dos operários sobre as relações de trabalho.

Estas mesmas lutas foram executadas a partir de padrões de organização e diálogos com projetos político-ideológicos variados, que, dialeticamente, estimularam mudanças nos métodos de ação e na cultura política dos trabalhadores, proporcionando um rico aprendizado político, possível de ser identificado ao longo do tempo.

Neste momento, não havia mais dúvida que as demandas possuíam a finalidade intrínseca de assegurar mecanismos institucionais que garantiriam o controle operário da organização produtiva: a comissão de arbitragem e os fiscais nomeados pelo sindicato. Poderia-se argumentar – e isto seria feito contemporaneamente, pela companhia – que tais reivindicações seriam muito mais fruto da intromissão da Legião Cearense do Trabalho (e eventualmente do sindicato) no caminhar das negociações do que demandas realmente formuladas pelos trabalhadores. No entanto, a criação de um regulamento de trabalho e a nomeação de fiscais já eram metas do Sindicato dos Trabalhadores da Light desde a sua fundação, como analisamos no tópico anterior deste capítulo. Assim sendo, faziam parte intrínseca dos desejos e, podemos dizer, dos projetos dos próprios operários. Por outro lado, podemos afirmar também que ao dialogar com a Legião, os trabalhadores assimilaram outras estratégias de ação e novas demandas – como a idéia de uma comissão mista e a própria feitura de um contrato coletivo, que no seu sentido institucional e legalizado seria algo inédito. Todavia, mesmo se aceitarmos (com as devidas ressalvas) serem estas últimas demandas novas, elas foram integradas ao repertório dos operários e abraçadas bastante rapidamente, pois corresponderiam a benefícios concretos e se integravam perfeitamente aos anseios já longamente construídos dos trabalhadores em suas longas e variadas lutas contra o poder da companhia e a favor de sua própria dignidade como produtores de riqueza.

Por fim, restavam, para compor o memorial, reivindicações que pareciam imprescindíveis aos seus formuladores: o pleno reconhecimento do sindicato dos trabalhadores como “representante oficial dos operários da companhia para todos os efeitos econômicos, sociais, moraes e jurídicos, levando em consideração a sua condição de filiada a Legião Cearense do Trabalho”. Este

dispositivo tem a intenção óbvia de legitimar ambas as organizações, assegurando o poder necessário à associação para efetivamente cumprir o papel que lhe cabe no presente contrato coletivo (e vale lembrar que para o pensamento da LCT os sindicatos possuíam uma finalidade de suma importância) e, ao mesmo tempo, certificar a manutenção da Legião como órgão aglutinador dos trabalhadores. Como já sugerimos, no presente caso, uma vitória para os trabalhadores seria também uma vitória da Legião. Assim sendo, facilmente se compreende o que está disposto no item “i” do memorial, que finca a idéia de que os representantes do sindicato, para as comissões, só poderiam “ser legionários indicados pelo Tribunal” e ainda o disposto no artigo 4º ao definir como sujeitos habilitados para assinar o contrato coletivo “o secretário geral da Legião, o Presidente do Sindicato, e um dos juizes do Tribunal Legionário”. Por estes meios ficava mais do que garantido o papel de destaque da LCT no presente acordo.

Curiosamente, resta observarmos o que postula o item “k”: “Desconto nas folhas de pagamento das mensalidades dos sócios do Sindicato”. Salta aos olhos as semelhanças com o imposto sindical que seria criado durante o Estado Novo: uma espécie de contribuição compulsória de todos os trabalhadores – sem que a sindicalização seja necessária – para financiar a manutenção das organizações operárias. Este elemento tornaria desnecessária a decisão inicial de cada trabalhador de participar ou não da associação (assim como os novos contratados já estariam automaticamente incluídos nas regras do contrato coletivo). Representava, portanto, um passo rumo a uma maior burocratização do sindicato.

3.3 – “Dentro da ordem e da justiça”: a dinâmica da greve de 1932 e suas repercussões.

Tendo início o movimento grevista, com a paralisação de todas as atividades nos mais diversos setores da companhia, a primeira medida tomada pelo tenente Sombra foi, como já sabemos, divulgar à imprensa e, por conseguinte, à população da capital os fundamentos e motivos que justificavam a opção pela greve. Ao mesmo tempo, conforme noticiava *O Nordeste*, foram

tomadas iniciativas pelos organizadores e pelos operários para garantir e demonstrar o caráter ordeiro, disciplinado e justo do movimento:

Decretada a greve, foram postadas turmas de operários, na usina, nas oficinas, em todas as dependências da Companhia, para evitarem todo e qualquer atentado ao seu patrimônio, não sendo impedido que quem o queira volte ao serviço, fure a greve. Neste caso, apenas o que furar será eliminado do Sindicato. Os próprios operários garantem a ordem, o que foi levado ao conhecimento do sr. capitão Chefe de Polícia.²⁵⁶

As instalações e dependências da empresa eram guarnecidas por piquetes operários. Em alternativa aos piquetes policiais, já bastante conhecidos de greves anteriores, os trabalhadores demonstravam sua capacidade para desenvolver uma paralisação que não se caracterizava por qualquer ameaça ao patrimônio particular. Davam mostras, também, de sua disposição de organização em moldes legais. Não haveria represálias violentas ou coação física direta contra qualquer um que optasse por permanecer trabalhando. A punição seria, simplesmente, a exclusão do quadro social, uma retaliação de características institucionais. De fato, não seriam numerosos os casos de fura-greves. Assim sendo, emblemática se torna a frase do periódico: “Os próprios operários garantem a ordem”. Ao invés de serem considerados elementos de desordem e desorganização, demonstram sua competência para estabelecer uma greve em formato pacífico. Simultaneamente, o tenente Jeovah Motta e o padre Helder Câmara, elementos de destaque na LCT, comunicavam ao Chefe de Polícia a disposição perfeitamente pacífica da greve. Da mesma forma, o tenente Severino Sombra dirigia ao *Correio do Ceará* uma nota esclarecendo as características do movimento paredista:

Lastimando sinceramente que se tenha tornado preciso lançar mão da greve – recurso extremo de nossos meios de ação – chamo a atenção do povo para seu carácter ordeiro e disciplinado, o que constitui uma significativa prova de que sabemos realizar os nossos postulados e que esses são de colaboração e não de luta de classes. Dentro da ordem e da justiça empregaremos todos os recursos legítimos para a vitória das nossas justíssimas reivindicações.

²⁵⁶ Jornal O Nordeste, 27 de março de 1932, p. 01.

S. Sombra
Chefe da Legião.²⁵⁷

Além destas medidas acima citadas, visando atingir um público mais amplo, era “fartamente distribuído” pelas ruas da cidade um boletim, oferecendo à população explicações sobre a greve e sobre a postura adotada pelos grevistas:

AO POVO

O Tribunal Legionário de Conciliação e Arbitragem considerando que falharam todos os meios normaes na justa reivindicação dos direitos mais elementares dos operários da The Ceara Light ans Power Company Limited, decretou a greve para o SYNDICATO DOS OPERÁRIOS E TABALHADORES DA LIGHT – Sociedade filiada a Legião.

A greve de accordo com o programma da Legião terá um character absolutamente pacífico, nenhuma perturbação da ordem devendo temer o Povo por parte dos grevistas.

Da Família Cearense conhecedora da tradicional situação dolorosa dos operários da Light e sempre mal servida por essa Empreza que procura descarregar o seu insucesso commercial sobre a população, a Legião espera todo o apoio que a justiça da causa merece.

No governo, peiado por um contracto immoral, a Legião esta certa de encontrar uma attitude de defensor da collectividade cearense e, não, como hontem, de bellequim pago pelo capital estrangeiro, desde que a greve não tem character violento.

A greve permanecerá até que a Light attenda as reivindicações formuladas no memorial que lhe foi enviado pelo Tribunal Legionário, syntethisando mais uma vez as medidas que a Justiça impõe.

Fortaleza, 26 de março de 1932.²⁵⁸

Manuseando com segurança os mesmos argumentos já dispostos mais demoradamente nos documentos que decretavam a greve, na nota acima citada e nas declarações publicadas pela imprensa, este boletim acrescentava elementos novos: a esperança no apoio proveniente da “família cearense”, já consciente dos sofrimentos experimentados pelos trabalhadores lighteanos e também vítima dos desmandos e da exploração comercial feita pela Light; ao mesmo tempo, os articuladores da greve esperavam uma atenção justa por parte do governo para o caso, uma “attitude de defensor da collectividade” e não uma postura repressora – observável em greves anteriores – a serviço do “capital estrangeiro”. Vale ressaltar que *O Nordeste* noticiava que a Legião se

²⁵⁷ Jornal Correio do Ceará, 26 e 27 de março de 1932, p. 01.

²⁵⁸ Idem, p. 07.

incumbiria de pagar os salários dos trabalhadores, “proporcionalmente estipuladas para solteiros e casados”, todos os dias, “as 8 horas, na sede do secretariado”.²⁵⁹ Iniciativa de largo alcance e vasta importância. A manutenção material dos grevistas, durante o período de paralisação, estaria assegurada.

Interpelado pelos jornalistas do *Correio do Ceará* sobre os métodos previstos para os dias de paralisação, o tenente Severino Sombra reafirmou as intenções “absolutamente pacíficas” do movimento, acrescentando que os “grevistas não se aglomerarão nas ruas, nem cometerão qualquer acto de hostilidade contra quem quer que seja”. Respondendo se a Light poderia fazer funcionar suas máquinas, o tenente respondeu: “Os grevistas não procurarão impedi-lo. Desde que a Companhia disponha de elementos e queira fazê-la, poderá sem constrangimento mover sua usina e material rodante”. Questionado quais seriam as medidas implementadas frente a uma possível negativa da companhia, o líder legionário não teve dúvidas ao afirmar: “Nesse caso a greve estender-se-a a outras classes, a começar pelos marítimos”.²⁶⁰ Sem dúvida foram declarações bastante ousadas do líder da LCT, mas, como veremos, não desprovidas de substância. A confiança no prolongamento da greve para outras categorias, caso fosse necessário, não era um argumento de retórica vazia. Logo seria efetivamente posto em execução.

Na véspera da decretação da greve, já havia chegado à Fortaleza mister Scott, gerente efetivo da Light. Aproveitando a presença na cidade de todos os interessados na questão, a Interventoria Federal no Ceará resolve convocar uma reunião geral. Significativamente, ao contrário de ocasiões anteriores, nas quais a intervenção estatal demorava a ocorrer, não havia, neste novo contexto, um apego formal ou prático do governo com os postulados liberais. Não havia hesitação governamental em atuar como mediador. A Interventoria cearense estava ocupada, interinamente, pelo desembargador Olívio Câmara. Compareceram a sessão, no palácio do governo, o capitão Olympio Falconiere (chefe de polícia), major Tibúrcio Cavalcante (prefeito municipal), tenentes Severino Sombra e Jeovah Motta, Luiz Rodrigues, presidente do Sindicato, e mister Scott, acompanhado pelos advogados Edgard Arruda e Martins Rodrigues.

²⁵⁹ Jornal O Nordeste, 27 de março de 1932, p. 01.

²⁶⁰ Jornal Correio do Ceará, 26 e 27 de março de 1932, p. 07.

Iniciando as discussões, o desembargador Olívio Câmara “apelou para os interessados no movimento grevista, no sentido de solucionar-se, o mais breve possível, pelo menos o caso do fornecimento de luz e energia, serviço público de mais imprescindível necessidade”. Os representantes da Legião, tomando a palavra, declararam que não haveria qualquer impedimento para tanto, “podendo a companhia fazer trabalhar a usina com operários estranhos a greve”. Os representantes da Light exigiram garantias oficiais “para o andamento dos serviços”. O pedido foi aceito pelo governo que se prontificou a “substituir a guarda legionária, dentro do terreno da usina, por guardas civis”²⁶¹, permanecendo os primeiros no exterior das dependências da empresa.

Antes do final da tarde seria reativada a produção de energia elétrica para a cidade. De acordo com o gerente Scott, o “serviço da usina pode ser feito apenas com alguns trabalhadores que se empregam em abastecer de lenha as fornalhas”, o restante das atividades poderia ser executada “pelos engenheiros”. Os trabalhos foram efetuados por um grupo de vinte homens, dentre os quais somente “seis eram paredistas, que se apresentaram”. Esse grupo foi dividido em duas equipes.

No mesmo dia, à noite, era realizada uma sessão extraordinária na sociedade marítima “Deus e União”. A reunião contou com a presença dos legionários Eduardo Carvalho e Paulino Moraes, ambos fazendo referência “ao grande acontecimento provocado em benefício das reivindicações operárias e sob o patrocínio da Legião Cearense do Trabalho”, ressaltando que “todas as sociedades deviam estar de atalaia, porque as determinações do chefe haviam sido neste sentido”. Em seguida tomou a palavra o tenente Sombra, afirmando que os operários do ‘Syndicato dos Trabalhadores do Porto’ e da ‘Sociedade Marítima Deus e União’ “teriam bastante nobreza no presente momento”, chamando atenção para o “caracter sadio do movimento”, ressaltando que os “patrões estrangeiros assim não entenderam”, não enxergando que, em uma ocasião futura, os trabalhadores poderiam, “em busca de reivindicações”, agir de forma muito mais radical. Complementando sua fala, o líder da Legião declarou que, “se no prazo de 48 horas depois de sua declaração, a greve não estiver victoriosa, os trabalhadores do porto haverão de aderir a parede” e

²⁶¹ Jornal O Nordeste, 27 de março de 1932, p. 09.

ainda, se passadas outras 48 horas, “os empregados de padarias se enfileirarão ao movimento”. Arrematava o líder legionário: “Será a marcha das greves parciais, até uma geral”. Severino Sombra concluiu sua explanação “debaixo de entusiásticas aclamações”.²⁶²

As articulações da Legião não se esgotavam no plano local. Waldemar Falcão, presidente do Tribunal Legionário, em telegrama, informava estar divulgando a greve na capital federal e iniciando contatos com o interventor Carneiro de Mendonça e com o Ministro do Trabalho:

Além publicação hoje ‘Jornal Rio’ dirigi appello Federação Trabalho que tomará conhecimento sessão hoje. Conferenciei assumpto Interventor Mendonça, combinando meios defender direitos operários Light. Si possível mande detalhes afim conferenciar Ministro Trabalho.
Falcão.²⁶³

No dia seguinte, *O Nordeste* noticiava que o movimento grevista continuava “na melhor ordem possível, não se registrando o menor incidente” e que semelhante atitude “vem atraindo para a causa dos trabalhadores da Light a simpatia unânime do povo”. Informava ainda o periódico acerca da reunião do Conselho Legionário, ocorrida na noite do dia anterior, na sede da ‘Artística Beneficente’. Pronunciou-se, inicialmente, o tenente Severino Sombra, esclarecendo, mais uma vez, sobre as razões que levaram a decretação da greve e sobre a paz que “vem reinando no seio dos grevistas”. Fizeram uso da palavra, em seguida, os legionários Aduato Marinho e Marcos Marrocos, hipotecando a solidariedade do Sindicato dos Trabalhadores de Curtume e da União Sindical dos Trabalhadores em Padarias, respectivamente, a causa dos trabalhadores lighteanos. Falaram ainda os legionários Paulino Morais, Manuel dos Santos, João Lima e Eduardo Carvalho. Era também noticiado que no dia anterior haviam sido realizadas “animadas sessões nas diversas sociedades de classes e populares, fazendo-se ouvir vários oradores sobre o movimento grevista do pessoal da Light”.²⁶⁴ Citava-se, especificamente, a ‘União Popular Christo Rei’ e o ‘Círculo São José’, com uma palestra do Monsenhor Tabosa.

²⁶² Jornal Correio do Ceará, 26 e 27 de março de 1932, p. 07.

²⁶³ Jornal O Nordeste, 27 de março de 1932, p. 09.

²⁶⁴ Jornal O Nordeste, 28 de março de 1932, p. 04.

O *Correio do Ceará*, da mesma maneira, observava que a greve “decretada pela Legião Cearense do Trabalho, para os operários da Light” prosseguia “no seu curso normal, isto é, pacífica” e complementava: “Da parte dos paredistas ainda não houve nenhuma deserção, o que prova o grande laço de solidariedade que une os operários”. Ao que é informado, seis operários haviam abandonado o trabalho na usina. Embora não seja dito explicitamente, podemos pensar tratar-se dos elementos que se dispuseram a trabalhar quando do reinício das atividades. Era dito também que o ‘Club 3 de Outubro’ havia “se interessado pelo caso” dando início a entendimentos “com o governo, sobre a possibilidade de uma solução para o caso que fosse justa, atendendo aos anseios dos proletários da Companhia inglesa”.²⁶⁵

Outro tópico de relevância no momento seria a denúncia de uma certa ação comunista pelos arrabaldes da capital, tendo como mote a greve dos operários da Light. O *Nordeste* afirmava – e tal assunto foi debatido na sessão do Conselho Legionário – que havia sido espalhado “nas areias da capital, um boletim de responsabilidade do Comitê Regional do Partido Comunista”:

A ‘manobra’ dos desordeiros já era prevista pelos operários da Light, empenhados em uma greve ordeira e pacífica, fora, portanto, do programma vermelho dos adeptos da insânia bolchevista. Esse papelucho, de origem suspeita, é uma verrina contra a Legião Cearense do Trabalho e o seu chefe, tenente Severino Sombra, inculcados, injustamente, de não quererem defender os interesses do proletariado, mas servir aos da burguesia.²⁶⁶

Embora não tenha sido reproduzido o referido boletim, podemos ter uma noção de seu conteúdo pelo que foi dito pelo periódico: os grupos comunistas acusavam a Legião e o tenente Sombra de não estarem efetivamente empenhados na causa dos trabalhadores. Possivelmente, alardeavam que a proposta legionária visava, tão somente, ludibriar os operários, fingindo, demagogicamente, auxiliá-los em suas lutas e demandas.

Já mencionávamos a onda repressiva que se abateu sobre o movimento comunista e como esta, possivelmente, se relaciona com a mudança de orientação dos trabalhadores, ao optarem por uma aliança com a LCT. Sem dúvida a Legião possuía um projeto social bastante distinto e antagônico ao

²⁶⁵ Jornal *Correio do Ceará*, 28 de março de 1932, p. 07.

²⁶⁶ Jornal *O Nordeste*, 28 de março de 1932, p. 04.

comunista, mas nem por isso menos válido ou significativo do ponto de vista da experiência dos trabalhadores.

Conforme analisamos, a Legião agiu de forma coerente e fiel aos seus princípios de atuação: negociar primeiramente, para, somente em seguida, optar pela ação grevista. Além disso, a LCT propunha uma série de requisições que muito agradaram os trabalhadores. Requisições bastante avançadas, se assim podemos dizer, e que implicavam um aumento do poder operário. A Legião também possuía, entre seus quadros, pessoas dispostas a batalhar efetivamente em prol destas reivindicações, como o líder Severino Sombra, que apesar do caráter personalista, paternalista e sempre primando pelo respeito à hierarquia, demonstrava firmeza e certa altivez em suas atitudes. Podemos acrescentar também que a estrutura organizacional da Legião era bastante útil e eficiente, costurando – devido ao fato de congregar uma série de associações operárias locais – o apoio necessário à greve, inclusive com certa simpatia governamental e de periódicos que anteriormente criticavam o movimento grevista destes mesmos trabalhadores, como é o caso do *O Nordeste*. Da mesma forma, indivíduos de destaque na Legião, como Waldemar Falcão, se incumbiam de articular apoio diretamente na capital federal. Ao mesmo tempo, onde seria possível encontrar uma instituição capaz de pagar os salários correspondentes aos dias parados? Não havia, graças a esta medida, qualquer possibilidade séria de dificuldades econômicas ligadas ao sustento básico dos operários durante o período de paralisação.

Os editoriais d'*O Nordeste* e do *Correio do Ceará* são, neste sentido, especialmente interessantes por elaborarem uma certa compreensão da atuação dos trabalhadores e da Legião na greve, suas características e relevância, comparando-a, em alguns momentos, com as paralisações anteriores, de 1925 e 1929, especialmente.

Com o título “A parede dos empregados da Light”, *O Nordeste* expunha seu posicionamento sobre o caso. Inicia afirmando que o momento era “de excepcional agitação na vida do trabalho”, havendo um alto grau “de divergência” entre “os operários e os patrões” que não mais “se entendem, collocando-se em franco antagonismo”. Ressaltava ainda que tais divergências só poderiam ser “nefastas aos interesses de ambas as partes”, posto que, “o capital não pode prescindir da cooperação do trabalho”. Todavia, não bastaria

o reconhecimento desta verdade elementar, seria imprescindível “que os empresários cerquem de garantias justas os direitos dos cooperadores de sua indústria”, ou seja, “os trabalhadores não devem ficar sem uma posição definida no quadro da organização em que desenvolvem a sua atividade”, tanto mais porque o “arbitrio não se justifica” e o operário, que se julga sem amparo e segurança “torna-se, facilmente, um rebellado contra a situação immerecida em que se acha”. Fazendo referência à doutrina católica de Leão XIII, o periódico reafirma que, para subsistir “laços de solidariedade entre patrões e operários”, é premente que os dois lados “não se hostilizem, não se considerem adversários”. Na greve da Light, “cumpre as partes divergentes entrar em numa conciliação definitiva, em que sejam acautelados, no proveito de todos, os direitos de ambos os contendores”. Somente assim lucraria a companhia estabelecendo “em fundamentos de equidade, um padrão das reivindicações” e se beneficiariam os trabalhadores “em se sentirem vinculados com maior permanência aos cargos que desempenham”. Tanto mais porque a “parede pacífica”, desprovida de quaisquer “attentados à propriedade e desrespeito a autoridade” demonstraria a justiça dos direitos reclamados e ainda pelo fato de que “vozes anônimas de instigação a desordem”, pregando “a depredação e o motim”, não teriam alcançado e obtido atenção entre os trabalhadores. Assim sendo, arrematava o jornal, uma solução rápida para o caso, seria uma “lição ao país”.²⁶⁷

O *Correio do Ceará*, por sua vez, com o título “É preciso acabar a greve”, afirmava que o atual movimento impressionava qualquer observador pelo “cunho pacífico que caracteriza todos os movimentos dos grevistas, orientados pela poderosa concentração proletária fundada pelo sr. Severino Sombra”, ressaltando que bastava isso “para recomendar aquelles, que resolveram lançar mão do recurso extremo de uma greve, aos olhos da população”. Neste sentido, seria perfeitamente nítida “na memória do povo” o desenrolar dos acontecimentos “das duas últimas greves dos mesmos operários que hoje recorrem a esta medida”. Nestes movimentos, “a orientação era outra”, ou seja, “predominavam idéas communistas”. Os operários, simplesmente, “aglomeravam-se no ponto mais central da cidade e os

²⁶⁷ Jornal O Nordeste, 28 de março de 1932, p. 01.

agitadores, aqui e ali, semeavam a semente da desordem”. Ao mesmo tempo, o povo, “insuflado, tentava damnificar o material da companhia”. Eram notórios os atritos com a polícia e a “multidão percorria as ruas conduzindo cartazes subversivos e cantando a internacional”, deixando sobre a cidade uma “atmosfera de terror”. Neste novo movimento, nada disso estava ocorrendo: “os operários recolhem-se as suas casas”. Nenhum deles é visto perambulando pelo “centro da cidade” e o patrimônio da companhia é “guardado pelos próprios paredistas, tudo na mais perfeita ordem”. De acordo com o periódico tais atitudes “dignificam o operariado e o seu jovem chefe e impõe que suas reivindicações sejam examinadas com sympathia”. Sobre os pontos em debate, o jornal exprime sua opinião de que a readmissão dos três operários demitidos é fácil de ser atendida. No que se refere ao chefe do tráfego, mediante a fundamentação das queixas, “seria elle exonerado”. O regulamento de trabalho seria de vital importância, permitindo aos trabalhadores ter a “nítida noção dos seus direitos e deveres”. O aumento salarial não parece oportuno, pois, por toda parte, “a crise é tremenda”, não permitindo tal elevação de gastos.

Ambos os periódicos, não resta dúvida, esperam e defendem uma saída mediada da greve, com uma solução na qual os dois lados fariam concessões. A companhia cederia às requisições fundamentais e os trabalhadores aguardariam um momento mais oportuno para as demais exigências. Para *O Nordeste*, desta maneira, ficariam resguardados os direitos dos trabalhadores de acordo com a doutrina social cristã, apesar do caráter idealizador de várias passagens. Da mesma maneira, o *Correio do Ceará* argumenta (e os dois periódicos parecem concordar totalmente) que os métodos adotados enobrecem os grevistas. Compondo uma espécie de memória de eventos passados, o periódico seleciona o que lhe parece mais significativo. O que esta fora de dúvida é que o referido jornal possui franca preferência por uma forma de mobilização que não envolva a tomada do espaço urbano, que não apresente de forma ostensiva os trabalhadores como sujeitos que reivindicam. Neste caso, não parece haver dúvida de que a proposta grevista da Legião exclui quase completamente os trabalhadores de um papel ativo, tomando a iniciativa nas negociações, costurando o apoio necessário e garantindo o sustento material dos grevistas. Assim sendo, é notório que este novo movimento não apresenta a mesma riqueza ritual que o anterior. Os

trabalhadores aparecem menos e a palavra, bem como os debates, terminam mais monopolizados pelas lideranças, em particular pelo tenente Severino Sombra.

Devemos destacar também que desde o início do movimento, conforme noticiou o jornal *O Povo*, as autoridades, “por medida de precaução”, não admitiriam “qualquer ajuntamento de pessoas á Praça do Ferreira ou em outros pontos da cidade”, acrescentando que a polícia impediria “manifestações de qualquer espécie, afim de impedir distúrbios”.²⁶⁸ Nestas circunstâncias, era melhor não arriscar manifestações que redundassem em confrontos ou animosidades de qualquer espécie, a prudência era estratégica.

No dia seguinte, 29 de março, *O Nordeste* noticiava que a greve prosseguia “sem o menor incidente” e que “a ordem e a disciplina no seio do pessoal grevista vem sendo inalterável”, informando ainda que “as guardas legionárias continuavam nos seus postos, como sejam na Usina, na Estação e no Posto de Bondes”. De suma importância era a divulgação do resultado da reunião ocorrida no dia anterior entre os interessados e autoridades públicas. Estiveram presentes os mesmos elementos no encontro anterior. Embora fosse a segunda reunião, era a primeira em que as reivindicações seriam realmente discutidas e um acordo seria tentado. De acordo com o jornal, as “discussões correram num ambiente de absoluta serenidade” e depois de mais de duas horas ficou acertado o seguinte:

- 1º) Retirada do sr. José de Paula da chefia do tráfego.
- 2º) Readmissão dos três operários dispensados: João Luis, José Gomes e Antonio Fernandes.
- 3º) Regulamentação do trabalho nos diversos serviços mantidos pela empresa.²⁶⁹

Os demais pontos seriam discutidos na reunião seguinte. Analisando as decisões, o *Correio do Ceará* afirmou tratar-se de “victoria” do movimento grevista, acrescentando, sobre o tópico da regulamentação, que a companhia e os representantes dos trabalhadores haviam aceitado o desembargador Olívio Câmara (interventor interino) como árbitro. Mencionava ainda o crescente apoio recebido pelos grevistas e que mesmo na capital federal “o movimento é

²⁶⁸ Jornal *O Povo*, 26 de março de 1932, p. 01.

²⁶⁹ Jornal *O Nordeste*, 29 de março de 1932, p. 01.

olhado com *sympathia*”. Um novo telegrama de Waldemar Falcão dava a medida do alcance que estava sendo obtido:

Rio, 28 – Conferenciei com o Ministro do Trabalho que ficou telegraphar com urgência mandando abrir uma sindicancia para defesa dos direitos do operariado. Publiquei hoje vibrante exposição da causa do proletariado da Light. Mande notícias.
Falcão.²⁷⁰

A crer no que esta dito, na nota telegráfica, o Ministro do Trabalho demonstrava interesse na “defesa dos direitos do operariado”. Não parecia haver muita dúvida que uma teia de apoio já estava construída e sendo ampliada, atingindo os mais altos escalões do governo. Localmente, os auxílios e as moções de solidariedade se multiplicavam. *O Nordeste*, por exemplo, divulgava as doações ofertadas pela ‘União Sindical dos Trabalhadores em Padarias’ e da ‘União dos Trabalhadores Ambulantes’. E ainda reproduzia os ofícios de solidariedade enviados ao Sindicato dos Trabalhadores da Light pela ‘União dos Trabalhadores em Madeiras’, ‘União Beneficente dos Trabalhadores Ambulantes’ e ‘União dos Pedreiros’. Informava também o periódico que o número de grevistas chegava a 425 e que a greve “já podia ser considerada victoriosa, uma vez que os pontos capitaes constantes do memorial já tinham sido acceitos pela companhia”.²⁷¹ Por fim, destacava que a Legião já estava efetuando regularmente o pagamento das diárias dos trabalhadores.

A propalada intervenção ministerial no assunto não tardaria. Durante o início da segunda reunião para tentar um acordo, chegaria o esperado telegrama do Ministro do Trabalho se posicionando. Em vista desta nova situação, a reunião foi adiada, tendo os representantes da companhia solicitado um pouco mais de tempo. O conteúdo exato do documento, contudo, não foi divulgado à imprensa na ocasião. Ao mesmo tempo, as moções de solidariedade continuam a chegar. *O Nordeste* reproduz aquelas enviadas pelas seguintes agremiações: ‘Deus e União’ de Aracati, sucursal daquela de mesmo nome na capital, ‘Sociedade Beneficente 2 de Junho’, ‘Sociedade Geral

²⁷⁰ Jornal Correio do Ceará, 29 de março de 1932, p. 07.

²⁷¹ Jornal O Nordeste, 29 de março de 1932, p. 01 e 04.

dos Automobilistas Cearenses', 'União Sindical dos Engraxates' e 'União Beneficente dos Empregados em Cafés e Hotéis'.²⁷²

Na sua edição de 31 de março, o *Correio da Ceará* dava publicidade ao teor do telegrama ministerial, como podemos ler a seguir:

De Central Rio, 28 – Informado estar declarada greve, desde sabbado último pessoal Ceara Tramway Light e Power Limited, lembro conveniência essa Interventoria designar commissão arbitral idônea que faça syndicancia sobre causa legitimidade greve, tomando depoimento dos chefes grevistas e dos representantes da Companhia, assegurando toda liberdade e garantia permanência nos cargos dos grevistas depoentes e encaminhando assumpto prompta solução que harmonize interesses colidentes, salvaguardando direitos do operariado e da Companhia.
Muito estimaria notícias vossencia me proporcionasse respeito caso.
Mello Franco, ministro interino do trabalho.

Apesar do caráter contemporizador presente no documento, não parece despropositado afirmar um avanço benéfico aos operários. O Ministério aparenta reconhecer a importância de uma arbitragem (provisória) para se chegar a uma solução, assegurando, durante a sindicância, “toda liberdade e garantia [de] permanência nos cargos dos grevistas depoentes”. Todavia, exatamente devido ao teor um tanto vago de tais colocações, o interventor interino decide enviar um ofício ao Ministro pedindo maiores esclarecimentos:

Em face do telegrama de vossencia e tendo nele referência a designação de uma commissão arbitral, quando a arbitragem é sempre escolhida com aprazimento das partes, peço esclarecimentos sobre a sua organização, se a mesma poderá dar solução definitiva ou encaminhar a solução desse Ministério, em vista do fracasso de accordo em vários pontos pleiteados pelos grevistas.

As dúvidas do interventor, sendo ele também parte já reconhecida de uma possível arbitragem, tocam especificamente a dimensão do poder decisório que teria tal comissão; em resumo, se estaria habilitada a proferir uma deliberação final ou, em caso de incompatibilidade (“fracasso de accordo”), encaminhar ao Ministério a decisão definitiva.

Diante desta dificuldade, a reunião foi adiada. Para o *Correio do Ceará*, era tempo de se chegar a um acerto final, posto que parte das demandas já

²⁷² Jornal O Nordeste, 30 de março de 1932, p. 04.

teriam sido aceitas pela gerência, restando o tema do aumento salarial, que o dr. Olívio Câmara “poderia ser investido de poderes para examinar esse assumpto”. Quanto ao contrato coletivo e a comissão mista permanente de arbitragem, o periódico era de opinião que “o trabalho do operariado deve ser feito junto ao governo federal para que seja decretado o ante-projeto existente, com as modificações julgadas necessárias”, arrematando “desde que o governo federal o faça, imediatamente a Light terá de submeter-se”.²⁷³

Esta última referência chama atenção para a existência de um projeto já em debate sobre a possível criação de comissões de arbitragem e contratos coletivos, ficando claro, no entanto, que a implementação dos mesmos estaria ainda aguardando os necessários ajustes. Vale ressaltar que a maior parte da legislação trabalhista era, primeiramente, divulgada na forma de anteprojeto, sendo, então, discutida e modificada mediante um intrincado jogo de forças envolvendo o empresariado, a classe trabalhadora e o governo. Do ponto de vista esboçado pelo periódico, uma vez decretado o dispositivo legal correspondente, não haveria como a companhia esquivar-se, teria de se submeter ao domínio da lei. Teremos mais a comentar sobre tal assunto no decorrer do texto.

A protelação de uma decisão gerava um certo clima de dúvida quanto ao que poderia acontecer. Novos boletins comunistas eram divulgados pelos arrabaldes de Fortaleza. Os grupos mais conservadores temiam pela organização de algum plano secreto de mobilização. Uma estreita vigilância policial sobre as regiões mais afastadas do centro urbano era executada. Todavia, no que se refere aos trabalhadores grevistas, somente menções elogiosas eram encontradas nas páginas dos jornais. Fala-se, por exemplo, que os paredistas prosseguiam “em absoluta ordem”, não sendo registrado “o menor incidente”, conforme era do interesse do “chefe legionário, que vem dirigindo em pessoa o movimento”.²⁷⁴

De grande importância no momento foi um extenso ofício do Clube 3 de Outubro, seção do Ceará, enviado diretamente à Interventoria Federal. Neste documento, repleto de “considerandos”, tal qual àquele divulgado pela Legião, havia uma série de disposições cujo objetivo era incentivar uma intervenção

²⁷³ Jornal Correio do Ceará, 31 de março de 1932, p. 07.

²⁷⁴ Jornal O Nordeste, 01 de abril de 1932, p. 01.

governamental rápida e justa para solucionar a greve. Este ofício propugnava que “o Estado deve intervir de uma maneira justa na vida econômico-social da collectividade” e mencionava que a “questão operária é uma daquellas em que mais se faz mister essa intervenção”, tanto mais para “evitar que as doutrinas subversivas apresentem-se ao operariado” como as únicas capazes de “levar as forças do capital a ceder”. Neste sentido, considerando a Legião Cearense do Trabalho uma “organização operária em moldes sadios”, que muito estava contribuindo “não só para arregimentação das classes no Ceará como também para o arrefecimento do surto comunista entre nós” e que as demandas dos trabalhadores “já foram tornadas públicas” só restava a intervenção esclarecida do governo “procurando as fórmulas de conciliação” para solucionar “dentro da justiça, o dissídio entre patrões e operários”.²⁷⁵ Ao mesmo tempo, um animado festival, em benefício dos grevistas, era realizado no cinema do Círculo São José.²⁷⁶ Esta era a primeira solenidade pública – no interior das dependências de uma agremiação – que visava auferir apoio aos trabalhadores. Como não haviam rituais de reivindicação nas ruas da capital, um festival era boa saída para manter o ânimo e obter donativos.

Uma nova conferência reservada entre o gerente da Light e o tenente Severino Sombra teve lugar neste mesmo dia. Da discussão nada ficou resolvido. O gerente Scott teria alegado “a sua qualidade de funcionário de uma empresa, cuja direcção não lhe dava credenciais para resolver”, autonomamente, as questões em debate. Mister Scott solicitou mais tempo para se comunicar com os acionistas em Londres pedindo orientações. O tenente Severino Sombra, em telegrama ao interventor interino, protestou “contra a maneira criminosa porque estão agindo os representantes da Companhia, com demoras de todo injustificadas”, acrescentando que, mesmo tendo – os administradores da Light – conhecimento da “proposta de arbitragem do sr. Ministro do Trabalho”, criavam protelações, que ao invés “de levarem os operários a capitulação”, poderiam gerar “irritações” e “explosões violentas”. Assegurava o líder da Legião que, se a situação não se modificasse, havia suficiente “disposição a usar os meios pacíficos de coerção”.

²⁷⁵ Jornal Correio do Ceará, 01 de abril de 1932, p. 07.

²⁷⁶ Jornal O Nordeste, 01 de abril de 1932, p. 04.

Obviamente, trata-se da possibilidade de expandir a greve para outras categorias, medida já prevista e anunciada anteriormente.

Não resta dúvida que existiam sensíveis motivos para o acirramento de ânimos. Em telegrama à interventoria, o Ministro do Trabalho dava resposta as suas dúvidas sobre a formação e o poder deliberativo da comissão arbitral.

Rio, 31 – Respondendo vosso telegramma, Interventor Ceará. Julgo como Vocencia que commissão deve ser constituída apaziguamento partes, sendo dois membros escolhidos pelo Syndicato, dois pela Companhia e desempatador eleito pelos outros quatro. Essa Commissão Arbitral deve resolver definitivamente pontos submettidos.
Saudações cordiaes. Afrânio de Mello Franco, Ministro Interino, Trabalho.²⁷⁷

Pela leitura do texto fica evidente que o Ministério acatava a sugestão da LCT sobre o formato da comissão e conferia a mesma poder deliberativo total no assunto, podendo “resolver definitivamente” o dissídio. Se o próprio Ministro reconhecia a legitimidade de tal mecanismo, as protelações da companhia só poderiam ser percebidas como uma medida espúria para ganhar tempo e recebidas com ásperas críticas. No meio de tantos debates e acusações, um “inteligente operário”, conforme qualificou *O Nordeste*, “teve a lembrança de por a sua habilidade a serviço dos seus companheiros da Light, construindo um bonde de madeira, de meio metro de comprimento, fazendo oferta do mesmo ao ‘Sindicato dos trabalhadores da Light’”. Segundo consta, a referida miniatura seria rifada “revertendo o producto em benefício dos grevistas”.²⁷⁸ É bastante provável que este “bonde” seja o mesmo ainda hoje presente no saguão de entrada do sindicato dos eletricitários, possuindo a inscrição “greve de 1932”.

A questão, todavia, não ficaria somente nas reuniões, debates, acusações e trocas de ofícios e telegramas. A promessa de expansão da greve para outras categorias não ficaria somente na retórica. No domingo, dia 03 de abril, foi decretada a paralisação para os trabalhadores do porto. A adesão dos trabalhadores do setor foi total. A medida foi precipitada, possivelmente, pela resposta da diretoria de Londres não concordando com a formação de uma comissão arbitral. Segundo *O Nordeste*, “estava fracassada essa tentativa de

²⁷⁷ Jornal Correio do Ceará, 02 de abril de 1932, p. 01.

²⁷⁸ Jornal O Nordeste, 02 de abril, p. 04.

conciliação”. Diante da negativa, o tenente Severino Sombra convocou uma reunião da Sociedade Marítima Deus e União e Sindicato dos Trabalhadores do Porto, sendo realizada nas dependências da primeira. Conforme a descrição do periódico, “o vasto salão da sede se achava repleto de associados”. Depois da explanação do chefe da Legião, argumentando que os grevistas não podem “sujeitar-se as absurdas imposições do capitalismo estrangeiro”, e possuindo autorização do Tribunal Legionário, decretava a greve para ambas as categorias, recomendando a todos “ordem e prudência”. Assim sendo, não deveriam ser efetuadas atividades “de embarque ou desembarque”. Os indivíduos Vital Felix de Sousa e José Cursino de Senna, presidentes do Sindicato dos Trabalhadores do Porto e da Sociedade Marítima Deus e União, respectivamente, foram incumbidos de providenciar “a manutenção da ordem”, adotando a mesma estratégia já utilizada pelos lighteanos: designação de pessoal “para cuidar do patrulhamento”. A cerimônia terminava sendo “içada no mastro da sede da Deus e União e na entrada do Viaduto Moreira da Rocha, a bandeira da greve”.²⁷⁹

Frente a esta nova situação, o *Correio do Ceará*, em extenso editorial, depois de recapitular as motivações e os acontecimentos em torno do movimento grevista, expõe seu posicionamento sobre os últimos episódios:

Não mais embarcando nem desembarcando mercadorias, o commercio ficará ferido de morte nas suas transações, os gêneros alimentícios encarecerão extraordinariamente, prejudicando a população e os próprios grevistas e agravando ainda mais a situação dos flagellados pela secca que estão a morrer de fome. Ante tão sombrias perspectivas, e dando mais uma prova do interesse que sempre temos revelado pelo maior prestígio moral e prosperidade material da Legião, não queremos deixar de accentuar, nesta oportunidade, a inconveniência e a sem razão de ser desta segunda greve, que irá agravar ainda mais as precárias condições em que o povo cearense se acha neste momento de secca, de impostos excessivos e de sacrifícios de toda ordem.²⁸⁰

O problema agora, na visão do periódico, ganhava uma dimensão muito mais preocupante. A subsistência da população da capital e, principalmente, dos sertanejos retirantes assolados por uma nova crise climática estavam

²⁷⁹ Jornal O Nordeste, 04 de abril de 1932, p 10.

²⁸⁰ Jornal Correio do Ceará, 04 de abril de 1932, p. 01.

ameaçadas frente à paralisação das atividades do porto. Argumentava-se, por exemplo, que os estoques “de gêneros na praça são pequenos, sendo o mercado freqüentemente reabastecido” pelos navios “de fora do Estado por via marítima”, sendo, inclusive, pelo porto de Fortaleza que se abastece “todo o interior do Estado, servindo pela Estrada de Ferro de Baturité, não havendo recursos no sertão em vista da secca”. Assim, “o fechamento do porto” causaria prejuízos “que não são fáceis de avaliar” e o comércio varejista da capital já teria começado a “elevar os preços da farinha e de outros gêneros alimentícios”.

Neste mesmo entendimento se posicionariam as auto-intituladas “classes conservadoras”, em memorial publicado pelo mesmo jornal acima citado. O documento ia assinado pela Associação Comercial, Centro dos Importadores, Centro dos Exportadores, Associação dos Agentes Comerciais, Associação dos Merceeiros, União dos Importadores de Estivas, Centro dos Retalhistas e Phenix Caixeiral. Afirmando estarem animados por um “influxo patriótico”, os elementos supracitados chamam atenção para a importância do problema dos “flagellados que arrastam a sua penúria pelos sertões”. Se as dificuldades estavam se agravando progressivamente, a paralisação dos operários lighteanos, agora, se estendendo a outras categorias, só fazia piorar a situação, “acarretado para o commercio e classes conservadoras em geral uma situação de mal-estar e apreensões”. Considerando que as “principaes pretensões dos grevistas” já haviam sido aceitas, era aconselhável findar o movimento, mediante uma ação “serena, porém enérgica” do governo.

O que se tentava argumentar (tanto a imprensa quanto os grupos acima descritos e logo, também, o governo) eram as circunstâncias extremamente delicadas para o Ceará. Frente à seca, à miséria da população de retirantes, necessitando com urgência de uma atenção maior, as demandas dos trabalhadores grevistas – já parcialmente atendidas – deveriam dar lugar a um sentimento e comportamento mais humanitário para o bem da coletividade e dos mais necessitados, neste caso, os sertanejos atingidos pela seca. Fundamentalmente, a prioridade devia ser deslocada para este novo problema social. O governo deveria se concentrar na questão dos retirantes.

Decerto, as classes ligadas ao comércio possuíam motivos bem sólidos e particulares para considerarem esta questão muito mais relevante que a

greve – o temor dos saques. De fato, as atenções governamentais se tornariam bastante efetivas neste aspecto. As articulações e medidas estatais foram executadas rapidamente – favorecidas por um período centralizador e intervencionista. Através de uma série de decretos, seria posta em prática uma intervenção no mercado de trabalho e no mercado de alimentos. Para conter a movimentação da massa de retirantes também seriam criados sete campos de concentração. Não havia receio ou qualquer tipo de apego aos princípios liberais: a opção por uma intervenção estatal era favorecida pelo contexto político do país e a seca se tornava uma questão de segurança nacional.²⁸¹

Em resposta as opiniões e ao posicionamento das “classes conservadoras”, o líder da LCT enviava uma nota, também publicada pela imprensa. Nas suas palavras:

Não se illudam as forças do Capital. Nossa doutrina é a de collaboração das classes e não a de esmagamento do Trabalho pelo Capital. Hoje, os Paes ignorantes e egoístas fazem opposição systematica ás reivindicações justas das forças do Trabalho organizadas sadiamente.

Amanhã, os filhos chorarão esmagados pela onda de desespero que seus paes ergueram.

Os boletins communistas são bem claros para os que não tem a obcessão criminosa da tyrania.

O fracasso de um movimento ordeiro do operariado é a victoria dos que pregam a lucta, o apossamento violento e a destruição das grandes verdades sociaes.

Escolham os capitalistas e os Paes da família. E lembrem-se que a questão social tem um caracter decisivo, envergonhando-se de sua absoluta ignorância sobre ella.

Tenente Severino Sombra.²⁸²

Enquanto os debates prosseguiam, um festival, em espaço aberto, era realizado “em beneficio das famílias dos grevistas”. O evento, no “Parque da Independência”, contou com “regatas e natações”, além de “duas bandas de música”, uma do Círculo São José e outra do Regimento Policial. Era o primeiro evento no espaço público até este momento. Simultaneamente, em entrevista a *O Nordeste*, o tenente Sombra voltava a se posicionar sobre o memorial das classes conservadoras. Disse ele que tal documento revestia-se “de manifesto interesse particular” e era demonstrativo do “absoluto descaso”

²⁸¹ NEVES, Frederico de Castro. **A Multidão e a História: saques e outras ações de massas no Ceará**. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará; Fortaleza- CE: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000. p.116 – 129 e 135 - 141.

²⁸² Jornal Correio do Ceará, 04 de abril de 1932, p. 07.

para com a questão social. Segundo ele, o comércio deveria escolher: “ou as reivindicações justas” do operariado organizado e “dentro da ordem”, ou “as reivindicações absurdas, em caracter violento” das “forças communistas”.²⁸³

Os dias seguintes seriam decisivos para a solução do caso. Uma significativa palestra (telegráfica) envolvendo o Capitão Carneiro de Mendonça (interventor oficial), o desembargador Olívio Câmara (interventor interino), Tibúrcio Cavalcante (prefeito de Fortaleza) e o tenente Severino Sombra definiria os rumos e os acordos possíveis. Carneiro de Mendonça pediu, inicialmente, detalhes sobre a greve. Severino Sombra respondeu que os pontos ainda controversos seriam o reconhecimento do sindicato e a aceitação, pela Light, de um regime de arbitragem, lembrando o tenente que, na ausência de lei específica sobre o assunto, um decreto poderia conferir validade jurídica ao “direito de exigir a formação de Comissões de Conciliação e Arbitragem a que os patrões não pudessem fugir”. O capitão Carneiro de Mendonça teria respondido que, em virtude da revisão da “legislação Collor” (lei de sindicalização decretada em 1931), não seria possível “assumir compromissos” deste tipo, argumentando, todavia, ser favorável a uma solução proveitosa aos operários, desde que fosse levada em consideração a difícil condição do estado do Ceará, “assolado por terrível secca”. Lembrando que um decreto federal ainda poderia levar dois ou três dias, o interventor solicita a normalização dos trabalhos, aceitando os pontos já acordados e os demais ficando a critério do Ministério. O líder da Legião respondeu que faria “o pessoal voltar ao trabalho” desde que “o Ministro do Trabalho chame a si a questão, comprometendo-se a dar-lhe solução no mais breve espaço de tempo possível”.²⁸⁴ Uma solução parecia estar se desenhando rapidamente no horizonte político dos negociadores: as paralisações seriam encerradas com a aceitação do que já havia sido conquistado, desde que o órgão máximo do governo se incumbisse de decidir, a posteriori, sobre o restante. Faltava, porém, o posicionamento da companhia aceitando o poder deliberativo final do Ministério do Trabalho.

Em novo telegrama, o ministro interino do trabalho, sugeriu que “poder-se-ia lavrar uma acta sob a garantia dessa Interventoria na qual se

²⁸³ Jornal O Nordeste, 04 de abril de 1932, p. 10.

²⁸⁴ Jornal O Nordeste, 05 de abril de 1932, p. 01.

substanciasse o compromisso arbitral e ficasse confiada ao Ministério do Trabalho a solução das questões ainda pendentes”. Pela opinião do ministro, a interventoria podia se tornar o órgão pelo qual seriam ouvidas “as partes em conflito” e se procederiam as diligências necessárias sobre os pontos em litígio, até que uma lei geral fosse decretada, instituindo tribunais de arbitragem. Uma nova reunião, no dia 06 de abril, entre as partes interessadas, selaria de vez a questão: “A Light aceitou considerar o ministro do trabalho como mediador para resolver esses pontos conforme achar justo, adotando a companhia o ponto de vista de s.excia. desde que seja transformado em lei”.²⁸⁵ Diante disto, o chefe da LCT, tenente Severino Sombra, deu por encerrada a greve, sendo, então, assinada a ata do acordo.

A notícia foi rapidamente divulgada à imprensa e a Legião mandou providenciar grande quantidade de boletins convocando o operariado para uma “festa da victoria”, com uma grande “concentração legionária”²⁸⁶, para o mesmo dia, em frente a sede do secretariado da LCT. Seria uma comemoração – envolvendo a tomada do espaço urbano – para fincar a grande conquista obtida pelos trabalhadores e pela Legião Cearense do Trabalho.

Descrevendo este grande evento, a imprensa, no dia seguinte, mencionava que desde “3 horas da tarde começaram a chegar ao local grandes levadas de operários”, ressaltando: “E não eram só grevistas. Operários de todos os serviços acorreram ao convite. Todos estavam contentes com o desfecho dos acontecimentos”. Por volta das quatro horas já “era grande a multidão”. Duas bandas se revezavam: a do Círculo São José e do Regimento Policial. Diversos oradores, das sacadas do prédio do secretariado, falaram aos presentes. Por volta das sete da noite, chegavam os tenentes Severino Sombra e Jeovah Motta, explodindo “extraordinárias aclamações”. O líder da LCT comunicou a assinatura da ata do acordo, frizou a “grande lição dada ao operariado do Brasil” e elogiou as ações do capitão Carneiro de Mendonça, de Waldemar Falcão e do Clube 3 de Outubro “que muito ajudaram durante o

²⁸⁵ Jornal Correio do Ceará, 06 de abril de 1932, p. 02 e 07.

²⁸⁶ Jornal O Nordeste, 06 de abril de 1932, p. 08.

tempo em que durou a greve”.²⁸⁷ Findando o discurso, ocorreu uma grande passeata pela cidade. A única durante todo o período.

Analisando o desenrolar dos acontecimentos e o seu resultado, várias ponderações são possíveis e necessárias. Em primeiro lugar, já tivemos oportunidade de destacar o papel importante desempenhado pela LCT em todas as etapas deste movimento. Como dissemos, a aliança dos trabalhadores com a Legião tornou-se efetiva devido aos elementos em comum existentes na proposta social do legionarismo e os anseios do operariado, quanto aos direitos sociais, em particular, mas também devido ao discurso de valorização do trabalho elaborado pela LCT. Esta aliança se explica, simultaneamente, pelo esforço real das lideranças legionárias em batalhar por estas melhorias. Ao mesmo tempo, várias mudanças nas formas de mobilização foram necessárias. Os trabalhadores abriram mão de suas tradicionais práticas de protesto e reivindicação, envolvendo a tomada do espaço público, e adotaram o modelo preconizado pela Legião, que envolvia pouca ou nenhuma manifestação aberta (com a única exceção do festival realizado no Parque da Independência, que possuía características benéficas e não críticas).

Curiosamente, a ação comunista, distribuindo boletins pela cidade, criticando os métodos e as intenções da LCT e do tenente Sombra, foram utilizados como argumentos para pressionar e sensibilizar o governo – e mesmos os patrões – para a legitimidade e importância de uma vitória da Legião – organização que prima pela colaboração e não pelo conflito. O êxito da LCT seria demonstrativo da eficácia de suas estratégias, em oposição àquelas apregoadas pelos militantes comunistas.

Vimos também que este novo contexto político, do pós-1930, o governo estava muito mais sensível à questão social. Contudo é imprescindível termos em mente que a chamada Era Vargas não representa um período homogêneo e monolítico. Entre 1930 e 1945 existiram mudanças conjunturais importantes. Segundo Dulce Pandolfi, entre o período 1930 – 1937 e o Estado Novo não predomina uma completa simetria – como quiseram fazer crer os articuladores da ditadura estado-novista. Nas palavras desta historiadora, entre a “revolução”

²⁸⁷ Jornal Correio do Ceará, 07 de abril de 1932, p. 07. e Jornal O Nordeste, 07 de abril de 1932, p. 01.

e o “golpe”, “ocorreram disputas importantes e, se houve continuidade entre os dois acontecimentos, houve também ruptura”.²⁸⁸ Marcaria estes anos, primordialmente, a existência de uma diversidade de projetos em disputa e conflito, não estando evidente, a priori, qual se tornaria o vencedor. Era um período de incertezas. Mesmo o Estado Novo (1937-1945) não pode ser considerado um todo indiferenciado.

Para o momento que nos interessa, ainda não estava completamente nítido o formato específico de governo a ser implantado. Apesar dos elementos semelhantes entre os vários grupos que apoiaram o movimento de 1930, existiam também discordâncias. No que se refere à montagem de uma estrutura sindicalista oficial e implantação de uma legislação trabalhista (partes de um projeto autoritário-corporativo e nacionalista), podemos identificar, seguindo a sugestão de Ângela Araújo, “dois momentos distintos”. O primeiro, “que vai da criação do Ministério do Trabalho, em fins de 1930, até a derrota da revolução paulista de 1932”, argumenta a autora, “foi fundamentalmente com o apoio dos tenentes – que ocupavam então postos-chaves no aparelho de Estado – e das alianças por eles estabelecidas com as oligarquias dos estados mais pobres”, que o governo implementou uma maior centralização administrativa e, o que é mais relevante para nossa análise: “Foi também com o apoio e sob a pressão do tenentismo, e também de um movimento grevista em ascensão, que foram promulgadas, (...), as principais leis sociais e impulsionada a sindicalização dos trabalhadores”.²⁸⁹ O segundo momento inicia com a convocação da Assembléia Nacional Constituinte até o golpe de 1937, escapando, portanto, do período aqui abordado.

Como vimos, o papel do Clube 3 de Outubro²⁹⁰ foi importante nas alianças políticas, enquanto apoiadores da causa grevista, posto que eram defensores da criação de leis sociais, sindicalização e direito de greve. Para os

²⁸⁸ PANDOLFI, Dulce. *Os anos 1930: as incertezas do regime*. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.) **O Brasil Republicano. Vol. 2. O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 15.

²⁸⁹ ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro. *Estado e Trabalhadores: a montagem da estrutura sindical corporativista no Brasil*. In: _____ e BOITO JR. (org). **Do Corporativismo ao Neoliberalismo**. São Paulo, SP: Boitempo, 2002. p. 35 e 36.

²⁹⁰ O Clube 3 de Outubro foi criado em fevereiro de 1931 e representou uma tentativa de organização nacional do movimento tenentista. Basicamente, criticava o federalismo oligárquico, defendia a instauração de um governo forte e intervencionista e era favorável a implantação de uma legislação trabalhista.

trabalhadores, o apoio dos tenentes (e lembremos que Severino Sombra e Jeovah Motta também eram tenentes), significava a existência de um poder capaz de rivalizar – uma vez que participavam diretamente do governo e eram um grupo influente de pressão – com os patrões. Se havia um interesse dos grupos tenentistas em utilizar os trabalhadores, estes também souberam utilizar e aproveitar o apoio dos tenentes para seus próprios objetivos.

Ao mesmo tempo, podemos considerar que esta greve, em particular, fez emergir, para debate, a lógica que presidiu a introdução da legislação social no país. Pelo pensamento norteador das ações governamentais – e esta seria a tônica da propaganda em torno das leis do trabalho – esta nova e significativa legislação, benéfica ao operariado, seria fruto do saber e antecipação estatal (e do próprio Vargas) aos problemas e/ou demandas dos trabalhadores, outorgando generosamente vários direitos. Neste sentido, seriam desnecessárias as lutas operárias, tornando possível o consenso e a harmonia social.

Esta greve – e outras semelhantes pelo Brasil – puseram em xeque tais construções ideológicas, ao demonstrarem, em primeiro lugar, certa inoperância dos órgãos estatais em aplicar e fazer cumprir as leis já existentes, ou, em segundo lugar, propondo medidas que estavam além do que o governo já havia criado até o momento (é o caso dos contratos coletivos, comissões mistas e delegados sindicais – fiscais – nos locais de trabalho), o que evidenciava o parco poder estatal de antecipar-se aos conflitos ou anulá-los através de uma ação legisferante. Além disso, o reconhecimento do direito de associação – mediante regras estipuladas pelo governo, obviamente – contribuiu para intensificar o estímulo organizacional entre várias categorias que não mais possuíam qualquer instituição que os representasse, como era o caso dos lighteanos. Do mesmo modo, e isto era o oposto do que desejavam os artífices do sindicalismo corporativista oficial, houve um avanço nas lutas operárias, pois logo os trabalhadores perceberam que a legislação trabalhista só ganharia eficácia real mediante uma pressão vinda de baixo, a partir do seu próprio esforço. Os trabalhadores operavam uma combinação de ação direta com uma forma de ação indireta, estratégia que se tornaria a base de boa parte dos movimentos empreendidos em conjunturas posteriores, lutando através de meios legais e instrumentalizando, sempre que possível, os órgãos estatais

para sua causa, ao mesmo tempo que não se esquivavam de confrontar diretamente seus patrões. Segundo John French, tal atitude pode ser creditada, em parte, a uma relação conflituosa e ambivalente com a “lei”, envolvendo “ceticismo”, quanto a sua aplicabilidade real, “idealização”, na expectativa de montagem de padrões justos na regulação das relações de trabalho e mesmo “descrédito” e/ou “hostilidade” às instituições governamentais, vistas, em várias ocasiões, como mais favoráveis aos patrões do que ao operariado.²⁹¹

Contudo, deve ter ficado bastante claro que não se rejeitava, em hipótese alguma, o papel governamental como mediador dos conflitos e, muito menos, a importância da criação e codificação de leis vantajosas para o operariado. Normalmente, o tema da montagem das estruturas do sindicalismo oficial esbarra, cedo ou tarde, em uma reflexão sobre o chamado “populismo” – conceito que optamos por não utilizar, devido aos já conhecidos problemas teóricos e metodológicos que introduz.²⁹² Acreditamos, sobre o assunto, que sem dúvida o Estado buscou o consentimento da classe trabalhadora, mas este não foi obtido por meio da demagogia, mistificação e manipulação – termos que acabam seguindo o de populismo – mas por uma adesão pragmática feita pelos próprios trabalhadores, que analisaram as circunstâncias e optaram pelo que lhes pareceu mais benéfico e promissor.

Analisando o resultado desta greve de 1932 e relacionando-a ao desenvolvimento da legislação trabalhista, detalhes importantes podem ser percebidos. Em primeiro lugar, o saldo geral deste movimento foi considerado positivo, uma vitória, segundo a Legião, para os trabalhadores, e não é para menos: o sindicato foi mantido e, apesar das resistências patronais, reconhecido, a regulamentação do trabalho foi conquistada, o chefe do tráfego substituído e os três operários readmitidos. Em boa medida a companhia cedeu às requisições. Por outro lado, também os trabalhadores tiveram que fazer concessões: o contrato coletivo não foi aceito, os fiscais do sindicato, que atuavam nos departamentos da empresa, não foram instituídos e a comissão

²⁹¹ FRENCH, John. **Afogados em leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001. p. 57 – 69.

²⁹² Sobre a formulação e os usos do referido conceito ver: GOMES, Ângela de Castro. *O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito*. e FERREIRA, Jorge. *O nome e a coisa: o populismo na política brasileira*. In: FERREIRA, Jorge. **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

mista permanente de arbitragem não foi formada, sendo constituída somente uma provisória para julgar os demais pontos.

Deste modo, o que fica evidente é que os dois lados fizeram concessões. Não parece despropositado afirmar, porém, que a Light cedeu bem mais do que queria ou pretendia. Todavia, neste conflito, parece não haver muitas dúvidas de que o Ministério do Trabalho logrou obter um saldo político significativo, sendo reconhecido, ou se firmado, como árbitro das desavenças entre patrões e operários. Neste ponto parece que chegamos à gênese do que Ângela de Castro Gomes chamou de “invenção do trabalhismo”.²⁹³ Não que estejamos postulando ou advogando qualquer perspectiva teleológica sobre o assunto, como se o trabalhismo fosse o resultado lógico e único possível deste processo histórico. Tampouco estamos propondo “antecipar” a identificação do trabalhismo para o início dos anos 1930, quando a autora acima citada reserva o termo para o período do Estado Novo. Estamos defendendo simplesmente a idéia que o processo de invenção do que viria a ser o trabalhismo foi sendo construído a partir dos enfrentamentos e conflitos destes anos, nos quais os trabalhadores tiveram um papel ativo. Ou seja, a construção do trabalhismo não teve como único artífice o Estado. O resultado geral alcançado dependeu da correlação – obviamente desigual – de forças entre o operariado, o governo e a classe patronal.

Durante os anos 1930, o Estado foi ampliando, com idas e vindas, mediante a pressão contraditória de vários grupos, sua forma de intervenção social, obtendo apoio entre os trabalhadores a partir do real ou imaginário papel de regulador das relações de trabalho. Criando leis, instituições de fiscalização, órgãos que permitiam a participação dos operários, representação classista, etc. o Estado ia compondo seu próprio papel na sociedade. Mais uma vez, fazendo nossas as palavras de Ângela Araújo:

Por meio destes mecanismos e da ampliação do papel do Estado na fiscalização do cumprimento das leis sociais e na arbitragem dos conflitos trabalhistas, construía-se uma nova imagem do Estado como aquele que reconhecia a classe trabalhadora como interlocutor, concedia-lhe direitos sociais e constituía a sua garantia contra o arbítrio e a prepotência patronal.²⁹⁴

²⁹³ GOMES, Ângela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

²⁹⁴ ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro. Op Cit. p. 52.

No que se refere à construção da legislação trabalhista, da mesma maneira, o resultado final alcançado na CLT – em 1943 – não pode ser considerado fruto exclusivo da mente dos técnicos do Ministério do Trabalho. Como vimos neste caso, em várias ocasiões os trabalhadores puseram demandas que estavam além das que já haviam sido criadas pelo Ministério. Dependendo do jogo de forças, tais demandas poderiam ser codificadas e transformadas em uma lei geral. Por exemplo, em maio de 1932, pouco depois da greve que analisamos, o governo estatuiu a criação de “Comissões Mistas de Conciliação e Julgamento” e de “Convenções Coletivas de Trabalho”. Os trabalhadores, por conseguinte, poderiam pleitear contratos (convenções) válidos para toda uma categoria e requerer intervenção e julgamento estatal para os problemas de descumprimento da lei. Em novembro deste mesmo ano, o decreto seria alterado, só concedendo o direito de demandar ações nas Juntas e/ou Comissões Mistas aos trabalhadores sindicalizados, uma forma de reforçar o sindicalismo oficial e atrelar o usufruto dos benefícios sociais à condição de trabalhador sindicalizado. Nas palavras de Luís Werneck Vianna, a Justiça do Trabalho, que só ganhou existência real em maio de 1939, apesar de figurar já na constituição de 1934, possuía conexões com estas experiências do início dos anos 1930: “Seu espírito [da Justiça do Trabalho] vinha ainda de mais longe, seguindo as pegadas do Decreto nº 21369, de maio de 1932, que instituía as Comissões Mistas de Conciliação”.²⁹⁵ Neste sentido, cabe afirmar que boa parcela das medidas “inovadoras” do governo na área provinham de demandas formuladas pelos trabalhadores, embora o resultado geral e a forma com que tais medidas pleiteadas foram efetivamente implantadas escapassem ao controle daqueles que as exigiam. Como sabemos, a CLT exclui as comissões formadas na própria empresa, bem como a existência de delegados sindicais, atraindo as resoluções dos dissídios para seus próprios órgãos.

²⁹⁵ VIANNA, Luís Werneck. **Liberalismo e Sindicato no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 226. As referências sobre as leis, citadas nesse parágrafo, encontram-se neste mesmo autor, pág. 148.

Considerações Finais

O resultado da greve de 1932 se tornaria emblemático para os trabalhadores da Light, fato reconhecido contemporaneamente pelos seus protagonistas e evocado, posteriormente, por membros do Sindicato dos Eletricitários. O significado mais relevante para aqueles que vivenciaram a experiência, deve ter sido, além das conquistas imediatas, o aprendizado e o reconhecimento de seu próprio poder, de sua importância social e dos seus direitos. Para os herdeiros desta experiência, fica a evocação de uma época marcada por acirradas lutas, em que a coesão e firmeza dos trabalhadores eram capazes de arrancar benefícios dos patrões e cobrar direitos ao Estado.

Mesmo sendo entendida como uma vitória, uma parte dos resultados desta greve só começou a ser realmente implantada, incorporando-se ao cotidiano de trabalho dos operários, cerca de um ano depois. Como noticiava o semanário *O Legionário*, órgão da Legião Cearense do Trabalho, em março de 1933:

O elemento proletário de Fortaleza marcha a passos largos para uma de suas grandes victorias. Os operários da companhia inglesa The Ceará Tramway Light e Power Ltd. vão brevemente se reger por um regulamento de trabalho. Houve já diversas e animadoras reuniões da comissão encarregada. O regulamento de trabalho é um código que dicta as leis os direitos e os deveres tanto dos operários como dos patrões. Empregados e empregadores poderão agir com segurança desde que conheçam a lei a observar. São mesmo previstas as penas a serem applicadas em casos de irregularidades, vendo-se os operários libertos do arbítrio absoluto e muitas vezes injusto dos patrões.²⁹⁶

Duas coisas podem ser destacadas a respeito desta nota. Em primeiro lugar, fica claro que mesmo depois de um ano da paralisação e acertado um acordo, o regulamento de trabalho ainda não havia sido confeccionado. Os operários ainda não haviam experimentado este resultado importante de sua luta, o que demonstra a morosidade de aplicação prática das conquistas obtidas pelos trabalhadores, fenômeno comum, também, no que se refere a legislação trabalhista. Em segundo lugar, apesar desta demora, o fato continua

²⁹⁶ O Legionário, 04 de março de 1933, p. 02.

sendo usado como comprovação, confirmação e evidência de que bons resultados estavam sendo obtidos pelos trabalhadores, mediante a salutar orientação e apoio do movimento legionário. A nota citada acima faz parte de uma propaganda da LCT, visando arregimentar operários de Fortaleza e do interior do estado. A experiência na greve de 1932, para a Legião, correspondeu como uma ratificação de sua habilidade para conduzir o operariado cearense e, talvez, nacional. Este caso, rotineiramente, era usado como exemplo do êxito da LCT. Em outra matéria, já em abril, era comunicada a realização de uma assembléia no sindicato dos trabalhadores da Light na qual era divulgada a conclusão do regulamento. A exposição foi feita pelo novo chefe da LCT, tenente Jeovah Motta, que aproveitou para informar outra conquista: o desconto, diretamente nas folhas de pagamento dos operários, das mensalidades do sindicato.²⁹⁷

É possível que a demora na redação do regulamento também tenha se devido ao conturbado período – tanto do ponto de vista nacional e local quanto interno à LCT – que se seguiu após a greve: seca, revolução constitucionalista de 1932, prisão e deportação de Severino Sombra para o exterior, por ter apoiado o movimento paulista, além das possíveis resistências postas pela companhia para retardar ao máximo a feitura do regulamento. Seja como for, o exemplo, servindo como precedente, já havia sido estabelecido. Em outras ocasiões, ao defender seus próprios mecanismos e instrumentos de pressão e negociação (como o Tribunal Legionário de Conciliação e Arbitragem), não se titubeava em afirmar que – fracassando os meios conciliatórios – a Legião dispunha “de meios coativos para fazer impor o seu ponto de vista”. Demonstrativo de tal postura só poderia ser a greve do ano anterior: “O exemplo da greve da Light ainda deve estar na lembrança de todos. Quem já presenciou, no Ceará, uma greve pacífica de 14 dias, sem a mínima perturbação da ordem pública?”²⁹⁸ Este caso ainda possuía outro motivo para ser tão especial. Antes, segundo este semanário, as greves eram “carnavalescamente bolchevistas”: “Tinha-se o maior prazer em dilacerar as sanefas do sr. Scott do que em alcançar um salário mais justo”. Comparada com a greve animada por um ideário comunista, o movimento organizado pela

²⁹⁷ O Legionário, 01 de abril de 1933, p. 02.

²⁹⁸ O Legionário, 01 de maio de 1933, p. 03.

Legião seria muito mais positivo e promissor. Ao invés de depredações, requisições. No lugar de uma ação que só visaria promover desordens, uma greve marcada por demandas justas. Ao invés da luta de classes, a colaboração de classes. Por fim, ao invés do fracasso, devido a métodos errôneos, uma conquista efetiva, fruto de estratégias sábias e ponderadas.

Sem dúvida tal apreciação não faz justiça a complexa relação que existiu entre os lighteanos e os militantes comunistas, ao mesmo tempo que ignora as experiências anteriores. Todo o passado é lido a partir da ótica legionária, valorizando e elevando sua atuação, enquanto renega e denigre as anteriores, em particular a comunista, logicamente.

Ao longo desta pesquisa tentamos compreender e explicar a trajetória de luta dos trabalhadores da companhia inglesa Ceará Light. Vimos como esta trajetória tem início, de certa forma, simultaneamente à grande efervescência do movimento operário brasileiro e mundial em 1917, que tornava a “questão social” um tema de interesse geral. Outra greve, em 1919, demonstrava mais ainda um ritmo de mobilização que acompanhava o compasso de outros movimentos grevistas semelhantes, local e nacionalmente. Era um período de forte crise econômica, agravada, no Ceará, pela seca e pela ação dos poderosos comerciantes locais. Ao mesmo tempo, os grupos de trabalhadores, sentindo esta necessidade, se organizavam, protestavam e, alguns, abraçavam ideologias de esquerda (tais como o socialismo, o anarquismo e o sindicalismo revolucionário) que circulavam através de pessoas, livros e jornais. Em 1925, uma nova paralisação. No acúmulo de experiência destes movimentos ficava nítido, para os operários, que suas demandas eram respostas a necessidades surgidas no ambiente de trabalho, na vida cotidiana e na solidariedade de classe. Sua compreensão se torna mais aguçada, ao perceber que podem interferir na administração da poderosa companhia inglesa.

Justamente por esta peculiaridade – trabalhadores de um serviço público, explorado por uma empresa de capital estrangeiro – fez-se imprescindível verificarmos os detalhes acerca da forma e dos mecanismos de dominação desta companhia sobre seus trabalhadores. Rígidos padrões de disciplina, multas, acidentes, segregação (afastamento) dos operários em relação aos patrões, fornecimentos, etc., configuravam uma dominação pessoal e caracterizada por forte arbítrio patronal.

Mas não somente os lightenos se consideravam explorados pela poderosa companhia inglesa. Em 1925, a população da capital protestou contra o que considerou serem medidas abusivas e injustificáveis da Light. Durante vários dias, a cidade se tornou um campo de batalha. Bondes depredados, choques com a polícia, bombas nos trilhos dos veículos. Operários, caixeiros e jornaleiros – em resumo, parte da classe trabalhadora de Fortaleza – demonstraram sua revolta e seu senso de justiça.

Esta mesma classe trabalhadora vivia uma situação socioeconômica bastante difícil, como ficou evidenciado no segundo capítulo. A maior parte dos recursos se destinava à alimentação. Pouco sobrava para as demais necessidades. Partilhando deste tipo de problema, os operários da Light se lançam, animados por um ideário comunista e tendo um militante como presidente da sua agremiação, naquela que seria a mais longa paralisação até então: a greve de 1929. Este movimento obteria uma repercussão ímpar, ao mobilizar a opinião pública, várias classes sociais e o governo para os problemas e demandas dos trabalhadores. Através de um rico ritual de tomada do espaço público, por meio de passeatas, comícios, cartazes e panfletos, os lighteanos demarcaram sua presença e exigiram direitos. Ao mesmo tempo, tiveram que enfrentar não somente a resistência patronal, mas, também, as críticas promovidas por grupos conservadores, em especial pel' *O Nordeste*, periódico de orientação católica. As animosidades foram constantes. O governo, pressionado, optou por proceder de acordo com os métodos que já conhecia e dispunha: repressão, limitando a movimentação operária e proibindo as demonstrações consideradas bolchevistas. O prolongamento da greve minou sua sustentação, a derrota foi inevitável. Apesar disso, esta nova experiência provocou modificações na cultura política dos trabalhadores: de uma organização parcelada, como a anterior, para uma conjunta, abarcando os vários setores da companhia; a consolidação de uma cultura de direitos; a convicção da importância de auferir apoio social e de conseguir reconhecimento público, inclusive do governo.

O resultado, todavia, estimulou um afastamento em relação ao comunismo e uma aproximação ao legionarismo. Criando uma nova associação, que preservava elementos anteriores, na mesma medida em que abraçava novas posturas, os operários tentavam demarcar a própria dignidade

e respeitabilidade social, enquanto reafirmavam sua identidade de trabalhadores e estabeleciam meios institucionais para resguardar seus interesses. E é justamente na busca de seus direitos e combatendo o que consideram ser um tratamento injusto e perseguidor que uma nova pauta de demandas – progressivamente ampliada ao longo das negociações – almeja dilatar um controle operário sobre as relações de trabalho. Diante de novas negativas, por parte da companhia, um novo confronto aberto se torna inevitável. Durante 14 dias, liderados pelo tenente Severino Sombra, fundador da LCT, os trabalhadores paralisam suas atividades. Esta nova greve, em um novo contexto, dialogando com outros projetos políticos, ganha repercussão nacional, conseguindo uma intervenção do Ministério do Trabalho, favorável aos reclamos operários, e obtém o que passa a ser considerado uma “grande e histórica vitória”.

Neste estudo, verificamos um pouco da diversidade inerente à classe operária. Relações de trabalho, métodos de organização e ação coletiva, opções políticas, foram, ao longo do texto, o objeto fundamental de interesse. Estes elementos, em algumas ocasiões separados para efeito de análise, não podem ser compreendidos isoladamente, pois, formam uma totalidade. No decorrer da análise tentamos estabelecer as correlações existentes entre estas dimensões, que fazem parte da experiência vivida pelos trabalhadores. Operários de um serviço público, subordinados à autoridade de uma companhia estrangeira, lidando cotidianamente com a opinião pública, os trabalhadores tiveram que desenvolver, diante de tais especificidades, formas de organização e reivindicação que respondessem às suas necessidades. Simultaneamente, as estratégias de luta e os métodos de organização eram informados pelas opções políticas e ideológicas, que contribuía para a configuração da cultura política dos trabalhadores. Todavia, como sabemos, as idéias são dinâmicas e continuamente transformadas de acordo com as experiências dos sujeitos. A cultura política operária, neste sentido, foi sendo contruída e modificada em um intrincado processo, envolvendo as lutas desenvolvidas por estes trabalhadores, gerando um rico aprendizado, em um constante esforço em prol da própria dignidade, reconhecimento social, melhor condição de vida e ampliação da cidadania.

FONTES

MEMÓRIAS:

ADERALDO, Mozart Soriano. **História abreviada de Fortaleza e crônicas sobre a cidade amada**. Fortaleza: Edições UFC/ Casa de José de Alencar, 1993.

AZEVEDO, Otacílio de. **Fortaleza Descalça: reminiscências**. Fortaleza: UFC/ Casa de José de Alencar, 1992.

GIRÃO, Blanchard. **O Liceu e o Bonde: na paisagem sentimental da Fortaleza-província**. Fortaleza: Editora ABC, 1997.

MENEZES, Raimundo de. **Coisas que o tempo levou** (crônicas históricas da Fortaleza Antiga). Fortaleza/São Paulo; HUCITEC, 1977.

MENSAGENS e RELATÓRIOS:

Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Ceará pelo Presidente do Estado Dr. João Thomé de Saboya e Silva em 1917.

Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Ceará pelo Presidente do Estado Dr. João Thomé de Saboya e Silva em 1919.

Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Ceará pelo Presidente do Estado Dr. João Thomé de Saboya e Silva em 1920.

Relatório do Secretário dos Negócios do Interior e da Justiça, J. Saboya de Albuquerque, ao Presidente do Estado, João Thomé de Saboya e Silva, 1918.

Relatório do Chefe de Polícia José Eduardo Torres Câmara, apresentado ao Presidente do Estado João Thomé de Saboya e Silva em 1919. Fortaleza: Typographia Moderna-Carneiro e Cia. 1919.

Relatório do 1º Delegado da Capital, em anexo ao Relatório do Chefe de Polícia José Eduardo Torres Câmara, apresentado ao Presidente do Estado João Thomé de Saboya e Silva em 1919. Fortaleza: Typographia Moderna-Carneiro e Cia. 1919.

PERIÓDICOS:

Correio do Ceará. (edições de 1932).

O Nordeste. (edições de 1922, 1924, 1925, 1926, 1927, 1929, 1931, 1932).

Gazeta de Notícias. (edições de 1928 e 1929).

A Razão. (edições de 1929).

Diário do Ceará. (edições de 1929).

O Ceará. (edições de 1928 e 1929).

O Povo. (edições de 1928, 1929 e 1932).

A Esquerda. (edições de 1928).

Jornal do Commercio. (edições de 1925).

O Legionário. (edições de 1933).

Ceará Socialista. (edições de 1919). In: GONÇALVES, Adelaide. **Ceará Socialista: ano 1919.** (edição fac-similar) Florianópolis: Insular, 2001.

Voz do Graphico. (edições de 1921). In: GONÇALVES, Adelaide. e SILVA, Jorge. **A Imprensa Libertária no Ceará.** São Paulo: Imaginário, 2000.

BIBLIOGRAFIA

ARAUJO, Ângela (org.) **Trabalho, Cultura e Cidadania: um balanço da história social brasileira**. São Paulo: Scritta, 1997.

_____. *Estado e Trabalhadores: a montagem da estrutura sindical corporativista no Brasil*. In: _____ e BOITO JR. (org). **Do Corporativismo ao Neoliberalismo**. São Paulo, SP: Boitempo, 2002.

BATALHA, Cláudio. SILVA, Fernando Teixeira da. FORTES, Alexandre. (orgs). **Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

BATALHA, Cláudio. *Vida Associativa: por uma nova abordagem da história institucional nos estudos do movimento operário*. In: **Anos 90**. Porto Alegre, nº 08, 1997.

_____. *Identidade da Classe Operária no Brasil (1880-1920): atipicidade ou legitimidade?* In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH/ Marco Zero. Vol. 12, nº 23/24. set. 91/ago. 92.

CASTRO, José Liberal de. **Fatores de Localização e de Expansão da Cidade de Fortaleza**. Fortaleza: Faculdade de Arquitetura, 1977.

CORDEIRO JR. Raimundo Barroso. *A Legião Cearense do Trabalho*. In: SOUSA, Simone de. **Uma Nova História do Ceara**. 2ª Edição. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

CORDEIRO JR. Raimundo Barroso. **A Legião do Trabalho: política e imaginário no integralismo cearense (1931 – 1937)**. Fortaleza, 1992. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Universidade Federal do Ceará.

COSTA, Emília Viotti da. *Novos Públicos, Novas Políticas, Novas Histórias: do reducionismo econômico ao reducionismo cultural: em busca da dialética*. **Anos 90**. Revista do Programa de Pós-graduação em História, nº 10, dezembro. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

CRUZ, Heloisa de Faria. **Trabalhadores em serviços: dominação e resistência. (São Paulo – 1900/1920)**. São Paulo: Editora Marco Zero/ CNPq. 1991.

DULLES, John Foster. **Anarquistas e Comunistas no Brasil. 1900-1935.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

FAUSTO, Boris. **Trabalho Urbano e Conflito Social.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

FERREIRA, Jorge. **O populismo e sua história: debate e crítica.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. **Prisioneiros do Mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956).** Niterói: EdUFF; Rio de Janeiro: MAUAD, 2002.

FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves(orgs.) **O Brasil Republicano. Vol. 1. O tempo do liberalismo excludente: da proclamação da República à Revolução de 1930.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **O Brasil Republicano. Vol. 2. O tempo do nacional-estatismo: do início dos anos 30 ao apogeu do Estado Novo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FORTES, Alexandre, NEGRO, Antonio Luigi. SILVA, Fernando Teixeira, FONTES, Paulo. COSTA, Hélio da. **Na Luta por Direitos: estudos recentes em História Social do Trabalho.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

FORTES, Alexandre. *Como era gostoso o meu pão francês: a greve dos padeiros de Porto Alegre (1933/1934).* In: **Anos 90.** Revista do Programa de Pós-graduação em História, nº 07, julho. Porto Alegre: UFRGS, 1997.

FONTES, Paulo. **Trabalhadores e Cidadãos: Nitro Química: a fábrica e as lutas operárias nos anos 50.** São Paulo: Annablume, 1997.

FRENCH, John. **Afogados em Leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

GIRÃO, Raimundo. **Fortaleza e a Crônica histórica.** Fortaleza: UFC/ Casa de José de Alencar, 2000.

_____. **Geografia Estética de Fortaleza.** Fortaleza: UFC/ Casa de José de Alencar, 1997.

GOMES, Ângela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo.** Rio de Janeiro: Vértice/ Iuperj, 1988.

GONÇALVES, Adelaide. **A imprensa dos trabalhadores no Ceará, de 1862 aos anos 1920**. Florianópolis, 2001. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal de Santa Catarina.

_____. **Ceará Socialista: anno 1919**. (edição fac-similar) Florianópolis: Insular, 2001.

_____. e SILVA, Jorge. **A Imprensa Libertária no Ceará**. São Paulo: Imaginário, 2000.

_____. e BRUNO, Allyson. **O Trabalhador Graphico** (edição fac-similar). Fortaleza: Editora da UFC, 2002.

_____. e FUNES, Eurípedes. *No tempo em que Rodolpho Théóphilo era caixeiro*. In: THEÓPHILO, Rodolpho, **O Caixeiro: reminiscências**. (edição fac-similar). Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura, 2002.

GORZ, André. **Crítica da Divisão do Trabalho**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

HALL, Michael e PINHEIRO, Paulo Sérgio. **A Classe Operária no Brasil: documentos (1889 a 1930), vol 1: O Movimento Operário**. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

HARDMAN, Francisco Foot. e LEONARDI, Victor. **História da Indústria e do Trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte**. São Paulo: Global, 1982.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX, 1914 – 1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **Os Trabalhadores. Estudos sobre a história do operariado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. **Mundos do Trabalho. Novos Estudos sobre a história operária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Revolucionários: ensaios contemporâneos**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

HOGGART, Richard. *Nós e Eles*. In: OLIVEIRA, Paulo Salles (org.). **O Lúdico na Cultura Solidária**. São Paulo: Hucitec, 2001.

LARA, Sílvia Hunold e MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. **Direitos e Justiça no Brasil: ensaios de história social**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.

LEITE, Ary Bezerra. **História da Energia no Ceará**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1996.

LEITE LOPES, José Sérgio. **A Tecelagem dos Conflitos de Classe na “Cidade das Chaminés”**. São Paulo: Marco Zero, 1988.

_____. **Cultura e Identidade Operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora**. UFRJ - Museu Nacional: Marco Zero, 1982.

LUCA, Tânia Regina de. **O Sonho do Futuro Assegurado**. São Paulo: Contexto; Brasília, DF: CNPq, 1990.

MUNAKATA, Kazumi. **A Legislação Trabalhista no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

NEVES, Frederico de Castro. **A Multidão e a História: saques e outras ações de massas no Ceará**. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.

NOBRE, Geraldo da Silva. **Introdução à História do Jornalismo Cearense**. (edição fac-similar). Fortaleza: NUDOC / Secretaria da Cultura do Estado do Ceará – Arquivo Público do Ceará, 2006.

NUNES, Edson. **A Revolta das Barcas: populismo, violência e conflito político**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

OLIVEIRA, Francisco de Assis Santos de. **Os Caixeiros no Ceará: trabalho e educação na Revista Phenix, 1891 – 1916**. Fortaleza, 2005. Dissertação de Mestrado em História Social. Universidade Federal do Ceará

PERROT, Michelle. **Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PINTO, José Aloísio Martins. **‘Serventuários das Trevas’: os bolcheviques na imprensa católica. (Fortaleza/CE, 1922 – 1932)**. Fortaleza, 2005. Dissertação de Mestrado em História Social. Universidade Federal do Ceará.

PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Epoque: reforma urbana e controle social (1860 – 1930)**. 3ª ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

RIBEIRO, Francisco Moreira. **O PCB no Ceará: ascensão e declínio, 1922 – 1947**. Fortaleza: Edições UFC/Stylus, 1989.

RIOS, Kênia Sousa. **Campos de Concentração no Ceará: isolamento e poder na seca de 1932**. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2001.

RUDÉ, George. **A Multidão e a História: estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra, 1730 -1848**. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

SAMUEL, Raphael. **História Popular e Teoria Socialista**. Barcelona: Crítica/Grijalbo, 1984.

SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos. **Cidade Vermelha: a militância comunista nos espaços do trabalho. Camocim-CE (1927 – 1950)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000.

SANTOS, Jovelina. **Os Círculos Operários no Ceará: “instruindo, educando, orientando, moralizando” (1915-1963)**. Fortaleza, 2004. Dissertação de Mestrado em História Social, UFC.

SILVA, Fernando Teixeira. **Operários sem Patrões: os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

SILVA, Antônio Zilmar. **A Oralidade Deitada Sobre o Papel: Homens, Letras e Vozes em Trincheiras. (Movimento armado em Fortaleza, 1911 – 1912)**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica. Dissertação de Mestrado, 2004.

SOUSA, Simone de. **História do Ceará**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994.

TAKEYA, Denise Monteiro. **Europa, França e Ceará: origens do capital estrangeiro no Brasil**. UFRN: Imprensa Universitária, 1995.

THOMPSON, Edward. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos**. São Paulo: Unicamp, 2001.

_____. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. 3 vols. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Senhores e Caçadores: a origem da Lei Negra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TOLEDO, Edilene. **Travessias Revolucionárias: idéias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890-1945)**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

VIANNA, Luís Werneck. **Liberalismo e Sindicato no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.